



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG
Campus de Pau dos Ferros
Departamento de Letras Vernáculas - DLV
Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS
Unidade Pau dos Ferros
Br-405, Km 153, Bairro Arizona, CEP 59900-000, Pau dos Ferros/RN
Fone (84) 3351 2560/ Fax 3351 3909/ E-mail profletras.pferros@gmail.com/ Site propeg.uern.br/profletras



MARIA MÔNICA DE FREITAS

**RELATOS SOBRE O MASSACRE DE 70 ÍNDIOS NA SERRA DE PORTALEGRE/RN:
ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSOS DE LIDERANÇA INDÍGENA E ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

**PAU DOS FERROS
2018**

MARIA MÔNICA DE FREITAS

**RELATOS SOBRE O MASSACRE DE 70 ÍNDIOS NA SERRA DE PORTALEGRE/RN:
ARGUMENTAÇÃO EM DISCURSOS DE LIDERANÇA INDÍGENA E ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Programa de
Mestrado Profissional em Letras em rede nacional
(PROFLETRAS), Unidade UERN Pau dos Ferros, como
requisito para o título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza.

PAU DOS FERROS
2018

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F866r Freitas, Maria Mônica de
Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre-RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do Ensino Fundamental. / Maria Mônica de Freitas. - Pau dos Ferros, 2018.
295p.

Orientador(a): Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza.
Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado Profissional em Letras). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Mestrado Profissional em Letras. 2. Ensino de Produção de Texto. 3. Gênero Textual. 4. História Indígena. 5. Massacre. I. Souza, Gilton Sampaio de. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

A dissertação **Narrativas andantes da passagem da Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental** foi submetida à Banca Examinadora, constituída pelo PROFLETRAS/ UERN/ CAMEAM Pau dos Ferros, como requisito final necessário à obtenção do grau de Mestre em Letras, outorgado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Dissertação defendida e aprovada em 09 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza (UERN)
(Presidente)

Prof. Dr. Thiago Alves Dias – UFRN
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Ananias Agostinho da Silva – UFERSA
(Examinador Interno)

Prof^a. Dra. Rosângela Alves dos Santos Bernardino – UERN
(Examinadora Suplente)

PAU DOS FERROS
2018

Ao Supremo Deus e a Tupã; ao primeiro pela criação e proteção, ao segundo pelo som estridente que me autoriza a viver, experimentar, estudar e escrever novas compreensões para o mundo.

AGRADECIMENTOS

À minha avó/mãe Antônia Moreira (*in memorian*), uma vez que seus relatos e exemplos pela falta de acesso à cultura letrada foram os maiores estímulos que tive desde a infância para compreender que a escola, a educação e a aprendizagem escolar são os caminhos mais suaves para que o ser humano se desenvolva. Ainda mais quando se quer ser professor (a).

À toda a minha família: ao meu pai João Batista pelo perfil de homem simples e manso, pela memória que tem e repassa para todos os seus filhos como forma de preservar a identidade da família; à minha mãe Rita Moreira pela disposição e luta constantes para dar amor, para se dedicar aos seus filhos, netos e bisnetos; aos meus irmãos Patrício Freitas (*in memorian*) pelo legado de luta que enriquece a sua biografia em toda Apodi, Vilma Freitas pela fidelidade em seguir a disposição para o trabalho e a luta como forma de seguir o perfil familiar e professor José Nilson de Freitas porque também segue a educação como bandeira em punho na vida.

Aos meus filhos Luís Carlos, Laedson Jesulei e Luana Mirtes por serem, até aqui, aqueles filhos que me orgulham de ser sua mãe. Eles são o destino da minha estrada, porque meu exemplo vai sendo construído para eles seguirem.

Ao meu companheiro José Expedito por estar sempre comigo, às vezes até quando não pode, com o simples propósito de não me deixar só nos momentos mais difíceis, demonstrando seu amor, respeito e carinho por mim e por tudo que faço.

Aos meus alunos, do passado, do presente e do futuro. São eles que me inspiram e estimulam a busca pelas melhores formas de construir o ambiente de ensino-aprendizagem por meio do aprimoramento da prática. Em especial aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual professora Alvani de Freitas Dias da cidade de Apodi pela participação efetiva em todas as atividades da intervenção pedagógica que foi desenvolvida neste trabalho.

À Lúcia Maria Tavaris, a índia Lúcia Tapuia de origem Paiacu, uma das maiores inspirações para a realização desta pesquisa. Foi a pessoa mais importante para o despertar do interesse sobre a temática selecionada para o estudo e a intervenção.

Ao meu orientador Dr. Gilton Sampaio de Souza. Foi ele que em primeira mão demonstrou interesse por mim enquanto nova mestrande em um momento que me encontrava perdida, sem rumo e sem ideia alguma para a escolha de um orientador para a pesquisa. Nunca esquecerei o momento em que eu, sem ter o que dizer falei que a única pesquisa que tinha vontade de fazer se relacionava com o estudo sobre os índios que habitavam Apodi. Na frente de todos, sem hesitar, logo ele abraçou minha ideia. Naquele instante, nem nós dois sabíamos, ainda, da profundidade e importância que tinha a temática para todo o território que forma o sertão potiguar.

Às duas coordenadoras do PROFLETRAS que no período de vivência das aulas, dos estudos, da qualificação e da defesa passaram pela gerência do programa desta pós-graduação no CAMEAM-UERN Pau dos Ferros: Dra. Maria Lúcia Pessoa Sampaio e Dra. Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa. Ambas são os símbolos mais fortes que tenho da serenidade, ética, firmeza e cidadania institucional.

Ao PROFLETRAS e à CAPES, entidades formais que me permitiram investir e realizar um sonho que não são poucos que o almejam, porém, pelas dificuldades que surgem em um país de tantas desigualdades e de poucos investimentos em formação educacional para o povo, poucos conseguem torná-lo palpável, real.

À gestão da Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias, representada pela pessoa de Maria de Fátima Nunes e aos professores: Simoneto Paiva, Lisiane Marinho e Iva Maria. Sem estas pessoas não teria sido possível desenvolver um processo de intervenção interdisciplinar, além de uma aula de campo em que os alunos tiveram que sair da localidade onde moram para outro município, a fim de vivenciarem atividades relacionadas à prática da intervenção. A essas pessoas, meu muito obrigada!

À colega Sarah Lacerda, uma cearense que encontrei nos bancos da UERN nas aulas do PROFLETRAS. Não poderia deixar de registrar a sua disposição em

sempre estar comigo formando uma dupla constante nas apresentações dos seminários. Deixo aqui o meu registro de carinho.

À antropóloga Jussara Galhardo Aguirres Guerra, que além de ser referência especial na seleção da bibliografia pesquisada para a reelaboração da história do índio no Rio Grande do Norte, contribuiu com sugestões pessoais em duas áreas: na antropologia e na história da resistência e da sobrevivência indígena no nosso estado, permitindo assegurar o conhecimento de que etnicamente, o índio contemporâneo é uma realidade que necessita ser considerada por todos.

A todos aqueles amigos, amigas, colegas de trabalho e de profissão que torcem por mim, que contribuem para a construção de minha autoestima e de minha disposição para continuar a minha busca incessante pelo melhor, para depois oferecer como ação para melhorar a minha prática profissional. Vocês são a chama que incendeia minha vontade de viver mais aprendizagens.

A cada pessoa que direta ou indiretamente esteve participando da minha formação, mas que não deu para citá-las, seja por esquecimento ou por qualquer outro motivo. Quero registrar que todo o apoio foi muito importante.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

Assim como a larva de um vulcão adormecido
estava o coração daquela tapuia.

Eram tantas cenas, tantas falas e tantos fatos!

Mas, o retrato do que estava presente era
escuro.

As falas do cotidiano eram falsas.

O pálido fermento da história era ineficaz.

E isto retornou à sua alma um sentimento
infinito.

Resistente às falas tropeças a tapuia seguiu.

Embarcou em um sonho de amor

De querer ser o que é

E construiu o caminho de uma nova história.

Mônica Freitas

FREITAS, M. M. **Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental**. Pau dos Ferros, 2018, 297 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras em rede nacional). Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus Avançado Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

RESUMO

Os estudos desta pesquisa têm como foco principal a argumentação em discursos produzidos em relatos históricos de uma liderança indígena e de alunos do 9º ano do ensino fundamental, focalizando o ensino de Português no âmbito da produção textual a partir da teoria do ensino de gêneros. Considera-se a reprodução oral e escrita do relato de um massacre de 70 índios, ocorrido no ano de 1825 ao pé da serra de Portalegre/ RN, mais precisamente onde hoje se localiza o município de Viçosa/ RN. O problema respondido se institui no contexto do ensino do ensino de produção textual, especificamente na teoria da argumentação como fenômeno constitutivo do discurso exposta no Tratado da Argumentação por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), reforçando-se em Reboul (2004), Abreu (2009) e Souza (2003). O objetivo geral é analisar a argumentação na construção de relatos oral e escrito acerca do referido massacre. Os objetivos específicos são: refletir sobre a história, a cultura e o movimento indígena atual como temática pertinente ao ensino de produção textual nas aulas de Língua Portuguesa; identificar as teses que são apresentadas nos relatos produzidos, os lugares e a hierarquia de valores nos discursos. Trata-se de uma pesquisa ação-participante, de cunho interpretativo e de caráter exploratório, sendo objetivamente qualitativa. Para a instituição do *corpus*, usa-se o relato produzido pela liderança indígena Lúcia Tavaris e 09 (nove) relatos escritos pelos alunos. Tal *corpus* foi produzido a partir de intervenção pedagógica para a qual se inclui uma pesquisa documental sobre a história dos índios Tapuia Paiacu, na qual está imerso o fato do massacre. Adota-se aspectos do método Freire, trabalhando módulos didáticos, a partir de tema gerador e o diálogo com os alunos em círculos de cultura. Para o ensino da escrita de texto contemplou-se o gênero relato histórico, fundamentando-se na teoria de Bronckart (1999), que orienta o ensino de produção de texto em módulos didáticos, partindo da escolha de um tema, um gênero, a revisão e refacção para poder chegar à versão final do texto escrito. As análises dos discursos permitiram compreender que as teses defendidas estão associadas à ideia de que o colonizador tinha em mente a ideia de exploração do território e para não hesitou em escravizar ou matar índios. O direito à terra, a expressão da verdade *versus* a mentira, a justiça e a punição são valores que aparecem nos relatos, tanto da contadora quanto dos alunos. Em se tratando dos lugares da argumentação mais observados nestes relatos destacam-se o da identidade indígena, em especial no relato da líder indígena Lúcia Tapuia.

Palavras-chave: Ensino de Português. Ensino de Produção de Texto. Gênero Textual. História Indígena. Massacre.

Palavras-chave: Ensino de Português. Ensino de Produção de Texto. Gênero Textual. História Indígena. Massacre. FREITAS, M. M. **Reports on the massacre of 70 Indians in the Serra de Portalegre/RN:** argumentation in indigenous leadership discourses and elementary school students. Pau dos Ferros, 2018, 297 fls. Dissertation (Professional Master of Arts on national television). Letras Post Graduation Program. Campus Avançado Prof^a. Maria Elisa Albuquerque Maia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

The main focus of this research is the argumentation in discourses produced in historical accounts of an indigenous leadership and of students of the 9th year of elementary school, focusing on the teaching of Portuguese in the field of textual production based on the theory of gender teaching. It is considered the oral and written reproduction of the report of a massacre of 70 Indians, occurred in 1825 at the foot of the Serra de Portalegre / RN, more precisely where the municipality of Viçosa / RN is located today. The problem answered is established in the context of the teaching of textual production, specifically in the argumentation theory as a constitutive phenomenon of the discourse exposed in the Argumentation Treaty by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), reinforced in Reboul (2004), Abreu (2009) and Souza (2003). The general objective is to analyze the argument in the construction of oral and written reports about the massacre. The specific objectives are: to reflect on the history, culture and the current indigenous movement as thematic pertinent to the teaching of textual production in the classes of Portuguese language; identify the theses that are presented in the produced reports, the places and the hierarchy of values in the speeches. It is an action-participant research, interpretive and exploratory character, being objectively qualitative. For the institution of the corpus are used the report produced by the indigenous leadership Lúcia Tavaris and 09 (nine) reports written by the students. This corpus was produced from a pedagogical intervention which includes a documentary research about the history of the Tapuia Paiacu Indians, in which the fact of the massacre is immersed. It adopts aspects of the Freire method, working on didactic modules, starting with the generator theme and the dialogue with students in cultural circles. For the teaching of text writing, it was contemplated the genre historical report, based on Bronckart's (1999) theory, which guides the teaching of text production in didactic modules, starting with the choice of a theme, a genre, the revision and spare parts to arrive at the final version of the written text. The analyzes of the discourses allowed to understand that the defended theses are associated with the idea that the colonizer had in mind the idea of exploration of the territory and did not hesitate to enslave or to kill Indians. The right to land, the expression of truth versus lies, justice and punishment are values that appear in the reports, both the accountant and students. When dealing with the places of argument most observed in these reports, the indigenous identity is highlighted, especially in the report of the indigenous leader Lúcia Tapuia.

Keywords: Teaching Portuguese. Text Production Teaching. Textual Genre. Indigenous History. Massacre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desembarque de Cabral – Pintura de Oscar Pereira da Silva - Pintor brasileiro (1865-1959).....	37
Figura 2 – A dança dos Tapuia – ritual indígena.....	55
Figura 3 – Homem e mulher Tapuia – arte de Alber Eckhout, do século XVII.....	56
Figura 4 – Mapa da autoafirmação étnica no Rio Grande do Norte.....	75
Figura 5 – Local da primeira fundação da Missão de São João Batista.....	79
Figura 6 – Localização do Córrego das Missões.....	82
Figura 7 – Localização atual do lado leste da Lagoa do Apodi.....	83
Figura 8 – Margens da Lagoa do Apodi.....	84
Figura 9 – Localização da Ribeira do Apodi.....	86
Figura 10 – Área geográfica onde aparecem citações bibliográficas mencionando a presença e os deslocamentos dos Paiacu no Rio Grande do Norte.....	87
Figura 11 – Ravina da Dodôra – Inscrição Rupestre no Lajedo de Soledade.....	89
Figura 12 – Sr. João Batista de Freitas – Tapuia Paiacu contemporâneo.....	97
Figura 13 – Local do confronto onde morreu João Nogueira.....	98
Figura 14 – Proximidades do local do assassinato de índios no Bamburral.....	99
Figura 15 – Casa de Câmara e Cadeia – Complexo cultural de Portalegre.....	105
Figura 16 – Maria de Lourdes – Cacique Pequena (ao meio) durante entrevista.....	109
Figura 17 – Maria Irene – índia tapuia paiacu.....	111
Figura 18 – Viçosa – estrada por onde passaram os índios mortos no massacre (10/03/2013).....	113
Figura 19 – Casa da índia assassinada.....	114
Figura 20 – Cova onde está sepultada a índia assassinada pelo marido.....	114
Figura 21 – Cova de cemitério indígena 1.....	115
Figura 22 – Cova de cemitério indígena 2.....	115
Figura 23 – Lúcia Tapuia Paiacu – Líder indígena	120
Figura 24 – Exposição de peças com estampa indígena no ano de 2011.....	126

Figura 25 – Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi (CHCTPLA).....	129
Figura 26 – Viçosa (10/03/2013) – peça lítica encontrada.....	130
Figura 27 – Sítio Bamburral – região do Vale (13/03/2013) – Lugar de massacre e cemitério indígena.....	130
Figura 28 – Família indígena encontrada no Sítio Boca da Mata (07/07/2013)....	131
Figura 29 – Sítio Laje da Encruzilhada na Chapada do Apodi (07/07/2013), poço de fonte natural.....	131
Figura 30 – Sítio Aurora da Serra na Chapada do Apodi (06/05/2013) – família indígena encontrada.....	132
Figura 31 – Peças encontradas na expedição ao município de Viçosa/RN.....	132
Figura 32 – Pessoas e relatos de autoafirmação indígena.....	134
Figura 33 – Audiência Pública realizada em 03 de março de 2015 na CMA.....	135
Figura 34 – Peças expostas no Museu Luiza Cantofa.....	136
Figura 35 – Visita dos alunos do IFRN ao Museu Luiza Cantofa.....	137
Figura 36 – Lucia Tapuia em protesto contra o fechamento da CLT FUNAI/RN..	138
Figura 37 – Tapuia Paiacu contemporâneo – participação na V AIRN.....	139
Figura 38 – Apresentação das demandas dos Tapuias Paiacu de Apodi na V AIRN.....	139
Figura 39 – Imagens trabalhadas no primeiro momento da intervenção.....	178
Figura 40 – Exibição do filme “A formação do Povo Brasileiro”.....	180
Figura 41 – Alunos desenvolvendo as atividades discursivas.....	182
Figura 42 – Visita ao Museu Luiza Cantofa.....	184
Figura 43 – Aula de campo no pé da Serra de Portalegre.....	185
Figura 44 – Conversa sobre o fato (massacre) ocorrido no local em 1825.....	186
Figura 45 – Observação dos alunos sobre as covas.....	187
Figura 46 – Interação com os alunos.....	188
Figura 47 – Relato oral sobre o massacre de índios por Lúcia Tavares.....	189
Figura 48 – Reescrita do texto de acordo com recomendações da professora.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses no processo argumentativo	194
Quadro 2 – Hierarquia de valores.....	195
Quadro 3 – Lugares da argumentação.....	197
Quadro 4 – Teses no processo argumentativo dos alunos	200
Quadro 5 – Hierarquia de valores dos alunos.....	203
Quadro 6 – Lugares da argumentação dos alunos.....	207

LISTA DE SIGLAS

AIRN – Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte
ANAI – Associação Nacional de Ação Indigenista
APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG, e ES
CAMEAM – Campus Maria Elisa de Albuquerque Maia
CHCTPLA – Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIRS – Cultura, Identidade e Representações Simbólicas
CLT – **FUNAI/RN**: Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio no Rio Grande do Norte
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),
CNPI – Conferência Nacional de Política Indigenista
CODEM – Coordenação de Defesa das Minorias
CPI – Comissão Pró-Índio
DAN/UFRN - Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ES – Espírito Santo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GP – **GP** – Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte
IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IHGRGN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MG – Minas Gerais
NE – Nordeste
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras

RN – Rio Grande do Norte

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Nor

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – PASSOS INTRODUTÓRIOS.....	17
1.1 MOTIVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS DA INTERVENÇÃO E DO ESTUDO...	17
1.2 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE PESQUISA.....	23
1.3 ESTADO DA ARTE.....	25
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	32
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA INDÍGENA.....	35
2.1 “BRASIS”: DO ENCONTRO COM O EUROPEU AO CONTEXTO ATUAL.....	35
2.2 LEGISLAÇÃO E MOVIMENTO INDÍGENA	46
2.3 TAPUIA: OS POVOS DO SERTÃO	50
2.3.1 “Ressurgimento” indígena no Nordeste.....	60
2.4 ÍNDIOS NO RIO GRANDE.....	64
2.4.1 Movimento e “ressurgimento”	72
CAPÍTULO III – POVO TAPUIA DE APODI: DA COLONIZAÇÃO AO CONTEXTO ATUAL.....	77
3.1 TAPUIA PAIACU NA RIBEIRA DO APODI.....	77
3.1.1 Massacres indígenas e resistência.....	90
3.1.2 Da resistência ao contexto atual.....	106
3.2 REELABORAÇÃO DA HISTÓRIA.....	116
3.2.1 3.2.1 Lúcia Tapuia Paiacu e a recuperação do índio de Apodi.....	118
3.2.1.1 Dados biográficos.....	120
3.2.1.2 Pesquisas e lutas.....	122
3.2.1.3 Fundação do Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus (CHCTPLA).....	128
3.3 MOVIMENTO INDÍGENA EM APODI.....	133
CAPÍTULO IV – MARCO TEÓRICO DO ESTUDO.....	141
4.1 ARGUMENTAÇÃO: DEFINIÇÕES E HISTÓRICO.....	141
4.2 DA ANTIGA À NOVA RETÓRICA.....	143
4.3 TESE.....	146
4.3.1 Tese e sentidos.....	148
4.4 ORADOR E AUDITÓRIO.....	149
4.4.1 Auditórios e acordos prévios.....	151
4.5 VALORES E SUAS HIERARQUIAS.....	153

4.5.1 Lugares da argumentação.....	156
4.6 ARGUMENTAÇÃO, GÊNERO DO TEXTO/ DISCURSO E ENSINO.....	158
4.6.1 Argumentação em gêneros textuais/discursivos.....	159
4.7 ARGUMENTAÇÃO, GÊNERO E ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL....	161
CAPITULO V – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	164
5.1 UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO.....	164
5.1.1 Universo do estudo.....	164
5.1.2 População, amostra e temática.....	165
5.2 CARÁTER DA PESQUISA.....	168
5.3 PESQUISA DOCUMENTAL, INTERVENÇÃO/ CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	170
5.2.1 Desenvolvimento da intervenção.....	174
5.2.1.1 Breve apresentação sobre o gênero relato.....	174
5.2.1.2 Aplicação do projeto de intervenção: os círculos de cultura.....	177
5.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	191
CAPÍTULO VI – A ARGUMENTAÇÃO EM RELATOS SOBRE O MASSACRE DE 70 TAPUIA PAIACU.....	193
6.1 TESES, HIERARQUIA DE VALORES E LUGARES NOS RELATOS SOBRE O MASSACRE.....	193
6.1.1 Teses, hierarquia de valores e lugares da argumentação no relato de Lúcia Tapuia.....	194
6.1.2 Teses, hierarquia de valores e lugares da argumentação nos relatos escritos pelos alunos.....	199
CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
7.1 A TEMÁTICA E A INTERVENÇÃO.....	211
7.2 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE PESQUISA.....	214
7.3 CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDO.....	218
7.3.1 Para os estudos sobre argumentação.....	218
7.3.2 Para o PROFLETRAS.....	219
7.3.3 Para a recuperação da memória indígena na região do médio e alto Oeste do Portugal.....	220
REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICES.....	233
ANEXOS.....	241

CAPÍTULO I – PASSOS INTRODUTÓRIOS

Neste capítulo, inicia-se a incursão que introduz os diversos aspectos que descrevem elementos, abordagens e objetivações importantes para a realização do estudo que é apresentado, discutido e analisado neste texto. Destacam-se pontos como: motivos que instigaram o estudo, a busca pela temática e a proposta de intervenção.

Descreve-se também a problemática e os objetivos que foram delineados para a pesquisa, destacando cada passo dado e transformado ao longo do processo investigativo, em resposta e em alcance das finalidades pretendidas. Além disso, traz-se uma abordagem ampla sobre o estado da arte, o que possibilita distinguir este trabalho de tantos outros, permitindo observar a sua abordagem pioneira no contexto da instituição à qual está vinculado, e suas especificidades no campo acadêmico pesquisado.

No final do capítulo, apresenta-se a estrutura da organização textual, permitindo ao leitor uma visão mais nítida acerca dos temas que são discutidos, historicamente, teoricamente, metodologicamente e interpretativamente, para dar sentido ao que foi pretendido, estudado e analisado.

1.1 MOTIVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS DA INTERVENÇÃO E DO ESTUDO

As motivações que instigaram a contemplar aspectos referentes à história, cultura e identidade indígena como tema a ser trabalhado na intervenção e na pesquisa desenvolvida e apresentada neste trabalho se situam em alguns pontos importantes, sobre os quais se disserta a seguir.

O primeiro aspecto se relaciona com o ensino de Língua Portuguesa. É evidente a necessidade de buscar meios mais interessantes para abordar os gêneros textuais na sala de aula, principalmente no sentido de se contemplar os temas

culturais, sociais e a diversidade que caracteriza a formação do povo dentro de seus contextos locais.

É um ponto de partida para a construção da história das identidades. Isto permite, além de contemplar os pressupostos legais que se destacam mais adiante, para trazer à prática de sala de aula, atividades que diretamente se inserem na Lei 12.288, de 20 de junho de 2010, que normatiza proibições ao preconceito e a discriminação étnico-racial, priorizando assim o respeito às diversas etnias e na Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

A participação em uma Organização Não-Governamental (ONG), o Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi (CHCTPLA), que trabalha com a pesquisa e com o movimento indígena, a fim de recuperar e transformar a história, foi primordial como motivação para este trabalho. A referida entidade reúne conhecimentos que permitem a luta pela igualdade de direitos ao grupo Tapuia Paiacu¹, primeiros habitantes da região onde se situa o município de Apodi. Busca-se instigar a autoafirmação dos povos indígenas ao mesmo tempo trabalhar um pensamento e tratamento respeitoso com relação à sua etnia, conforme a legislação indigenista orienta.

Por fim, a partir da autoafirmação étnica como pertencente ao referido povo, pelas informações obtidas por meio de relatos familiares que passam de geração em geração. Os vínculos da genealogia paterna com o grupo dos Paiacu que viviam às margens da então Lagoa do Apodi são fortes motivos para o enredamento à recuperação da história do índio da Ribeira do Apodi e de se elaborar e executar uma intervenção pedagógica que aprofunde fatos esquecidos e mal narrados, como é o episódio do massacre de 70² índios na serra de Portalegre. Grupo este que deixou seus traços étnicos e culturais na formação da sociedade apodiense.

Considerando esses pontos, já se pode identificar a relevância da pesquisa acerca da história indígena, uma vez que se torna ação imprescindível para evidenciar aspectos da formação de povos que fazem a história do Brasil, mas que foram

¹ Como se trata de um termo que nomeia uma etnia atual, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) institui a normativa do uso do singular e as iniciais maiúsculas. Por isso, neste trabalho, esta norma é quem orienta tal uso para todos os outros termos em iguais condições.

² Ressalta-se que, faz-se referência ao número 70 porque alguns documentos históricos registram esta quantidade. No entanto, é preciso refletir que diante de tanta romantização histórica pregada, quando se trata de fatos envolvendo índios no sertão em detrimento dos intensos conflitos que existiram, tal quantidade é duvidosa, isto é, pode ser que o número de índios mortos neste massacre tenha ultrapassado as sete dezenas, talvez até chegado a centenas.

deixados para trás por questões relacionadas à intencionalidade dos grupos que colonizaram o país de extingui-los, como também protagonistas de fatos que influenciam características políticas, culturais e econômicas do país em seu contexto atual.

Todo o nosso país é formado por uma diversidade étnica e cultural ampla, mas, com uma história de natividade intencionalmente esquecida quando se passa a considerar a presença do índio. Embora tenha que se olhar, também, para o processo de colonização pautado em raízes culturais europeias. Grupioni (1994) que trata da história dos índios no Brasil e Almeida (2010) com seu estudo intitulado “Os índios na História do Brasil” são dois autores que dentre outros trabalham a inserção do índio na historiografia do país, destacando a sua importância como identidade étnica e os motivos que levaram ao desaparecimento desses povos como originários da nação.

Até bem pouco tempo, não se ouvia falar em registros que tivessem ligação com estudos realizados por indivíduos que pudessem se vincular às etnias que foram encontradas pelo europeu no território que foi primeiramente chamado de “Ilha de Vera Cruz”³. Entendia-se que os índios⁴ eram sujeitos praticamente ausentes da cultura letrada.

Algumas partes do processo historiográfico foram constituídas de forma a relegá-los somente à condição de vítimas passivas dos processos de conquista e colonização. Acreditou-se, por séculos, que o destino inexorável dos indígenas brasileiros era desaparecer, à medida que a sociedade ia se expandindo, estes iriam etnicamente sendo assimilados por uma etnia branca – o chamado “enbranquecimento étnico” conforme Cavignac (2003).

As últimas décadas foram muito importantes na busca de significativas mudanças teórico-metodológicas nesse sentido, uma vez que, criteriosas pesquisas empíricas baseadas em relatos orais proporcionaram o surgimento de uma nova perspectiva sobre as populações nativas⁵ (ALMEIDA, 2010). O fato é que apesar da forçosa união de etnias e do choque de culturas, permanecem nos relatos orais a resistência dos povos tradicionais, entre os quais se inserem os Tapuia Paiacu.

³ Primeiro nome do Brasil.

⁴ Termo este emprestado do Português, associado à ideia de “índias” como novas terras a serem exploradas pelos europeus diante da crise econômica vivida à época.

⁵ Termo usado para identificar o indivíduo que já habitava o território antes do europeu chegar.

É preciso esclarecer que a força dominante da colonização ibérica no país não conseguiu apagar a memória e os aspectos da cultura indígena. Grosso modo, o que acabou acontecendo em muitos contextos foi o colonizador europeu se deixar influenciar pela riqueza da pluralidade cultural dos nossos índios (FERNANDES, 2005).

Portanto, dada a importância cultural e histórica, outras temáticas se incluem nesta pesquisa. Primeiramente, considera-se o respeito ao trabalho com a escrita da história indígena por gerar debates sobre a cultura e a memória dos primeiros habitantes da região em que atualmente se situa o médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte. A segunda diz respeito ao trabalho com gêneros textuais na produção escrita, assunto de importância singular nas discussões acerca do ensino de língua materna, devido aos indicadores de dificuldades do ensino-aprendizagem nesse sentido.

Atentar para uma prática de ensino de produção textual na escola, abordando tal temática histórica, se torna relevante porque atende primeiramente aos referenciais curriculares regulamentados pelo Ministério da Educação para esta área de ensino do Português. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no volume que orienta as abordagens temáticas são enfáticos em esclarecer que se trata de um documento elaborado para

[...] de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1998).

Inserir a história dos Tapuia Paiacu no contexto da pesquisa envolvendo o ensino de produção textual em Língua Portuguesa significa, primeiramente tentar cumprir passos desse referencial da Carta Magna, mas também atender às normas legais instituídas pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96, a partir de texto atualizado em 2013, que aborda aspectos referentes à temática da história nacional no artigo 4º, onde dispõe que se “levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

Para a existência deste artigo, as modificações foram instituídas primeiramente pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade

da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Uma reformulação foi oficializada, através da Lei nº 11.645 de 10 março de 2008. Esta última, altera o artigo 26-A enfatizando que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Na continuidade do dispositivo, pode-se ler nos parágrafos 1º e 2º, o seguinte texto:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008, art. 26).

Percebe-se que a temática referente aos afro-brasileiros e aos povos indígenas já não está na LDB por se referir a um povo que não existe, mas a etnias que fazem parte da “formação do povo brasileiro”, portanto, é algo presente, que não dispensa a existência atual desses povos.

A preferência por uma intervenção que contemple esses aspectos legais revela a pertinência e a sua importância como fonte escrita na qual se discute a história do índio, de sua participação como componente da formação cultural e identitária do povo que habita a região do médio e alto Oeste, em especial onde se localizam os municípios de Apodi, Viçosa e Portalegre.

Além disso, quando se leva a temática para a prática do ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente no que se refere à área de produção de textos, o estudo inclui um fenômeno que segundo Lazarotto (2009) e Abreu (2009) faz parte do cotidiano das relações sociais, o que se pode conceituar como discurso social.

É preciso lembrar que todo falante de uma língua se depara frequentemente com a necessidade de argumentar sobre um determinado tema, situação ou fenômeno. E que nem sempre está preparado para tal, por isso, precisa desenvolver elementos que fazem parte do discurso argumentativo.

Sendo assim, a argumentação se torna uma das constituições do discurso. E sendo parte das situações comunicativas diárias, precisa ser interpretada de forma mais aprofundada pelo professor de linguagem, uma vez que este necessita de

conhecimentos sólidos e especiais para trabalhar com a produção de texto em sala de aula.

Vê-se que independente do gênero de texto a ser ensinado, a argumentação envolve temáticas que estão desencadeadas dentro da diversidade de relações humanas. E ao se ligarem aos processos históricos, como nesta pesquisa, fazem parte apenas de um recorte para trabalhá-lo com os alunos. Estes necessitam de forma evidente, considerando o currículo e as necessidades, desenvolver a competência textual, praticarem a escrita do gênero relato, em especial quando o tema envolve a história do povo originário de seu ambiente social.

Nesse sentido, o estudo se torna relevante para o profissional da educação que trabalha com a área de Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo tenta compreender os processos da argumentação, partindo de textos orais e escritos que foram desencadeados por meio de intervenção pedagógica. E nisso, também se percebe a oportunidade de trabalhar com a competência de escrita dos alunos.

Por fim, não se pode esquecer da relevância social que o tema abordado abarca. Trata-se de uma forma de refletir sobre a história, revelando fatos que emitem valores no sentido de ocorrer também os passos amparados pelos estudos acadêmicos, para a recuperação da memória e da história do povo Tapuia Paiacu, primeiros habitantes da região do médio e alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte.

É uma oportunidade de abordar a história versando-a pelo caminho do índio enquanto protagonista de sua própria narrativa de vida. A forma como essa história foi registrada e como surge, para que uma nova etapa venha a emergir. Ao ser recuperada demonstra valores e recursos que são utilizados para se compreender que as pessoas autodeclaradas como indígenas pertencem a esse povo.

Além disso, a questão da igualdade étnico-racial é retomada neste trabalho, considerando os debates que foram ampliados sobre a reconstituição da identidade indígena no Rio Grande do Norte entre grupos indígenas locais e os poderes públicos no ano de 2005, através do Grupo Paraupaba (GP), de pesquisadores da área de Antropologia da UFRN e de representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de outros órgãos, como a própria Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPIR)⁶, que no ato de sua criação ignorou a existência de

⁶ A SEPPIR foi criada a partir do movimento negro, o que abriu o debate sobre igualdade racial e estimulou a criação do Estatuto da Igualdade Racial. A iniciativa não contemplava o movimento

indígenas no estado. Os debates com a presença de representantes das comunidades dos Eleotério do Catu e Mendonça do Amarelão fizeram surgir uma nova realidade acerca da compreensão sobre a existência do índio potiguar na atualidade (GUERRA, 2011).

Ao caminhar neste sentido, o trabalho promove a reflexão sobre a necessidade de se excluir de vez o preconceito e a discriminação contra os índios e outros grupos sociais, uma vez que, o processo de autoafirmação étnica exige a quebra de paradigmas e de barreiras que preservam a visão estereotípica acerca do indígena. Muitos não consideram a resistência e sobrevivência dos indígenas, acreditando que foram extirpados da nossa formação social, quando pesquisas mais recentes informam uma outra realidade.

Os relatos orais familiares indicam que existem famílias Tapuia na contemporaneidade, apesar de inúmeros episódios hostis contra sua sobrevivência terem ocorrido em séculos de opressão, de perseguição e de processos contínuos de contato em que se configuram as interações sociais e certas discontinuidades. No entanto, a memória social, a identidade étnica ligada a esse povo é algo inegável e muito presente nas narrativas orais dessas famílias em Apodi e região.

Socialmente, ainda se pode ver a pertinência do estudo no sentido de divulgar academicamente os temas e fatos históricos, promovendo assim, a oportunidade de abordagens que influenciem o fortalecimento da identidade diante da formação étnico-cultural da sociedade, instigando reflexões sobre a presença indígena não somente no município de Apodi, mas também em toda a região do médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte através da formação escolar, algo que implica em uma ação pedagógica inédita no contexto.

1.2 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Diante das justificativas apresentadas, percebe-se que o estudo tem um enfoque especial em fatos históricos relacionados ao processo de ensino de Português e contempla o uso do texto como objeto de ensino, em especial elege um

indígena e nem a possibilidade de outras etnias serem visualizadas. Isto somente ocorreu pela organização dos povos que foram, ao longo do tempo se autoafirmando e se agregando ao movimento.

gênero específico que é o relato. Trabalha-se com a ideia de que os alunos precisam desenvolver suas competências de leitura, interpretação e escrita para usá-las em conformidade com sua realidade, algo que ocorre na produção dos diversos gêneros de texto que circulam socialmente.

O gênero relato também é produzido no cotidiano social, tanto na forma oral quanto escrita. Os relatos presentes em textos jornalísticos como notícia, entrevista, reportagem e os que estão impressos em livros que narram a história da humanidade têm circulação já garantida nos mais diversos meios de comunicação.

São textos e discursos que trazem na sua constituição elementos que permitem compreendê-los como situações interativas em que o ser humano, por meio do uso da linguagem, utiliza não somente a comunicação, mas expressa seus sentimentos, conhecimentos e busca a adesão dos seus interlocutores. Por isso, a atenção especial à argumentação como parte constitutiva dos discursos em relatos históricos.

A problemática do estudo se institui no contexto do ensino de produção textual e, de forma específica, na teoria da argumentação como fenômeno constitutivo do discurso, apresentada através do Tratado da Argumentação por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Estes pesquisadores constroem uma nova análise sobre a retórica e instituem uma série de aspectos que se pode observar como técnicas e recursos para construir o processo argumentativo. Segundo os estudiosos mencionados, é possível perceber argumentos distintos, teses centrais e secundárias, hierarquia de valores, lugares e recursos de presença na constituição de qualquer discurso.

Seguindo o enfoque dado pelos teóricos da nova retórica como base para a análise do discurso, elege-se como problema de pesquisa a busca por essas técnicas no contexto da construção do gênero textual relato, quando se aborda a temática dos conflitos indígenas, e mais especificamente sobre o massacre de índios Tapuia Paiacu ao pé Serra de Portalegre-RN. Partindo desta relação temática com a proposta de produção textual do gênero relato, as questões que desencadeiam a problemática da pesquisa são as seguintes:

- Como são construídas as teses que constituem a argumentação produzida oralmente por uma liderança indígena e que são relatadas por escrito por alunos do 9º ano, tendo por base os relatos históricos sobre o episódio dessa matança?

- Que hierarquia de valores esses relatores deixam evidente quando relatam sobre o fato ocorrido?
- Que lugares da argumentação utilizam a líder indígena e os alunos em seus discursos?

Essas questões norteiam os objetivos do estudo, assim delineados: o objetivo geral é analisar a argumentação na construção de relatos oral e escrito acerca do massacre de “70 índios Tapuia Paiacu” na serra de Portalegre/RN. Os objetivos específicos são: refletir sobre a história, a cultura e o movimento indígena atual como temática pertinente ao ensino de produção textual nas aulas de Língua Portuguesa; identificar as teses, a hierarquia de valores e os lugares da argumentação apresentados nos relatos produzidos sobre esse episódio do massacre nos discursos da liderança indígena e dos alunos do ensino fundamental.

Ao trabalhar com essa problemática e definir estes objetivos, acredita-se está desbravando caminhos para uma reflexão mais ampla acerca da história, da cultura e da etnia indígena que esteve e ainda está presente na região que se localiza hoje no médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte. É uma forma de promover a oportunidade de os alunos conhecerem e ao mesmo tempo se expressarem sobre os fatos que envolvem a identidade e as lutas do povo deste sertão. E além disso, a intervenção pedagógica desenvolvida, por meio do estudo, toma parte na produção de práticas inovadoras para o processo de ensino-aprendizagem da escrita, considerando o ensino de gênero no nível fundamental, em especial no 9º ano.

1.3 ESTADO DA ARTE

A expressão “estado da arte” tem em seu bojo a compreensão de que se pretende, neste tópico, apontar, descrever e comparar, de forma breve, alguns estudos que foram levantados e que trabalham com as temáticas que são abordadas, tanto na pesquisa quanto na intervenção. É uma forma de analisar a possibilidade de aproximação ou distanciamento com o tema, observando-se as intenções em que são discutidas as temáticas por seus autores.

Quando se destina o olhar para a construção de um estado da arte envolvendo o tema e as teorias que são abordadas neste estudo conclui-se que três fenômenos

estão envolvidos no âmbito do processo da pesquisa e da intervenção dentro do processo de ensino-aprendizagem de línguas. Ocorre a interação de temáticas associadas ao fazer pedagógico e didático: a história indígena, o ensino de produção textual a partir do gênero relato e a argumentação.

No que diz respeito à pesquisa sobre a história indígena no Brasil, sabe-se que quanto às informações repassadas à sociedade durante alguns séculos, pelo menos até bem poucas décadas, não há muito o que se destacar quando se trata de personalizar o índio como participante da história. Almeida (2010) cita que até meados da década de 1990 quase ninguém considerava que ainda existisse índio no Brasil.

A maioria dos relatos e grande parte da didatização do ensino nas instituições educacionais formais valorizavam o discurso histórico disseminado pelos europeus, predominando suas referências históricas. E estes executavam um projeto de dominação, não somente em nosso território, mas em toda a América, pois quanto menos visibilidade tivessem os povos indígenas, melhor seria para a validação e a usurpação de seus territórios tradicionais dentro da lógica desenvolvimentista.

Assim, uma visão mais crítica acerca da história dos povos indígenas, ou seja, uma nova historiografia brasileira no sentido de reconhecer as etnias indígenas, somente vem surgir com a abertura de discussões mais democráticas, a partir do novo texto constitucional proposto no ano de 1988 (CF-1988), que dedica um capítulo do seu texto aos índios. Trata-se do Capítulo VIII do Título III, que trata da Ordem Social. Neste capítulo, o texto constitucional abre as disposições com as seguintes palavras:

Dos índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, CF 1988, art. 231).

Além da prerrogativa legal, constatações sobre a existência de grupos com relatos de pertencimento e a própria formação do povo brasileiro em detrimento à falta de registros históricos oficiais sobre o índio instigou os pesquisadores a adentrarem em estudos voltados para os povos indígenas, mesmo tendo poucos detalhes sobre a origem desses povos que habitaram o território antepassado, tanto no Brasil quanto na amplitude das Américas. Um dos autores que citam a escassez de estudos sobre os povos ameríndios é Cunha (2012) quando afirma:

Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe. Os estudos de casos existentes na literatura são fragmentos de conhecimento que permitem imaginar, mas não preencher as lacunas de um quadro que gostaríamos que fosse global (CUNHA, 2012, p. 11).

Vê-se, portanto, que há, em termos mais gerais, poucas afirmações seguras acerca dos povos que foram chamados de índios, os nativos que habitavam terras ameríndias, exceto quando se direciona o discurso para as sociedades denominadas de Maias e Astecas, índios da Mesoamérica.

Trata-se, portanto, neste trabalho, do povo do qual fala Pero Vaz de Caminha, em célebre carta quando descreve o momento em que a nau portuguesa chegou ao território que teve como primeiro nome – Ilha de Vera Cruz – e ao ver os nativos da terra, ele descreve:

A feição deles é parda, algo avermelhada; de bons rostos e bons narizes. Em geral são bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de cobrir ou mostrar suas vergonhas, e nisso são tão inocentes como quando mostram o rosto (CASTRO, 2007, p. 91)⁷.

A característica descrita por Caminha, para os povos encontrados nas novas terras, permite que se pense em construir um estado da arte da história e da realidade da sociedade que se formou a partir deste povo – nativo do lugar, organizado social e culturalmente em diversas etnias, mas que foram destruídas e usurpadas de seus valores e autonomia política, cultural, social e territorial, subentendidas como exterminadas e “aculturadas⁸” na maioria dos espaços territoriais do país. Em consequência disso, por muito tempo foram considerados como inexistentes no país, principalmente na região hoje denominada de Nordeste.

Em uma importante coletânea Luiz Donisete Grupioni (1994) reúne vários artigos nos quais estão estudos documentais de diversos pesquisadores. Nessa obra, Marilena Chauí chama atenção, quando escreve no prefácio do referido livro que:

Quem lê os primeiros relatos sobre o Novo Mundo - diários e cartas de Colombo, Vespúcio, Caminha, Las Casas - observa que a descrição dos

⁷ Transcrição da carta de Pero Vaz de Caminha do Português arcaico para o Português atual.

⁸ Termo que denota sutilmente a ideia de que os europeus exercem supremacia cultural sobre os indígenas. Porém, em desuso pela antropologia atual, uma vez que os estudos mais recentes indicam que não ocorreu a superioridade da cultura europeia no Brasil, mas a intercalação de culturas, em que, a cultura indígena se torna evidente em muitos costumes da sociedade.

nativos da terra obedece a um padrão sempre igual: são seres belos, fortes, livres, 'sem fé, sem rei e sem lei'. As descrições de Vespúcio, mais do que as dos outros, são de deslumbramento, particularmente quando se referem aos homens jovens e às mulheres. A imagem dos 'índios' não é casual: os primeiros navegantes estão convencidos de que aportaram no Paraíso Terrestre e descrevem as criaturas belas e inocentes que viveriam nas cercanias paradisíacas (CHAUÍ, 1994, p. 11).

Além dessa introdução acerca da imagem que o colono fazia do índio descrita por Chauí (1994), na referida obra que traz estudos de mais de dezoito pesquisadores, incluindo Grupioni (1994), estes se empenham em desconstruir o ideário reproduzido pela velha historiografia, que por tantas décadas prevaleceu na didática da história do Brasil e descaracterizou o índio, transformando-o em figura caricatural, folclórica, reduzida ao passado e à invisibilidade. Os autores desse livro constroem uma análise crítica que considera os relatos orais como ponto de partida para a recuperação dessa história.

Vale lembrar que considerando os diversos grupos étnicos que compunham as organizações indígenas, destaca-se o estudo de John Monteiro (2001), que em sua tese de Doutorado em Antropologia estuda o indigenismo dos Tupi e Tapuia. O estudo destaca a resistência de parte dos historiadores em aceitar uma versão produzida pelos próprios povos indígenas, como estes que foram citados, de que estão presentes na formação da sociedade, demonstrando a resistência étnica.

Monteiro (2001) afirma que oficialmente esses índios são apontados como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante, retirando possibilidades de se interpretar que eles existem no tempo presente em território nacional.

No âmbito da história regional do Brasil, inicia-se a construção de um estado da arte a partir da obra escrita por Pedro Puntoni (2002), intitulada de "A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil", em que o autor materializa todo o processo de extermínio dos índios que viviam na região onde hoje se situa o Nordeste brasileiro. Os fatos abordados contemplam o espaço territorial de domínio Português através das capitanias hereditárias de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande e outras que fizeram parte da colonização portuguesa.

Especificamente falando de aspectos históricos referentes à história indígena no Rio Grande do Norte, é importante mencionar a Dissertação de Mestrado de Fátima Martins Lopes, publicada em livro no ano de 2003, com o título "Índios, colonos e

missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte”, realizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio da qual analisa documentos históricos e consegue reconstruir parte da história, destacando fatos importantes que ocorreram, incluindo-se entre estes o próprio massacre que é enfatizado neste trabalho de pesquisa.

A autora mencionada apresenta outros estudos referentes à história dos índios no Rio Grande do Norte, como é o caso de sua Tese de Doutorado no ano de 2005, na qual trabalha a mesma temática, embora voltada para o domínio pombalino sobre as vilas indígenas. Em um dossiê, escrito no ano de 2011, ela refuta a historiografia tradicional informando que em seus estudos foi possível compreender que os indígenas do Rio Grande do Norte não desapareceram, eles apenas se adaptaram às situações impostas pelo governo na época da colonização (LOPES, 2011).

Outro pesquisador que se empenha em buscar informações sobre os índios que ocupavam o território potiguar é Helder Alexandre Macedo, orientando de Fátima Martins Lopes. Em sua Dissertação de Mestrado, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) aborda as questões dos territórios indígenas no sertão da capitania do Rio Grande do Norte, estudo realizado no ano de 2007. Enfatiza que os “descendentes das tribos” que viviam nas regiões sertanejas sobreviveram de diversas formas, e permanecem nesses territórios, embora “aculturados”.⁹

Vale ressaltar que este estudo de Macedo (2007) abriu portas para outras pesquisas e publicações de sua autoria sobre a história dos índios do sertão norte rio-grandense. Alguns dos seus trabalhos nesse sentido são: um artigo sobre a história dos índios no sertão do Rio Grande do Norte após a guerra dos bárbaros, escrito no ano de 2005 e um outro sobre fatos ocorridos com as “caboclas brabas” quando eram pegas a “dente de cachorro” ou a “casco de cavalos”¹⁰. O pesquisador traz nesse artigo, escrito no ano de 2010, a interpretação de vários relatos de pessoas sobre essa caça às caboclas no sertão do Seridó, uma das regiões do Rio Grande do Norte.

⁹ Os termos grifados entre aspas são de uso do autor e no contexto da antropologia pós-moderna já não atendem de forma tão abrangente e adequada ao conceito de etnicidade, que foi ampliado, modificado e aprofundado por esta área de estudo.

¹⁰ “Dente de cachorro” e “a casco de cavalos” são expressões usadas para se referir à caça e apreensão dos índios tapuia quando fugiam dos colonos e estes colocavam os cachorros à frente e saíam a cavalo em busca dos fugitivos.

Cita-se também como um dos estudos importantes, o que foi produzido por Jussara Galhardo Aguirres Guerra (2007), proveniente de sua pesquisa de Mestrado realizado na UFPE. Neste estudo, Guerra (2007) aborda a história dos Mendonça do Amarelão, uma comunidade de indígenas que vive no município de João Câmara, localizado a aproximadamente 80 Km de distância da capital do Rio Grande do Norte, Natal.

A pesquisa de Guerra (2011) relata sobre grupos indígenas no estado, revelando que a partir do ano de 2005 se inicia o processo de autorreconhecimento étnico, contrapondo-se à sua invisibilidade e à exclusão por parte das políticas públicas, resultante do desconhecimento da realidade e das histórias particulares dessas famílias.

Seu trabalho descreve aspectos distintos de formação sociocultural, política e econômica da família extensa Mendonça da região do Mato Grande, mais especificamente do Amarelão em João Câmara-RN e relaciona em um mapa de sua autoria (p. 247- Anexo E) “das comunidades que anunciam origem e memória indígenas” (2005). Essa dissertação foi publicada no ano de 2011 e a partir de então, houve um grande impulso tornando possível a união dos grupos indígenas na luta pela reconstrução das identidades étnicas.

O trabalho de Dissertação de Mestrado de Maria Gorete Nunes Pereira (2015), intitulado de “Potiguara de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico” também faz emergir novas compreensões sobre a presença indígena no Rio Grande do Norte. É também um contraponto à historiografia que permaneceu por muito tempo na perspectiva de negação da existência do índio no estado. Essa pesquisa detalha aspectos relacionados à identidade étnica, organização social e processos de territorialização dos Potiguara de Sagi, que vivem na Praia de Sagi, no município de Baía Formosa/RN. Ela também impulsionou a visibilidade desse grupo de Potiguara, que reivindica sua autoafirmação étnica e o direito a seus territórios tradicionais.

Outro estudo importante sobre a história indígena foi desenvolvido por Thiago Alves Dias (2015). Em sua pesquisa de Mestrado ele abordou as dinâmicas mercantis coloniais na Capitania do Rio Grande do Norte e, a partir deste tema, as questões relacionadas aos índios do Oeste Potiguar com os portugueses, incluindo-se fatos ocorridos exatamente com o grupo Tapuia Paiacu de Apodi.

No que se refere à argumentação, cita-se indispensavelmente, o Tratado da Argumentação: nova retórica, elaborado por Charles Perelman em colaboração com

Lucie Olbrechts-Tyteca no ano de 1958, como resultado de pesquisas sobre lógica de argumentos não formais que já estavam em andamento desde 1948. A partir desta obra, uma série de outros estudos consagram os conceitos trabalhados dentro da análise do discurso, dentre os quais, os realizados no Brasil por Antônio Soares Abreu em 1999, com o título “A arte de argumentar”; Olivier Reboul, no ano de 1998, que trabalhou com uma introdução à retórica.

E seguindo a mesma linha da argumentação na nova retórica, vários trabalhos realizados por pesquisadores potiguares, entre os quais surge Gilton Sampaio de Souza, a partir de sua Tese de Doutorado intitulada “O Nordeste na mídia: um (dê) encontro de sentidos”, na qual analisa a argumentação nos discursos midiáticos sobre o Nordeste no ano de 2003.

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em especial no Campus Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros/ RN, o Grupo de Estudos em Ensino de Produção Textual (GPET), sob a coordenação de Gilton Sampaio, tem desenvolvido várias pesquisas na área, envolvendo a análise de textos produzidos no campo da educação, desde o nível superior aos mais básicos. Entre estes destacam-se a pesquisa de Mestrado de Ananias Agostinho da Silva no ano de 2012, intitulada “A argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do ensino fundamental” e o de Elvis Alves da Costa com o título “A UERN em tese(s): argumentação e transformação em depoimentos de professores do Campus de Pau dos Ferros.

Sobre o ensino de produção textual envolvendo temáticas referentes à cultura local e a argumentação, que é também um dos elementos abordados neste estudo, encontram-se algumas dissertações de Mestrado produzidas já pelo PROFLETRAS, em especial na unidade que funciona na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM). Três dissertações de mestrado tornam-se referência nesse sentido.

A primeira é um estudo realizado por Francinilda Lucinda Dantas (2015) intitulado “Cultura popular e argumentação sobre a Lenda da Pedra da Moça no município de São Miguel/RN: das memórias do contador às produções textuais em sala de aula” no qual o gênero memória oral é usado como base para a produção escrita dos alunos. A argumentação é analisada a partir do que é contado e escrito sobre a lenda abordada no estudo.

O segundo estudo é de autoria de Ana Paula Lopes (2015), com o título “Narrativas andantes da passagem da “Coluna Prestes” pelo município de São Miguel/RN: contexto sociocultural e argumentação no ensino de Língua Portuguesa”. É também uma pesquisa que analisa a argumentação nos textos dos alunos sobre a passagem da Coluna Prestes em São Miguel.

O terceiro estudo concluído envolvendo a cultura local, o ensino de produção de texto e a argumentação foi desenvolvido por Núbia Cristina Pessoa de Queiroz Pessoa (2015). O título é “Argumentação em memórias literárias da olimpíada de Língua Portuguesa ” e analisa os processos argumentativos nas memórias escritas pelos alunos para concorrer ao concurso de produção de texto nacional.

Por fim, ao comparar todos os estudos mencionados neste estado da arte, verifica-se que, de uma forma geral, aqueles que tratam da temática relacionada à história indígena se aproximam deste estudo por dar ênfase ao desenvolvimento de um estudo crítico sobre a presença do índio como participante da formação cultural do povo brasileiro, em especial do povo que habita a região do médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte. Neste aspecto, os estudos que mais se aproximam deste no caráter de vislumbrar a visibilidade de reconhecimento étnico é o de Guerra (2011) e o de Pereira (2015).

No que concerne ao envolvimento do ensino de produção de textos e a análise da argumentação, aproximam-se os estudos de Dantas (2015), Queiroz (2015) e Lopes (2015). A diferença desta pesquisa das demais está apenas na abordagem da história indígena como tema gerador da intervenção que tem como resultado o *corpus* da pesquisa.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura textual desta dissertação é composta de sete capítulos. No primeiro, que se constitui da parte introdutória, constam as informações sobre motivos, justificativa, problema e objetivos, estado da arte e estrutura do texto. A leitura desta parte permite compreender o objeto, a temática, os pressupostos que dialogam para definir o tema e sua importância dentro do contexto em que a pesquisa é aplicada.

Para o segundo capítulo, destaca-se os primeiros dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental sobre história dos povos chamados de indígenas, que habitam toda a América. É o momento em que se apresentam aspectos que comprovam a existência do índio no contexto histórico da nação brasileira nos mais diversos espaços, com um enfoque especial à situação do Nordeste e do Rio Grande do Norte, pelo fato de o apagamento da história ter sido mais intenso nesse contexto, desde à colonização até o momento atual, destacando-se a forte expressão do movimento indígena para se iniciar a luta pela desconstrução das concepções históricas equivocadas e difundidas.

Na terceira parte, faz-se a apresentação da história do índio habitante de grande parte do território do sertão potiguar, em especial os espaços que pertenceram à grande Ribeira do Apodi instaurada no final século XVII. Neste espaço viviam e vivem os Tapuia, que no passado estavam subdivididos nas mais diversas etnias, destacando-se o povo Paiacu. Estes indígenas sofreram perseguições e massacres diante dos propósitos de exploração da terra, da água e de outros recursos naturais, por parte dos colonizadores.

Os relatos sobre os referidos massacres, registrados em manuscritos históricos e em depoimentos de algumas pessoas que pertencem às famílias Tapuia Paiacu são enfatizados, de tal forma que o massacre dos 70 índios em Viçosa, ao pé da serra de Portalegre é fortemente evidenciado. Neste capítulo, também se fala um pouco sobre a resistência e o movimento indígena no município de Apodi, algo que emerge ainda de forma tímida.

No quarto capítulo organizam-se os aspectos teóricos da argumentação no discurso e de sua relação com o ensino do gênero textual no processo de ensino-aprendizagem de produção de texto na escola, em especial no ensino de Língua Portuguesa. É o momento em que o texto se desencadeia para a apresentação das definições conceituais sobre as técnicas argumentativas e como se delineiam no texto, bem como sobre a importância de se percebê-las no contexto dos discursos produzidos nos textos, sejam estes orais ou escritos.

O quinto capítulo da dissertação tem como propósito apresentar o percurso metodológico do estudo. Nesta parte é possível identificar o universo, o tema, a população envolvida, os tipos de pesquisa, como se desenvolve a intervenção, o *corpus* analisado e como é feita a análise dos dados.

E a análise das categorias selecionadas para a pesquisa é desenvolvida no sexto capítulo, momento em que o relato oral de Lúcia Tavaris sobre o massacre de dos índios e os relatos escritos pelos alunos sobre o mesmo tema são analisados à luz da teoria da argumentação, buscando-se identificar os lugares e as teses, além da hierarquia de valores que se constituem nos discursos.

Por fim, apresenta-se o capítulo final da dissertação. Nesta parte faz-se uma apresentação das conclusões acerca do que foi pesquisado, da intervenção realizada, dos dados obtidos e das contribuições que foram possíveis: para o estudo da argumentação, para o Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e para a reconstrução da história indígena na região do médio e alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA INDÍGENA

A temática deste estudo se volta para um fato histórico relacionado ao grupo Tapuia Paiacu. Grupo este que no período colonial do Brasil habitava o território da Ribeira do Apodi, região do médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte na atualidade. Com este tema em discussão, e utilizado como gerador de uma intervenção pedagógica, não se pode dispensar uma incursão mais detalhada acerca da história dos nativos que viviam no território em que os europeus começaram a explorar no século XVI.

Neste capítulo, dispõe-se ao texto narrar a história do índio em todo o território que hoje denomina-se Brasil. Por isso, inicia-se esta narrativa a partir do encontro dos habitantes primitivos da terra com o europeu até o alcance do contexto atual, momento em que os estudos antropológicos e arqueológicos impulsionam concepções e legislações que permitem novos entendimentos acerca das etnias indígenas.

Nessa mesma tendência conceitual, reflexiva e transformadora das compreensões sobre o índio, reelabora-se a história da etnia Tapuia, de seus grupos familiares espalhados pelos sertões da região em que hoje se situa o Nordeste do país como também o Rio Grande do Norte. Assim sendo, surgem novas reflexões sobre os índios do sertão, a partir da memória social e das histórias particulares, narrativas orais que são apresentadas por membros dessas famílias e de suas conexões com sua ancestralidade.

2.1 BRASIS: DO ENCONTRO COM O EUROPEU AO CONTEXTO ATUAL

O entendimento sobre os aspectos históricos do povo Tapuia Paiacu do Apodi exige da parte de qualquer pesquisador, a contextualização sobre a existência de povos indígenas não somente no Brasil, que se originou do território encontrado pelos portugueses no século XVI. É relevante lembrar que em se tratando de povos

indígenas, os ameríndios, assim denominados, já viviam nessas terras há milhares de anos, ou seja, muito antes de Cabral pisar o chão do território e batizar o lugar, junto com seus companheiros com o nome de Ilha de Vera Cruz.

Segundo Monteiro (2001, p. 12) são muitos os documentos que descrevem as terras e os humanos a quem deram ‘Castas de Gentios’ no território que mais tarde as narrações da história denominaram de América Portuguesa Quinhentista.

Gabriel Soares de Souza (1587), corógrafo, nobre Português, senhor de engenho, detalhou uma das primeiras descrições do território em obra intitulada como: “Tratado Descritivo do Brasil de 1587”. Ele também faz menção aos povos Tapuia como habitantes do lugar. No trecho do tratado ele descreve a tribo aimoré, da seguinte forma:

Descendem estes “aimorés” (GRIFO NOSSO) de outros gentios a que chamam tapuias, dos quais nos tempos de atrás se ausentaram certos casais e foram-se para umas serras mui ásperas, fugindo a um desbarate, em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente (SOUZA, 1587, p. 99).

O comentário não difere muito dos demais atribuídos aos índios encontrados no território à época em que os cronistas da literatura de viagens, entre estes Pero Vaz de Caminha descreviam a população de índios que encontraram. Na carta endereçada ao Rei de Portugal ele descreve os gentios assim:

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro¹¹.
[...]
Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram¹² (CASTRO, 2007, p. 90).

Pode-se perceber que ambos os textos têm descrições muito semelhantes e permitem a compreensão de que, em se tratando das novas terras que eles buscavam, as que foram posteriormente chamadas de América, tinham como habitantes e, conseqüentemente donos, os povos indígenas.

¹¹ **Texto original em Português da época** – *Daly oouemos vista dhomee[n]s q[ue] 53. andauam pela praya obra de bij ou bii segº os 54. Naujos pequenos diseram por chegarem primeiro [...].*

¹² **Texto original em Português da época** – *Heram aly xbii ou xx homee[n]s pardos, todos nuus sem nhuu[m]a cousa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas maãs e suas seetas. Vijnham todos rrijos perao batel e nicolaa coelho lhes fez sinal que posesem os arcos. E eles os poseram.*

Esses grupos foram vistos pelos visitantes com admiração, pelos costumes e modos de vida diferentes do europeu, criando assim, um espanto e daí um certo imaginário sobre o Novo Mundo.

Observa-se claramente a autovalorização da cultura europeia por não andarem nus e por utilizarem outros tipos de armas, mais poderosas do que o simples arco e flecha dos indígenas. Na ilustração da Figura 1, pode-se contemplar a imagem de uma obra de arte que é atribuída ao momento da chegada dos portugueses.

Figura 1 - Desembarque de Cabral – Pintura de Oscar Pereira da Silva - Pintor brasileiro (1865-1959).



Fonte: Disponível em <<http://deniseludwig.blogspot.com.br>>.

A história contada sob o ponto de vista europeu demonstra a ideia de conquista e de descoberta do Novo Mundo. Foi narrado durante séculos como se tivesse sido um feito extraordinário dos portugueses, o fato de terem ancorado aqui suas naus e encontrado povos que eram considerados como “primitivos”, “sem alma”, “sem cultura” – uma verdadeira página em branco.

O projeto colonial com base na exploração mercantil pretendia superar as crises que assolava a Europa¹³. Sabendo da existência de riquezas, pois as

¹³ A Europa viveu crises políticas, sociais e econômicas entre os séculos XIV e XV. Houve um intenso crescimento urbano que levou à necessidade de reelaboração das rotas comerciais que estimularam atividades econômicas não ligadas ao meio rural, muitos deixaram o campo pelas cidades. Invernos intensos provocaram perdas e o surgimento de doenças. Epidemias de peste negra se espalharam devido às péssimas condições sanitárias das cidades. A burguesia se fortaleceu e os camponeses passaram a ser assalariados. Houve guerra entre países da Europa, como a Guerra dos Cem Anos, entre Inglaterra e França. A criação dos Estados nacionais auxiliou os interesses da burguesia mercantil porque facilitou as condições para as navegações por novas rotas comerciais, abrindo espaço para as

descrições do próprio Pero Vaz de Caminha revelam como se encantaram com a beleza do lugar que eles chamaram de “Ilha de Vera Cruz”, não mediram esforços em desbravar o território, por meio de expedições e enfrentamentos contra os indígenas, buscando a expansão e conquista territoriais.

Vale ressaltar que, antes do nome dado pelo navegador Português, o território era identificado pelos indígenas como ‘Pindorama’. O nome Ilha de Vera Cruz foi atribuído em 1500. Em 1501, foram dados mais dois nomes novos: Terra Nova e Terra dos Papagaios. Em 1503 passou a se chamar de Terra de Vera Cruz ou Terra de Santa Cruz. Em 1505 acrescentou-se a palavra Brasil, ficando conhecido como Terra de Santa Cruz do Brasil e na sequência Terra do Brasil (SÓ HISTÓRIA, 2009).

O nome Brasil, como é atribuído até hoje foi dado no ano de 1527. Tem referência na árvore chamada de Pau-Brasil¹⁴, que foi uma das primeiras atividades de exportação pelos portugueses, trocando a madeira por objetos de menor valor pelos quais os índios se encantaram, como é o caso dos espelhos.

No início do século XVI o povo habitante das terras invadidas pelos europeus, eram seus donos originários, com culturas diferentes e que falavam também diversas línguas. Estudos arqueológicos indicam que o território era ocupado há mais de 12 mil anos por centenas de povos. A dispersão dos mesmos começa a ser percebida já a partir dos primeiros anos de colonização. No entanto,

Os pesquisadores acreditam hoje que houve várias etapas nesse processo de dispersão humana, pois as novas descobertas arqueológicas questionam os dados que cercam antigas interpretações do povoamento americano, como a migração asiática pelo Estreito de Behring (v. Funari e Noelli, 2005). Pesquisas dirigidas pela arqueóloga norte-americana Ana Roosevelt (1992) na Amazônia apontam registros de sociedades complexas, sofisticadas no desenvolvimento tecnológico (cerâmicas) e na organização social (cacicados). As investigações posteriores, se não mantêm um acordo completo, questionam as antigas hipóteses de povoamento, baseadas na pressuposição de existência de sociedades pequenas e simples, de caçadores e coletores, caracterizadas por uma alta mobilidade e o uso de materiais perecíveis, como cestarias (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21).

Grandes Navegações. Foram estas que permitiram a ampliação do contato dos europeus com o continente africano e asiático, fazendo ruir o feudalismo.

¹⁴ *Caesalpinia echinata*, nome científico da árvore popularmente conhecida como Pau-Brasil, da qual de sua madeira se extraía uma resina de cor vermelha, cor-de-brasa, usada para tingir tecidos.

Segundo Oliveira e Freire (2006), estudos realizados pelo etnólogo Curt Nimuendaju permitiram o registro de um mapa etno-histórico no qual se assinalou a existência de cerca de 1400 povos indígenas no território brasileiro na data que é correspondente ao tal 'descobrimento'. Ainda segundo esses autores, "eram povos de grandes famílias linguísticas – tupi-guarani, jê, karib, aruák, xirianá, tucano etc." (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21). Todas essas tribos viviam em distintas regiões do Brasil. Algumas tinham expansão maiores no território, outras se fixavam mais em um só lugar.

A expansão dos Tupinambá se dava do Baixo Amazonas ao litoral nordestino, às vezes se situando até onde hoje é o território de São Paulo. Já os Guarani viviam do Sul para a foz do rio da Prata. Os Tupi podiam ser encontrados em toda a costa e no vale amazônico. Nesta região eles dividiam o território com etnias da família Aruák e Karib (OLIVEIRA; FREIRE, 2006).

Segundo Oliveira (1987), as informações sobre as tribos de povos que viviam à época são muito limitadas. Sabe-se que eram muitos grupos e muitas línguas usadas para se comunicar. As descrições culturais são possíveis apenas a partir das interpretações de textos dos cronistas, que escreviam cartas conforme sua visão europeia, ou seja, havia um imaginário que não era do índio, mas do povo invasor.

Algo que não se pode negar é que os índios brasileiros, mesmo os que vivem na contemporaneidade são, sem dúvidas, pertencentes a povos muito antigos que foram encontrados pelos portugueses no século XVI. A partir desse encontro, passaram a vivenciar intensos conflitos. Segundo a FUNAI, (2015, p. 9)

[...] foram subjugados pela escravidão, pelas doenças e pelas guerras, tendo sua população drasticamente reduzida. Ao longo de 500 anos de história, esses povos quase que desapareceram por completo, a maioria foi extinta ainda no período colonial.

Parece inegável, portanto, que havia um projeto intencional de extermínio contra os primeiros habitantes do território nacional. Além de se apossarem do seu habitat natural, os colonizadores os escravizaram, provocaram fugas desastrosas, massacres e muitas revoltas que tiveram como consequência o genocídio de muitos povos indígenas.

Segundo Monteiro (2001), ainda prevalece até hoje duas noções fundamentais estabelecidas: a exclusão do índio enquanto legítimo ator histórico, ficando invisível

no processo de construção da história e a disseminação da ideia de desaparecimento dos povos indígenas. Segundo o autor, esta última ideia é até compreensível diante dos horrores que os indígenas viveram, os quais não se restringem à época da colonização, mas ao longo de mais de 500 anos de existência do Brasil, pois, não é real o seu desaparecimento.

Segundo Grupioni (1994) a criação da ideia de desaparecimento do índio gera desconhecimento da população de que esses povos estão espalhados por todo o Brasil, em contextos urbanos e rurais, aldeados ou não, são reais e quase sempre com um relato de pertencimento a alguma etnia muito antiga. No entanto, como houve a negação de uma narrativa que incluísse os índios como coparticipantes da história, como consequência disso, a escola, os professores reproduzem o desconhecimento, o preconceito, a ignorância, que privilegiam o discurso dominante nos programas de governo.

[...] a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil de 1500 aos dias atuais (GRUPIONI, 1994, p. 13).

E se a escola é um dos meios de formar o ser que atua na sociedade, como se define a formação histórica de um agente social que sai da escola ignorando essa presença cultural indígena? Certamente, negando-a. Por fim, o autor considera ainda a disseminação dos meios de comunicação, que para ele “continuam produzindo imagens distorcidas da realidade indígena” (GRUPIONI, 1994, p.13).

Algumas mudanças ocorreram justamente a partir da década de 1980. Estudos antropológicos e históricos profundos contribuíram para um avanço do quadro historiográfico. Alguns arqueólogos e linguistas também participam da meta de construção de uma nova história indígena. E os efeitos têm sido bastante positivos, em termos de se compreender que há uma realidade a se observar quando se fala em indígena no Brasil (MONTEIRO, 2001).

Valendo ainda lembrar que a legislação nacional, apesar de inserir artigos referentes à importância de se rever a história ensinada em sala de aula, não tem sido favorável aos novos rumos que têm tomado a vida do índio brasileiro, que já aceitou até mesmo o nome que lhe foi concedido pelo europeu. Segundo Hingel (1994), que

na qualidade de Ministro da Educação na década de 1990 prefaciou o livro organizado por Luiz Grupioni, um dos marcos relevantes na conquista de novos rumos para a história indígena no Brasil é o texto constitucional de 1988, visto que, além de valorizar a história presente traz perspectivas boas para o futuro, assegurando sua alteridade cultural e sua proteção enquanto patrimônio da nação pelo Estado. No entanto, nada disso se cumpriu e a educação continua a mesma.

Algumas leis foram elaboradas, a partir da Constituição Federal, que com base na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, incentivou a criação de leis especiais, atos normativos e acordos que dão visibilidade e proteção ao índio brasileiro atual. Algumas dessas leis são as seguintes:

- ✓ Decreto-Lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943, que institui o dia do índio;
- ✓ Lei nº 2.889, de 01 de outubro de 1956, que versa sobre o crime de genocídio;
- ✓ Convenção 104 – Abolição penal dos trabalhadores indígenas – Decreto nº 58.821, de 14 de julho de 1966;
- ✓ Convenção Internacional sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial – Decreto n.º 65.810, de 8.12.1969;
- ✓ Estatuto do Índio – Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973;
- ✓ Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- ✓ Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, institui a Educação Escolar Indígena;
- ✓ Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos – ONU – Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992;
- ✓ Pacto Internacional Direitos de Econômicos, Sociais e Culturais – ONU – Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992;
- ✓ Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA) – Pacto de São José da Costa Rica – Decreto nº 678, de 06 de novembro de 1992;
- ✓ Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
- ✓ Instrução Normativa nº 01/PRESI-FUNAI, de 29 de novembro de 1995, que versa sobre o ingresso em terras indígenas com finalidade científica (FUNAI, 2008);
- ✓ Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996;
- ✓ Portaria MJ 14, de 09 de janeiro de 1996 – Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas;

- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996;
- ✓ Decreto nº 3.108, de 30 de junho de 1999, institui o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas;
- ✓ Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- ✓ Convenção 169 da OIT – Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004;
- ✓ Convenção sobre a diversidade de expressões culturais – Decreto nº 6.177, de 01 de agosto de 2007;
- ✓ Lei nº 11.696, de 02 de junho de 2008, que institui o dia nacional de luta dos povos indígenas (SILVA, 2008).

Acrescentam-se ainda à proteção ao índio enquanto cidadão comum, assegurada em todas as outras leis que instituem direitos a todo e qualquer cidadão brasileiro, com base na afirmação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos Indígenas (2007. p. 3), quando em Assembleia Geral são aprovados vários textos de reconhecimento, dentre as quais a afirmação de que “os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais”.

Uma das leis listadas é de suma importância para a autoafirmação enquanto indígena no Brasil. Trata-se da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁵ – Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004. Este dispositivo considera, para a identificação do indivíduo como indígena, a consciência da identidade como critério fundamental. Essa consciência diz respeito também ao que versa o texto sobre quem pode ser considerado indígena, especialmente em sua aplicabilidade. Segundo o documento está destinada:

[...] aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou **uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização** (GRIFO NOSSO) ou do estabelecimento das atuais fronteiras

¹⁵ Fundada em 1919 para promover a justiça social, é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 187 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização. (Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>>)

estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas (OIT, 2004, art. 1º, alínea b).

O texto permite inferir que a presença indígena é inegável em diversos contextos históricos e sociopolíticos, incluindo processos de colonização. Por esse motivo devem ser consideradas as autorreferências, visto que fazem conexão com a memória social e genealógica de seus antecessores indígenas. É justamente desta compreensão que ressurge a oportunidade de recuperação da história do índio no Brasil. Reconfigura-se, portanto, todas as ideias relacionadas aos direitos indígenas.

Monteiro (2001) faz referência ao contexto da “(re) contação” da história, como uma reconfiguração dos direitos, tanto históricos quanto territoriais. Essa nova abordagem é estimulada por estudos antropológicos e documentais, que têm como base os documentos elaborados no âmbito do processo de colonização. Estes documentos informam sobre os territórios que eram habitados por índios, seus modos de vida e suas perdas, sobretudo as territoriais.

Descobriu-se assim a possibilidade de serem vislumbradas as questões coevas dos indígenas, a partir de pesquisadores e antropólogos que de certa forma, tornavam-se também seus defensores. Surgem assim, certos grupos indígenas que passam a reivindicar seus direitos com base nessas novas informações dos estudiosos, que foram muito importantes para o desenvolvimento de estratégias e metas em busca de soluções para seus problemas.

[...] figuram com certa proeminência entre os primeiros exemplos deste renovado interesse pela história dos índios alguns dossiês e laudos antropológicos que buscavam dar substância às reivindicações de grupos tais como os Potiguara da Baía da Traição, os Xocó de Sergipe e os Pataxó do sul da Bahia, entre outros (MONTEIRO, 2001, p. 5).

Pode-se observar que dentre os exemplos citados, as comunidades estão justamente situadas no Nordeste brasileiro, região na qual houve o mais profundo apagamento da história dos povos indígenas. Alguns Estados tiveram como certa a extinção desses povos. Mais adiante, pelo viés histórico que se segue, percebe-se que não era nem equívoco, mas, algo intencionalmente disseminado, a fim de se ignorar as populações indígenas de todo o Brasil. O sertão foi onde mais houve conflitos e também a divulgação mais ampla da extinção do indígena, apesar de sua cultura distinta está estampada visualmente na vida do povo.

Castro (2006), baseado em estudos antropológicos desenvolvidos no sentido de modificar tal pensamento ressalta que o principal objetivo político e teórico de alguns estudos realizados era desconstruir, tanto as ideias da inexistência quanto a da concepção que se tem de índio no Brasil: “uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente, nesse sentido estereotipificante” (CASTRO, 2006, p. 42).

A concepção mais pertinente, segundo o antropólogo citado é que ser índio é um ‘estado de espírito’, o que se configura como um modo de ser e não de se apresentar, enfim, um modo de se sentir diferente pela sua manifestação de pertencimento a uma identidade. Enfim, para o autor, a luta era muito mais conceitual, embora seu entendimento seja de que ainda não foi possível chegar a essa compreensão, pelo menos, a sociedade ainda não detém este conceito.

Essas ideias antropológicas estimulam a refletir sobre os motivos que levam as pessoas a se espantarem quando da autoafirmação de uma pessoa enquanto indígena. A intenção política do apagamento se utiliza da visão social já enraizada e que faz parte do senso comum, ancorada pelos estereótipos – o índio é um indivíduo que vive na mata, caçando, pescando, vestido com adorno em plumas, vivendo em uma aldeia em casas de palhas, ocas, enfim, em condições distantes de toda a evolução humana que ocorreu até o século XXI, sem interações, transformações e dinâmicas socioculturais.

A ideia do indígena fossilizado e quinhentista ainda permanece como algo sedimentado. Hoje não se justifica esse olhar estereotípico a quem se autodeclara como índio. Também não se pode descartar os grupos que preservam a sua ancestralidade e até algumas atividades que visivelmente demonstram a relação etno-cultural. Segundo Hingel (1994, p. 5, Prefácio) “é questão viva, do presente, e que permite perceber a importância das cerca de duzentas comunidades, com perspectivas e formações históricas próprias, que existem hoje no país”.

A FUNAI (2015), reconhecendo e reafirmando esse pensamento destaca que os índios brasileiros no contexto atual não podem mais ser vistos da mesma forma como foram na época da colonização. Essas populações “são na verdade povos variados e diferentes entre si, com modos de vida bastante diversificados e complexos, com séculos de história e civilização” (FUNAI, 2015, p. 9).

Ressalta-se, por fim, a importância de se compreender que após a década do ano de 1980, quando se fortalecem os estudos ligados à antropologia, além do próprio

movimento indígena, passa-se a desmontar os estereótipos até então muito sedimentados não apenas no senso comum, mas da mesma forma, muito presentes em diversos setores e instituições governamentais. Daí passa-se a exigir um maior respeito e garantia de direitos aos povos originários, sobretudo em questões ligadas à identidade, à territorialidade, à preservação de suas terras e garantia de seus direitos específicos.

Grupioni (1994) menciona ainda que além do crescimento da população indígena do Brasil, algumas culturas de comunidades foram revigoradas, promovendo o reconhecimento e a autoestima, ao mesmo tempo em que se consolidaram os instrumentos jurídicos que garantem a proteção, bem como os direitos específicos aos grupos que aos poucos vão se revelando.

É visível que a situação atual, tanto de afirmação da identidade indígena quanto da busca por direitos é uma questão legal, não se faz no campo da percepção estereotipada do índio no contexto da colonização, mas dentro de um parâmetro atual, pautado na compreensão de que, quem revela sua autoafirmação tem uma história de pertencimento étnico.

O que se observa é que os povos indígenas, apesar dos conflitos, dos massacres e de todo o discurso de extinção em torno deles, permanecem em resistência em todas as regiões do Brasil, incluindo-se o Nordeste. A Constituição Federal de 1988¹⁶, já pautada no ideário da resistência e da sobrevivência do índio foi o que garantiu legalmente a volta do indígena como etnia brasileira às planilhas dos censos demográficos, ou seja, após 150 anos de apagamento nas contagens desses povos.

A autoafirmação como etnicamente indígena garante o pertencimento aos grupos que têm diversos nomes identificados no contexto das tribos que habitavam o território antes da colonização. Esse autorreconhecimento é conclamado pelos estudiosos da atualidade, que além da interpretação arqueológica, antropológica e política no sentido de haver a necessidade de reflexão social sobre a autoafirmação, se pautam na legislação da OIT e da própria Constituição Federal. Estes dispositivos se sustentam na ideia de que, em todo território há comprovação histórica de seus

¹⁶ O Capítulo VIII, do Título VIII da Carta Magna, que trata da ordem social, ao garantir a organização social assegura o direito inviolável dos índios, ao mesmo tempo que os grupos indígenas resistentes e sobreviventes estejam incluídos como participantes da contagem da população do Brasil, através dos censos demográficos.

primeiros habitantes serem originados em grupos indígenas, também há estudos que confirmam a resistência e a sobrevivência, independente de viverem em territórios preservados. No Brasil, tem-se aspectos históricos, sociais, políticos e culturais que se associam estreitamente aos costumes e atividades indígenas que permanecem até hoje nas relações comuns da sociedade.

2.2 LEGISLAÇÃO E MOVIMENTO INDÍGENA

A partir da legislação que foi criada após a promulgação da Constituição de 1988, o movimento indígena brasileiro caminhou em outra direção. Teve origem na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, ainda no período militar, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que criou um órgão de atuação missionária a fim de buscar meios para a proteção do indígena nacional nesse novo contexto. Trata-se do Conselho Indigenista Missionário de Brasília (CIMI-DF)¹⁷. Da prática do CIMI foi possível o seguinte fato:

Em 1974 ocorreu na Missão Anchieta¹⁸, em Diamantino (MT), a realização da 1ª Assembleia nacional de líderes indígenas. Desde então, o CIMI apoiou 16 Assembleias nacionais de povos indígenas. Em pleno regime militar, o governo dificultava ou impedia a participação indígena e até mesmo a realização das assembleias, como ocorreu em Roraima em 1976 (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 188).

Percebe-se que a igreja como instituição religiosa foi sempre a primeira a ser utilizada como objeto de prática para a intervenção social e política. Isso, apesar de

¹⁷ Criado em 1972, no auge do Regime Militar, quando o Estado brasileiro tinha como objetivo central trabalhar grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. O principal objetivo foi testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciou a dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo (Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/o-cimi/>>).

¹⁸ Uma missão jesuíta da igreja católica existente desde a colonização. Trabalha, primeiramente a civilização e catequização. Renovou algumas práticas, a partir da década de 1970, a partir do CIMI.

muitos ainda, ilusoriamente, acreditarem que não se deve misturar os assuntos religiosos com os políticos.

Basta lembrar que o país ao qual foi dado o nome de Brasil, já em seus primeiros momentos de fundação, a partir do encontro de portugueses com os seus primeiros habitantes – os indígenas, contou com a presença indispensável da igreja como coparticipante no processo de colonização. Portanto, ela se funde como um instrumento político, inegavelmente.

Segundo Oliveira e Freire (2006), nessa empreitada do CIMI como conselho indigenista, o apoio foi implementado justamente se valendo do processo de aculturação¹⁹, pois articulou as ideias justamente com os líderes indígenas que já se expressavam muito bem em Português. Ele afirma:

[...] se diferenciavam dos chefes indígenas tradicionais por estarem voltados para as relações dos índios com a sociedade nacional. O discurso político que adotavam estava voltado, inicialmente, para suprir as necessidades de suas aldeias (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 189).

Segundo os autores citados, o mais importante como consequência dessas articulações do CIMI com os povos indígenas foi justamente a ampliação dos contatos com os inúmeros povos, pois a cada dia aumentava a participação nas assembleias. Foi a partir desta organização que se instituíram as primeiras entidades de proteção ao índio em âmbito nacional.

Dessa imersão da igreja como fundadora de muitos dos movimentos sociais surge o movimento indígena ou indigenista, que segundo Luciano (2006, p. 28) “é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”. E o caminho seguido foi a realização de assembleias nos lugares onde mais se evidenciava a presença dos povos indígenas.

No primeiro momento, foram realizadas 16 assembleias indígenas, todas realizadas em aldeias localizadas em estados situados nas cinco regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nesse primeiro momento foram contempladas as localidades onde mais se concentravam aldeamentos, cujos povos

¹⁹ O termo aculturação é utilizado por Oliveira e Freire (2006) no sentido de se identificar que muitos grupos indígenas permanecem e no seu dia-a-dia interagem culturas. Não se trata de terem trocado uma cultura por outra, mas adotam aspectos de outras culturas e associam-nos aos seus costumes. Sendo assim, apenas transformam, readaptam seus saberes.

eram mantenedores de traços culturais bem demarcados, ou seja, detinham fortes sinais diacríticos²⁰.

É importante frisar que desde o século XX, e considerando o contexto atual, já não é mais possível compreender que existam indígenas no Brasil que vivam a cultura original dos povos encontrados pelos europeus há mais de quinhentos anos, mesmo que haja grupos isolados em algumas partes do Norte do país. A partir do momento em que outros povos chegaram aos territórios tradicionais dos povos indígenas e puseram em prática seus projetos de colonização – considerando a presença da Holanda, Espanha, França, além de Portugal, a experiência do contato foi desastrosa, visto que a partir de então os conflitos, as guerras de extermínio, as fugas e a violência tornaram-se comuns e mudanças culturais ocorreram.

Nesse contexto, além das matanças que forçaram a diminuição quantitativa dos indígenas, o processo de afirmação das identidades étnicas perpassa o que Barth (2011) define como interação social dos fenômenos culturais. Nisto, os grupos étnicos interagem suas categorias de símbolos culturais de tal forma que se intercalam com outros símbolos. E com isso, não se pode afirmar que um grupo, culturalmente possa ter absorvido totalmente os símbolos culturais do outro, mas, passa a viver os seus próprios processos de forma sutil, nos momentos que acha conveniente ao seu grupo. Nisso, “[...] as definições dos ‘Nós e dos Eles’ recompondo-se continuamente para reger as interações nas situações de mudança social induzidas pelos processos macrossociais (colonização, urbanização, migrações) ” (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 114).

Pode-se perceber que mesmo se supondo a ação dominante do colonizador, foram as interações sociais, isto é, o contato dos povos natos no Brasil com outros que aqui chegaram que provocou as variações existentes na formação cultural tão diversa da sociedade brasileira. No entanto, esses traços diversos não anulam a etnicidade, não apagam o pertencimento dos indivíduos a seus antecessores originários.

No caso brasileiro, não se pode afirmar que houve um processo de “aculturação”, mas a dinâmica cultural pelas interações sociais, pois, indígenas,

²⁰ Os sinais diacríticos são elementos culturais utilizados para diferenciar um grupo étnico de outro. Pode ser que um grupo tenha em seu contexto um símbolo religioso, linguístico, um costume, uma dança, dentre outros que sejam diferentes dos outros. A Dança do Toré, por exemplo, identifica-se como um sinal diacrítico da cultura indígena no Nordeste.

negros, brancos, cada grupo, a seu modo, deu continuidade à valorização dos seus processos culturais, expressando-os interativamente e reciprocamente. No entanto, é preciso saber que, mesmo considerando as interações sociais, não se pode afirmar que uma etnia não prevaleça sobre a outra. Segundo Castro (2006), a intercalação de culturas é o que mais prevalece.

Eis a questão do controle econômico dos meios de produção, que foi o que ocorreu no território brasileiro: etnias que se posicionaram como superiores passaram, devido à colonização, a dominar os povos originários. Segundo Poutignat e Streiff-Fernat (2011, p. 211) “quando um grupo controla os meios de produção utilizados por um outro grupo, prevalece uma relação de desigualdade e estratificação”.

Para ilustração pode-se citar vários exemplos reais da situação atual de indígenas brasileiros. Muitos deles, por sinal a maioria, vivem nas cidades. Segundo o censo demográfico realizado no ano de 2010, é possível perceber essa realidade em quase todos os estados do Brasil. Nessas localidades e na situação precária em que vivem já não são evidentes as diferenças culturais dessas famílias, muito embora preservem a memória sobre suas origens.

Há por exemplo, estados brasileiros em que, os índios têm maior presença nas áreas urbanas que nas rurais. De acordo com dados do IBGE (2010) no estado de Goiás há uma inversão surpreendente destas populações. São cerca de 2.400 índios que vivem nas cidades enquanto cerca de 203 índios somente, vivem em três aldeias. Percebe-se que a população de índios urbanos é maior por dez vezes, que a rural.

Em todo o Rio Grande do Norte, segundo dados do censo de 2010, a população indígena é de mais de 2.500 membros. Somente em Natal vivem 1003 índios, número este que representa 0,12% da população da capital. No entanto, o que parece é que essas autorreferências étnicas não se manifestam de forma culturalmente diversa, ou seja, alguns aspectos diferenciadores podem até existir, mas, não se tornam traços identificadores de diferenças culturais perceptíveis.

2.3 TAPUIA: POVO DO SERTÃO

Em meio à existência de tantos grupos indígenas estavam, naquela época (séc. XVII a séc. XIX) os chamados de Tapuia, os quais foram assim nomeados por força da hostilização dos lusitanos e de seus aliados – os Potiguara, falantes da língua tupi. Estes consideravam a fala de seus inimigos – os Tapuia, como de “língua travada”, pois sua fala pertencia ao tronco *Macro-Jê* e apresentava pronúncia bem específica e diferente da língua do tronco tupi.

Segundo Santos Júnior (2008), as estimativas realizadas com relação ao número de índios habitantes do território no ano de 1500 dão conta da existência de seis milhões de índios que falavam cerca de 600 línguas diversas. O Nordeste, genericamente falando em termos de região brasileira na atualidade, era o lugar de refúgio dos “tapuias”²¹ que fugiram de outras regiões do Brasil onde a colonização chegara e os expulsara. Da mesma forma, já anteriormente aos europeus, esses grupos já haviam sido expulsos pelos Potiguara – que os empurraram do litoral para os interiores.

Os troncos linguísticos eram quatro: o Tupi, o *Macro-Jê*, o Aruaque e um grande grupo de línguas consideradas independentes, atualmente classificada como Tarairiu. Os índios que viviam próximos ao litoral eram sempre chamados de “tupis”²². Estes habitavam a costa litorânea que na atualidade está na região brasileira desde São Paulo até o Ceará. Os “guaranis” se situavam desde onde hoje se tem a costa paulista até o Rio Grande do Sul e os “tapuias” eram os índios do interior; habitavam desde a margem oeste do Rio São Francisco, que agora é chamada de Bahia, até os sertões de vários outros estados nordestinos (SANTOS JÚNIOR, 2008). Desta descrição é que se identifica o grupo do qual se fala neste estudo: os Tapuia Paiacu de Apodi.

²¹ O termo, escrito por Santos Júnior (2008) no plural (neste trabalho utiliza-se o termo e outros que são citados para designar grupos étnicos, no singular, dada a observação das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA); é explicado por Pires (2002) como sendo definido pelos Tupi, significa o selvagem, o bárbaro, os inimigos contrários. Pode ser também identificado como o nome de uma das classificações dadas pelos portugueses, que classificaram os povos ameríndios em dois grandes grupos: os Tapuias e os Tupis. Estes ocupavam os litorais e matas tropicais, aqueles os interiores e a caatinga.

²² Da mesma forma que o termo “tapuias”, a referência “tupis” e outras, quando aspeadas representam neste trabalho o uso por diversos outros autores.

Várias são as indicações de que o termo “tapuia” não pode ser entendido como um etnônimo²³ pelo fato de ser apenas uma atribuição dada pelos “tupis”. Pires (2002) define como um termo genericamente pobre, mas de significado riquíssimo no âmbito histórico. Percebe-se que as teorias antropológicas mais recentes, que consideram o processo de interações das culturas tratado por Barth (2000), passam a entender o uso do termo “tapuia”, assim como outros a partir de uma lógica de autorreferências étnicas, haja vista o fato de que as interações sociais favorecem tanto a autoafirmação quanto a adoção de termos, que podem ter novos usos e ressignificações políticas.

Segundo Santos Júnior (2008, p. 28) “a noção de tapuia, como alteridade absoluta, constrói-se ao longo do século XVII, juntamente com a noção de sertão, espaço imaginário”. Ainda segundo Santos Júnior (2008), “tapuia”, desde a grafia antiga à mais moderna, é utilizado de diversas formas: *Tapuyos*, *Tapuhias*, *Tapuzas*, *Tapyyia*, *Tapuya*, *Tapuy* ou *Tapoyer*. Neste presente trabalho, utiliza-se sempre a denominação Tapuia, exceto quando forem citadas essas nomeações, segundo fontes históricas. Percebe-se que as diferenças que separam o “tupi” do “tapuia” parecem ser mais voltadas para o campo linguístico do que mesmo para o aspecto que demarca a identidade étnica no passado.

Segundo Macedo (2004) existem consensos, a partir de estudos contemporâneos de que três grupos culturais distintos habitaram a região que hoje é o Nordeste do Brasil: os Cariri, os Tarairiu e os Jê, entre outros grupos isolados que não tinham classificação, mas todos inseridos no contexto da denominação “tapuia”.

Os “tapuias” eram também descritos como povos bárbaros, mas, há quem discorde dessa caracterização. O motivo para tal descrição se dá por serem identificados como extremamente selvagens, com histórias de culturas muito primitivas e de bravas lutas contra o colonizador. O que se sabe com relação aos “tapuias” é que os sertões nordestinos foram os locais que abrigaram estes povos. O Nordeste serviu de refúgio quando eles fugiam da perseguição dos portugueses, dos “tupis”, dos seus confederados e de alguns grupos de negros, que devido ao processo de escravidão chegavam em grandes quantidades (PIRES, 2002).

²³ Termo da antropologia que tradicionalmente servia para designar tribo, etnia, raça, grupo humano definido, nação e, em alguns casos, equivale a *gentílico*. Hoje já é possível se usar “tapuia” para definir uma etnia específica, pelo fato de que as interações sociais permitem tanto a autoafirmação quanto a adoção deste termo como etnônimo politicamente reelaborado.

A denominação de “bárbaros” não se define especificamente somente direcionada a tribos encontradas pelos europeus em terras ameríndias. Segundo Guerras (1987) o termo caracteriza povos concebidos pelos antigos romanos como inimigos, sendo necessário se defenderem dos mesmos. Na acepção mais atual e voltada justamente para os “tapuias”, pois eram índios brutos, grosseiros e de língua incompreensível. A missão catequética, quando não alcançava totalmente seus objetivos, tinha exatamente esta definição.

A Igreja era, portanto, a instituição religiosa que ao mesmo tempo em que trabalhava a salvação do europeu subjugava a alma do nativo. Em se tratando do Tapuia, tido como bárbaro, Santos Júnior (2008) indica que a descrição foi feita inicialmente pelo cronista Gândavo, para caracterizar uma tribo de índios que habitava próximo ao rio Maranhão. Enquanto isso, Gabriel Soares de Souza, no ano de 1587 faz menção ao termo identificando os primeiros habitantes da Bahia e informa que esses “tapuias” eram gentios expulsos do litoral por outros inimigos, também gentios. Por isso fugiram para os sertões.

Nas descrições desses povos geralmente se incluem, além da questão linguística, a cultura alimentar, os costumes e, somando-se a estas descrições o uso do canibalismo²⁴. Segundo Oliveira e Freire (2006) interpretada e descrita por Gândavo de forma intencional e, disseminada, tanto por ele como por outros cronistas da época.

Ao falar ‘da condição e costumes dos índios da terra’, descrevendo as aldeias e o comportamento dos índios nas guerras e no cotidiano, Gandavo (1980) interpretou o modo de vida indígena de uma forma que se tornou recorrente entre os cronistas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 27).

Muitas dessas interpretações serviram para destoar a concepção de todos sobre quem eram os indígenas, em especial os que habitavam grande parte dos sertões do Nordeste. Parece ser sensato pensar que em se tratando de um povo selvagem, ao se sentirem ameaçados, muitos reagiram. As reações adversas desses indígenas causaram estranheza aos europeus, mas também, há de se compreender que ao encontrarem uma terra rica, como descrita por Caminha em sua carta, eles tinham outras ambições.

²⁴ O uso da carne humana era restrito a rituais religiosos, o que não admite entendê-la como prática para a alimentação do corpo.

Os indígenas eram vistos como povos sem fé, pelos colonizadores; porém, cada grupo ou tribo apresentava características de suas visões cosmológicas, que hoje pode-se identificar como religiões. Entretanto, são crenças que se inserem no contexto da cosmologia dos povos antigos. Bezerra (2011), ao falar dos costumes religiosos destes considera indispensável incluir os indígenas do território nacional como povos primitivos e destaca a arte dos brasis²⁵, revelada nos diversos sítios arqueológicos espalhados por todo o território nacional, como algo que também faz surgir a ideia de religiosidade vivida por eles antes da chegada do europeu no século XVI. Em um Parque do Piauí, por exemplo,

[...] existem 737 sítios arqueológicos identificados [...] foram encontradas urnas funerárias e pinturas de rituais de caça [...] inscrições rupestres como as da Pedra Lavrada no Ingá na Paraíba, contem representações de diversos astros” (BEZERRA, 2011, p. 6).

Estes achados indicam a presença da cultura religiosa dos povos antes da colonização. Sem contar que todas as tribos dispunham de um pajé, que é o principal sacerdote, uma figura divina responsável por aconselhamentos e curas. Traços e crenças que Bezerra (2011) afirma ser comum nos rituais das diversas tribos e aldeias que ainda existem no Brasil. É também aceitável que tudo isso faça parte de costumes que envolvem a religião e a vida social do indígena (MINDLIN, 2007).

Vale ressaltar que, sendo considerado povo primitivo, o indígena adotava ritos singulares em suas religiões, e um deles era justamente associado à prisão do invasor branco, de pele limpa, que por vezes era ingerido em caráter ritualístico. Essa prática, nas religiões antigas é pertinente ao xamanismo (BEZERRA, 2011).

No entanto, no Brasil como um todo, em especial no território habitado pelos Tapuia, não existia nada da prática canibal, sendo esta vista de forma imaginária pelos europeus, uma vez que eles já traziam, no século XVI, toda a doutrina e filosofia da religião cristã. Esse confronto de cultura religiosa fez com que o povo indígena fosse demonizado, apontado como bárbaro. Daí o surgimento das “guerras justas”²⁶, relacionadas a uma ação salvadora da coroa portuguesa, mas também associadas

²⁵ Termo usado por alguns estudiosos para identificar o índio no contexto do território brasileiro na atualidade.

²⁶ Práticas de captura, aprisionamento e escravização e matança de indígenas, sobretudo durante a ocupação dos territórios no Brasil do séc. XVI ao XVII.

aos argumentos usados para poder se promover massacres e conflitos contra os índios, a fim de que o interesse colonial prevalecesse.

As 'guerras justas' para aprisionamento dos índios hostis tinham sua legislação baseada num imaginário difuso sobre práticas indígenas 'bárbaras'— canibalismo, poligamia etc. Tal imaginário era sempre acionado em defesa dos interesses econômicos dos colonos. O confronto dos missionários com pajés supostamente demoníacos tinha raízes no imaginário medieval da luta cristã contra feiticeiros, bruxas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 30).

Essas considerações sobre as diferenças religiosas, em especial quando se fala do Tapuia, confirma a ideia de que o discurso europeu primava por construir um ideal demoníaco do índio, do qual se podia tirar a justificativa para as guerras e matanças. E segundo Martins (1981, p. 160) “Ao longo de quatro séculos, mantivemos a posição histórica de desrespeito ao universo cultural do índio, quando não o exterminamos, pura e simplesmente”.

O fato é que, para que fossem alcançados os objetivos do colonizador, até os próprios indígenas – os “tupis” eram aliciados para o combate contra os “tapuias”, considerados por aqueles como povos inferiores. Uma breve reflexão sobre a realidade atual faz perceber que essa ideia permanece, afinal é inegável que há povos que são discriminados como inferiores por sua cultura diferenciada em seus aspectos gerais, como também pelo caráter dos usos linguísticos.

No contexto atual, o preconceito linguístico é menos observado. Porém, em se tratando do julgamento feito pelos que vivem no Sudeste brasileiro para com os que vivem no Nordeste, a marca da discriminação linguística é muito forte. Oliveira (2011), ao desenvolver análise de comportamentos preconceituosos contra aspectos linguísticos do nordestino afirma que

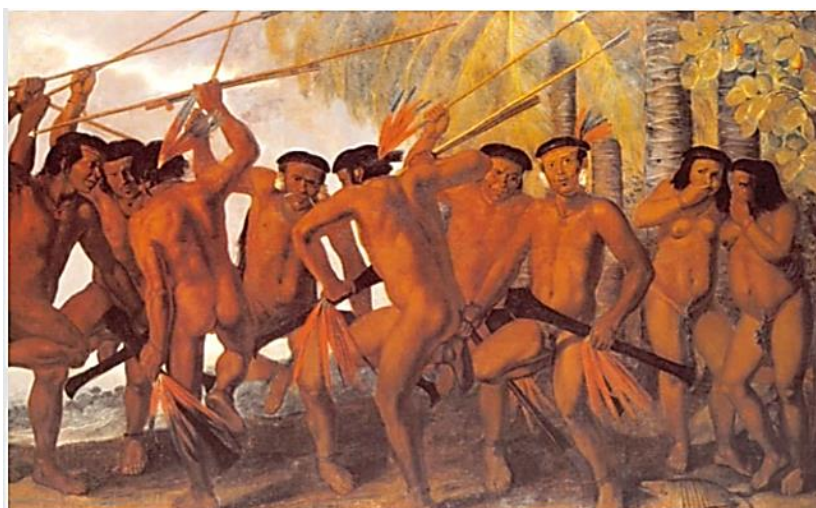
[...] verbalizar publicamente pensamentos preconceituosos é menos frequente do que era há algumas décadas. Contudo, vez por outra, a mídia divulga comportamentos linguísticos e não linguísticos que revelam os preconceitos variados que marcam a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2011, 362).

Imagina-se que muitos desses preconceitos tenham também raízes fixadas na história da diferença linguística que se processa ao longo dos tempos e que tem como resultado não somente um tratamento discriminatório, mas um tratamento político diferenciado desde a colonização, pois, é evidente que os indígenas encontrados no

sertão foram contemplados com interações mais cruéis do que os encontrados no litoral. E a marca linguística, como se vê, foi um dos fortes motivos para isso.

Segundo Oliveira e Freire (2006), os “tupis” foram os primeiros a serem contatados, “domesticados”, ou seja, submetidos aos valores cristãos, aos códigos e linguagens do colonizador e à ruptura de seus aspectos culturais, antes dos outros grupos. Com os Tapuia, povos que eles denominavam de “bárbaros”, isso ocorreu muito mais tarde e sempre eram retratados pelas suas diferenças. Percebe-se pela pintura de Albert Eckhout (Figura 2), os seus rituais e aspectos grosseiros, conforme apresenta-se na tela do artista holandês.

Figura 2 – A dança dos Tapuia – ritual indígena.



Fonte: Albert Eckhout- pintor holandês- sec. XVII, extraída de Oliveira e Freire (2006).

A dança era, também, uma forma de ritualizar a cosmologia, sempre realizada na evidência de uma possível guerra. Os Tapuia viviam da caça e nos melhores ambientes para a sobrevivência. De uma forma mais genérica, Silva e Puff (2013) fazem uma descrição desses autóctones abrangendo toda a nação no que diz respeito ao porte físico, alguns costumes e parte de sua cultura:

Os Tapuias possuíam semblante ameaçador, corriam iguais às feras, por isso eram muito temidos. Eram inconstantes, fáceis de serem levados a fazer o mal. Eram fortes, carregavam nos ombros grandes pesos. Ao irem para guerra, marchavam em silêncio, mas no embate faziam bastante alarido, jogando setas envenenadas das quais os feridos jamais escapavam (SILVA; PUFF, 2013, p. 1898).

Lopes (2003), utilizando-se de uma descrição de Heckman traduzida por Pompeu Sobrinho reelabora a descrição identificando o porte físico dos Tapuia com outros adjetivos, dizendo que são homens e mulheres de corpo robusto, de ossos fortes e cabeça grande, de cor da pele atrigueirada e cabelos pretos que parece-lhes trazer um boné na cabeça. Mais dois pintados pelo artista Albert Eckhout, obras do século XVII, representam o retrato do homem e a mulher tapuia (Figura 3) na visão dos europeus.

Figura 3 – Homem e mulher Tapuia – arte de Albert Eckhout, do século XVII.



Fonte: Albert Eckhout, pintor holandês-sec. XVII.
Disponível em: n<<https://tokdehistoria.com.br/tag/tapuias/>>.

Ao observar a caracterização, percebe-se que os povos que foram retratados pelo artista holandês – os Tapuia – são sempre vistos de forma animalizada. A expressão “semblante ameaçador” empregada por Silva e Puff (2013) para identificar as feições desses indígenas indica exatamente a descrição de um povo que era muito mais visto pelo aspecto selvagem.

As imagens pintadas no quadro também demonstram como o europeu intencionalmente olhava e descrevia o autóctone que vivia nos sertões. Apesar da aliança que tinham com os holandeses, foram artisticamente representados como homem e mulher selvagens, de arma na mão e como canibais. E essa visão distorcida revela a intenção política do povo holandês em manter a aliança com o índio. É importante perceber que uma vez mantida a amizade, a Holanda garantia também

aliados para as batalhas contra outros povos brancos, incluindo-se os próprios portugueses, a fim de conquistar espaços para a exploração do território.

Tanto Lopes (2003) quanto Santos Júnior (2008) e Silva e Puff (2013) citam que esses indígenas foram muito úteis como aliados dos que vieram da Holanda, pois faziam a condução destes europeus aos lugares mais difíceis e participavam das batalhas enquanto guerreiros.

No entanto, Puntoni (2002) é enfático ao destacar que os mesmos holandeses faziam de conta que nada estava acontecendo, quando se tratavam das práticas cruéis, dos massacres, das imposições que os índios sofriam, principalmente pelos religiosos que eram os principais fiscais para que as ordens da Religião Reformada²⁷ fossem cumpridas. Silva e Puff (2013) informam ainda que os indígenas do sertão quando se destacavam nas lutas eram considerados heróis.

O nomadismo também é citado pelos autores como uma de suas formas de sobrevivência, em busca de melhores lugares com alimentos abundantes. Era um povo que gostava de vida ao ar livre e isto fazia com que preferissem apenas levantarem alguns ramos para servirem como abrigo. “Eram gulosos, as reservas alimentares dentro da área duravam somente dois ou três dias. Quando partem para outros sítios tocam fogo no acampamento” (SILVA; PUFF, 2013, p. 1898).

Quanto aos costumes e culturas, Lopes (2003) cita que os “tapuias” seguiam a mesma tradição dos demais indígenas das outras regiões do Brasil. “Todos, inclusive as crianças, costumavam pintar o corpo, utilizando-se de uma tinta preta, extraída do jenipapo, e vermelha, do urucu. Andavam nus, porém, com as genitais cobertas” (LOPES, 2003, p. 278). Eles também usavam enfeites com perfurações nas orelhas, nariz, bochechas e artefatos de penas de aves.

Segundo Macedo (2004) existem consensos, a partir de estudos contemporâneos de que três grupos culturais distintos habitaram o território onde hoje se situa o Nordeste do Brasil: os Cariri, os Tarairiu e os Jê, além de outros grupos isolados que não tinham classificação e todos eles estavam inseridos no contexto da denominação Tapuia no período colonial. E ainda é possível considerar, segundo o autor, que há grupos dos quais não se tem informação.

Mas, segundo Puntoni (2002), o mais importante de se registrar e analisar é o princípio que afeta todo o processo de divisão dos indígenas do Brasil neste contexto

²⁷ Definição de Putoni (2002) para as práticas de dominação religiosa estabelecidas pela Companhia de Jesus no tempo da colonização.

da colonização. Os Tapuia, não somente eram vistos como selvagens pelo fato de serem do sertão e nem por suas características físicas e culturas diferentes, mas, também por resistirem às alianças com os europeus que queriam ampliar os territórios para fins de exploração. A resistência desses autóctones teve como consequência o corte nas legislações e na política indigenista.

Houve, portanto, um peso político nos séculos seguintes no que diz respeito à definição dos nativos que se tornaram vassalos e dos que resistiam. Segundo Puntoni (2002) a política indigenista portuguesa do século XVIII revela que o tratamento dado aos Tupi de forma diferenciada, estava associado justamente com os laços de vassalagem, ou seja, definia a participação de um lado dos indígenas no processo estratégico da colonização. Enquanto a política destinada ao Tapuia era de crueldade e extermínio.

Segundo Puntoni (2002, p. 61) “O peso político-estratégico atribuído aos índios que definiria a oscilação da legislação portuguesa” para desencadear a política voltada aos povos indígenas encontrados no território. Havia uma bipolaridade Tupi-Tapuia que marcou a diversidade indígena no território brasileiro, mas que também representou a problemática central do corte entre aliados e inimigos. Essa percepção bipolar da humanidade indígena na América Portuguesa foi o que provocou muitas matanças de índios, uma vez que, a visão de inimizade provocava justamente o avanço das ações de extermínio sertão a dentro.

A Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre os séculos XVII e XVIII é narrada como um dos mais terríveis genocídios de indígenas no sertão brasileiro. As denúncias do padre Antonio Vieira, na década de 1650, dão conta de que dois milhões de índios foram extintos em 1610 no processo de colonização do estado do Maranhão. Os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, como todos os outros do Nordeste não ficaram de fora deste extermínio indígena anos mais tarde (MONTEIRO, 1994).

Segundo Santos Júnior (2010), logo após as intensas rebeliões que se incluem no episódio da Guerra dos Bárbaros, por muitos anos foi considerado pela narrativa histórica o extermínio total de índios na maior parte da região Nordeste. Como consequência disso, a sociedade assimilou a ideia da inexistência das etnias indígenas. Houve o chamado “apagamento histórico do índio nordestino”. Fato este que permaneceu sendo narrado nas escolas de forma natural, fortalecendo o

movimento político de valorização da “mestiçagem”, da “aculturação” e do estereótipo durante todo o século XIX e XX e permanecendo até os dias atuais.

E quando se faz referência aos estudos etnológicos sobre a presença indígena em diversas regiões do Brasil, Oliveira (2004) afirma que há muitas lacunas etnográficas em relação a pesquisas, pois, os povos que ocupavam a região onde se situa o Nordeste do Brasil hoje não foram objetos de interesse da maioria dos etnólogos. Portanto, há uma falha acadêmica nesse sentido, que ele chama de contradição, diante das pesquisas mais atuais e cita que além dessa falha, há ainda que se considerar os “silêncios da historiografia” (OLIVEIRA, 2004, p. 14). Isto tudo implica, segundo este antropólogo, em uma etnologia de perdas e de ausências culturais que precisa ser recuperada.

Esse reconhecimento de que há a necessidade de se situar, estudar e recuperar a história do índio que vivia no território, hoje nordestino, é visto pela antropologia dentro de instituições acadêmicas da própria região. A interpretação de Oliveira (2004) passa pelo viés da análise de cânones nacionais e internacionais e busca de estudos em instituições localizadas no próprio território nordestino e pela discussão de estudos que se relacionam com conceitos inter-relacionados com a análise da etnicidade.

Tal estudo se inclui no conjunto de várias pesquisas que culminam com a percepção de que é preciso recuperar aspectos que se relacionam com a história, a resistência e a sobrevivência das etnias que habitam a região, uma vez que já se tem conhecimento que elas existem, fazendo ressurgir conceitos que se livrem dos estereótipos e do ideário da “aculturação” e da “mestiçagem” que é fortemente usado como fundamento para idealizar a história do apagamento do índio no Nordeste do Brasil.

Os estudos antropológicos vinculados a instituições locais, como a UFPE e a UFRN; e a fundação de entidades que apoiam o movimento de autoafirmação do final do século XX para o início do século XXI são fatos que contribuem para a recuperação da história do indígena do Nordeste. Principalmente porque trazem consigo a ideia de mobilização dos próprios indígenas, até então em silêncio.

Estudos mencionados por Macedo (2004) são as vias de acesso para que o movimento indígena tenha encontrado caminhos para se fortalecer na região Nordeste. Segundo Cavignac (2003), o que impulsionou os estudos mais recentes no Nordeste, em especial no Rio Grande do Norte, foi o detalhe observado pelos

pesquisadores de que a história foi primeiramente escrita fora dos contextos acadêmicos. A maioria dos que escreveram representavam as elites locais e “tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos” (CAVIGNAC, 2003, p.1).

Por isso, a proposta da autora é que se tenha desconfiança da versão proposta por eles. Para ela, houve um esforço para a disseminação de que os indígenas fossem declarados extintos. Mas, essa extinção começa a ser questionada a partir de observações feitas pelos próprios indígenas, quando começam a analisar seus históricos familiares. Isto é, a existência e a resistência estão fixadas na memória do próprio povo, o que contribui para a ampliação dos estudos e o desejo de ressurgimento da história através do movimento étnico.

Portanto, é imprescindível registrar que a ideia de recuperação étnica parte não somente dos estudos antropológicos, mas envolve os próprios indivíduos que se autodeclaram pertencentes a grupos de autóctones que foram encontrados pelos europeus no século XVII nos sertões e no litoral da região que hoje é identificada como Nordeste do Brasil.

Assim, começa a ressurgir as etnias, processo este ao qual Barreto Filho (2004) provoca a reflexão questionando se o aparecimento dos indígenas contemporâneos nesta região do Brasil é invenção ou renascimento para discutir sobre a gênese dessa sociedade indígena atual. No próximo item, destaca-se esse movimento como provocador do ressurgimento de um povo que foi silenciado por uma história que venceu pelo discurso colonizador, mas, que está em processo de recuperação.

2.3.1 “Ressurgimento” indígena no Nordeste

Luciano Henrique Pankararu, um indígena de Pernambuco, ao escrever sua memória no livro organizado por Gabriela Saraiva de Mello e Sebastián Gerlic (2015), no qual foram registradas as memórias do Movimento Indígena no Nordeste relata:

Em minha formação escolar fui forçado a acreditar em uma versão da história sobre os povos indígenas do Brasil, onde vários nomes citados nela são vistos como nossos heróis. Conhecendo outra versão dessa história percebi uma realidade completamente diferente; é clara a intenção dos historiadores

em esconder a realidade; que esses heróis foram nossos principais executores, 'matadores de indígenas'. Percebo que a literatura imposta pela educação controladora é composta de mentiras idealizadas por não índios e assim forçam uma história distorcida da realidade.

Essas percepções que foram pouco a pouco surgindo a partir da observação das histórias de famílias conectadas a antecessores indígenas representam material suficiente para fazer brotar o sentimento de pertença ligado aos primeiros povos que habitaram seus territórios, despertando um novo olhar sobre a sua própria história. E é justamente disso, associada à presença de uma legislação que garante o direito à memória e à verdade sobre as suas próprias vidas que se alavanca um novo momento de resistência indígena na região.

A partir da criação do CIMI – entidade criada a partir das ações da igreja e que passou por muitas dificuldades, em virtude das posições eclesásticas da época – nos primeiros anos da década de 1970, como se sabe, foi o marco em pesquisas sobre certos grupos indígenas cujos traços culturais eram bem demarcados. O Brasil nesse período era governado pelo poder militar, e as bases da religião mais propagada do país, tida como oficial, eram comprometidas com este governo, mas havia grupos dentro da própria igreja – os chamados progressistas – que atuavam de forma a contribuir com o movimento, justamente trabalhando a favor da identificação de grupos que demonstravam uma cultura peculiar (OLIVEIRA, 2010).

Na região Nordeste, a Ilha de São Pedro, localizada no estado de Sergipe foi a primeira aldeia da região a participar das assembleias organizadas pelo CIMI, que inicialmente trabalhava com questões de valorização da cultura indígena. Teve suas consequências negativas, mas, foi importante para a formação do conceito de liderança indígena em todo o país²⁸. Oliveira (2010) explica que essa importância reside no fato de que, no âmbito das assembleias do CIMI, começam a surgir elementos que diferenciam as lideranças tradicionais das que vão se configurando no debate, o que impulsionou a ressignificação da categoria.

Em se tratando especificamente do movimento a favor do índio no Nordeste, Oliveira (2010) destaca algumas entidades como a Comissão Pró-Índio (CPI) de São Paulo, a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) do estado da Bahia, todas

²⁸ Segundo Oliveira e Freire (2006) liderança indígena é hoje entendida como aquele que detém saber, poder, conhecimento histórico-político para atuar no movimento de luta pelos direitos indígenas diante da legislação indigenista. Não mais se aceita a ideia de que, a liderança tenha aquela visão tradicional do Cacique da época colonial.

criadas a partir de 1978. Foram estas Organizações não-governamentais (ONG's), fundadas por antropólogos, que deram início a levantamentos históricos em uma região na qual acreditava-se muito mais na extinção que na resistência e sobrevivência dos índios.

Nesse momento, não se pensava apenas em deixar evidente um grupo étnico, por exemplo, o Tapuia do qual trata este trabalho de pesquisa, mas toda e qualquer outra identificação que fosse encontrada. Somente com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988 é que se rompe com os antigos paradigmas. O novo texto apresenta parte de um conjunto normativo que alterou a relação estabelecida entre os índios e o Estado. Além disso, rompeu a lógica tutelar que considerava os índios como sendo incapazes para a vida civil, como também para o exercício de seus direitos. Da mesma forma, os acordos nacionais e internacionais reforçam esses direitos específicos, a exemplo da Convenção 169 (2004).

Segundo Oliveira (2010), para se chegar a uma definição mais clara sobre a mobilização dos povos indígenas no Nordeste é preciso reunir ações de representantes de ONG's, lideranças e em especial de uma entidade que abraçou a causa desses povos, algo que não se limita apenas em registrar datas e locais. Trata-se da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME).

Para a formação da APOINME novamente vem à tona a questão do apagamento da história dos índios que não viviam às proximidades do Norte do Brasil, para o qual se tem a ideia de ser o único lugar do país onde ainda existem aldeamentos. Essa ideia disseminada socialmente, mas que se revelava falha quando os povos que viviam em outras regiões tinham em suas histórias familiares as marcas da colonização, fazia com que o governo negasse uma política voltada para os índios do Nordeste e de outros Estados da federação, como é o caso de Minas Gerais e Espírito Santo. Oliveira (2010) faz uma descrição mais nítida da situação dos indígenas dessas regiões quando afirma:

Descriminados pela sociedade não-indígena, pelo olhar direcionado aos povos mais isolados do Norte do país, que por sua distintividade cultural são aclamados por parte da sociedade, meios de comunicação e até mesmo em grande parte das instituições governamentais como os 'índios de verdade'. Principalmente nas cidades próximas às terras indígenas, o interesse das oligarquias nos territórios estimulou a invisibilidade de populações etnicamente diferenciadas, levando esses povos a terem, até hoje, sua identidade étnica amplamente questionada (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Vê-se que a descrição é coerente com o que vem sendo abordado nesse trabalho desde o início, quando se fala no Tapuia. Muitos dos povos do Nordeste, pela história mais cruel e nefasta do que no resto do Brasil, relacionada ao processo de colonização, foram considerados extintos. E as próprias oligarquias trabalharam ideologicamente nesse sentido.

Cavignac (2003) apresenta uma nomenclatura para essa questão: etnicidade encoberta, que se caracteriza a partir da elaboração de uma versão tradicional da história, pela qual foi fundada uma polarização entre conjuntos opostos e consequentemente: abarcados em categorias historicamente depreciativas, como ela detalha:

[...] índio/branco, negro/branco, índio/negro. Dualidade reforçada por uma terminologia complexa da alteridade, construída, historicamente, a partir das categorias de 'selvagem', 'bárbaro', 'índio', 'caboclo'²⁹, 'mameluco', 'cafuzo', 'pardo', 'negro', etc (CAVIGNAC, 2003, p. 2).

Segundo a autora, apesar de esses termos serem usados por alguns antropólogos, por falta de outros que os substituam, eles não designam nenhum grupo étnico original. Apenas identificam “indivíduos e grupos que passaram por um processo histórico conturbado e por uma reorganização imposta pela administração colonial e estatal” (CAVIGNAC, 2003, p. 2). Portanto, todos eles não têm significado para a identidade étnica do indígena que sobreviveu, resistiu e quer recuperar sua história.

Essa observação faz concluir que o tal apagamento do índio no Nordeste e em outros estados brasileiros foi resultado de sistemas político-ideológicos impositivos. Diante de toda essa opressão, grupos indígenas resolvem se unir em busca dos seus direitos adquiridos. Reúnem-se, portanto, essas regiões e cria-se a APOINME, que nas palavras de Pankararu (2017),

[...] foi criada com a missão de lutar pela defesa e garantia das regularizações das terras indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. [...] uma estratégia que os nossos líderes da época, em meados da década de 1990, tiveram para contrapor as negativas do Estado Brasileiro e assegurar os direitos dos povos indígenas. Essa estratégia vem desde a redemocratização

²⁹ De acordo com Machado (2003) o vocábulo "caboclo" tem origem na palavra tupi "caá-boc", que designava aquele que era tirado do mato. Como se vê, originalmente o termo não se liga à ideia de mistura de raças, como foi ensinado historicamente pelos manuais que fortalecem o discurso da "mestiçagem".

do país, onde estas lideranças conseguiram - com muita luta - garantir na Carta Magna do país os artigos 231 e 232 [...]

Dentro do processo de mobilização, a entidade articula e coordena os movimentos que são necessários para reivindicar as demandas dos povos que aos poucos vão se incluindo na luta por direitos nestas regiões, em processos de autoafirmação e articulações pelos seus direitos específicos.

Observa-se, portanto, que foi através da APOINME que se estendeu a compreensão, até mesmo de alguns indígenas, sobre as suas próprias questões étnicas. Algo que até bem pouco tempo era quase impossível, em especial quando se fala no contexto do Rio Grande do Norte, onde a primeira eleição para a coordenação da microrregional da APOINME aconteceu apenas durante a I Assembleia dos Povos Indígenas no Rio Grande do Norte (AIRN) no ano de 2009³⁰, tendo a indígena Tayse Campos – Potiguara do Amarelão de João Câmara – sido eleita como coordenadora. Houve posteriormente a I Assembleia da APOINME no ano de 2013 em que se reelegeu Tayse Campos e como vice coordenadora Francisca Tapará- Tapuia de Macaíba.

2.4 ÍNDIOS NO RIO GRANDE

Ao relatar sobre as condições históricas, culturais, sociais e políticas dos Tapuia no Nordeste, e mais especificamente no Rio Grande do Norte, percebe-se que aqui o apagamento étnico foi algo igualmente desastroso e que fora resultado de um sistema político e ideológico elitista e desenvolvimentista.

Segundo Guerra (2011), nunca foi dada atenção especial às questões pertinentes às identidades diferenciadas no Nordeste brasileiro, uma vez que, poucos foram os trabalhos publicados no início do século XX. Em 1925 apenas foram elaboradas as primeiras pesquisas por Estevão Pinto e mesmo assim foi considerada

³⁰ A I AIRN foi organizada e realizada pelo Grupo Paraupaba (GP), CR- FUNAI de João Pessoa e FUNAI-DF, indígenas da PB e do RN, além de parceiros.

introdutória, não chegando a ser identificada dentro da antropologia, pois são muito superficiais.

Ainda segundo Guerra (2011) havia dificuldade para se saber cientificamente sobre as etnias Potiguara e outras que fazem parte dos povos indígenas que resistiram e sobreviveram ao processo de colonização. As primeiras versões históricas foram escritas por membros da elite política local, que detinham o domínio do poder central também e ocupavam os primeiros lugares na produção histórica. Detinham-se em escrever sobre os costumes e práticas de certos grupos sociais, mas, sem o rigor antropológico. Segundo Guerra (2007, p. 37), a maioria desses historiadores que “compunham o corpo de estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRGN), fixavam-se em valores tradicionais e perspectivas desenvolvimentistas da política local e regional”.

A autora acrescenta que sobre os indígenas que ocuparam as terras do Rio Grande, a maioria dos estudos se deteve em identificá-los como “mestiços, caboclos e até desaparecidos” (GUERRA, 2007, p. 38). Toda essa visão, também atendia à lógica desenvolvimentista que se estendia por todo o país. Sendo assim, não há indicações de estudos referentes, de uma história do passado que relate sobre os indígenas do Estado do Rio Grande do Norte, pelo menos até o final da década de 1970³¹. E no tocante à identificação de grupos étnicos resistentes, os primeiros estudos surgiram apenas no século XXI.

Mais precisamente a partir do ano de 2000, Jussara Galhardo A. Guerra deu início às suas pesquisas junto à base de pesquisa Cultura, Identidade e Representações Sociais (CIRS) do Departamento de Antropologia (DAN/UFRN),

³¹ Olavo de Medeiros Filho deu início aos estudos voltados para a temática indígena local com o trabalho intitulado de *Índios do Açu e Seridó* (1984), pelo IHGRN. Deu continuidade aos estudos da história do Rio Grande do Norte e especificamente do Seridó com as seguintes publicações que trazem informações sobre povos indígenas no estado do Rio Grande do Norte: *Naufrágios no litoral potiguar*. (1988); *Caicó, cem Anos Atrás* (1988) *Os Antigos Cronistas e os rios Upanema, Apodi e Mossoró* (1987); *Os holandeses e a Serra de João do Vale* (1987); *O Terço dos paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros* (1987); *Origens genealógicas dos Moraes Navarro no Nordeste brasileiro* (1988); *Ribeira do Açu: subsídios para a sua história* (1988) e *Os Tarairius, extintos Tapuias do Nordeste* (1988). Fátima Martins Lopes deu início aos seus estudos já no século XXI, quando desenvolveu pesquisa de mestrado na UFPE, abordando a história dos povos indígenas de uma forma crítica e contextualizada, com livro publicado com o título: *Índios, colonos e missionários na Capitania do Rio Grande do Norte* (2003). Respectivamente deu continuidade aos estudos na temática, com a pesquisa de doutoramento intitulada: *Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII* (2005). Destes trabalhos, muitos outros artigos científicos foram publicados em periódicos, revistas e livros com sua participação.

considerando que até o final do século passado não havia estudos sob ponto de vista etnológico de indígenas em sua contemporaneidade. Apenas havia na área de ciências sociais, pesquisas relacionadas a outros entendimentos sobre determinados segmentos. E quanto aos indígenas, os estudos pertenciam ao campo de abordagem da história, haja vista que esses grupos, segundo o ponto de vista desses pesquisadores, faziam parte de uma narrativa pretérita no estado. Dentre esses autores estão Olavo de Medeiros Filho e Fátima Martins Lopes, entre outros.

Mediante alguns dos estudos desenvolvidos, especialmente no contexto acadêmico da UFRN, e que desencadeiam o processo de construção histórica das etnias norte-rio-grandenses, vários deles desenvolvidos a partir da consideração sobre o exame de documentos e a história oral familiar e comunitária, vão surgindo em meio às verdades historiográficas absolutas que atendiam aos interesses dos grupos elitistas, as possibilidades de se compreender a formação étnica do estado.

Segundo Guerra (2007), um dos pioneiros na área de história e vinculado ao IHGRGN foi Olavo de Medeiros Filho (1984), quando estudou os índios do Açú e Seridó. Na sua pesquisa, os registros descrevem e relatam a história indígena colonial, mas trazem importante caracterização dos índios do sertão potiguar. Fátima Martins Lopes (2003), pela UFPE, mas também ligado ao IHGRGN, traz uma abordagem crítica e contextualizada, descreve e analisa a existência dos vários grupos étnicos que compõem a formação do nosso povo, como também esclarece sobre as diversas matanças que ocorreram durante a colonização.

Esses estudos, mesmo não tendo como objetivo alavancar um movimento pela ressignificação e a identificação da existência de indígenas contemporâneos foram importantes para perceber o que de fato ocorreu com os indígenas no Estado. Isso também serviu para serem elaborados planejamentos sobre uma análise mais aprofundada do cenário da população nesse sentido e, a partir disso, serem realizados estudos que revessem a questão étnica no Rio Grande do Norte pelo viés antropológico.

Assim, a busca pelo conhecimento da real situação das etnias indígenas no estado foi impulsionada pelos estudos acadêmicos que priorizaram uma reconstrução da história do índio potiguar.

A criação do Grupo Paraupaba (GP)³² foi essencial no sentido de fortalecer um movimento pró-autoafirmação e que também de certa forma, impulsionou a criação de linhas de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia social na UFRN, pelas quais passa a ser uma preocupação analisar mais cuidadosamente os aspectos da historiografia local, de conteúdo suspeito e argumentos frágeis diante de fatos particulares revelados pela memória de indivíduos que fazem parte dos grupos diferenciados da população potiguar (GUERRA, 2011).

Essas considerações de Guerra (2011) enfatizam a necessidade de se tornar relevante a história oral e a memória dos atores sociais que foram marginalizados durante séculos, desencadeando fatos que apontam para uma história distinta da que foi produzida e propagada. Enfim, há especificidades culturais, sociais e de resistência do povo do Rio Grande do Norte que simbolizam valores e representações de culturas diferenciadas, revestidas de valores políticos e identitários.

Somente a partir de estudos antropológicos preocupados em desvendar sobre as representações sociais das coletividades diferenciadas, que se fez perceber sobre as particularidades das etnias indígenas do estado, que até então, tratava-se de figuras históricas encerradas num passado distante. No entanto, perante essas novas abordagens esses grupos reaparecem “como atores políticos, surgindo assim, a figura de alteridade, por séculos intocada, proibida, marginalizada: os índios no Rio Grande do Norte.” (GUERRA, 2011, p. 40).

O processo de busca pela recuperação do índio contemporâneo do Rio Grande do Norte é fortalecido assim, com a criação do GP, impulsionado por estudos pautados na antropologia e apoiado pelo movimento social, no qual se incorporaram os grupos resistentes representados pelos Eleotério, de Canguaretama e de Goianinha; Mendonça, de João Câmara, Caboclo e Comunidade de Banguê, essas duas últimas de Açu. Esses grupos “se projetaram politicamente em audiência pública na Assembleia Legislativa de Natal.

³² Grupo de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte, coordenado por Jussara Galhardo Aguirres Guerra, a partir do ano de 2005. O nome faz referência a Antônio Paraupaba, último regedor das aldeias indígenas do RN. Paraupaba também é autor de dois memoriais publicados como panfletos, pelo editor *Hondius em Haia*, no século XVII, conforme registro de Monteiro (2007). O grupo é composto por professores, pesquisadores da UFRN, simpatizantes e membros da sociedade civil, com o objetivo de refletir sobre a questão indígena no RN, diante da percepção da existência de famílias indígenas no Estado. Este grupo que fez os primeiros contatos com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para informar sobre a existência de famílias indígenas no estado e de promover os primeiros encontros, debates, reuniões e audiências públicas no RN, tendo em vista a questão indígena no Estado.

Guerra (2011) cita e ao mesmo tempo critica ações do Governo que foram desenvolvidas através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no ano de 2005, tanto no âmbito federal como estadual. Estas foram provocadoras da organização de grupos étnicos do movimento negro, e embora não tivessem interesse em lutar por outras etnias, necessitavam de índios e ciganos para alavancarem seus projetos políticos em conferências realizadas em Natal e em Brasília.

Apesar disso, essas ações governamentais voltadas para o movimento negro serviram como ponte para as ações não-governamentais, por meio da organização do GP, permitindo que os grupos indígenas no Rio Grande do Norte tivessem a oportunidade de saírem do anonimato. Naqueles espaços de socialização evidenciaram sobre suas demandas, reivindicaram direitos, dessa forma, quebraram a ideologia histórica do “desaparecimento étnico”.

Dessas discussões emergiram os grupos que hoje representam as comunidades Eleotérios do Catu em Canguaretama, Mendonça do Amarelão de João Câmara, Caboclos e Banguê, ambas do Açu. Surge assim, o movimento indígena no estado, protagonizando e fortalecendo assim sua resistência contemporânea sobre a qual se discute mais adiante.

À época, Jussara Galhardo. A. Guerra, coordenadora do GP já dava andamento à sua pesquisa de Mestrado sobre os Mendonça do Amarelão, em João Câmara, índios do grupo Potiguara. Tal estudo fora realizado na UFPE, em Pernambuco, pois as Instituições locais não tinham programas com linhas de pesquisa voltados para a problemática indígena. Após esses acontecimentos, mais precisamente entre 2005/2006, ocorre a proposição pela UFRN, em seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, de novas linhas de pesquisa, as quais são: processos sociais, cultura e identidade (emergência étnica, memória e identidade) e rituais e simbolismos, das quais se pode enveredar pela busca de aspectos ligados aos índios locais (GUERRA, 2007).

A etnia indígena até então era invisível, sem qualquer perspectiva de existência, pois, qualquer dos conteúdos referentes aos índios, como diz Guerra (2007, p. 34), “foram relegados a uma perspectiva unilateral, guardando apenas, nessa versão da história, o ponto de vista do colonizador”. Acrescenta Guerra (2007) que um dos estudiosos renomados nacionalmente, Luiz da Câmara Cascudo, mesmo tendo sua importância enquanto pesquisador da história do estado e deixando seu

grande legado, foi quem decretou, com base em documentos etnocêntricos, o fim do índio no Rio Grande do Norte e até caracteriza esse sumiço como “misterioso”, descrevendo o destino fatal desses povos por não terem mais saída e lugar, restando apenas a condição de “mestiços” e “caboclos”.

Mas, relembra Guerra (2007), que em obra dedicada a biografar a vida do político João Câmara, que dá nome ao município e era proprietário de várias fazendas, o próprio Cascudo faz referência à comunidade dos Mendonça do Amarelão, área habitada por “mestiços de tupi, fugidos de aldeamentos que se tornaram vilas, que passaram a viver, então, num lugar chamado Amarelão” (CASCUDO, *apud* GUERRA, 2007, p. 34).

Vê-se que a autora citada contesta exatamente a dissonância das ideias de Cascudo (1995-1991), em suas próprias obras, onde, respectivamente, em uma ele decreta o fim dos indígenas do Rio Grande do Norte e em outra admite que existe uma comunidade de gênese étnica Tupi na região do Mato Grande.

Atualmente, o que falta é compreender que alguns termos de cunho depreciativo referidos aos indígenas do Rio Grande foram ressignificados, como é o caso do termo “caboclo”. Segundo Guerra (2007), esta expressão e outras que categorizam o índio potiguar receberam ressignificações no cotidiano, mas essa reelaboração de sentido passa longe da negação da identidade étnica, muito pelo contrário, esse termo e outros recebem conotações próprias da memória social, que refletem sua conexão com origens ligadas a seus antecessores indígenas.

E isso, de certa forma revela a subjacência da identidade indígena que se autoafirma nas narrativas orais. Sendo assim, os relatos orais familiares são reveladores de suma importância para a identificação dos indígenas contemporâneos no estado.

Outro trabalho que permite reconhecer a existência de grupos indígenas contemporâneos no Rio Grande do Norte é o de Pereira (2015), o qual já se insere nas novas linhas de pesquisa em Antropologia Social da UFRN. Este estudo se refere à comunidade de Sagi Trabanda, localizada no município de Baía Formosa, na região litorânea.

Como forma de apresentar fatores que justificam o apagamento da existência dos indígenas no Estado do Rio Grande do Norte, Pereira (2015) faz menção ao trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando cita que essa instituição a partir do século XIX passou a não reconhecer em suas alternativas de

censo, a existência do indígena. Portanto, incluiu os Potiguara em geral em uma única categoria – os pardos; desconsiderando assim, os relatos orais de inúmeras famílias que guardam de geração em geração suas histórias de pertencimento às antigas etnias que habitavam as terras do Rio Grande antes da colonização.

Pode-se perceber que ao realizar um censo demográfico em determinada região onde havia os chamados “descendentes” de índios, estes não poderiam ser incluídos em outra categoria, apenas como pardos³³. Desta forma, se no tempo da colonização, os massacres, matanças e chacinas, bem como as mortes pelas doenças, que foram causadas pela guerra biológica³⁴ eram as formas mais comuns de aniquilar os povos aqui encontrados pelos europeus, o censo se configura como uma tentativa distinta de extermínio, porém, não menos cruel.

Quem auxilia nessa compreensão é Oliveira (1999, p. 131) quando afirma que os censos do IBGE assumem a função de “servir como instrumento do discurso da mestiçagem e reunir evidências numéricas que reforcem as suposições ideológicas quanto à tendência ao branqueamento progressivo da população brasileira”. Para Oliveira (1999) é muito evidente a dinâmica de entrada e de saída dos índios da mistura que lhes foi imposta.

Ora, com essa atitude, os governos e instituições do Brasil passam a desconsiderar as histórias familiares, as relações de pertencimento e a confundir a mente e a compreensão do povo, imputando, além disso, uma espécie de purificação de etnia, de “purismo racial”, visto que em final do Séc. XIX e início do Séc. XX, as ideias da eugenia estavam sendo fortemente adotadas pelo continente europeu e essas ideias chegaram ao Brasil por meio do médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974)³⁵. No entanto, essas ideias não impediram de existir e persistir no Brasil sua rica diversidade étnica e cultural.

³³ Tal categoria também se insere no contexto da definição animalizada que o colonizador propôs para os indígenas, pois, trata-se de um termo originado de “pardal”, pássaro proveniente de Portugal, vindo para o Brasil no final do século XIX. Segundo Oliveira (2016), da mesma forma que o “caboclo”, o pardo foi assim classificado pelo europeu americanista como uma categoria residual, isto é, uma etnia menor, de definição muito negativa, pois, nem era branco, nem negro, nem estrangeiro.

³⁴ Alguns europeus trouxeram consigo inúmeras doenças, como a varíola e o sarampo, que se proliferaram com muita rapidez porque encontravam povos que não tinham nenhuma imunidade. A este fenômeno de adoecimento e morte dos índios, denominou-se de choque biológico, que foi responsável por milhares de mortes no Novo Mundo.

³⁵ Renato Kehl (1889-1974) – considerado o pai da eugenia no Brasil. Ele acreditava que a melhoria racial só seria possível com um amplo projeto que favorecesse o predomínio da raça branca no país. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar>>. Acesso em: 05 de agosto de 2018.

Quanto à situação do Rio Grande do Norte, Pereira (2015) apresenta que várias são as categorias trabalhadas pelo IBGE, além dos pardos que em muitos dos censos ocuparam sempre a maioria do povo. Havia até a categoria “não declarados”, aqueles que não se identificavam com nenhuma outra etnia apresentada no questionário do instituto até o final do século XX.

Apenas a partir do ano 2000, o indígena aparece inserido no censo, momento em que esses povos vão surgindo no Estado, ou seja, quando estes tiveram a oportunidade de se autodeclararem. Somente no segundo milênio, foram autodeclarados 3.168, diminuindo a população de pardos e aumentando a de índios. Este fato indica que a existência da categoria no questionário instigou o próprio indígena que não nega a sua etnia a se autoafirmar.

O que ocorre no contexto atual, a partir do autorreconhecimento, é o surgimento das diversas comunidades³⁶ indígenas do Rio Grande do Norte. Três dessas se autoafirmam como Potiguara: “Os Mendonça do Amarelão do município de João Câmara, os Eleotério do Catu localizados entre os municípios de Canguaretama e de Goianinha, e, mais recentemente os potiguaras de Sagi em Baía Formosa” (PEREIRA, 2015, p. 30). Vê-se que todos esses povos que se autodeclaram Potiguara se situam nas regiões próximas à capital do estado, Natal, que fica na região litorânea.

Porém, Pereira (2015) cita ainda o surgimento mais recente dos Tapuia de Tapará, que se localizam no município de Macaíba, na região metropolitana e dos Caboclos, que vivem em Açu. Hoje, com base nos relatos e discussões das quais já se tem participado junto ao movimento indígena do RN, outras autoafirmações têm surgido, das quais se pode observar que o processo se expande, tanto que hoje o estado do Rio Grande do Norte conta com dez comunidades que se autodeclaram como indígenas e são atendidas pela FUNAI.

Além do Amarelão, Catu, Caboclos do Açu, Sagi-Trabanda e Tapuia de Tapará, tem-se atualmente Serrote, Santa Terezinha e Cachoeira, todas identificadas como Potiguara; por último a comunidade Tapuia Paiacu, situada no município de Apodi. Esta, sendo objeto de estudo deste trabalho, faz-se menção de apresentá-la de forma especial posteriormente.

É pertinente ainda informar que a organização dessas comunidades, a partir dos movimentos que se iniciaram em prol das autorreferências étnicas, instigou

³⁶ Senso de pertença a uma coletividade, fundado nas relações de parentesco (afinidade, filiação adotiva) e vizinhança entre seus membros (WEBER *apud* PEREIRA, 2015, p. 27).

também esses povos a participarem do movimento indígena no estado, por meio da organização de associações comunitárias em que o objetivo é reivindicar direitos e ações que deem sustentabilidade à preservação da cultura, dos costumes, da vida e bem-estar desses povos, conforme a legislação vigente.

2.4.1 Movimento e “ressurgimento”

O surgimento e o fortalecimento do movimento indígena no Rio Grande do Norte se deram exatamente a partir da desconstrução da ideia de que no estado não havia mais índios. Mas, essa nova compreensão, parte justamente da resignificação dos termos que eram empregados para defini-los antes de forma depreciativa – “pardos”, “mestiços”, “caboclos”³⁷. Hoje, é possível ainda se vê, mesmo no meio indígena, o emprego do “caboclo”, como é o caso do grupo familiar de Açu; porém, não mais com o significado pejorativo e nem com a definição que o afaste do contexto de pertencimento à etnia indígena.

Ao realizar uma leitura da obra organizada por Carvalho e Carvalho (2012) sobre os índios do Nordeste, a noção de “caboclo” ocorre justamente pela mistura de índio com africano, mas, de forma mais profunda, no que diz respeito ao encontro e inclusão de uma cultura com a outra. Só que, foi uma terminologia decretada pelo interesse colonial.

Em todo o Nordeste, de fato, a ‘inexistência’ dos índios foi sucessivamente decretada por interesse dos terra-tenentes em praticamente toda parte, lançando os ‘caboclos’, como doravante passam a ser entendidos, na interminável caravana dos ‘retirantes’ nordestinos (TROMBONI, 2012, p. 106).

Mesmo considerando essa condição terminológica, não necessariamente significa que o seu uso propague a inexistência da etnia indígena. Segundo Guerra (2007), apesar de esses termos, entre outros terem sido criados pelo sistema colonial

³⁷ Todos esses termos eram utilizados pelos historiadores e instituições federais, estaduais e municipais, para definir os indivíduos que não se podia definir como “brancos”. No entanto, faziam parte da visão animalizada do europeu sobre os grupos encontrados no território. Assim como o pardo tem origem no pássaro pardal, caboclo tem origem no selvagem tirado do mato, e mulato se origina de “mula”. Era a chamada animalização das qualidades.

e que a partir de então vêm sendo perpetuados por séculos, no intuito de degradar a imagem do índio, eles foram sendo ressignificados política e socialmente pelos atores sociais em processos de autoidentificações e em conexões com seus antecessores indígenas.

Pelo que se observa, o discurso do colonizador se apossou da linguagem ritual das comunidades nordestinas que uniam negros e índios em seus costumes e culturas para declarar o fim do nativo nas terras que inicialmente foram chamadas de “índias”³⁸. Como diz Tromboni (2012) foi tomada do processo de relações interétnicas. Diversos estudos que foram se desenvolvendo no Brasil, com a finalidade de compreender e estimular as autoafirmações étnicas suscitaram o fortalecimento das mobilizações e o surgimento do movimento indígena em todo o país.

No estado do Rio Grande do Norte, os estudos realizados pelo GP, além do envolvimento das pesquisas acadêmicas fora e dentro do território abriram espaços de discussão sobre a necessidade de se compreender as narrativas orais e a memória social. Estas apresentadas pelos indígenas por meio de seus relatos familiares seculares, proporcionando, dessa forma, a ênfase em processos de autoafirmação desses grupos familiares.

Segundo Guerra (2007), as primeiras discussões sobre a ideia da existência dessas famílias indígenas no estado foram realizadas no ano de 2002, durante a Campanha da Fraternidade. Nesse período, houve uma exposição no Museu Câmara Cascudo, coordenada por Jussara Galhardo, bem como a organização de mesas-redondas³⁹ sobre o assunto, além de um debate na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte⁴⁰. Aconteceram ainda uma audiência pública na Assembleia Legislativa (AL-RN) e outra na Câmara de Vereadores, também no ano de 2002.

³⁸ É importante lembrar que esse termo foi usado para denominar as novas terras que os navegadores portugueses pretendiam explorar. Desse nome, tomaram emprestado o termo “Índio” para nomear o gentio encontrado em terras do continente que foi mais tarde definido como América.

³⁹ Das mesas-redondas participaram representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), Helder Alexandre Macedo historiador, membros da Arquidiocese de Natal, funcionários da FUNAI e representantes de comunidades em processo de autoafirmação: Mendonça do Amarelão (João Câmara) e Eleotério do Catu (Canguaretama/ Goianinha). Ainda compareceram estudantes, professores e políticos da região para discutirem sobre a presença indígena em território potiguar, a partir de análise dos aspectos históricos e sociais que envolvem esses grupos.

⁴⁰ Participaram deste debate, a Dra. Fátima Martins Lopes, historiadora, Dra. Julie Cavignac, antropóloga, ambas da UFRN, além do cacique paraibano “Caboquinho”, da Baía da Traição. Ainda compareceram estudantes, professores e políticos da região para discutirem sobre a presença indígena em território potiguar, a partir de análise dos aspectos históricos e sociais que envolvem esses grupos.

Guerra (2007) ressalta que ela própria foi uma das que se empenhou enquanto pesquisadora organizando de diversos encontros para discussão em torno da questão indígena no estado.

Na sequência desses acontecimentos, no ano de 2004, Jussara Galhardo encaminhou ofício por meio da direção do Museu Câmara Cascudo/UFRN para o presidente da FUNAI – na época Mércio Pereira Gomes, para que este viesse participar de uma reunião com os representantes indígenas e pesquisadores com vistas a tratar de assuntos relacionados à questão indígena no Estado. O encontro aconteceu no início do ano de 2005, resultando dessa discussão a possibilidade de ser designado um grupo de estudo para acompanhar essa problemática.

Ainda segundo Guerra (2007), a FUNAI participou das discussões e ouviu os representantes das comunidades Mendonça do Amarelão (João Câmara) e Eleotério do Catu (Canguaretama e Goianinha). No entanto, o presidente do órgão indigenista não acenou com ações mais concretas. Demonstrou indiferença e descompromisso com a causa. Apenas fez declarações à imprensa da capital de que era preciso mobilizar o Estado, a Sociedade Civil, a Assembleia Legislativa para concretizar o reconhecimento da existência de índios no território potiguar.

Segundo os registros de Guerra (2007), tanto professores como pesquisadores, simpatizantes, representantes indígenas e estudantes de vários cursos de graduação da UFRN continuaram os trabalhos e compareceram às reuniões do Grupo Paraupaba (criado no início do ano de 2005), que foi muito importante para alavancar estudos e iniciativas voltados para a questão indígena local.

Exatamente no ano de 2005 foi convocada uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Natal com a seguinte titulação: “Comunidades indígenas do Rio Grande do Norte: afirmação de suas identidades”. O GP, responsável pela organização, contou com o apoio de diversos parceiros, dentre estes: Coordenação de Defesa das Minorias (CODEM), UFRN e mandato do Deputado Estadual Fernando Mineiro.

Os pesquisadores, com apoio da Fundação José Augusto e do Museu Câmara Cascudo/UFRN (ambos integrantes do GP) participaram de uma reunião a convite dos Potiguar da Baía da Traição-PB, tendo à frente a APOINME. O encontro fora intitulado de “Força e Resistência na Construção de uma Nova História”, do qual participaram representantes dos Mendonça do Amarelão e dos Eleotério do Catu, além do GP. Foi deste encontro que se fortaleceu o processo de autorreconhecimento

étnico das comunidades indígenas no Rio Grande do Norte, tendo a partir de então apoio dos Potiguara da Paraíba nessa perspectiva.

O fato é que, o movimento indígena no Rio Grande do Norte, desde o ano de 2005, tem se mobilizado a fim de conquistar o acesso às políticas públicas referentes às necessidades básicas, entre as quais se destacam: saúde e educação. As lutas são constantes e as dificuldades muitas, assim como são muitos os enfrentamentos no decorrer dos 13 anos de existência das mobilizações protagonizadas pelos grupos indígenas no estado. Hoje, dez grupos familiares indígenas estão em processo de autoafirmação e ainda há registros de que há outras famílias em diversas regiões, desde o Mato Grande, Agreste e médio e alto Oeste que se mobilizam nesse sentido. O mapa da Figura 4 demonstra as regiões e grupos indígenas que se autoafirmam na atualidade.

Figura 4 – Mapa da autoafirmação étnica indígena no Rio Grande do Norte.



Fonte: Arquivo do CHCTPLA – mapa ilustrativo apresentado na Exposição “Etnicos: recuperando histórias”, curadoria de Jussara Galhardo - Museu Câmara Cascudo/ UFRN (2016).

Foi justamente o processo de autoafirmação que proporcionou o contato de um grupo de Tapuia Paiacu do Apodi com membros da APOINME no Rio Grande do Norte desde o ano de 2013, através de Lúcia Tapuia Paiacu que também é presidenta do Centro Histórico Cultural Tapuia Paiacu da Lagoa do Apodi (CHCTPLA). Este contato garantiu que tanto a FUNAI como a APOINME tomassem conhecimento sobre a existência desse grupo em Apodi, além dos já conhecidos. Daí em diante, os índios

desse município se engajaram aos demais do Rio Grande do Norte, realizando mobilizações através de assembleias, seminários e conferências.

As mobilizações, tendo como suporte a luta pelos direitos específicos e a valorização da autoafirmação étnica, criam estímulos e encorajam outros grupos a aderirem a processos de autoidentificações étnicas no estado. Revelam-se, portanto, relatos de famílias que tinham escolhido silenciar sobre seus antepassados, até por séculos, justificando o medo, a esquivia de suas origens, sendo pautadas essas situações na maioria das vezes, nos próprios conceitos estereotípicos difundidos ideologicamente e perversamente pelo sistema de dominação. Essas ideias foram densamente sedimentadas e difundidas como verdades para a sociedade e o senso comum.

Nos municípios de Apodi, Viçosa e de Portalegre, localizados no médio e alto Oeste do Rio Grande do Norte, a partir da chegada de Lúcia Tapuia Paiacu, que já tendo conhecimento e participação no movimento indígena, traz para o campo de discussão social a necessidade de reelaboração da história do seu povo – índios que viviam nesse território que fazia parte da Ribeira do Apodi, espaço constituído no contexto da Capitania do Rio Grande do Norte nos séculos XVII e XVIII.

Uma longa história que chega ao século XXI, a partir da inserção desses atores sociais – os Tapuia Paiacu – integrados aos poucos no movimento indígena no estado do Rio Grande do Norte, portanto, unindo-se aos outros nove grupos que existem hoje nessa unidade da federação. Com a finalidade de esclarecer pontos importantes da história de Apodi relacionada à presença desse grupo indígena, na sequência deste trabalho dedica-se o próximo capítulo à narrativa que enseja a recuperação da história dos primeiros habitantes do território que, no momento da chegada do colonizador fora denominado de Ribeira do Apodi.

CAPÍTULO III – POVO TAPUIA DE APODI: DA COLONIZAÇÃO AO CONTEXTO ATUAL

Neste capítulo, traz-se uma abordagem histórica que se volta especificamente para o povo Tapuia Paiacu, nativos que habitavam os sertões da Ribeira do Apodi, definida a partir do sistema de Capitanias Hereditárias no Rio Grande.

Faz-se uma incursão sobre esse grupo étnico no contexto da região territorial que foi colonizada por Manoel Nogueira Ferreira e seus familiares. Destacam-se dados voltados para como viviam, se alimentavam, seus costumes, ambiente que habitavam, os massacres, a resistência e sobrevivência pautadas a partir da história oral de famílias na contemporaneidade.

Tais aspectos são narrados a partir de pesquisa histórica, documental e participante de uma instituição fundada por Lúcia Tapuia Paiacu, que tem como propósito reelaborar a história e instigar uma nova compreensão acerca da existência do índio no atual município de Apodi.

3.1 TAPUIA PAIACU NA RIBEIRA DO APODI

Em Apodi, é *práxis*, tanto pelos políticos quanto pelos jornalistas e pessoas comuns usarem nos mais diversos discursos cotidianos que descrevem este município situado na região do médio Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, a expressão de referência “Terra dos Tapuias Paiacus”. No entanto, apesar dessa alusão às origens do lugar, ainda há certos estranhamentos por parte da população quando alguém se autoafirma como indígena. Verifica-se a resistência dos Tapuia ao se declararem, mas, ao mesmo tempo, a falta de aceitação, como se a frase dita fosse apenas um discurso poético e apelativo. Segue-se, portanto, a mesma linha romântica e metafórica do século XIX no âmbito da literatura histórica.

Mas, diante do que já foi mencionado acerca de como se processou a narrativa histórica sobre o índio em todo o território nacional, essa ideia fixa de que “não existe

mais índio no município de Apodi” está justamente associada ao que foi disseminado pela obediência aos propósitos conservadores da colonização, em que, o indígena aparece apenas como personagem nativo a ser exterminado, do qual a “mestiçagem” se encarregou de extingui-lo como ator político, histórico e etnicamente diferenciado. Isso contribuiu para a ignorância do povo brasileiro, do povo potiguar e também do apodiense sobre a existência do índio no decorrer dos séculos.

Percebe-se, tanto a visão limitada sobre etnicidade quanto o sentimento discriminatório que também foi usado como justificativa para que os invasores idealizassem a purificação do povo e tivessem a ideia de exterminar os índios. O estado do Rio Grande do Norte e também o município de Apodi, historicamente não ficaram isentos desse pensamento, uma vez que se situam hoje na região Nordeste do Brasil, território este denominado por Puntoni (2002) como “país dos tapuias”⁴¹.

Não obstante ao que ocorreu em todo o país, o encontro de colonizadores com os índios que viviam à região da Ribeira do Apodi se deu pela necessidade e, ao mesmo tempo, pelas dificuldades que os europeus tinham de expandir a exploração do território.

Eles adentravam aos sertões em busca de metais preciosos e de terras para investirem na pecuária. Segundo Puntoni (2002) as terras mais próximas ao litoral já estavam ocupadas pela produção da cana-de-açúcar, obrigando aos criadores de gado a desbravarem regiões interioranas, em busca de minerais e de terras para povoamento; era a montagem do sistema de capitanias hereditárias já se moldando no plano colonizador Português.

No entanto, à medida que a política colonizadora portuguesa avançava com a montagem do sistema de capitanias hereditárias, aumentou a pressão pela necessidade de escravizar os índios. Para tanto, o Estado Português concedeu ‘plenos poderes aos Donatários para o cativoiro dos índios’ (TRINDADE, 2010, p. 69).

Com plenos poderes para a escravização, grupos de desbravadores das terras iam se apossando dos sertões muitas vezes de forma cruel, mas, nem sempre venciam totalmente os grupos de nativos que iam encontrando. E como esses territórios eram habitados por milhares de indígenas, imagina-se o quanto houve de resistência, pois, segundo Lopes (2003, p. 90), “no início da colonização do Brasil, as

⁴¹ Na região que hoje se chama de Nordeste do Brasil, por serem os autóctones que a habitavam denominados de tapuias, o autor assim identificou os sertões da região.

relações entre portugueses e indígenas eram amistosas”. E isso ocorria em todo o território – hoje Brasil.

Sobre as terras dos Tapuia Paiacu, inicialmente foram ambicionadas pelos desbravadores dos sertões as que eram próximas ao rio Pody, o primeiro estabelecimento foi fundado a leste da lagoa chamada de Itaú⁴², em um lugar chamado “outeiro”⁴³, onde havia a grande taba⁴⁴ dos nativos e ali fixaram uma grande cruz de madeira. Na imagem apresentada na Figura 5 pode-se observar a localização atual desse primeiro estabelecimento, lugar onde, até meados da década de 1980 ainda se preservava a cruz de madeira que ali foi fixada, região da cidade que hoje abriga o bairro Cruz de Almas:

Figura 5 – Local da primeira fundação da Missão de São João Batista.



Fonte: Google Maps (jan. 2018).

Observa-se, apesar do aglomerado de residências que hoje o terreno abriga, que há um córrego que dá acesso justamente ao leito do Rio Apodi, por onde os exploradores teriam chegado, onde Mota (s/d, p. 41) chama de “canal que conduz as águas das enchentes na estação invernososa”. Este córrego passa hoje por debaixo de uma ponte na entrada da cidade e é justamente por ele que as águas excedentes da Lagoa correm com destino ao leito do rio quando há grandes enchentes. O lugar, tanto

⁴² Que significa “Pedra Preta”.

⁴³ Onde hoje se localiza o bairro Cruz de Almas.

⁴⁴ Grupo de 5 a 10 ocas de tribos indígenas.

permite a entrada das águas quando a mesma está seca como também a saída, após a cheia. Nestes arredores, estariam localizadas as tabas dos índios Tapuia Paiacu.

Mas, não se sabe por qual motivo, fato que não é relatado em nenhuma notícia ou documento, esse primeiro estabelecimento de povoação que foi tomado como Missão de São João do Apodi não prevaleceu. Imagina-se, talvez, que o confronto com indígenas tenha sido o motivo, visto que os “tapuias”, em todas as suas tribos eram definidos como povos valentes.

Além disso, segundo Puntoni (2002) até o ano de 1570 havia dúvidas sobre a legalidade da escravização do índio, uma vez que os padres sempre aconselhavam que a melhor forma de os atrair não seria pelo ataque brutal, mas por vias ideológicas de persuasão na mudança em torno de suas crenças e costumes que favorecessem aos interesses do colonizador, que por sua vez cobiçavam seus territórios.

Às margens do rio Pody, uma nova missão teria sido instaurada apenas quando o Capuchinho Frei Fidélis, que era de origem italiana, catequizou os indígenas em um outro espaço territorial, desta feita no lugar denominado de Córrego das Missões⁴⁵. Lá construiu a freguesia de barro e madeira, dedicada a São João Batista (MOTA, s/d). Desse novo estabelecimento teria se iniciado todo o processo de constituição da grande Ribeira do Apodi, que por ela se originaram diversas outras missões para colonizar a região de vales e serras do sertão potiguar.

Segundo Lopes (2010), no interior do Rio Grande, a Missão de São João Batista no Apodi tinha como finalidade principal elevar o povoamento à Vila. No território às margens do rio e da lagoa habitavam os índios “Paiacus” (GRIFO NOSSO), mas, estes já estavam em número reduzido, visto que houve matança e redução da tribo durante a Guerra dos Bárbaros em 1700.

É compreensível que mesmo antes de se iniciar a missão, muitos índios já haviam sido mortos, o que instiga inferir que durante a Guerra dos Bárbaros, índios Paiacu já participavam dos combates defendendo a terra. E foi justamente a redução da população indígena que possibilitou instauração da missão que mais tarde seria marco para o início da história do território que hoje abriga o município de Apodi.

Segundo Mota (s/d, p. 45) “os primeiros fundadores de Apody foram o ajudante Manoel Nogueira Ferreira, auferes João Nogueira Ferreira e outros”, que chegaram à Missão de São João Batista por volta de 1670. Entre estes estavam também Gonçalo

⁴⁵ Localização atual do acesso ao bairro Bacurau I.

Peres de Gusmão, Antonia de Freitas⁴⁶, Capitão Mor Domingos Martins Pereira, Capitão Bartholomeu Nabo Correia, Baltazar Nogueira, Capitão Luiz Antunes e Manoel Rodrigues da Rocha.

Foram “os senhores de engenho de Pernambuco que estimularam a implantação de fazendas de criação de gado na costa setentrional, utilizando posteriormente os vales do Piranhas-Açu e do Mossoró-Apodi para penetrar para o interior” (ANDRADE, 1995, p. 17). Todos eles tinham como objetivo determinado pela coroa portuguesa, descobrir sítios no seio do sertão do Rio Grande, mais especificamente às margens do rio Piranhas em Açu.

Porém, ali não acharam terras com tal capacidade. Ao mudarem os rumos encontraram próximo ao rio Jaguaribe outras terras nas quais poderiam estabelecer suas criações. Nessa mesma localização se encontravam estabelecidos os povos nativos denominados de “tapuias”. Houve novamente resistência dos índios, mesmo assim, as terras foram requeridas ao comando da colonização, sendo concedidas juntamente com a função de domá-los (MOTA, s/d).

Ao requerem as terras os colonizadores diziam que as queriam, mesmo com o risco de perderem as suas vidas, pois por ali ninguém ainda havia passado com o povoamento. Segundo Mota (s/d, p. 44) “O Capitão Mor do Rio Grande do Norte concedeu os dotes pedidos em 19 de abril de 1680, os quais foram confirmados pelo governador geral Roque da Costa Barrêto em 12 de fevereiro de 1682”.

Quando se trata da existência do Tapuia é bastante evidente a referência de Nonato Mota a esse grupo indígena. Lopes (2003) também reafirma em seu estudo esse encontro dos Nogueiras⁴⁷ com os índios, tornando inegável a presença de povos nativos. Fato este percebido logo nos primeiros contatos dos europeus com o lugar e que gerou dificuldades para as ações de implantação das fazendas de gado. A presença do índio como defensor do seu habitat é comentada também por Andrade (1981, p. 17) quando descreve que “grupos indígenas aguerridos que, refugiados nas serras, resistiram por muitos anos ao invasor (Guerra dos Bárbaros), a ponto de se tornar necessária a vinda de bandeirantes” (ANDRADE, 1981, p. 17).

Vê-se, portanto, que eram realmente os Tapuia Paiacu os donos da terra. Foram eles que primeiro enfrentaram os colonizadores que usaram de todas as

⁴⁶ Filha de Manoel Nogueira Ferreira.

⁴⁷ Referência aos irmãos Manoel Nogueira, João Nogueira e Baltazar Nogueira, encarregados da Coroa Portuguesa pela colonização da Ribeira do Apodi.

estratégias para exterminá-los, tendo conseguido reduzi-los consideravelmente. Ao iniciar as notas históricas sobre o município de Apodi, Mota (s/d, p. 45) afirma:

Esta preciosa nesga de terra, antes de 1680 era habitada por tribos de índios selvagens conhecidos pelo nome de payacús, payns, icozinhos e caborés. Esses selvagens habitavam nas margens do rio Pody ou Poty e da lagoa circundada por taboleiros arenosos e extensos carnaubais.

Compreende-se que a descrição do autor em seu manuscrito, sobre o local habitado pelos indígenas, faz emergir na mente a imagem de tabas ao redor da Lagoa Itaú⁴⁸ e às margens do rio que hoje é denominado de Apodi/Mossoró. A localização abrange, além do lado Leste da lagoa o Oeste, onde se localiza o chamado Córrego das Missões. Hoje, essas localizações estão habitadas, abrigam bairros da cidade e/ou dão acesso a estes, como mostra as Figura 6 e 7.

Figura 6 – Localização do Córrego das Missões.



Fonte: Google Maps (jan. 2018).

Observando a Figura 6, vê-se que do seu lado esquerdo está a área onde se localiza o Córrego das Missões, hoje cortado pela Avenida Moésio Holanda, que dá acesso ao Bairro Bacurau 1. Pelo outro lado, à direita da lagoa, onde também estavam fixadas tabas indígenas, se localiza a BR 405, que corta justamente o canal de entrada

⁴⁸ Nome do cacique Itaú, guerreiro que comandava as tribos da grande nação tapuia, que vivia entre o rio Pody e o rio Jauagybe, na época da colonização.

e saída da água das enchentes para dentro e fora do leito da lagoa. Observe-se a Figura 7:

Figura 7 – Localização atual do lado leste da Lagoa do Apodi.



Fonte: Google Maps (jan. 2018).

Interpretando as Figuras 6 e 7, compreende-se que toda a área às margens da Lagoa do Apodi era habitada por índios Tapuia Paiacu. Hoje, parte dessas margens, especialmente a área que fica localizada próximo ao Centro da cidade, no bairro Malvinas, abriga o Terminal Turístico da referida lagoa. Às margens da esquerda, como já mencionado, localiza-se o bairro Bacurau 1 e ao lado direito, após o córrego de entrada e saída das águas, quando há chuvas intensas na estação invernos, o bairro Bico Torto. A Figura 8 permite uma visualização imagética da lagoa na situação atual.

Figura 8 – Margens da Lagoa.



Fonte: <<http://tudodeapodi.blogspot.com.br/2017/10/breve-historia-do-bairro-malvinas.html>>

Ao olhar hoje para a Lagoa do Apodi, mesmo com seu aspecto físico um pouco decadente por causa da poluição e soterramento que há anos a assola, pode-se perceber que suas margens, assim como o canal que permite a saída da água de enchentes em anos invernosos são congruentes com as descrições quanto à localização das tabas dos Tapuias Paiacu.

É muito evidente que as modificações foram ocasionadas justamente pela tomada das terras por parte dos colonizadores, que se utilizaram da missão religiosa, denominadas de missões de São João Batista e de Nossa Senhora da Conceição, para civilizar os indígenas, ao mesmo tempo em que se apossavam do lugar e fundavam a vila.

Imagine-se como era a lagoa na época em que somente os índios Tapuia Paiacu a habitavam. Mota (s/d), em seus manuscritos faz uma descrição que emociona, enfatizando a paz que reinava, a brisa das manhãs, as ondas das águas límpidas, os peixes identificados como piaus azuis e tucunarés. Esses peixes faziam parte da alimentação dos índios, já que segundo Lopes (2003) a pesca era uma das atividades que fornecia a alimentação básica dos “tapuias”, que além do peixe também incluía a caça assada em fornos subterrâneos, mel, frutos, raízes, ervas e animais silvestres, entre os quais estavam lagartos e cobras.

A descrição da autora é coerente com alguns aspectos citados pelos próprios documentos oficiais da coroa portuguesa, os quais emitem descrições a respeito das do povo Tapuia e do seu habitat nos sertões do Rio Grande. Em uma carta destinada

ao Rei de Portugal, no ano de 1688, pode-se perceber a descrição sobre como viviam os “Tapuyos” no sertão do Rio Grande.

Estes Tapuyos a q chamam Jandoins são m^{to} diferentes dos outros porq não tem aldeas nm parte certa em que vivão e sempre andão volantes sustentandosse alguas vezes dos frutos da terra e cassa matão e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros ou eles roubão⁴⁹ (ULHOA, ao Rei de Portugal, 1688).

É possível observar que o texto, escrito no Português arcaico, define os “*Tapuyos Jandoins*” (Tapuia Janduí) como povo que não tinha moradia fixa, sendo esta uma característica do grupo, além de ter uma língua específica, porém originada por uma subdivisão do Tupi. Santos Júnior (2008) aponta vários outros grupos da “nação tapuia” além dos mencionados na carta: “canindés, ariús, icós, pegas, sucuru, jenipapo, panatis”.

Mota (s/d) ao dar continuidade à descrição sobre os “tapuias” informa que havia uma época do ano em que os nativos saíam das margens da lagoa e do rio. Trata-se da época das enchentes quando eles subiam as serras para acolherem-se em lugares mais altos, como descreve Mota (s/d, p. 45): “Durante a estação invernosa por causa das inundações do rio passavam a subir a uns cabeços ou serras ao sul do referido rio e lagoa conhecidos por Cabeços do Pody”.

No entanto, Santos Júnior (2008) acrescenta que as serras também serviam de ponto estratégico para os índios. Eles conheciam a mata, o território e subiam aos montes para observar a chegada de quem viesse lhes fazer algum mal. Muitas das batalhas que venceram tiveram essa forma de combate.

Dias (2010) fazendo também menção aos manuscritos de Nonato Mota, em um de seus trabalhos sobre a temática da colonização, relata que Manuel Nogueira Ferreira, sendo um dos primeiros desbravadores da região Oeste da Capitania do Rio Grande, teve seu primeiro contato com o sertão pelas imediações da Ribeira do Açu e do Apodi na década de 1670. O autor também apresenta a abrangência do território da Ribeira do Apodi como uma imensidão de terras que alcançava, desde o Vale do Jaguaribe à parte serrana do alto Oeste Potiguar e parte da Paraíba, como se apresenta na Figura 9.

⁴⁹ Estes Tapuias que se chamam Janduís são muito diferentes dos outros porque não têm aldeias nem lugar certo para viverem e sempre andam migrantes sustentando-se algumas vezes de frutos da terra e caça que matam e outras do gado que os vaqueiros lhes dão ou que roubam (TRADUÇÃO LIVRE).

Figura 9 – Localização da Ribeira do Apodi.



Fonte: Adaptação da autora conforme mapa de Dias (2010, p. 18).

A localização dos Cabeços do Pody indica a região montanhosa onde se situam hoje as cidades de Portalegre, Martins e as que ficam ao redor dessas serras, como é o caso de Viçosa, entre outras que vão desde Pau dos Ferros às demais que se localizam na chamada “Tromba do Elefante”⁵⁰. Eram 100 léguas de terras, “cinquenta léguas de terras no Rio Piranhas e mais cinquenta léguas no Rio Guaxinim [...]” (DIAS, 2010, p. 17).

Portalegre foi a terceira das vilas fundadas na Capitania do Rio Grande. Está situada no local que no período da colonização foi chamado de Cabeços do Pody. A serra de Portalegre, como é conhecida atualmente, naquela época foi chamada de Serra dos Dormentes⁵¹.

Vale ressaltar que além da Ribeira do Apody, os índios habitavam as outras regiões do sertão potiguar. Além de Açu, foram observadas evidências desses nativos em toda a região do Seridó e em outras partes do território. Silva e Puff (2013) descrevem sobre os índios Tapuia da seguinte forma:

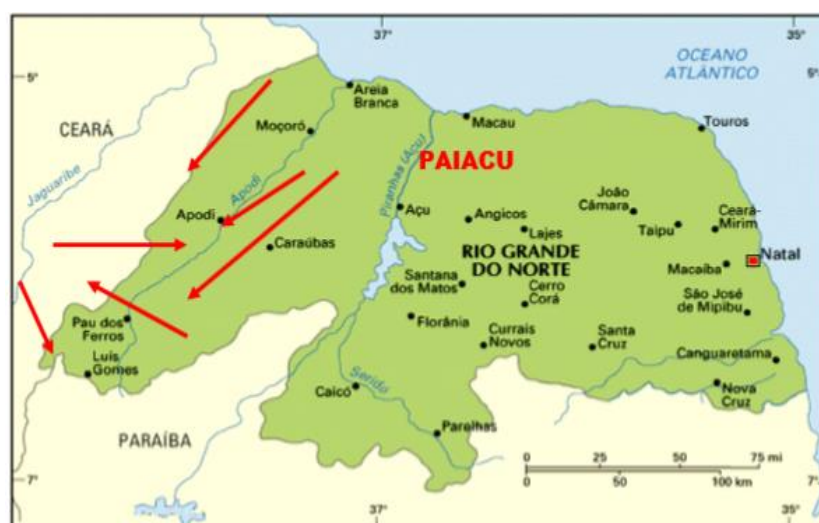
⁵⁰ Termo que se refere ao mapa do Rio Grande do Norte, que tem formato de elefante. A tromba é exatamente a parte onde se localizam os municípios do alto Oeste.

⁵¹ Nome que se refere à localização entre dois olhos d'água, que se acredita serem estes o atual Olho D'água da Bica e o Olho D'água do Brejo, local onde Manuel Nogueira fixou dois toros de madeira como marco das terras que pretendia pedir a concessão, e que era também usado para os viajantes dormirem quando cansados de suas andanças.

[...] a tribo Tapuia também conhecidos por ‘Bárbaros’⁵², habitavam, dentre outras regiões, os sertões da Capitania do Rio Grande. Dividiam-se em vários grupos nomeados de acordo com a região onde moravam – Cariris (Serra da Borborema), Tarairiou (Rio Grande e Cunhaú), Canindés (no sertão do Acauã ou Seridó). Eram chefiados por vários reis e falavam línguas diversas. Merecendo destaque os reis Janduí e Caracará (SILVA; PUFF, 2013, p. 1898).

Considerando os diversos lugares dos quais se tem descrição da presença dos “tapuias”, Santos Júnior (2008) apresenta um mapa (Figura 10) no qual se pode observar quais municípios hoje se incluem como locais de vivência desses indígenas. O nome “Paiaçu”, em vermelho indica a presença de um dos grupos étnicos e as setas apontam a movimentação desses autóctones na região que fez parte da Ribeira do Apodi.

Figura 10 - Área geográfica onde aparecem citações bibliográficas mencionando a presença e os deslocamentos dos Paiaçu no Rio Grande do Norte.



Fonte: Santos Júnior (2008, p. 17).

Das cidades atuais podem-se localizar no mapa, além de Apodi, Mossoró, Pau dos Ferros, Caraúbas, Luiz Gomes e as que se sabe pertencerem ao entorno, como é o caso de Viçosa, Riacho da Cruz, São Francisco do Oeste e as demais do alto Oeste.

⁵² Sempre há referências sobre o índio tapuia como bárbaro, algo que contribui para uma visão do índio unicamente como selvagem. Ideia esta que se tenta desconstruir, pelo fato de se compreender que em todo o território ao qual hoje se chama de Brasil os povos eram primitivos, portanto, viviam também uma cultura de civilização (des)secularizada.

Percebe-se ainda que tanto a região do rio Apodi quanto do rio Jaguaribe, respectivamente bacias hidrográficas que banham a região do alto e médio Oeste e do baixo e alto Jaguaribe no vizinho estado do Ceará, também têm a marca do povo Tapuia. Tanto que uma das aldeias indígenas do Ceará na atualidade, a Aldeia Jenipapo Kanindé situada no município de Aquiraz é habitada por índios da mesma linhagem indígena dos Paiacu de Apodi. Santos Júnior (2008) reafirma essas informações e destaca ainda que os Tapuia Paiacu

Habitavam entre a zona geográfica do vale do Jaguaribe (Estado do Ceará) e o vale do Açu (Rio Grande do Norte), compreendendo a chapada do Apodi e boa parte da bacia hidrográfica dos rios Apodi/ Mossoró. Eram considerados os mais temíveis gentios pela sua ferocidade em campo de batalha. Dominaram boa parte do Oeste potiguar, descendo pelos rios Apodi-Mossoró até as imediações do Alto Oeste do Rio Grande do Norte (habitaram também na ribeira do Patu-RN e Catolé do Rocha-PB) (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 19).

Pelo que se observa, as diversas tribos da grande nação Tarairiu, que foi denominada de Tapuia, habitavam um território amplo na Ribeira do Apodi, chegando a ultrapassar os limites atuais do estado do Rio Grande do Norte.

Essas constatações foram possíveis a partir de estudos históricos e arqueológicos desenvolvidos por um conjunto de pesquisadores, entre estes: Olavo do Medeiros Filho, Fátima Martins Lopes, Herder Alexandre de Macedo e Valdeci dos Santos Júnior. Registra-se ainda informações orais, das próprias famílias, dadas ao pesquisador Aucides Bezerra de Sales da Fundação José Augusto que visitou locais específicos no município de Apodi na década de 1980 (SANTOS JÚNIOR, 2008).

Segundo Lopes (2003), os traços linguísticos dos “tarairius” e dos “kariris” se distinguem, sendo os primeiros usuários de uma língua que não era atribuída a nenhum outro grupo indígena, diferente dos outros que se subdividiam nas características linguísticas.

Os Tapuia de Apodi fazem parte dos povos de uma dessas etnias indígenas que falava língua de tronco Tarairiú, mas que se incluem como nativos, pois já viviam nessas terras antes do século XVII. A FUNAI (2012), em documento que faz referência às novas perspectivas para a política indigenista no país informa resultados de estudos científicos que apontam a ocupação de todo o território brasileiro por nativos como fato que “remonta há aproximadamente 13 mil anos” (FUNAI, 2012, p. 9).

Portanto, os Paiacu do Rio Grande do Norte, e especificamente de Apodi não estão fora desse contexto.

Aliás, a confirmação da presença na região se revela também no patrimônio ambiental do município, quando se observa no sítio arqueológico denominado de Lajedo de Soledade⁵³, onde se encontram diversas inscrições rupestres nas paredes de rochas calcárias da região da Chapada do Apodi. Há neste local, desenhos de animais e símbolos arqueológicos que demonstram a existência de uma antiga ocupação indígena naquela região. A Figura 12 demonstra a fotografia de algumas dessas pinturas rupestres existentes no Lajedo de Soledade.

Figura 11 – Ravina da Dodôra – Inscrição Rupestre no Lajedo de Soledade.



Fonte: <http://www.qualviagem.com.br/lajedo-de-soledade-abrigapreciosidades-pre-historicas/>.

Os arqueólogos que estudaram o lugar identificaram 30 painéis de pinturas e 25 de gravuras. A Ravina da Dodôra⁵⁴, apresentada na figura acima é uma pintura em forma de rabisco (MAIA, 2002). Dodôra foi homenageada com o nome dessa ravina por ser ela a principal responsável pela preservação e transformação do lugar em sítio arqueológico.

Os estudos realizados no Lajedo não indicam a presença de grupos étnicos naquele lugar, nem que ali habitavam, porém, deixam claro que era um espaço para

⁵³ O Lajedo de Soledade hoje é um Sítio Arqueológico tombado como Patrimônio Histórico e Arqueológico do município de Apodi após luta liderada pela escritora Maria Auxiliadora da Silva Maia, que levantou a bandeira contra o extrativismo do calcário entre as décadas de 1980 e 1990, a fim de conseguir a preservação do lugar.

⁵⁴ Referência e homenagem à Maria Auxiliadora da Silva Maia (Dodôra).

registro das vivências dos povos que por ali passavam. Não se descarta, de acordo os registros de Maia (2002), a possibilidade de os Tapuia terem também sua participação nessas inscrições, tendo em vista que as mesmas têm uma estimativa de existência que corresponde ao intervalo de 3 a 5 mil anos.

3.1.1 Massacres indígenas e resistência

Mesmo considerando que os europeus tenham vindo antes de 1500, o século XVI, indubitavelmente é a marca temporal da colonização. Foi quando as entradas e bandeiras⁵⁵ se organizaram e invadiram todas as regiões do Brasil em busca de se apoderar do território, após descobrirem as riquezas naturais que o meio ambiente brasileiro oferecia: “os colonizadores portugueses começaram a intensificar suas atividades econômicas ao longo do litoral” (MONTEIRO, 1994, p. 105).

Ainda segundo Monteiro (1994) foi o bandeirante, o personagem emblemático de todo o processo de deslocamento das populações indígenas, tornando estes povos escravos. Uma prática que se expandiu a todos os outros lugares do país. Milhões de índios foram extintos na Amazônia e demais regiões porque não se renderam ao processo escravocrata imposto pelos portugueses.

Segundo o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2006) havia na mente dos europeus que chegaram ao Brasil naquele século, um projeto de extermínio dos índios, que na historiografia e no campo jurídico pode ser denominado de “desindianização” perpassando os séculos e chegando ao século XX como uma ideia sedimentada de que em muitos lugares no país os índios foram eliminados.

E estes fatos tiveram consequências muito severas para os indígenas que sobreviveram, mas que foram obrigados por forças das circunstâncias a se moldarem à cultura do “outro” – ora sendo explorados pelo trabalho escravo, ora sendo expulsos

⁵⁵ As entradas e bandeiras foram expedições de desbravamento territorial, que ocorreram no Brasil Colônia entre os séculos XVII e XVIII. As entradas eram expedições oficiais (organizadas pelo governo) que saíam do litoral em direção ao interior do Brasil. As bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas. Partiam de São Paulo e São Vicente principalmente, rumo às regiões centro-oeste e sul do Brasil. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/entradas_bandeiras.htm>. Acesso em 20 de maio de 2018.

de suas terras e forçados a migrarem para outros espaços. Dessa forma, muitos se tornaram “retirantes”⁵⁶.

No Rio Grande do Norte, tanto no litoral quanto no sertão, intensas batalhas foram travadas entre índios e colonizadores. Os primeiros enfrentamentos ocorreram já com a chegada dos europeus ao litoral e depois com a Guerra dos Bárbaros⁵⁷. Segundo Santos Júnior (2010), logo após as intensas rebeliões que se incluem nesta guerra foi que se considerou o extermínio total do índio potiguar. Como consequência disso, os conteúdos históricos divulgados nas escolas no decorrer dos séculos XIX e XX, suprimiram os grupos indígenas no estado, fato este já aludido em vários momentos neste trabalho. Acreditou-se, por muito tempo que os relatos sobre esse extermínio fossem reais.

Em terras potiguares, os colonizadores portugueses chegaram primeiramente ao litoral, em 1536, vindo de Pernambuco e Bahia, onde o cultivo da cana-de-açúcar era muito promissor, além dos franceses que chegaram como objetivo de fundar colônias, desde o atual Amazonas ao Rio de Janeiro, com interesse na extração do pau-brasil. Portanto, a coroa portuguesa, para expulsá-los organizou expedições militares no intuito de garantir a posse territorial de todo o litoral norte do Brasil.

Sendo assim, Gabriel Soares de Sousa⁵⁸ entrou primeiramente pela Paraíba até chegar ao Rio Grande. Expulsou os franceses e instalou nesta região um posto avançado de proteção à lavoura canavieira de Itamaracá e Pernambuco, que era frequentemente atacada pelos índios potiguares (TRINDADE, 2010).

Além da presença dos portugueses e franceses, outros se interessavam nas terras, apesar da colônia ter como fundadores principais os lusitanos. Era possível registrar também a presença de ingleses, espanhóis e holandeses. Estes últimos, por exemplo, permaneceram em solo potiguar por aproximadamente 20 anos. A própria Fortaleza dos Reis Magos foi por várias vezes atacada por eles (TRINDADE, 2010).

Foi durante o processo de expansão holandesa que ocorreu um dos confrontos que marcou a história do Rio Grande do Norte envolvendo índios e estrangeiros, muito

⁵⁶ Termo usado para definir os indivíduos que migraram do Nordeste por causa da seca, mas, que também pode se referir àquele que abandona ou não tem mais a sua terra.

⁵⁷ Grandes conflitos, rebeliões e confrontos nos quais estavam envolvidos os colonizadores portugueses e várias etnias indígenas tapuias. Estes acontecimentos se deram nas capitanias do Nordeste do Brasil, a partir de 1683. Entre os mesmos estavam: guerras no recôncavo baiano, guerra do Açú e o Terço dos Paulistas (PUNTONI, 2002).

⁵⁸ Colonizador dono de engenho, comerciante, sertanista e navegador Português nascido em Ribatejo, conhecido por ter escrito Tratado descritivo do Brasil (1587).

antes da Guerra dos Bárbaros. O episódio foi registrado nos Engenhos Cunhaú e de Uruaçu, sendo aludida por diversos relatos históricos como episódios muito violentos. O referido engenho era um povoado “onde havia um pequeno forte, canhões de ferro, o que ainda assim praticamente não permitiu a resistência dos moradores” (TRINDADE, 2010, p. 57).

Estava-se quase em meados do século XVII e os colonizadores, tanto em grupos de portugueses como de holandeses avançavam ao agreste potiguar, a fim de expandir o território colonizado. Junto com índios “tapuias”, com os quais haviam feito amizade, e assim foi organizado o ataque.

Em 1634 atacam o engenho de Cunhaú onde, diz Laet, havia um fortim. Esmagados pela surpresa os portugueses perderam onze homens e o chefe, Álvaro Fragoso, saiu prisioneiro. A população derramou-se espavorida, pelos campos, indo ter uma boa parte, ao encontro dos Janduí que foram tropa auxiliar no sucesso. (CASCUDO, 1984, p. 66).

O que se pode notar é que a cada confronto há uma história de interesses nas entrelinhas, e os portugueses, na voz de Cascudo (1984) pareciam ser sempre as vítimas. Portanto, numa breve reflexão sobre esses acontecimentos nos “massacres de Cunhaú e de Uruaçu” a historiografia aponta os holandeses e certos aliados indígenas⁵⁹ como protagonistas do ataque, que é descrito com tantos detalhes e indignação.

No entanto, não se descreve com tanto envolvimento e pormenores sobre as investidas, perseguições e morticínios cometidos pelos colonizadores portugueses contra os indígenas ao longo de séculos de opressão. Sabe-se que os colonizadores europeus usavam de extrema violência nos conflitos, visto que as entradas e bandeiras tinham como objetivo a tomada de territórios e das riquezas aqui encontradas.

Nesses contextos de guerra se incluem os conflitos envolvendo os índios Tapuia – que habitavam o sertão potiguar muito antes da chegada dos colonizadores –, que demarcaram o lugar habitado pelos índios como “Ribeira do Apodi”.

⁵⁹ Os índios Tapuia Cariri eram aliados dos holandeses e eram aliciados e usados por estes para, com violência selvagem, atacarem os portugueses. Era uma forma dos grupos que colonizavam se confrontarem para eliminar os empecilhos à exploração do território, que era interesse de todos. Tais alianças foram muito prejudiciais aos indígenas, pois serviram para reforçar o ideário de povo selvagem, do bárbaro do indígena que habitava o território.

Vale lembrar que, mesmo considerando que o sertão do Rio Grande do Norte sendo geograficamente muito distante do Norte do país, onde se concentrava a maior parte de povos indígenas que permaneceu por mais tempo sem perder as suas referências culturais –, da mesma forma, também nessa região do país os indígenas estavam dentro de um contexto de guerra e opressão advindo do sistema político-econômico imposto pelo domínio estrangeiro para todas as regiões do país.

Aqui no Rio Grande do Norte, os Tapuia, por serem considerados como um povo guerreiro, tiveram que enfrentar muitas batalhas, a exemplo da Guerra dos Bárbaros, além de outros episódios que culminaram em inúmeros genocídios, como cita Puntoni (2002), a seguir detalhados.

Alguns dos conflitos que envolvem os Tapuia, especificamente os Paiacu de Apodi estão relacionados à chegada de Manuel Nogueira Ferreira e sua família, quando se instalam ao sul da Lagoa. Enquanto isto, seus sócios estabeleceram-se às margens do rio Apodi, ao norte da referida lagoa, exatamente no local onde estava situada a taba dos índios que tinham como chefe o Cacique Itaú.

A princípio, eles não se rebelaram, mas, com o passar dos tempos, a investida dos colonizadores incomodou e intensas batalhas começaram a ser travadas entre os Tapuia Paiacu, familiares e sócios dos Nogueiras. Segundo Dias (2010), os desentendimentos entre índios e colonizadores partem do princípio de que,

Neste processo de interiorização e desbravamento dos sertões, a preferência das terras se dava sobre aquelas situadas nas encostas das ribeiras, visto que, para fixação dos colonos, do gado e da lavoura eram necessárias água e terras férteis. E isto coincidia exatamente com as terras indígenas (DIAS, 2010, p. 17).

O uso da força foi a primeira opção dos colonizadores no sentido de se apossar das terras que eles ambicionavam. Mas, se depararam com a revolta dos indígenas diante do comportamento invasor. Foi preciso organizar outras estratégias a fim de apaziguar os primeiros conflitos e dominar os “gentios”.

Puntoni (2002) afirma que para isso, a estratégia missionária foi uma das soluções, visto que, havia muita dificuldade de adentrar aos sertões. Assim, fundam-se as missões religiosas e, “A partir do final do séc. XVII, as aldeias jesuítas são formadas e devem contar no mínimo cem casais que têm obrigação de trabalhar para os missionários” (CAVIGNAC, 2003, p. 14).

Essa ação dos colonizadores se comprova quando se lê a Carta enviada por Joseph Lopes Ulhoa ao Rei de Portugal (1688). Nesta carta, Ulhoa propõe exatamente que a “domesticação dos índios” através da religião seja o caminho mais fácil para o colonizador. Ao fazer essa proposta, o remetente argumenta sobre o ataque com armas, alerta para a fuga e revide dos indígenas. Inclui-se na proposta o aldeamento, isto é, a estratégia de tomada das terras férteis dos *Tapuyos* e o aldeamento destes em outros locais. O excerto extraído da referida carta traz esse recorte textual:

Também me pairesse será conveniente a VMag^{de} mande recomendar aos p^{es} da Comp^a este neg^{eo} e q com avizo do cap^{am} mor lhe remetão dous relligiozos, q saibão a língua p^a assistirem com estes Tapuyos, p^a o q lhe mandarão fazer aldeas e dará algua pouco de terra capaz de poderem plantar suas lavouras de q se ão de sustentar, e com o trabalho dellas, o q os p^{es} os obrigarão, e com a sua doutrina ficarão de todo domésticos e se hirão reduzindo a nossa Santa Fé e bautizando, q p^a estas conversões pairesse que deu D's particular zello a estes rellegiozos e q^{do} não fora por outra razão mães q donde por esta do bem destas almas se desvião buscar p^a os caminhos mães suaves p^ase poder chegar a estes fins; q^{do} elles não impedem os das Armas no caso que seja presiso uzar dellas, o q entendo será escusado⁶⁰ (ULHOA, ao Rei de Portugal, 1688).

Lê-se no excerto, não somente a ideia de “domesticar os índios”, mas de convertê-los a uma religião⁶¹, de ensiná-los uma nova língua, usando a inteligência, à qual ele chama de “indústria”, sem que fosse preciso usar armas. Essa proposta de Ulhoa (1688), além de ser parte da manifestação de interesse do mesmo em assumir um cargo de comando da coroa, tinha base nos tantos outros conflitos já vivenciados com os Tapuia bem antes de 1680. Já havia ocorrido outros confrontos em Açu, como cita Santos Júnior (2010) justamente por causa da ocupação das terras e da instalação de fazendas de gados.

Com relação à Ribeira do Apodi, os Nogueiras também tentaram seguir o mesmo exemplo de instalar currais para estabelecer fazendas de gado. Foi justamente essa investida que gerou diversos conflitos entre os posseiros e os

⁶⁰ Parece ser conveniente que Vossa Majestade recomende aos padres e avise ao Capitão Mor que mande dois religiosos que falem a língua deles para dar assistência a esses tapuias. Fazer aldeias, dá água, um pouco de terra para plantarem suas lavouras e se sustentarem. Ao serem doutrinados pelos padres serão domesticados para fazer parte da nossa santa fé, batizando-os. Para a conversão pede-se a Deus peculiar zelo a esses religiosos por razão de estarem fazendo o bem dessas almas. É preciso buscar os caminhos mais fáceis para se chegar aos fins. Não se impedem o caminho das armas, caso seja preciso usá-las, mas se doutrinados se escusarão delas (TRADUÇÃO LIVRE).

⁶¹ Esse ensino fazia parte da missão jesuítica, que se efetivava a partir da criação de povoados indígenas administrados por padres jesuítas no Brasil Colônia com o objetivo de catequizar os índios. Mas, esta catequização, às vezes, tinha efeitos colaterais que não interessavam aos conquistadores portugueses.

indígenas, o que também teve como consequência diversos massacres sobre os quais se relata a seguir.

Outro fato que fica muito claro na carta de Ulhoa (1688) é o processo de aldeamento⁶². Esses espaços, que claramente são descritos como “doar um pouco de água e terra para plantar as suas lavouras”, não representava o ideal para as famílias indígenas que ali habitavam. Por isso, os índios nunca ficaram satisfeitos, desde os primeiros momentos. Porém, os exploradores preferiam ditar as regras, uma vez que segundo Cavignac (2003, p. 14) “Os aldeamentos permitiam o controle e, ao mesmo tempo, a proteção relativa das populações nativas”.

Ao se referir a esse processo que primeiramente ocorreu às margens da Lagoa do Apodi, Mota (s/d) relata que a partir do momento em que os índios perceberam a intenção dos colonizadores, revoltaram-se. Antes da chegada dos irmãos João Nogueira, Manoel Nogueira e Baltazar Nogueira eles viviam em um ambiente selvagem, onde nem sempre reina a paz e a tranquilidade, contudo, até então as terras não tinham sido invadidas.

E era ali onde estavam como habitantes e usuários da legendária lagoa povoada de peixes e rodeada de palmeiras nativas⁶³, de paisagem natural inigualável, cerca de 120 a 150 famílias de índios Tapuia Paiacu Tarairiú⁶⁴, que com a chegada desses colonizadores iniciam-se as relações de conflito e de embates. Os intensos confrontos seguem o mesmo padrão que caracteriza a execução do projeto colonizador nacional e local, em se tratando de sertão nordestino, como é hoje conhecido. A meta era excluir o maior contingente possível de autóctones, aos quais o europeu caracterizou como “povo bárbaro”.

A partir dessa compreensão foi disseminado o discurso de extermínio, registrado e divulgado historicamente, o que contribuiu para a sociedade concluir que os primeiros habitantes de Apodi tinham sido totalmente extintos. A resistência e a sobrevivência ficaram marcadas apenas na memória dos filhos, netos, bisnetos, tetranetos, uma vez que no contexto das relações familiares a oralidade sempre confrontou essa ideia de inexistência.

⁶² O aldeamento era diferente da missão no sentido de que servia especificamente aos interesses da Coroa Portuguesa.

⁶³ Carnaubeiras, árvores que até hoje ainda existem em parte das margens da Lagoa do Apodi.

⁶⁴ Eram guerreiros temidos por outros indígenas, pela sua ferocidade, força, velocidade e destreza na guerra (LOPES, 2003, p 140).

Os relatos orais repassados de geração em geração revelam dados que permitem compreender que o povo Tapuia Paiacu de Apodi não foi extinto. O pertencimento étnico na contemporaneidade preserva na memória familiar histórias muito vivas, nas quais se observam as situações de conflitos, de herança étnica, de resistência e de sobrevivência que não podem ser descartados. Além de deveras importantes para a recuperação da história e da cultura no campo dos direitos enquanto povos originários.

Segundo Alves (2016), a memória oral é fonte relevante de dados para a pesquisa científica. Sendo assim, é parte indispensável quando se faz necessário recuperar narrativas que não esclarecem totalmente os fatos do passado. Segundo Thompson (1998, p. 337) “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dá um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. Por isso, utiliza-se o discurso dos Tapuia Paiacu contemporâneos de Apodi, autoafirmados e conscientes de seu passado e do seu presente para revelar a identidade e os fatos que nela se reencontram para recuperar suas próprias histórias.

Fala-se da narrativa oral como performance distinta da história escrita, uma vez que a oralidade é algo que se encontra no discurso imediato. Em uma compreensão segundo Bauman (1984), o tempo e o espaço do narrador encontram-se com o tempo e o espaço da audiência. E isso propicia uma interação, um diálogo e uma troca de experiências que se atualizam no “aqui e agora” para que se compartilhe a própria cultura em emergência.

O povo Paiacu de Apodi faz parte dos grupos “emergentes” citados por Monteiro (2001) e Oliveira (2010) e por isso passa pela necessidade de se registrar a oralidade dos que se autodeclaram, pois, esses registros permitem a reelaboração de uma história silenciada durante muitos anos. Além de ouvidos, têm seus relatos registrados neste trabalho com o propósito de se compreender que estes indivíduos reafirmam a sua resistência, sobrevivência e existência contemporânea no território apodiense.

Estão incluídas, além da narrativa da líder indígena Lúcia Tapuia Paiacu, as de outros indivíduos autoafirmados, entre os quais está o Sr. João Batista de Freitas⁶⁵,

⁶⁵ João Batista de Freitas – conhecido popularmente como Cordeiro de Zé Bico – é genitor desta pesquisadora e um dos narradores de vários relatos sobre a história passada do povo Tapuia Paiacu de Apodi.

de 80 anos de idade –, que desde muito jovem se identifica como bisneto de índia, a qual atendia pelo nome de Luzia. Na Figura 12, contempla-se a fotografia desse indígena contemporâneo.

Figura 12 – Sr. João Batista de Freitas – Tapuia Paiacu contemporâneo.



Fonte: Arquivo da Pesquisadora (2018).

Segundo o Sr. João Batista, desde criança sabe que houve massacres em diversos lugares: no Apanha-Peixe, no sítio Bamburrall e na própria localidade de Bico Torto, onde ele nasceu, cresceu e constituiu família. Essas narrativas foram passadas de geração em geração por membros de sua genealogia.

Segundo ele, na localidade de Bico Torto ocorreu um conflito que culminou com a morte de João Nogueira. O fato ocorreu com os índios que tinham tabas nas imediações de uma lagoa denominada de Lagoa Redonda, que ao saberem da aproximação dos exploradores das terras, oriundos de Apanha-Peixe e que traziam como prisioneira uma índia para que se casasse com um branco, resolveram então os índios, formar piquetes com galhos de árvores para impedir a passagem daqueles invasores.

Houve um embate entre índios e portugueses e ali morreu mais um dos Irmãos Nogueiras. Além disso, também morreram aproximadamente 40 indígenas. Sr. João Batista mostra o lugar (Figura13) onde os índios foram mortos e enterrados ficando apenas uma índia, que segundo ele, ainda era criança e foi levada por um branco, sendo criada por ele. Mais tarde viera a se casar com um de seus filhos.

Figura 13 – Local do confronto onde morreu João Nogueira.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA (2013).

João Batista relata que essa história era contada pelo seu avô Cassimiro Nogueira, quando aquele ainda era criança, o que lhe causava muito medo do local situado em terras pertencentes à família de Zé Bico (pai de João Batista), na referida comunidade.

Outro relato de conflito entre indígenas e portugueses foi apurado por Lúcia Tapuia Paiacu em pesquisa independente que ela realizou a fim de reafirmar seu pertencimento à etnia Tapuia Paiacu de Apodi. A indígena, hoje reconhecida como líder do grupo étnico, ao realizar expedições durante pesquisa de campo no ano de 2013, em busca de fatos sobre índios, acabou ouvindo relatos que também foram repassados de geração em geração, inclusive que apontam para a ocorrência de outros massacres. Um deles aconteceu no Sítio Bamburral. O fato foi narrado pelo Senhor Erivan Augusto de Paiva⁶⁶.

A história oral revela que este fato ocorreu porque os índios eram perseguidos pelos colonos, que tinham como principal finalidade extinguir qualquer indígena da região. Famílias passavam fome, e, conseqüentemente os Tapuia roubavam animais (criações) para sua sobrevivência e isso impulsionara a ira dos colonos, até que houve

⁶⁶ Idoso não-indígena (não se tem informação sobre a idade), morador do Sítio Bamburral. O relato deste foi registrado durante expedição realizada Por Lúcia Tapuia e seus colaboradores: Tarcílio Torres e Raimundo Torres no ano de 2013.

um confronto entre eles, e neste foram mortos nove desses indígenas revoltosos. O local do conflito fica próximo à Lagoa do Bamburral. A Figura 14 mostra os arredores do local.

Figura 14 – Proximidades do local do assassinato de índios no Bamburral.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA (2013).

Diante desses fatos, chega-se a compreensão de que os relatos orais, tanto dos próprios Tapuias Paiacu como de certas pessoas não-indígenas proporcionaram a difusão de conhecimentos sobre a história de conflitos vivida pelos índios, episódios que nem são mencionados por historiadores.

Os conflitos tornaram-se constantes porque os índios insistiam em resistir às invasões dos colonos. E, apesar de serem seminômades⁶⁷, eles tinham domínio e conhecimento de seu território, dos ambientes dos quais tiravam o seu sustento e que, ao se ausentarem temporariamente de um determinado lugar, ficando este por algum período desocupado, daí, sofriam as invasões. As chacinas de índios também foram relatadas por Ulhoa (1688) na carta mencionada anteriormente. Basta observar o texto original apresentado abaixo:

[...] me parese inconveniente he supondosse alcansão alguma ves por descuido ou entre preza o mayor despojo desta victoria serão entre vinte e trinta Tapuyos mortos e outros feridos. E deste grande bem sem duvida o q se nos há de seguir ne^{eo} andar sempre tras delles por evitar as extroções e

⁶⁷ Os povos indígenas eram divididos em nômades e seminômades: estes se deslocavam constantemente de uma região para outra até o esgotamento dos recursos vegetais e animais disponíveis, ou seja, deslocavam-se à procura da pesca, da caça e do pequeno plantio para a sobrevivência.

danos que hão de fazer os que ficarem em sentindo que nos retiramos em todos aquelles moradores que puderam colher, e o peor será comaes serto, q não só esta nação, senão m^{tas} q hoje estão quietas se hão de levantar, induzidas facil^{te} dos outros, e teremos noivas rebeliões q castigar; e eterna aquella guerra e impossível a quietação dos moradores daquela Capitania⁶⁸ ULHOA, ao Rei de Portugal, 1688).

Vê-se claramente que o remetente da carta teme os confrontos, não somente da tribo da qual fala, que é a dos "Tapuyos", mas possivelmente de outras que poderiam se revoltar contra eles. É visível a certeza de vencer quando ele relata o número de índios que podem ser mortos, embora tema outras rebeliões.

Segundo Lopes (2003), além da "Guerra dos Bárbaros", uma série de outras batalhas foram travadas. Esses fatos tiveram como resultado o aniquilamento de diversos índios. Nos confrontos, os portugueses sempre temiam os "tapuias", mas por terem como principal objetivo a expansão da pecuária, as lutas foram constantes.

Os embates entre os índios tapuias da capitania do Rio Grande do Norte e os colonizadores portugueses foi resultado de um processo sistemático de ocupação das terras dos índios para permitir a expansão da pecuária, sendo intensificada no final do século XVII e início do século XVIII (SANTOS JÚNIOR, 2008, P. 14).

Na busca pela ocupação do território de toda a Ribeira do Apodi, os Irmãos Nogueiras seguem seu propósito, adentrando o sertão e enfrentando conflitos com os índios. Há informações, tanto no trabalho de Cavignac (2003) quanto no de Lopes (2003) e também no de Santos Júnior (2008) e de outros autores que, além das terras invadidas, muitos dos homens brancos do grupo de exploradores tomavam índias como mulheres, agravando cada vez mais as situações de conflitos.

Segundo Mota (s/d), um dos primeiros confrontos entre os índios "paiacus" e os Irmãos Nogueiras se deu às margens da Lagoa do Apanha-peixe, situada hoje no município de Caraúbas. Neste confronto, os portugueses foram derrotados pelos índios, tendo sido morto nesse episódio Baltazar Nogueira.

⁶⁸ Parece ser inconveniente e supondo-se que alcancem alguma vitória por descuido da presa, a maior vitória será vinte ou trinta tapuias mortos e outros tantos feridos. E disso, sem dúvida o resultado disso será estarmos dispostos a segui-los sempre para evitar os destroços e danos que hão de causar por causa de termos retirados aqueles moradores do seu meio; e o pior será como certo que não somente esta nação, mas muitas outras que estão quietas serão induzidas a se levantar e termos mais rebeliões a nos castigar, tornando-se em guerra eterna dos moradores daquela capitania, impossível de aquietar. (TRADUÇÃO LIVRE)

Foram muitos os massacres planejados contra essas etnias, os quais ultrapassaram os séculos XVII e XVIII, chegando ao século XIX, quando alguns aldeamentos foram criados, especificamente para retirar os índios das terras mais produtivas para serem ocupadas por portugueses. Eis a principal finalidade dessa formação de comunidades indígenas.

Vários destes se situaram justamente na região das serras onde hoje está localizada a cidade de Portalegre. Segundo Monteiro (2010) este lugar foi emblemático como reserva de aldeamento para a população nativa durante muito tempo.

No processo de colonização portuguesa, na capitania do Rio Grande, haviam sido implantadas cinco missões de aldeamento indígena, pertencentes a diferentes ordens religiosas. Dentre elas encontrava-se a Missão do Apodi, a primeira e única a se estabelecer no sertão, ao contrário das outras que se instalaram no litoral. Era composta, principalmente, por índios paiacus e foi fundada em 1700, por jesuítas, em meio às lutas que se travavam entre os conquistadores portugueses e os aguerridos indígenas do sertão, que resistiam à tomada de suas terras e à sua escravização pelos brancos, lutas essas denominadas “Guerra dos Bárbaros” pelos colonizadores (MONTEIRO, 2010, p. 59).

Em vista disso, a missão jesuítica na Vila do Apodi não durou por muito tempo, tendo em vista os ataques e fugas de índios, que não aceitavam ser escravizados. Os que eram pegos em expedições, caçados como animais eram vendidos como escravos, bem como eram utilizados como mão-de-obra dos colonos, e outros ainda tinham o seu destino certo como reféns da Igreja católica, por força impositiva da catequese. Enfim, ao serem reprimidos, passavam a trabalhar na construção das vilas.

As informações de Mota (s/d) são enfáticas em afirmar, por exemplo, da participação dos indígenas no processo de fundação e construção da Matriz de São João Batista e Nossa Senhora da Conceição, da paróquia de Apodi. Eles participaram, tanto como fieis doutrinados quanto como mão-de-obra operária para a construção da igreja. “Em 1740 Frei Fidélis catequizando os índios de Apody, fundou a nova matriz em uma bela colina onde existe a cidade [...]. Foi seu primeiro vigário o Padre João da Cunha Paiva” (MOTA, s/d, p. 49).

Por sua vez, a freguesia oficial de São João Batista e Nossa Senhora da Conceição foi criada em 1766 com as duas imagens vindas da Europa. Lopes (2011, p. 185) afirma que

[...] um contingente populacional indígena significativo vivia nas Missões Religiosas do Rio Grande do Norte por volta de 1759, quando as Missões foram elevadas obrigatoriamente à categoria de vilas e essas tinham uma população aldeada variando de 900 a 1.500 habitantes cada uma.

Percebe-se, assim, que os índios, nesse momento da história, já estavam “domesticados” e sob controle da coroa portuguesa. Mas, a referida missão acabou sendo extinta no ano de 1761. E os motivos alegados eram os constantes roubos de gado que foram denunciados pelos curralheiros, os quais acusavam os índios de serem os autores dos furtos.

Foi justamente a partir do seu fim que os índios foram transferidos das terras que antes habitavam para a Vila Nova de Portalegre, onde se abrigou uma população indígena de 1805 pessoas (MONTEIRO, 2010). Lopes (2010) informa que a primeira opção dessa transferência teria sido a Serra de Martins.

O Tenente-Coronel sugeriu que os índios fossem transferidos para a Serra de Martins, onde havia terras férteis para as plantações dos índios, e que para isso deveriam negociar, ...dando-se ao sesmeiro desta em troca todas as terras do referido lugar do Apodi, ou parte delas, reservada a outra parte para o gado, que 18 sem título dizem pertencer a São João Batista (LOPES, 2010, p. 39).

No entanto, isso não foi executado porque os colonos deste lugar requereram que a transferência não fosse feita, pois não havia terras suficientes para os índios, além do que, estes apenas viviam da cultura de subsistência e isso iria diminuir os dízimos concedidos à igreja. Enquanto isso, os colonos da Ribeira do Apodi também rejeitavam os referidos índios, o que fez com que a transferência de fato fosse feita para uma outra vila. Para tal fato ocorrer seguramente, foi oferecido dinheiro, tanto pelos colonos de Martins quanto pelos de Apodi, a fim de que os índios fossem afastados de suas vizinhanças. Assim, “dia 8 de dezembro de 1761 foi fundada a Vila de Portalegre [...] no dia 9 foi criada a freguesia” (MORAIS, 2005, p. 25).

Lopes (2010), utilizando o relato de Nonato Mota cita que mais de 70 famílias foram transferidas, escoltadas pela força pública, sob as ordens do Tenente-Coronel José Gonçalves da Silva, seguiram para a Serra de Sant’Ana, localizada no Cabeços do Pody, região da atual serra de Portalegre.

No entanto, essa nova morada não era a mais ideal para povos indígenas acostumados a lidar com a agricultura. Os índios que haviam sido levados das terras

da Lagoa do Apodi para a nova Vila de Portalegre não se sentiam satisfeitos, apesar de serem eles seus reais fundadores. Segundo Monteiro (2010, p. 66) “viviam marginalizados e explorados, em situação de conflito permanente com os colonos”.

Para Guerra (1995), os “Paiacus” de Apodi não tiveram um destino feliz. A aldeia era estranha, localizada em terras improdutivas, as melhores já tinham sido reservadas aos moradores que pertenciam a elite do lugar. Muitos protestos foram organizados pelos índios, o que gerou conflitos e rivalidades entre colonos e os que já moravam lá. Foram muitas lutas e a perseguição aos indígenas se tornou constante. E tudo isso se dava porque o poder colonial tentava a todo custo ter o controle das populações indígenas.

Dessa forma, os anos finais do século XVIII e os anos iniciais do século XIX foram muito conturbados na Vila de Portalegre. Morais (2005) cita dois movimentos importantes para alguns desses episódios de conflitos: a Revolução Republicana de 1817 e a Confederação do Equador. Alguns dos moradores da vila foram presos, como é o caso do Coronel José Francisco Vieira de Barros.

Em um romance histórico, há uma referência da época feita pelo escritor José Sávio Lopes (2017), que de forma descontraída mostra em sua obra intitulada “Dezessete”, cita que essa revolução também ficou conhecida como:

Revolução Pernambucana ou Revolta dos Padres, tinha como objetivo criar no Norte do Brasil uma república livre do domínio Português. Explodiu em seis de março de 1817 no Forte das Cinco Pontas, quando o Leão Coroado reagiu à voz de prisão e matou a golpes de espada o seu comandante, Brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro (LOPES, 2017, p. 29).

Tal revolução foi liderada por André de Albuquerque Maranhão e apoiada por alguns representantes da igreja e das milícias da Ribeira do Apodi, em especial das vilas de Portalegre, Patu, Apodi e Martins. Como se tratava de uma revolução contra as ações de Portugal, os índios insatisfeitos porque a Câmara de Vereadores lhes atribuiu terras improdutivas, isto é, situadas nas grutas e que não serviam para o cultivo da lavoura, certamente foram influenciados por esse momento de tensão.

Segundo Morais (2005), na época a população de índios era bem maior do que a de brancos na Vila de Portalegre. Macedo (2002) é quem traz as informações dos números de brancos, pardos, pretos, mulatos e índios daquele lugar no ano de 1805. Havia ao todo 1017 moradores. Destes, 262 eram brancos; 100 pretos, 255 mulatos e 400 índios.

Mota (s/d) faz o relato da volta do Coronel Vieira de Barros, que chegando a Portalegre, quando saiu da prisão, encontrou a vila em estado anarquista. As terras improdutivas dos índios foram tomadas pelos vereadores, palhoças⁶⁹ haviam sido queimadas e alguns índios presos. O coronel, pensando em apaziguar a situação aforou alguns terrenos aos mais exaltados, mas, de nada valeu.

Naquele momento, as influências dos movimentos que ocorriam nos demais lugares do Brasil, envolvendo índios e colonizadores prevaleciam. Segundo Trindade (2010) foi justamente na região que hoje se denomina de Nordeste que se iniciaram manifestações contra algumas das determinações do imperador D. Pedro I. O movimento pioneiro se deu em Pernambuco, por meio de protestos ao autoritarismo do imperador. Este havia fechado a Assembleia Constituinte, impondo outras leis que lhes davam poderes excepcionais. O líder principal das manifestações foi Frei Caneca. A luta era pela independência e um governo republicano por parte dos liberais, mas, os grandes proprietários estavam insatisfeitos com os altos impostos.

Todo esse contexto de revolução, influenciava também as relações entre os índios aldeados e os colonos, o que culminou com um dos massacres mais sangrentos da história dos conflitos envolvendo portugueses e indígenas do Oeste Potiguar no tempo da colonização.

O referido fato ocorreu após um ataque indígena aos moradores da Vila de Portalegre, do qual o resultado foi a morte do delegado de polícia, Capitão Bento Inácio de Bessa e o suicídio do Coronel Vieira de Barros. Relata Mota (1920) que houve uma invasão de índios à vila, liderada por Luiza Cantofa⁷⁰ e João do Pêga⁷¹. Nesta invasão ocorreu o seguinte: travaram luta com os moradores e o delegado de polícia, o Capitão Bento Ignacio de Bessa foi morto. O Coronel Vieira de Barros se suicidou e os índios, em sua grande maioria foram presos e algemados na cadeia da vila. Hoje, o local da prisão foi restaurado, transformado em um museu denominado de Casa de Câmara e Cadeia⁷².

O museu fica localizado no Centro da cidade de Portalegre, que hoje representa um dos pontos turísticos da região do alto Oeste Potiguar. O mesmo abriga, além de museu composto de objetos antigos, uma biblioteca, um auditório e um espaço cultural

⁶⁹ As casas dos índios.

⁷⁰ Índia Tapuia Paiacu do Apodi, uma das que haviam sido transferidas de Apodi para Portalegre.

⁷¹ Líder de uma comunidade negra, o qual dava apoio à luta dos indígenas.

⁷² Em 1825, ali funcionava a Câmara dos Vereadores e a Cadeia Pública.

com o nome de Espaço Cultural Cantofa e Jandi⁷³. Na Figura 15 contempla-se o museu Casa de Câmara e Cadeia.

Figura 15 – Casa de Câmara e Cadeia – Complexo cultural de Portalegre.



Fonte: <<http://agorarn.com.br/regionais/centro-historico-e-cultural-e-inaugurado-em-portalegre/>>.

Foi justamente no local apresentado na Figura acima que os indígenas revoltados foram presos e algemados. Passaram alguns dias, mas, já sabendo que seriam levados em escolta à cidade de Natal para lá ficarem definitivamente presos.

Nonato Mota (s/d) ao relatar os fatos que ocorreram, diz que no dia 03 de novembro de 1825, “ao chegarem ao pé da serra, entre o sítio Viçosa e a Vila de Port’ Alegre, levantaram uma grande cruz, e depois de rezarem um terço, foram os presos passados pelas armas [...]” (MOTA, s/d, p. 65). No momento foram assassinados dezenas de índios. As notas históricas falam de 70 índios, mas, ao realizar uma análise mais cuidadosa sobre o fato, pode-se imaginar que pela sua dimensão e por falta de documentos que comprovem de fato as perdas da parte dos índios, esse quantitativo pode ter sido bem maior.

Os relatos informam que, após este fato, os principais autores dessa chacina nada pagaram pelo crime. Foram eles: Antônio Bezerra, Florêncio de Albuquerque, Antônio Caboba e Joaquim Cavalcante. Os índios sobreviventes de tal confronto foram retirados com suas famílias para os centros dos Cariris no Estado do Ceará, não mais tendo voltado ao sertão do Rio Grande do Norte (MOTA, s/d).

⁷³ Segundo os relatos, a menina Jandi era a neta da índia Cantofa que desapareceu logo após o assassinato de sua avó.

O fato é que, após esse massacre disseminou-se uma história romantizada, tanto da existência do índio na região da antiga Ribeira do Apodi quanto da índia Cantofa, que foi a líder, junto com João do Pêga, da primeira mobilização em massa organizada por índios Tapuias Paiacu na Vila de Portalegre. Passou-se a olhar os fatos passados como inexistentes e sem relação com o presente, acreditando-se, sem contestações, que essa etnia indígena foi de fato dizimada.

Segundo Chauí (2000), trata-se de uma versão que está vinculada à ideia do mito fundador do Brasil⁷⁴, em que se insiste em contar os fatos relacionados aos nativos da terra como lendários. A história do Brasil, em especial quando se refere ao índio, foi fundada e repetidamente transmitida através de mitos.

E essa versão da história tem prevalecido, pelo menos nas práticas discursivas sociais, embora academicamente, após recentes iniciativas de pesquisadores os discursos tenham mudado. Há cerca de 18 anos, alguns antropólogos, arqueólogos e historiadores, dentre outros pesquisadores desenvolveram estudos que permitem a reelaboração da história e histórias, rompendo a linearidade dos discursos autorizados, considerando a resistência e sobrevivência desses atores sociais.

3.1.2 Da resistência ao contexto atual

A partir do massacre de 1825 aprofunda-se a ideia de extermínio dos Tapuia, dissemina-se o discurso de que estes índios Paiacu do Apodi foram dizimados e que nesta região não mais foi possível encontrá-los. Estabelece-se a metáfora do massacre, assim como o principal mito fundador (CHAUÍ, 2000) da história da região que na atualidade inclui uma diversidade de municípios, dentre os quais destacam-se Apodi, Viçosa e Portalegre.

Luiza Cantofa, tendo fugido do massacre juntamente com sua neta Jandy, foi viver nas grutas da serra. Ao procurar por alimentos nos arredores da vila, alguns donos de sítio, ao avistarem-nas, as seguiram, descobrindo o seu esconderijo.

⁷⁴ A palavra 'mito', no sentido explicado por Chauí (2000), tem significado em duas dimensões: nos fatos lendários, que se liga ao sentido etimológico do termo grego *mythos* e também no sentido antropológico, em que se narra uma história imaginária, romantizada para solucionar conflitos, tensões e contradições que não foram resolvidas no plano real.

Quando o povo soube de tal fato foram a procura da velha índia. Segundo Mota (s/d, p. 85):

Debaixo de um frondoso cajueiro dormia ela à sesta, quando foi despertada pelo povo. Abrindo um pequeno oratório, ajoelhou-se e [...] começou a rezar o ofício de N. Senhora. Quando a velha rezava a coluna 'Deus vos salve! Relógio, que andando atrasado serviu de signal' [um dos algozes] cravou um punhal no peito da velha cabocla que caiu fulminada e lavada em sangue.

Cantofa não escapou da ira dos seus algozes. Sua neta Jandy caiu desmaiada junto ao corpo da avó. À menina nada foi feito, porém, não se sabe que rumo ela tomou. Nunca mais foi vista. A velha Cantofa foi sepultada ali mesmo no lugar onde foi assassinada (MORAIS, 2005).

Atualmente, as histórias que prevalecem é que o esconderijo delas era nas proximidades do terminal turístico de Portalegre denominado de Fonte da Bica. Moraes (2005), ao realizar estudos através de entrevistas com pessoas mais velhas daquele lugar menciona relatos de muitos moradores – por muito tempo se ouvia o choro de Jandy e a reza de Cantofa, denominando o lugar como mal-assombrado.

A história de Cantofa e Jandy foi contada ao longo dos séculos como se fosse uma lenda. A ideia de que os índios foram exterminados perpassa também por esse fato, uma vez que, na cidade de Portalegre acredita-se que elas tenham sido as últimas de seu povo a serem vistas na vila que em 1833 foi transformada em município. Dela foram desmembrados neste mesmo ano o município de Apodi. Em anos posteriores foram desmembrados: Martins (1841), Pau dos Ferros (1856), Riacho da Cruz, Francisco Dantas, São Francisco do Oeste, Rodolfo Fernandes e Tabuleiro Grande (1936), e o último foi Viçosa (1983).

No entanto, as pesquisas de Lúcia Tapuia Paiaçu⁷⁵, através de entrevistas realizadas, tanto em Apodi quanto na cidade de Viçosa revelam fatos que são distintos do que é preservado pela história tradicionalmente narrada, em que o apagamento da resistência indígena é o discurso mais aceito. Em especial quando se trata do extermínio de índios Tapuia Paiaçu. A pesquisadora entrou em contato com diversos membros de famílias que vivem ao pé da serra e que até hoje sustentam os relatos de pertencimento a esse povo.

⁷⁵ Primeira indígena de Apodi que disseminou a ideia de autoafirmação, dizendo pertencer ao grupo Tapuia Paiaçu.

Não é difícil encontrar relatos com este conteúdo expressivo: “minha bisavó, meu bisavô era índio”. Geralmente a expressão mais usada é “Índia pega a casco de cavalo ou a dente de cachorro”, em referência às buscas que os colonizadores faziam para encontrar os Tapuia que fugiam e se embrenhavam nos matos – os homens eram mortos e as mulheres escravizadas e seviciadas⁷⁶ nas casas dos senhores, sendo estes atos rotineiros dos coronéis.

Segundo relatos de pessoas mais velhas, entre as quais destaca-se novamente o Sr. João Batista, muitas mulheres indígenas engravidaram de portugueses e de outros colonos, abrindo espaço para o processo de “miscigenação”⁷⁷

Segundo Cavignac (2003), três fatores podem ter contribuído para que a etnicidade indígena fosse encoberta em todo o sertão: a tentativa de extermínio, a fuga e a miscigenação. Esta última, geralmente, forçada. A pesquisadora não tem dúvidas, mesmo que não existam estatísticas, de que houve um etnocídio, em especial quando se fala de uma guerra declarada contra os indígenas, comandada pelo Terço dos Paulistas, justamente porque a coroa portuguesa se deparou com a resistência autóctone. As fugas e expulsões das populações nativas dos seus territórios tradicionais teve como resultado muito negativo “o desaparecimento das diferenças linguísticas e culturais dos grupos” (CAVIGNAC, 2003, p. 10).

E essa ideologia do “extermínio” e da “miscigenação”, assim como das fugas, se deram constantemente, ao longo das invasões da terra, mas, também mesmo após o estabelecimento das vilas e dos colonos em suas fazendas. O massacre de 1825 é um fato que ocasiona fugas, quando se faz referência, tanto ao texto de Mota (s/d) como ao de Bezerra (1916) e se lê as informações de que índios “tapuias paiacus” fugiram para territórios onde hoje se situa o estado do Ceará. Fato este que é congruente com informações colhidas dos discursos dos índios que vivem hoje na aldeia Jenipapo Kanindé, localizada no município de Aquiraz, Ceará.

Em visita à referida aldeia, a Senhora Maria de Lourdes Alves, mais conhecida por Cacique Pequena, líder daquela comunidade, repassou informações pertinentes com referência à história do seu povo e à importância da autoafirmação, fazendo com que se aprofunde a necessidade de reflexão acerca da existência de índios no

⁷⁶ Usadas para a exploração sexual.

⁷⁷ Ideologicamente, o termo miscigenação tem o significado de “mistura de raças”. Os europeus, com o intuito de formar uma sociedade “embranquecida”, estimulavam o fenômeno para fins de purificação da raça branca. Antropologicamente, o termo é dispensável, uma vez que não mais é aplicável quando se considera o direito de autoafirmação étnica.

Nordeste e nas regiões em que foi disseminada a ideia de que estes não mais existiam. Em especial quando se refere à presença do povo Tapuia Paiacu no contexto atual. A Figura 16 exibe a imagem da Cacique pequena no momento em que foi entrevistada.

Figura 16 – Maria de Lourdes – Cacique Pequena (ao meio) durante entrevista.



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2018).

Quando indagada sobre a história do povo Jenipapo Kanindé⁷⁸, a Cacique Pequena informa que até meados da década de 1980 seu povo viveu ali em circunstância de separação dos moradores da cidade, ou seja, da sociedade do entorno. O local fica na parte litorânea do Ceará, ao Sul do município do Iguape, mas dentro do território de Aquiraz e sempre foi mais conhecido como Lagoa da Encantada⁷⁹, que se situa ao pé de um morro denominado Morro do Urubu.

Inicialmente, segundo Pequena, eles tinham costumes muito diferentes dos povos que viviam na cidade. As informações dessas diferenças começaram a se expandir após a visita de um grupo de jovens que chegou à localidade e entrevistou o povo, como também observaram o seu modo de vida. Apresentaram-se dizendo ser

⁷⁸ Pelos dados da história de ocupação da localidade, das relações étnicas entre povos que ali habitam e da oficialização da demarcação do território, com o tempo, o povo do lugar passou a ser definido como Jenipapo Kanindé.

⁷⁹ A Lagoa da Encantada é assim denominada pelo fato de ser vista pelos indígenas como espaço sagrado, onde eles vivem e reproduzem seus mitos e encantos ancestrais.

estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC) e passaram a visitar o lugar durante quatro anos.

O costume que mais causou admiração aos estudantes foi o fato de logo cedo, pela manhã, o povo já está almoçando, comendo peixe, batata e alimentos que se costuma ingerir ao meio dia. A percepção sobre esse fato logo despertou a ideia de que se tratava de um povo com costumes muito distintos dos da cidade.

Para a Cacique, foi a partir daí que o povo Kanindé passou a ser conhecido pelo poder público, pelas instituições e pela sociedade do entorno. Por consequência, muitos iniciaram certas incursões em seus territórios no intuito de invadi-lo.

Após aquele estudo dos estudantes da UFC estar concluído, questões diversas relacionadas àquele povo foram anunciadas. Ela afirma que são de origem Tapuia Paiacu, de um povo que veio do Rio Grande do Norte, fugindo de perseguições ainda do período colonial e que ali fixaram sua aldeia. Por muito tempo foram chamados de “Cabeludos da Encantada”.

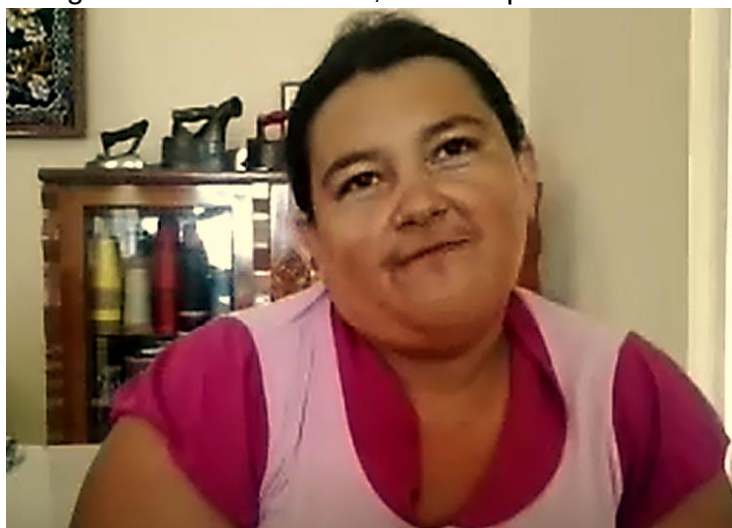
As informações da Cacique Pequena são congruentes com as do “Programa Povos Indígenas do Brasil” (2014), que descreve os nativos e suas etnias no país na atualidade. Segundo o programa, os Jenipapo Kanindé habitam a Lagoa da Encantada, são de origem Payaku, uma numerosa tribo que habitava, no século XVI, toda a área sublitorânea dos atuais estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Ao conversar com a líder indígena, percebeu-se que a mesma compreende que os povos Paiacu de Apodi são parentes de seu povo, demonstrando dessa forma, respeito e afinidade durante toda a conversa.

No município de Apodi, o ressurgimento dos Tapuia Paiacu pelo processo de autoafirmação se deve à pesquisa de Lúcia Tapuia Paiacu, que desde o ano de 2006 se dedica a estudar e reunir dados do patrimônio material e imaterial do seu povo⁸⁰. Os resultados de sua busca foram de grande importância para estimular o autorreconhecimento étnico de diversas pessoas que até então se esquivavam dessa iniciativa.

⁸⁰ Lúcia Tapuia Paiacu, até este momento, não tinha sua pesquisa registrada em documento acadêmico. Porém, na associação da qual é presidente, o Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi (CHCTPLA), há registros fotográficos, vídeos, gravações de depoimentos, documentos antigos traduzidos (sesmarias, cartas, etc.), dentre outros registros que validam a pesquisa desenvolvida desde o ano de 2013. Além disso, há uma página na Rede Social *Facebook* <<https://www.facebook.com/indiostapuiaspaiacusdoapodi/>>, nesta são registradas as diversas atividades realizadas por Lúcia Tapuia Paiacu, em fotografias, vídeos e textos.

Alguns depoimentos de pessoas que se autoidentificaram dentro deste processo foram relevantes para entender o motivo de muitos ocultarem suas identidades étnicas. Um destes depoimentos é o da senhora Maria Irene, residente no sítio São Lourencinho em Apodi. Na Figura 17, observa-se a imagem de Maria Irene.

Figura 17 – Maria Irene, índia Tapuia Paiacu.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA (2014).

Irene, como é mais conhecida, relata que sempre ouviu de sua tia que a avó era índia e que foi “pega a casco de cavalo”. Ela não nega a sua ligação com seus antepassados indígenas. Irene menciona detalhes de conversas que surgem na família quando ela convida seus parentes para uma reflexão sobre suas identidades. Ela cita:

Lá no meu Sítio São Lourencinho tem um bucado que é índio. Mas, eles não se admite. Eu fui falar pra eles, aí elas diz que não vinha não, porque tinha medo de carregar e matar. Aí eu disse: pra que minina, vai levar ninguém não! Pois eu num tenho medo de nada. Aí foi, elas disse assim: vá Maria, cê vá que quando carregar você! (IRENE, em entrevista gravada pelo CHCTPLA, 2014).

Esse relato indica uma memória repleta de sofrimentos e perseguições acerca dos antepassados indígenas, em que os atos cruéis do colonizador marcaram severamente suas vidas. Os homens eram capturados e escravizados, senão mortos; e as mulheres eram pegas em perseguições e seviciadas.

Segundo Cavignac (2003) muitas dessas atitudes dos colonizadores eram coerentes com o projeto de “miscigenação” forçada, parte mais lembrada por

escritores potiguaros como Câmara Cascudo e outros, para poder difundir a ideia de desaparecimento dos nativos. A situação vivenciada era de repartição dos indígenas para que não permanecessem unidos. Então, era feito o desmembramento familiar. “as mulheres ficavam com as crianças e os homens eram mortos, escravizados, serviam ao exército ou trabalhavam nas fazendas, nas pescarias e nas salinas” (CAVIGNAC, 2003, p. 11).

Era uma política de “desenvolvimento” que favorecia a “miscigenação”. Muitos são também os relatos de massacres sofridos pelos nativos, onde os homens eram mortos e as mulheres perseguidas, pegas a “casco de cavalo”. Percebe-se que nos depoimentos ouvidos dificilmente alguém menciona o parentesco com um antecessor masculino, em geral, a maioria dos relatos se dá pela expressão inicial: “minha avó era índia... ou minha bisavó era...”.

Lúcia Tapuia Paiacu, além de reunir informações sobre a existência de indígenas em Apodi, também procurou pessoas residentes no município de Viçosa, que fica localizado ao pé da serra de Portalegre, justamente no lugar onde ocorreu o “massacre dos 70 índios”. Entre os depoimentos importantes destaca-se o da Senhora Antônia Sabino, vereadora à época, no ano de 2014 e o Senhor Antônio Vileno.

Dona Antônia Sabino (2014)⁸¹ relata em vídeo gravado pelo turismólogo Isaac Torres⁸² sobre o que ocorria na “estrada velha”, a qual dava acesso à cidade de Portalegre. Segundo ela, nessa estrada há uma curva onde era criado um piquete, através do qual os exploradores bloqueavam a passagem dos índios, sendo estes mortos e enterrados em um local que fica mais à frente, mais próximo ao pé da serra.

Dona Antônia define o lugar como “cemitério indígena”, e afirma que todo o povo mais velho de Viçosa sabe dessas histórias, porém estavam adormecidas até Lúcia aparecer e recuperá-las, sendo muito importante para a reconstrução dos fatos que ocorreram com os índios desde a colonização. Na Figura 18, observa-se a estrada da qual fala Dona Antônia Sabino.

⁸¹ Dona Antônia Sabino se identifica como índia Tapuia, dizendo ser pertencente à tribo Tapuia Paiacu que foi levada de Apodi para Portalegre.

⁸² Este Turismólogo é um colaborador não-indígena que dedicou parte do seu tempo de estudante de Turismo na UERN para auxiliar nas atividades de pesquisa e de organização dos indígenas autoafirmados em Apodi.

Figura 18 – Viçosa – estrada por onde passaram os índios mortos no massacre (10/03/2013).



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

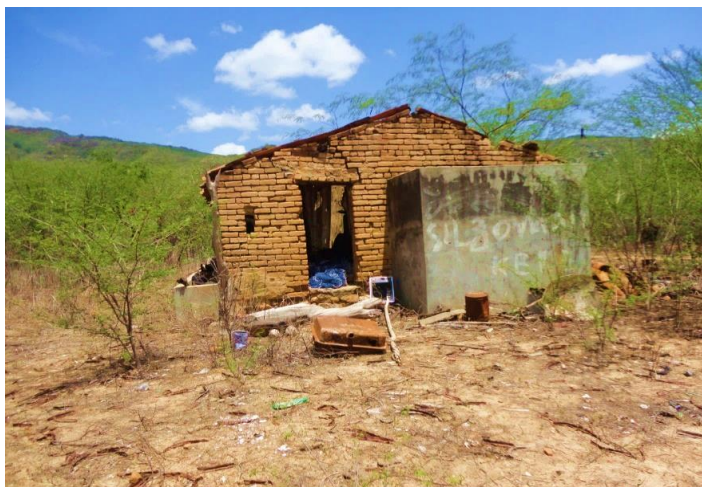
O local descrito por Dona Antônio Sabino como cemitério indígena nada mais é do que um lugar onde foram preservados – pelo proprietário de um terreno ao pé da serra –, alguns amontoados de pedras que seriam exatamente as covas funerárias dos indígenas, incluindo-se os que foram mortos no massacre do ano de 1825.

Seu Antônio Vilela, de aproximadamente 70 anos, que também é natural do município de Viçosa confirma a história e diz que o local é conhecido como Cansanção.

Do ponto de vista arqueológico, lançado por Valdeci dos Santos Júnior, há marcas que indicam a presença de covas coletivas e que podem ser de indígenas, pois o massacre de índios naquele lugar é um fato real. Relatos de um assassinato ocorrido após o processo de colonização também indicam que o padrão das covas é idêntico ao encontrado e definido como cemitério indígena.

O Senhor Francisco Vilela informa sobre os escombros de uma casa antiga, localizada nos arredores do lugar, onde ali ocorreu esse assassinato de uma mulher pelo seu próprio esposo, após matá-la ele a enterrou próximo à casa, seguindo os mesmos padrões das covas encontradas no Cansanção. A mulher morta era também indígena. Nas imagens apresentadas nas Figuras 19 e 20 pode-se contemplar exatamente os escombros da casa e a cova onde a referida índia foi enterrada após ser degolada pelo marido.

Figura 19 – Casa da índia assassinada.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA (2014).

Figura 20 – Cova onde está sepultada a índia assassinada pelo marido.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA (2014).

As covas encontradas mais próximas ao pé da serra de Portalegre são muito semelhantes à apresentada na Figura 20. A diferença está no número delas, são muitas, cerca de 10 a 12 covas, organizadas, ora emparelhadas, ora mais dispersas e distantes umas das outras. As imagens apresentadas na Figuras 21 e 22 permitem perceber os aspectos descritos e relacionados ao lugar:

Figura 21 – Cova em cemitério indígena 1.



Fonte: Arquivos da autora (2016).

Figura 22 – Cova em cemitério indígena 2.



Fonte: Arquivos da autora (2016).

A apresentação das covas de indígenas mortos nos arredores de Portalegre, em especial em Viçosa, não significa ser uma prova cabal dos fatos. Porém, faz parte dos relatos repassados de geração em geração na história de famílias daquele lugar. O registro neste trabalho é tão somente para retratar os resquícios da colonização da Ribeira do Apodi, dando destaque às situações cruéis às quais se submeteram os Tapuia.

Há de se analisar que os relatos que perpassam por séculos na memória do povo que ali vive indicam que os indígenas não foram exterminados da forma como

foi propagada essa circunstância. Há famílias que resistem até hoje, e em especial, usufruindo da liberdade de dizer quem são, o que sabem sobre as vivências de seus antepassados. Isso, significa nada mais do que a prova de resistência do povo Tapuia Paiacu.

3.2 REELABORAÇÃO DA HISTÓRIA

Muitos, em especial aqueles que preservam o discurso do branco europeu, até hoje imaginam que todos os costumes, ensinamentos religiosos e traços culturais foram transmitidos pacificamente aos índios sem que eles se revoltassem ou desenvolvessem estratégias de resistência. Ora, segundo Lopes (2003, p. 180) “Essa ideia também foi a do Padre Manoel da Nóbrega ao dizer que os índios eram uma de folha papel em branco onde se podia escrever à vontade [...]”. Mas, segundo esta mesma autora, tal fato não se confirmou na vida cotidiana colonial e nem mesmo no decorrer da história porque os indígenas tinham leis que mesmo sendo invisíveis aos olhos dos europeus foram seguidas à risca para que a cultura cristã europeia não fosse totalmente adotada. Enfim, seus costumes não permitiam a assimilação total dos costumes dos brancos.

E isso é visível quando se adentra ao interior da cultura brasileira, incluindo-se aspectos que incluem até mesmo os termos linguísticos usados por milhares de brasileiros e que muitos destes não sabem que têm origem em línguas indígenas. No Rio Grande do Norte, por exemplo, há muitos termos de uso cotidiano que têm essa origem. O próprio adjetivo pátrio que identifica o indivíduo que nasceu no nosso estado é originado da nação indígena “Potiguara”, que é o termo “potiguar”. Cavignac (2003) faz referência a essa e outras questões que envolvem as marcas do índio na nossa cultura diária:

[...] de maneira constante, encontramos elementos que referenciam uma presença indígena, na língua, na vida cotidiana e mesmo na denominação dos norte-rio-grandenses que, quando não são chamados de ‘Papa-Jerimum’, recebem o nome de ‘Potiguar’, lembrando os primeiros habitantes da costa. (CAVIGNAC, 2003, p. 10).

No município de Apodi, também não se pode negar a forte ligação que há entre o próprio nome do lugar com o nome “Pody”, associado justamente ao nome do rio na língua falada pela tribo que habitava às suas margens. Palavras cotidianas que têm herança cultural bastante associada ao contexto do Tapuia Paiacu, como a palavra que identifica um pássaro da região: o pacu. Também se tem nomes de peixes, como: o piau, o cará, a traíra e a curimatã. Palavras estas que têm um vínculo muito estreito com as origens indígenas.

Além disso, os próprios costumes do povo para tratar de doenças com a medicina caseira, a reza, o ritual supersticioso que é muito forte em alguns indivíduos e famílias apodienses. Todas essas questões envolvem uma reflexão acerca de quem somos, que herança temos étnico-culturalmente relacionada aos povos indígenas que aqui habitavam há milênios.

Um dos aspectos em que não restam dúvidas é o de que os Tapuia Paiacu não foram extintos, haja vista que as narrativas orais divulgam sobre sua resistência e sobrevivência. Relatos estes que já foram mencionados e até apresentados ao longo deste texto. As experiências de infância e de todas as conversas familiares e de vizinhança na comunidade do Bico Torto⁸³, ainda residem na “minha própria memória”, quando se afirmava sobre os antecessores indígenas ligados às várias famílias que ali moravam e ainda moram.

No próprio contexto urbano da cidade de Apodi há relatos sobre esses históricos familiares, algo que hoje já tem certa aceitação, ainda que tímida, graças aos esforços de Lúcia Tapuia nesse sentido.

3.2.1 Lúcia Tapuia Paiacu e a recuperação do índio Paiacu de Apodi

Alguns escritores de Apodi deixaram dados históricos muito importantes para que se pudesse a partir destes ir ao encontro de fatos que viessem a preencher algumas lacunas que foram se formando, ao longo dos anos, acerca da história de Apodi e de seus primeiros habitantes, os indígenas. Entre os nomes que deixaram

⁸³ A pesquisadora Mônica Freitas nasceu, viveu a infância, casou e teve filhos na referida comunidade. Esta que Santos Júnior (2010) aponta, com base em pesquisa realizada pelo indigenista Alcides Sales, como um dos lugares com forte presença dos Tapuias Paiacu.

escritos sobre o lugar, em especial dos primeiros momentos da colonização constam o de Manuel Coriolano da Costa⁸⁴, Nonato Mota⁸⁵, Valter de Brito Guerra⁸⁶, Maria Auxiliadora da Silva Maia⁸⁷, Marcos Antônio Pinto⁸⁸, entre outros que não foram mencionados.

Todos eles, como já citado, se empenharam ou se empenham em trazer informações que deem sentido a uma continuidade da história do município. Nestes escritos, as informações sempre revelaram, mesmo que discreta, a presença do índio Tapuia Paiacu como o povo que habitava às margens compostas de tabuleiros arenosos da Lagoa de Apodi. Esta informação é comum entre todos, se incluindo as marcações de datas, como: chegada dos portugueses para colonizar, em 1680, transporte dos indígenas para a Vila de Portalegre em 1761; instauração da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista que são até hoje os padroeiros da cidade; massacre dos 70 índios ao pé da serra em 1825; desmembramento da Vila de Apodi de Portalegre em 1833; confirmação da emancipação política em 1835.

O foco de todos esses textos volta-se para a história dos que contribuíram politicamente para o desenvolvimento da sociedade no município. Porém, sem a participação efetiva dos indígenas, o que foi um dos fatores de intensas lacunas na história desses primeiros habitantes.

Ouvindo os relatos de Lúcia Tapuia Paiacu é possível perceber sua preocupação acerca da existência dessa história lacunar, ao ponto em que isso a instigou e a instiga em busca do entendimento de sua própria história. Alguns questionamentos feitos por ela foram muito significativos e deram um importante salto para a recuperação das histórias ausentes dos registros históricos, mas, guardadas na memória de muitos dos que se autoafirmam como Tapuia Paiacu. Ela buscou informações inicialmente por meio de simples perguntas:

- ✓ Para onde foram todos os Tapuias Paiacu que não participaram do massacre de 1825, visto que nem todos os índios que estavam em Portalegre foram mortos?

⁸⁴ Cronista que escrevia para jornais locais no século XIX.

⁸⁵ Também cronista, que tentou aprofundar a história deixando alguns manuscritos.

⁸⁶ Escritor de diversos livros, alguns com caráter histórico, voltados para a publicação de notas sobre a história de Apodi em diversas dimensões: política, econômica, geográfica, cultural, dentre outros aspectos.

⁸⁷ Poetisa, escritora, professora e advogada que deixou a marca da disseminação pela preservação do Lajedo de Soledade, mas que, em sua obra também traz notas históricas sobre os Tapuias Paiacu.

⁸⁸ Advogado, poeta e historiador, com vários artigos e livros que tratam de dados toponímicos sobre Apodi, nos quais a presença do nome dos índios Tapuias Paiacu é evidente.

- ✓ Mesmo que Luiza Cantofa e a neta Jandy tenham se encantado⁸⁹ definitivamente após o massacre, para onde foram as outras mulheres indígenas que faziam parte das famílias que foram levadas para a vila?
- ✓ E o que aconteceu com os demais índios que ficaram na Vila de Apodi, que já estava formada a partir de 1700 nas margens da lagoa, uma vez que levaram apenas uma parte deles para Portalegre?
- ✓ Como continuou a história após o ano de 1825 e por que existem relatos de famílias indígenas na contemporaneidade⁹⁰ se a história pautada no pensamento cascudiano afirma que os índios foram extintos?

Esses questionamentos foram reunidos por Lúcia Tapuia Paiacu e pela autora deste trabalho que decidiu descrever os processos de recuperação das histórias relatadas pelos próprios indígenas Tapuia⁹¹, como também dos seus familiares.

3.2.1.1 Dados biográficos

Lúcia Tapuia Paiacu (Figura 23) tem nome em seu registro civil como Lúcia Maria Tavaris, por muito tempo foi conhecida como “Lúcia Cará”. Ela nasceu no dia 18 de janeiro do ano de 1961, na cidade do Apodi/ RN, na rua Antônio Lopes Filho, onde vive até hoje. É filha de Dona Maria das Neves da Conceição e de Sebastião Clementino Tavaris, agricultor e ex-combatente.

Segundo Lúcia, sua mãe e avó materna eram Tapuias Paiacu. A família vivia no Sítio Córrego⁹², na zona rural de Apodi. Seu pai também indígena, era do povo Tabajara, cuja família viera do Estado de Pernambuco, mais precisamente do bairro da Casa Amarela em Recife e por fim, fixara residência em Apodi, constituindo assim, sua família.

Figura 23 – Lúcia Tapuia Paiacu – líder indígena.

⁸⁹ Esta expressão é usada para se referir às crenças e costumes dos indígenas quando se referem à morte, que neste caso trata-se do assassinato de Cantofa e desaparecimento de Jandy.

⁹⁰ A própria Lúcia Tapuia e as famílias com as quais ela tinha contato expressavam narrativas orais sobre parentesco com índios Paiacu, considerando a ancestralidade.

⁹¹ Ressalta-se que a autora da pesquisa é também indígena Tapuia Paiacu autoafirmada, e que faz parte do CHCTPLA como sócia fundadora e atuante no movimento indígena no RN.

⁹² Hoje é um distrito de Apodi, localizado na Região da Areia, que fica ao Oeste do município.



Fonte: <<http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITM&TARG=84922&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C9A>>

Segundo Lúcia lembra, desde criança sabia da sua ligação familiar com os indígenas, pois sua mãe, utilizando-se de formas alternativas de cura, própria de seu povo Paiacu, passava em seu pescoço a barriga do sapo, dizendo ser uma das formas de cura para a infecção de garganta que lhe afligia vez por outra.

Seu pai chegava a retrucar: “sua selvagem, não faça isso”. A mãe respondia com firmeza que era selvagem e que o marido também era, mas, não queria que ninguém soubesse sobre sua identidade. Ameaçava, pois, o marido, afirmando: “se você contar isso por aí, eu lhe largo”.

Os relatos de Lucia também informam sobre as atividades que certas mulheres de Apodi realizavam no dia-a-dia, e que hoje ela diz compreender que se tratavam de indígenas. As lavadeiras de roupas, iguais à sua mãe, iam semanalmente à lagoa, lavar as peças de cama, mesa e vestuário das famílias abastadas do lugar. Todas, segundo ela, aparentavam cor de pele parda, chumbo, revelando uma aparência característica do povo Paiacu que habitava o lugar na época da colonização.

Lucia ainda informa que, enquanto se banhava na lagoa aquelas mulheres, em suas conversas, se referiam aos indígenas que habitavam aquele lugar em tempos passados. Falavam até sobre lendas de cobra que existia na lagoa, de encantos e espíritos que chegavam a lhe causar muito medo. Ela acrescenta que olhava para o outro lado do lago e via as carnaubeiras e ficava imaginando atravessá-lo e lá encontrar crianças filhas de índios para brincar, de tanto ouvir histórias relacionadas aos povos antepassados.

Já em sua fase adulta, casou-se ainda muito jovem com o Senhor Erione Marinho de Paiva (já falecido). Tiveram um filho: Abdala Tavaris, hoje com 40 anos, casado e pai de três filhos – netos de Lúcia: Gabriela, Guilherme e Ágata.

A separação de seu marido, em meados da década de 1980 fez com que ela fosse para São Paulo trabalhar como costureira por 20 anos, ora em ateliês de alta costura, ora fazendo trabalhos avulsos. Quando o seu filho ficou adulto veio morar com o pai em Apodi, enquanto ela continuou por lá, e mesmo estando distante de seu lugar, nunca esquecera de suas origens. E foi justamente nas terras do Sudeste brasileiro que conheceu alguns indígenas que reavivaram nela sentimentos e lembranças de sua infância e a vontade de autoafirmar sua identidade.

3.2.1.2 Pesquisas e lutas

Em São Paulo, Lúcia Tapuia conheceu indígenas do povo Guarany e frequentou locais como o Centro Municipal do Adamastor, em Guarulhos⁹³, em busca de ideias para iniciar um trabalho que pudesse recuperar a história do seu povo. Ela visitou exposições sobre a história daquela cidade e obteve informações que lhes permitiram desenvolver uma nova visão sobre os indígenas e observou como o movimento indígena, que estava iniciando com força no país, trabalhava em prol da causa junto a iniciativas e trabalhos do CIMI.

Foi nesse momento que ela passou a associar a sua memória com a história atual dos movimentos pelo reconhecimento étnico dos povos indígenas brasileiros. Um índio, que se tornara seu amigo nessa época, trabalhava na recuperação da história de seu povo em Guarulhos, isso foi determinante para que ela decidisse voltar e iniciar um trabalho de recuperação da história de seu povo – os Tapuia Paiacu de Apodi.

Com essa ideia em mente, a partir do ano de 2006, antes de viajar à sua terra natal, Lúcia começou a estudar os fatos históricos já documentados por alguns pesquisadores acerca dos indígenas Potiguara e em especial dos Tapuia Paiacu, que são os apodienses. Nesse momento, tomou conhecimento, por um dos seus irmãos

⁹³ Espaço cultural onde se realiza periodicamente exposições, peças teatrais, simpósios, cursos, palestras sobre os mais diversos temas.

que mora no Ceará, da existência de famílias indígenas naquele estado, como os Tapeba e o povo Jenipapo Kanindé. Sendo que, sobre estes últimos, havia um histórico de vinculação ao povo Tapuia Paiacu do antigo Pody.

Ela passa então a fazer leituras a partir de estudos desenvolvidos por pesquisadores que já seguiam uma linha de entendimento semelhante à dela. Alguns eram historiadores que tentavam reconstruir a história do Tapuia do Nordeste, a partir de fragmentos do passado indígena registrados em documentos da própria colonização.

Lúcia, da mesma forma, buscava reunir o maior número possível de fragmentos históricos para comprovar que os índios Tapuias Paiacu nunca foram exterminados. Afinal ela era prova viva disso e nunca tinha saído de Apodi, a não ser pelo tempo que passou em São Paulo. No pensamento, a ideia de que houve uma separação do povo e um plano estratégico para divulgar esse sumiço do índio Paiacu não saía da mente.

Entre os livros lidos por Lúcia Tapuia estão o que foi escrito por Fátima Martins Lopes (2003), “Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte”, já descrito no estado de arte como um dos estudos importantes para a compreensão de muitos fatos ocorridos com os índios do Rio Grande. Outra obra importante foi o livro “Guerra dos Bárbaros”, escrito por Pedro Puntoni (2002), que fala dos massacres indígenas vivenciados no sertão nordestino.

Chamam a atenção dela também os textos escritos por Denise Mattos Monteiro (2001), quando esta pesquisadora da UFRN revela que a resistência dos índios foi muito intensa com relação ao avanço dos exploradores portugueses que queriam se apossar das terras.

Por sua vez, no texto de Monteiro (2001) está muito claro que o palco de lutas mais sangrento dos colonizadores contra os índios foram as margens de dois rios: o Piranhas em Açu e o Pody, em Apodi. E o intento maior dos portugueses, representados pelos Irmãos Nogueiras, era que:

No decorrer da guerra, as tribos do Rio Grande seriam dizimadas, afugentadas ou submetidas à colonização, ficando o sertão livre para o povoamento pelos brancos portugueses e seus descendentes. Na mortandade, na escravização e no aldeamento forçado dos indígenas sobreviventes, então ocorridos, é que se encontra a explicação para o desaparecimento de povos inteiros — seja do ponto de vista físico ou cultural — e para a inexistência de nações indígenas nessas áreas hoje em dia (MONTEIRO, 2001, p. 19).

De fato, o texto sugere que o desaparecimento foi muito mais cultural que físico. Ou seja, houve massacres e mortes de índios, assim como houve também um apagamento histórico deste povo nesse contexto. E a autora confirma essa informação quando informa que em 1680 se iniciaram as frentes de conquista na Capitania do Rio Grande do Norte e o espaço de luta foram os Rios Jaguaribe no Ceará, Apodi e Piranhas no sertão potiguar. Monteiro (2001) acrescenta que os índios perderam suas terras para as sesmarias. Os indígenas, sem ter onde viver, passaram a ser

[...] perseguidos pelos brancos, obrigados a abandonar sua própria cultura, parte da população nativa passou a vagar pelo sertão sem destino certo. Em levas, fugiam da capitania do Rio Grande para a Paraíba e o Ceará, outras vezes faziam o caminho inverso (MONTEIRO, 2001, p. 11).

O contexto de guerra, na maioria das vezes tinha como resultado a derrota dos índios porque eles não dispunham das mesmas armas do colonizador que tinha um poder bélico mais arrojado e implacável diante dos arcos e flechas – as armas de fogo. Muitos indígenas foram escravizados pelos missionários, formaram a mão-de-obra indispensável nas lavouras dos colonos – havia uma lei que garantia esse tipo de requisito por parte dos que se apossavam das terras.

O fato é que, tanto os textos de Monteiro (2001), quanto os de Lopes (2003) apontam que houve uma dispersão de indígenas após o massacre do ano de 1825. E ainda, que havia na colônia, alguns índios que não subiram a serra, pois, ficaram para trabalhar como mão-de-obra escrava nas fazendas que faziam parte da província. E depois de 1825, “os indígenas e seus descendentes, fossem eles chamados de caboclos ou não, faziam parte do grande contingente de homens e mulheres que compunham a mão-de-obra livre da Província (MONTEIRO, 2001, p. 16).

Observa-se na informação da autora, que os índios, antes e após o massacre não foram extintos, mas, passaram a ser denominados de “caboclos” (GRIFO NOSSO), além de outros nomes. Percebe-se que essas nomeações guardavam um apelo claramente político e ideológico de apagamento desses atores sociais com relação a sua identidade étnica e a seus territórios tradicionais que estavam sendo usurpados. Segundo Monteiro (2001) muitos indígenas ao ficarem sem terras e sem

trabalho tornavam-se alvos fáceis, perseguidos pelos colonos como mestiços marginais e eram chamados de vadios ou de desocupados.

Mas, o texto lido por Lúcia que mais chamou sua atenção foi um documento de arquivo do Instituto Histórico do Ceará, com registro do ano de 1916, intitulado de “Os Caboclos de Monte Mór”. Neste texto, ela teve a certeza de que os índios Tapuia Paiacu nunca foram extintos, mas que existem contemporaneamente, dispersos no seio da sociedade apodiense.

O referido texto é de autoria de Antônio Bezerra (1916)⁹⁴, que fala sobre a história da migração dos índios Paiacu do Ceará para a serra de Portalegre em 1761, mesmo ano em que os índios de Apodi também foram levados para esta vila. Diz o autor que após interpretar alguns documentos históricos extrai a informação de que os indígenas, tanto os do território onde hoje se situa o Ceará quanto os dos outros lugares, por causa da fome e das doenças a que foram submetidos, voltaram para as suas antigas residências no ano de 1892.

Significa que os sobreviventes dos Tapuia não foram extintos como disseminado por alguns escritores que narram a história, tendo voltado às antigas terras, embora estas não fossem mais de sua propriedade, pois já pertenciam aos que as invadiram e nelas se instalaram.

Foram essas informações que instigaram Lúcia à pesquisa, com fins de reelaborar a história dos primeiros habitantes do seu município de origem. Com a ideia em mente, ela veio de São Paulo para o Rio Grande do Norte. Morou alguns tempos na capital Natal, mas, as pesquisas bibliográficas não pararam, até que chegou à conclusão de que em Apodi, com certeza havia outras famílias com o mesmo histórico da sua, pois aqueles “mestiços marginais”, bem como os índios que viraram mão-de-obra do branco em sua própria terra, certamente deixaram seus sucessores que sobreviveram nas famílias que hoje estão em Apodi.

Uma de suas primeiras ideias foi despertar o povo da cidade pelo nome Tapuia Paiacu, referente às origens do povo indígena da região do Apodi. Como era costureira, e já trabalhava em seu ateliê na capital, decidiu criar várias peças de roupas: camisetas, bolsas, tapetes, todas essas peças pintadas com motivos

⁹⁴ Antônio Bezerra de Menezes, escritor e poeta cearense, que desempenhou importante papel na historiografia, com obras que até hoje são referências para a compreensão da história do Ceará no período em que viveu. Foi um colaborador de diversos jornais da capital, dentre eles: *O Ceará* e *O Libertador*, sendo fundador dos mesmos. E foi também fundador do Instituto do Ceará. Além de, patrono da quarta cadeira da Academia Cearense de Letras.

indígenas. Depois, veio para Apodi organizar uma exposição e venda das mesmas. Em 19 de abril do ano de 2011, durante o comemorativo “dia do índio”, organizou uma exposição; montou um estande em frente à matriz de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista, no centro da cidade (Figura 24).

Figura 24 – Exposição de peças com estampa indígena no ano de 2011.



Fonte: <<https://apodiariooblog.blogspot.com.br/2012/04/leia-atelier-da-lucia-cara-hojeem.html>>

Mediante seu projeto de divulgação compareceu ainda a uma estação de rádio local e deu uma entrevista ao professor Flaviano Monteiro⁹⁵, professor de história e, candidato a prefeito da cidade na época. Ao perguntarem a ela sobre o motivo que a levou a pintar índios em suas confecções, ela respondeu: “Os índios são bacanas, humildes, simples, tenho um fascínio pelos índios [...]”. No momento ela não revelou detalhes de suas intenções, que eram mais ambiciosas. Também, estava morando em Natal, e não tinha ainda ideia de como dar início ao seu objetivo maior.

Ela expôs o trabalho nas Barracas de *Camping* por três vezes, mas, os fatos desses momentos ainda estão na memória quando ela relata que, em meio à exposição, uma senhora branca, originária de família de colonos, ao passar em frente

⁹⁵ Flaviano foi candidato a prefeito pelo PC do B por duas vezes: 2008 e 2012. Foi eleito no segundo processo do qual participou e governou Apodi entre os anos de 2013-2016.

fez xingamentos às figuras de índios pintadas nas camisas, dizendo: “esse povo era uns bichos, nojentos, sanguinários, comiam gente”.

Aquela descrição despertava cada vez mais forças para buscar meios de um dia poder levar ao conhecimento do povo as informações que havia obtido em suas leituras. Até aquele instante, a maior parte dos apodienses tinha a história indígena adormecida. Aceitava-se tranquilamente o que era apregoadado sobre os fatos fixados nos murais históricos⁹⁶.

No ano de 2012, Lúcia Tapuia volta para Apodi definitivamente, isto é, para fixar sua residência e montar seu ateliê de costura. Foi também neste ano que ela começou a sua pesquisa de campo a partir de expedições às quatro regiões do município: Areia, Pedra Chapada e Vale. Visitou o estado do Ceará, Vale do Jaguaribe, para encontrar vestígios da presença dos Tapuias Paiacu, o que acabou encontrando.

O ponto de partida da pesquisa de campo foi uma visita à aldeia Jenipapo Kanindé⁹⁷, situada às margens da Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz, litoral do Ceará, a fim de conversar com Dona Maria de Lourdes da Conceição Alves, a Cacique Pequena⁹⁸.

Esse diálogo foi estabelecido porque ela procurava reafirmações orais sobre o vínculo do povo Jenipapo Kanindé com os Paiacu do Apodi. O relato oral da Cacique confirmou tal vínculo, o que fez Lúcia Tapuia vir a Apodi com a ideia definitiva de tentar recuperar a história do seu povo.

Vale ressaltar que antes de vir para Apodi, a indígena conversava com estudiosos – arqueólogos e antropólogos, a fim de desenvolver formas de pesquisar sobre o assunto. As expedições de campo partiram de sugestões desses pesquisadores que atentaram para a possibilidade de existirem marcas da presença desse povo em alguns pontos do município, a exemplo da Chapada e do Vale.

Em uma primeira busca, Lúcia Tapuia Paiacu encontrou o Senhor João Batista de Freitas, que lhe passou algumas informações sobre as aldeias e também sobre episódios de massacres. Este senhor é oriundo do mesmo povo, por isso foi um dos primeiros patriarcas de família Tapuia Paiacu a apresentar sua autoafirmação. E com

⁹⁶ Até hoje, muitos apodienses, por desconhecimento da bibliografia estudada por Lúcia Tapuia, ainda não aceitam a reviravolta dada por ela na história dos Tapuias Paiacu.

⁹⁷ Mesma aldeia que já fora mencionada neste texto, também visitada mediante atividade desta pesquisa, para poder registrar o depoimento da Cacique Pequena, líder do Jenipapo Kanindé.

⁹⁸ Cacique do povo Jenipapo Kanindé (nome atual), desde meados da década de 1990, quando o Cacique Teodorico faleceu e a comunidade ficou sem líder. O povo elegeu a Cacique Pequena porque ela já era membro do movimento indígena, ou seja, já participava da luta pela demarcação da terra.

o apoio de alguns amigos, entre estes o escritor Marcos Pinto, o amigo Tarcílio Torres, o professor Raimundo Torres e o então estudante de Turismo da UERN Isaac Torres, foi a campo buscar vestígios, tanto no que se refere à existência de achados históricos, documento ou artefato, quanto da presença de pessoas que revelassem sua identidade indígena ligada ao Tapuia Paiacu.

Várias expedições foram realizadas por Lúcia Tapuia com seu próprio custeio. Desde o Vale do Jaguaribe às várzeas do Apodi, como também à Viçosa e à serra de Portalegre, contando com o apoio de amigos. Ela encontrou famílias que se identificavam como de origem do povo Tapuia, além de peças líticas que essas famílias guardavam há décadas em casa: machadinhas, bigornas⁹⁹, desenhos em pedras, pedaços de artesanato, utensílios usados na caça e na confecção de alimentos, bem como de artefatos de enfeite do corpo, entre os quais pingentes e gargantilhas. As peças foram sendo guardadas, fazendo surgir novas ideias, dentre as quais a possibilidade de organizar um museu indígena.

À medida que ia encontrando as famílias e peças, ia registrando em vídeos e fotos, para poder preservar as imagens e os documentos que são de grande relevância histórica do passado, mas, que também representam um patrimônio indispensável para o trabalho com a recuperação da história dos Tapuia Paiacu contemporâneos.

As pesquisas de campo e a pesquisa bibliográfica foram importantes subsídios para o conhecimento de Lúcia e para seu grupo de amigos, que estavam convencidos da necessidade de recuperar a história dos índios do lugar. Daí surgiu a ideia de fundar uma associação, com o objetivo de atrair pessoas no sentido de ajudá-las a terem consciência de sua própria história e para que fossem encorajadas a assumirem a autoafirmação étnica Tapuia Paiacu.

3.2.1.3 Fundação do Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus (CHCTPLA)

Com um acervo de mais de 100 peças, algumas famílias já reunidas e o apoio de alguns amigos, como o Pastor Wellington, Máriton Marinho e Raimundo Torres,

⁹⁹ Armas de corte e de fundição, de pedras, utilizada pelos indígenas e demais povos antigos para caçar e preparar os alimentos.

bem como com a colaboração do advogado Marcos Pinto, foi construído o estatuto da recém-criada instituição. Outras pessoas passaram a ser convidadas como sócio fundadoras, já considerando a autoafirmação.

A fundação do CHTPLA foi no dia 07 de fevereiro do ano de 2013, quando em assembleia, diante da presença de mais de 20 sócios-fundadores, foi aclamada a primeira diretoria. Como Presidenta o nome escolhido foi o de Lúcia Tapuia Paiacu e para vice-presidenta Maria Mônica de Freitas¹⁰⁰. A instituição foi legalmente formalizada através do CNPJ 18.218.241/0001-77 e reconhecida como instituição de utilidade pública municipal e estadual (Figura 25).

Figura 25 – Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi (CHCTPLA).



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Lúcia Tapuia Paiacu foi pioneira na idealização do projeto que tem como objetivo principal reunir os Tapuias Paiacu para autoafirmação e luta por seus direitos. As expedições continuaram no ano de 2013 e nos anos seguintes. Foram seis pesquisas de campo realizadas em diferentes lugares, e que foram de grande significado no processo de autoafirmação étnica e de atuação da FUNAI junto a esse povo (Figuras 26, 27, 28, 29 e 30).

¹⁰⁰ Autora deste trabalho.

Figura 26 – Viçosa (10/03/2013) – peça lítica encontrada.



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

Figura 27 – Sítio Bamburral – região do Vale (13/03/2013) – Lugar de massacre e cemitério indígena



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

Figura 28 – Família indígena encontrada no Sítio Boca da Mata (07/07/2013).



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

A Figura 28 apresenta a família de Rosimar Silva, a mulher e seis filhos. Ele é conhecido pelo apelido de Pajé, justamente pela aparência que reserva muitos traços indígenas e pelo fato de o mesmo realmente pertencer à família dos Paiacu.

Figura 29 – Sítio Laje da Encruzilhada na Chapada do Apodi (07/07/2013), poço de fonte natural



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

O poço apresentado na figura acima foi encontrado em 1966, com muitos pedaços de cerâmicas antigas em seu interior no momento em que o proprietário estava limpando-o e desobstruindo-o. Trata-se de um achado que há anos era descrito em relatos. Segundo Zé Salvador (proprietário atual), conta-se que era desse poço que os índios tiravam a água potável; em algumas das pedras havia manchas

de fogo e os relatos dizem que era ali que os índios coziavam suas caças para se alimentarem.

Figura 30 – Sítio Aurora da Serra na Chapada do Apodi (06/05/2013) – família indígena encontrada



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

Vale ressaltar que em todas essas expedições, as peças líticas encontradas foram preservadas em acervo, justamente para que mais tarde fossem organizadas em um museu. As que são demonstradas na Figura 31, são ilustrações que incluem uma machadinha muito antiga e um pingente, ambas encontradas em Viçosa/RN, justamente nas proximidades da estrada que fica ao pé da serra e que dá acesso ao local onde os índios presos foram levados e mais adiante assassinados.

Figura 31 – Peças encontradas na expedição ao município de Viçosa/RN.



Fonte: Arquivo do CHCTPLA.

As imagens apresentadas são apenas demonstrações de alguns achados de Lúcia em suas pesquisas de campo. Mas, após a organização do CHCTPLA, outras atividades que foram articuladas possibilitaram a inserção das famílias Tapuias Paiacus no movimento indígena do Rio Grande do Norte, o que contribuiu para fortalecer os ânimos da liderança indígena. Embora, a luta seja permanente, as conquistas são muito lentas.

3.3 MOVIMENTO INDÍGENA EM APODI

O movimento pelos direitos dos povos indígenas é fortalecido a partir da fundação do CHCTPLA, pelos Tapuia Paiacu de Apodi. Foi ainda em 2013, em meados desse ano, que a CTL-RN (FUNAI)¹⁰¹ do Rio Grande do Norte, representada na época pelo Senhor Martinho Andrade, veio a Apodi para escutar Lúcia Tapuia e algumas das pessoas que tinham o histórico de autoafirmação.

Na reunião estavam presentes, além do coordenador da CTL/ RN, representantes de comunidades indígenas do Amarelão, Tayse Campos; Valda Arcanjo e o Cacique Luiz do Catu, dos Eleotérios do Catu em Canguaretama e as famílias de Raimundo Torres, João Batista de Freitas e Lúcia Tapuia Paiacu. Tal reunião foi proveitosa pelo fato de ser um momento importante para que aquela instituição indigenista soubesse da presença indígena em Apodi e de suas necessidades.

A instituição, inicialmente, por meio de sua representação apenas indicou a ideia de serem realizados estudos no local que comprovassem a presença do povo Tapuia Paiacu na contemporaneidade. Com base nessa sugestão Lúcia aprofundou sua pesquisa de campo, intensificando as visitas às comunidades, buscando as famílias e juntando as peças para a expandir a coleção do museu. Todo o ano de 2014 foi dedicado a novas expedições que tiveram como resultado o encontro outras famílias que vieram a se autoafirmar e fazer parte da associação. Cada autoafirmação

¹⁰¹ A Coordenação Técnica Local (FUNAI) foi instalada em Natal – Capital do Estado do Rio Grande do Norte – em maio de 2011. É ligada à Regional Nordeste II que se situa na Capital do Ceará – Fortaleza. Foi organizada a fim de atender as demandas dos indígenas locais (OLIVEIRA, 2015).

ela grava o depoimento em vídeo e posta em Rede Social para não perder o registro. Na Figura 32 observam-se a fotografia de diversas telas de depoimentos em vídeo.

Figura 32 – Pessoas com Relatos de autoafirmação indígena.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA.

O processo de autoafirmação é permanente, visto que a qualquer momento podem surgir novas pessoas que queiram se autoafirmar. A coleta dos depoimentos é feita individualmente, às vezes na casa da pessoa que decide confirmar sua autoafirmação, como também na própria sede do CHCTPLA.

O crescimento do CHCTPLA, de 2013 até 2015, fez avançar a discussão nos mais diversos espaços sociais, culturais e políticos de Apodi. E isto permitiu pensar em discussões mais aprofundadas e em ambientes de atuação dos poderes públicos, como é o caso do Poder Legislativo.

No dia 03 de março do ano de 2015 aconteceu a primeira audiência pública sobre direitos indígenas na Câmara Municipal de Apodi (CMA), momento em que participaram algumas das famílias associadas ao CHCTPLA, vereadores e também representantes do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), este como instituição apoiadora através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). A Figura 33 mostra o exato momento da referida audiência.

Figura 33 – Audiência Pública realizada em 03 de março de 2015 na CMA.



Fonte: <<http://fontetapuya.blogspot.com.br/2015/03/politicas-publicas-de-direito-dos-povos.html>>.

Naquele momento, as discussões, exposições e debates serviram para que o poder legislativo municipal tomasse conhecimento do processo de organização dos indígenas, bem como dos direitos que lhes são garantidos legalmente, sendo importante mencionar a importância de projetos que venham suprir as demandas desse povo. Embora, ainda sejam poucas as famílias autoafirmadas para um município em que a história indígena é muito viva, esses direitos não podem ser negados, pois, são garantidos pela legislação nacional.

Hoje, a associação conta com aproximadamente 100 famílias já com registro de autoafirmação. E isso é o que tem garantido certas conquistas, uma vez que, a CTL-RN (FUNAI) estabeleceu um diálogo e considera um fato a presença indígena em Apodi.

Os membros do CHCTPLA, representados pela sua líder Lúcia Tapuia Paiacu participam efetivamente do movimento Indígena do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte. São apoiados pela APOINME e por outras entidades que estão na luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil.

Na caminhada do movimento social, Lúcia já participou de eventos e movimentos em Brasília, Natal e outros estados como Ceará, Piauí e no Distrito

Federal (Brasília), assim como, outros membros da associação também já representaram os Tapuias Paiacu de Apodi, tendo consciência de seus direitos, mediante o texto da Convenção 169 (2004) que garante a legalidade da autoafirmação. Entre os eventos mais importantes que Lúcia Tapuia participou estão:

- ✓ 1ª Conferência de Políticas Indigenistas etapa regional realizada em Fortaleza/ CE (2015);
- ✓ 1ª Conferência de Políticas Indigenistas etapa nacional realizada em Brasília (2015);
- ✓ 2º Fórum de Museologia, realizado em Pernambuco (2015);
- ✓ 3º Fórum de Museologia, realizado no Piauí (2017).

Os motivos que a levaram a participar dos fóruns de museologia estão ligados ao fato de o CHCTPLA ser agregado ao museu, oficialmente reconhecido como o primeiro museu indígena do Estado do Rio Grande do Norte. Ele reúne um acervo significativo de peças líticas de povos que habitaram a região da Ribeira do Apodi. Na Figura 34 pode-se apreciar as imagens de algumas peças expostas no referido espaço.

Figura 34 – Peças expostas no Museu Luiza Cantofa¹⁰².



Fonte: Arquivos do CHCTPLA.

Percebe-se um ambiente de preservação que traz à apreciação dos que gostam da história e da memória, uma opção para a pesquisa e aprofundamento do conhecimento sobre patrimônio material e histórico que evidencia elementos da

¹⁰² As peças foram doadas pelas famílias que iam aos poucos confirmando sua autoafirmação e fazendo parte da associação.

formação cultural da sociedade que se formou nos sertões do território que abriga hoje a região do médio e alto Oeste potiguar.

O museu tem sido constantemente visitado por escolas da região e do município, tornando-se uma fonte de observação para estudos sobre a história dos povos indígenas no estado.

Figura 35 – Visita dos alunos do IFRN ao Museu Luiza Cantofa.



Fonte: Arquivos do CHCTPLA.

Ressalta-se que, além do museu, o CHCTPLA abriga ainda a Biblioteca *Tuchaua Itaú*¹⁰³, organizada com acervo de literatura indígena, contemplando parte das referências da cultura oral dos índios registrada em livros.

Mas, em se tratando de participações em eventos do movimento indígena no Rio Grande do Norte, Lúcia está presente de forma efetiva quando lideranças indígenas do estado protestaram contra o Decreto 9.010/17, publicado em 23 de março do ano de 2017¹⁰⁴. Tal instituto partiu da Presidência da República no início para o fechar a Unidade da CLT-FUNAI no Rio Grande do Norte, sediada em Natal, entre tantas outras que foram encerradas no país.

¹⁰³ Nome do Cacique que vivia na Ribeira do Apodi, no século XVII.

¹⁰⁴ O referido decreto extinguiu 347 cargos da Funai e 50 CTL's em todo o Brasil por questões de atendimento aos opositores à política de demarcação de terras indígenas. Porém, em total desrespeito ao art. 6º da Convenção 169 da OIT).

Uma das participações que mais marcou a luta de Lúcia Tapuia no movimento indígena do Rio Grande do Norte foi o “Ocupa FUNAI”¹⁰⁵. Ao participar do protesto que ocorreu com a ocupação do órgão e protesto no Aeroporto Aluísio Alves. Ao lado de seus parentes indígenas, chegou a ser agredida pela polícia com *spray* de pimenta e bomba de gás lacrimogênio. A Figura 38 demonstra as imagens do momento.

Figura 36 – Lucia Tapuia em protesto contra o fechamento da CLT FUNAI/RN.



Fonte: A foto é de Diogo Ferreira, adquirida dos arquivos do CHCTPLA.

Após o protesto, os indígenas conseguiram garantir a reabertura da CLT/FUNAI-RN, o que soou como uma vitória para o movimento indígena do estado naquele momento de tensão.

Lúcia também esteve atuante durante as Assembleias Indígenas do Rio Grande do Norte (AIRN), a partir de sua terceira edição, realizada no ano de 2013. No ano de 2017 foram participar da V AIRN, 9 membros do CHCTPLA, momento em que foram apresentadas as demandas dos Tapuias Paiacu de Apodi para as diversas instituições federais e estaduais, no tocante aos direitos à saúde, educação, etnodesenvolvimento, cultura, meio ambiente, questões territoriais, políticas para as mulheres indígenas. O registro da participação é demonstrado nas Figuras 37 e 38.

¹⁰⁵ Mobilização da qual participaram representantes de todas as comunidades indígenas do Estado se revoltaram com a ordem da Presidência da República para o fechamento da Unidade da CLT-FUNAI no Rio Grande do Norte.

Figura 37 – Tapuias Paiacu contemporâneo – participação na V AIRN.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Figura 38 – Apresentação das demandas dos Tapuias Paiacu de Apodi na V AIRN.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Na história de vida de Lúcia, o objetivo de lutar pelos direitos dos povos que foram os primeiros habitantes, não somente do município de Apodi, mas de parte significativa do território da região do médio e alto Oeste Potiguar tem sido priorizado.

Toda a história de resistência que até aqui vem se revelando tem sua atitude pioneira envolvida.

É pelos motivos relacionados a essa resistência que não se pode deixar de registrar os passos dados, as conquistas possíveis, bem como de estudar as práticas discursivas que têm se revelado acerca de todo esse processo de reconstrução da história. Em especial quando se fala da argumentação como parte constitutiva das atividades de linguagem.

CAPÍTULO IV – MARCO TEÓRICO DO ESTUDO

Neste capítulo, a incursão textual tem como objetivo teorizar as bases conceituais das categorias de estudo, trazendo para as discussões algumas definições relacionadas com a teoria da argumentação no campo da nova retórica. Apresenta-se um pouco da história, e, na sequência discute-se teoricamente acerca das teses, orador, auditório, valores e suas hierarquias e lugares da argumentação.

Aborda-se também alguns aspectos teóricos relacionados com a inclusão da argumentação no ensino de produção textual, considerando a teoria do gênero do gênero do texto/discurso. Essa perspectiva é necessária diante da ideia estabelecida no plano de intervenção pedagógica, quando se usa o gênero relato como produto e como *corpus* da pesquisa.

4.1 ARGUMENTAÇÃO: DEFINIÇÕES E HISTÓRICO

A argumentação pode ser entendida, em sua totalidade, como algo formado por partes argumentativas presentes no desenvolvimento de um determinado discurso. E como os discursos se manifestam em textos, ela pode ser, de forma simples, definida como uma tecitura de argumentos (LAZAROTTO, 2009). Esse fenômeno é utilizado pelos seres humanos, no papel de produtor ou de interlocutor, nos atos de uso da linguagem. Por isso, é entendida como “uma ação humana que visa a convencer e/ou persuadir o público a que se destina da validade de suas teses (SOUZA; ALVES, 2016, p. 274).

Entende-se que argumentar é algo inerente aos atos de uso da linguagem humana. Assim, não há como negar a presença marcante da argumentação como um dos fenômenos ocorridos na materialização do discurso humano como elemento essencial nas relações e interações sociais. Acrescenta-se ainda que argumentar não se traduz em um simples ato de condução comunicativa, mas, um processo complexo de construção do pensamento de um orador ou escrevedor que intencionalmente

busca convencer e ao mesmo tempo persuadir o seu interlocutor. Mas, não tão simplesmente se dá como uma sequência técnica, é também discernir o momento, a situação, o discurso argumentativo em cada circunstância. Como afirma Abreu (2009) há diferenças entre convencer e persuadir.

Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Etimologicamente, significa vencer junto com o outro (com + vencer) e não contra o outro. Persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. A origem dessa palavra está ligada à preposição per, "por meio de" e a Suada, deusa romana da persuasão. Significava "fazer algo por meio do auxílio divino". Mas em que convencer se diferencia de persuadir? Convencer é construir algo no campo das ideias. Quando convencemos alguém, esse alguém passa a pensar como nós. Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir. Quando persuadimos alguém, esse alguém realiza algo que desejamos que ele realize (ABREU, 2009, p. 7).

Portanto, quando em um discurso o outro passa a juntamente conosco construir ideias, trabalha-se o convencimento; quando, por meio da argumentação, consegue-se fazer com que o outro aja, tome atitudes e realize ações, aí está a persuasão.

Outro detalhe que se observa é que a argumentação, em sua totalidade, é formada por argumentos. Segundo Lazarotto (2009) os argumentos podem ser definidos como algo que se forma a partir do raciocínio, como operação lógica discursiva, organizada pela mente. Nestas operações, as proposições são criadas para conduzir respostas verdadeiras, falsas, ou ainda, prováveis para sustentar uma decisão, uma tese. O argumento é, portanto, formado a partir de uma estrutura de dados, que permitem a construção de uma conclusão sobre determinado assunto. E o tudo que envolve essa construção conclusiva é o que se chama de argumentação.

Em uma definição mais precisa, instituída nos moldes da constituição do discurso, Souza e Alves (2016, p. 274) definem que "A argumentação se apresenta como uma ação humana que visa a convencer e/ou persuadir o público a que se destina da validade de suas teses". Esta definição chega ao contexto das concepções mais atuais a partir de um processo histórico de estudos acerca do termo que inclui o processo argumentativo como constituinte das relações de interação e comunicação que se dinamizam na produção dos discursos humanos.

4.2 DA ANTIGA À NOVA RETÓRICA

As considerações sobre argumentação e argumentos são definições gerais, que tanto têm base na antiga quanto na nova retórica. Esta, a princípio estudada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), que a partir do Tratado da Argumentação trazem um novo olhar sobre a relação entre argumentação e discurso, o que possibilitou a construção de uma nova teoria. E quando se recorre aos estudos desenvolvidos por esses estudiosos percebe-se que

O objetivo de toda argumentação [...] é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstração) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

Desde a antiga arte da retórica que se considerava a teoria desenvolvida por filósofos como Aristóteles, uma ideia que levanta os princípios e elementos da argumentação e que parte do cenário aonde ocorre o discurso e conta com a presença do produtor e do interlocutor. Isso requer a compreensão de que há situações em que o produtor pode ser apenas um indivíduo que discursa para um auditório, embora no decorrer da evolução humana e dos próprios estudos sobre a linguagem, tenha sido necessário reconstruir novos conceitos, elementos e recursos que se referem à prática da argumentação no discurso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

A antiga retórica apresentava muitas diferenças, pois fazia parte de um contexto disciplinar formal, no qual o discurso era produzido muito mais associado à questão da racionalidade e voltado para os variados campos do conhecimento, mas, o orador teria que ser extremamente criativo ao adequar o seu discurso à tarefa de persuadir a todos os ouvintes, de uma só vez, a partir da comoção (MEYER, 2007).

Assim, à Retórica Aristotélica era conferido o lugar de ciência. Estudavam-se os diferentes meios que poderiam ser usados para adequar o discurso a um determinado auditório. Por isso, o pensamento do próprio filósofo sobre aquela arte do discurso era: “a retórica não é meramente uma arte de persuasão, mas antes uma faculdade de descobrir especulativamente o que, caso a caso, pode servir para persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 29).

Pode-se perceber a formalidade com que o filósofo tratava a argumentação dentro da Retórica. Por isso ele defendia as provas técnicas que foram denominadas de *ethos*, observada na expressão de confiança dada pelo orador), o *pathos*, referente à emoção a emoção criada pelo orador e destinada ao auditório e o *logos*, relacionado ao raciocínio lógico que cria a verossimilhança construída pelo orador. Estas técnicas deveriam aparecer sempre no discurso, a fim de persuadir o público participante do auditório. E além destas provas, a antiga Retórica Aristotélica admitia algumas provas não-técnicas, as quais ancoravam o discurso em transcrições de confissões, em leis, testemunhos, contratos e na própria confissão. E dentro desse sistema argumentativo, Aristóteles evidenciava a necessidade de existência de quatro partes respectivas: a invenção, a disposição, a elocução e a ação (REBOUL, 2004).

No contexto atual, os estudos relacionados à retórica rumam a lugares distintos, pois as percepções teóricas e filosóficas foram reconstruídas. E isso foi possível a partir de um longo processo de observação, percepção e análise sobre os usos da linguagem no cotidiano das interações humanas, fatos estes ocorridos a partir dos anos de 1960.

Até esta época, a Antiga Retórica ainda era considerada como base principal na construção dos processos da argumentação. O redimensionamento, que culminou com a consolidação da Nova retórica foi influenciado pelos estudos linguísticos, os quais ampliaram as possibilidades de abordagem para os estudos do discurso. A partir disso, surge uma concepção moderna, que não desconsidera a dialética aristotélica, mas estuda principalmente a construção entrelaçada dos argumentos, que têm no discurso a função de persuadir (LAZAROTTO, 2009).

A nova retórica ou teoria da argumentação no discurso firma-se com a publicação do Tratado da Argumentação em 1970, mais de dez anos após ser escrito, pois existia desde 1958. Dos autores Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, a obra propõe uma abordagem discursiva da argumentação, com conceitos da retórica aristotélica ressignificados e firmada no processo de convencer, argumentar e persuadir como práticas sociais.

Trata-se de um sentido que se amplia, tanto no campo do discurso, seja escrito ou oral, como também se aplica às produções não verbais, nas quais a linguagem exerce funções conforme os interesses do produtor. Na compreensão de Reboul (2004, p. 82),

[...] a nova retórica não contente com reivindicar todo o campo do discurso, vai bem além, pois se apodera de todas as espécies de produções não verbais, elaborando-se assim uma retórica do cartaz, do cinema, da música e do inconsciente.

Pode-se perceber que a nova retórica considera uma diversidade de discursos. Não há a limitação dada pela antiga percepção, pela qual se incluía apenas os discursos judiciário, político e epidíctico¹⁰⁶. Aliada a esta nova compreensão está também o processo de investigação do discurso, o qual se aplica aos diversos tipos que são produzidos, alargando também o seu campo de atuação.

Vê-se, portanto, que a retórica, nesse sentido, traz uma argumentação que na visão de Souza (2008, p. 60) se posiciona “numa perspectiva interacional, considerando os aspectos sócio históricos, dialógicos e discursivos da organização das ideias pelos interlocutores em seus processos de discursivação”. Isso significa dizer que, argumentar se constitui em um processo construído no discurso real, isto é, quando se interage a partir das situações comunicativas reais. E nesses contextos reais, a linguagem é também um produto do homem que se constitui socialmente e historicamente por meio da interação.

Para Souza (2008), a concepção da argumentação na nova retórica abrange também o entendimento de que a linguagem não ocorre de forma linear ou de forma racional. Ela se constitui na interação entre os sujeitos, eu na visão do autor estes são “históricos e culturalmente situados e se dirige a outros sujeitos em situações semelhantes, refletindo nessa interação, as ambiguidades, as controvérsias; enfim, as relações dialéticas e dialógicas que permeiam as relações humanas (SOUZA, 2008, p., 60).

Ao aprofundar o olhar sobre essa concepção de discurso, percebe-se a importância de se relacionar o respaldo da argumentação com os estudos interacionistas da linguagem desenvolvidos por Bakhtin (2003). Nestes estudos, a linguagem é descrita como dialógica e pertencente a um campo em que a interação verbal se reproduz como fenômeno social. E esse processo se desenvolve por meio dos diversos discursos emergentes das situações de comunicação social que são

¹⁰⁶ Gênero do discurso no campo da retórica voltado para a argumentação jurídica ou para a crítica deliberativa. Geralmente, é um discurso pronunciado em reunião solene e que elogia ou critica determinado tema usando recursos estilísticos com abundância.

produzidas pelos sujeitos em seus contextos de produção. Tudo isso inclui elementos que indicam a construção de ideias que são defendidas socialmente, às quais pode-se dá o nome de teses.

4.3 TESE

Para compreender mais nitidamente o processo da argumentação, verifica-se que a tese (*logos*), se constitui como uma das partes racionais do discurso e que é produzida e construída com a finalidade de convencer aqueles que fazem o papel de auditório. Nesta parte, o desencadeamento dos argumentos é algo de grande importância para que se chegue à persuasão. É na organização e consistência dos argumentos que se consegue persuadir, utilizando-se como diz Meyer (2007, p. 22) da força de seus argumentos, ou agrada a esse mesmo auditório pela beleza do estilo, ou comove aqueles a quem se dirige”.

Para Sousa (2003) a tese é a parte mais importante do discurso porque é nela que as regras, princípios e técnicas da retórica são aplicadas. É na sua constituição que se percebe o problema, elaborado e constituído por perguntas que requerem respostas com as quais se preservam as diferenças. Para construí-la, usa-se os argumentos pautados na indução e apresentação de exemplos.

Já o auditório (*pathos*), que é o destinatário da tese, quando efetivamente atingido pelo convencimento passa por uma reação proporcionada pela dimensão retórica da interlocução, isto é, quando as técnicas utilizadas conseguem atender aos anseios, responder as perguntas, atingir as emoções sentidas e experimentadas como respostas aos os valores que são cultivados por ele e se evidenciam como justificativas às suas perguntas (MEYER, 2007).

Pode-se perceber que Meyer (2007) acaba por deixar claro que os *pathos* também se apresenta com um conjunto de valores implícitos, os quais podem até se encontrar em uma parte externa da questão, mas que são imbricados nas indagações que o indivíduo inserido no auditório concebe como pertinente. Assim, quando o orador consegue incitar a emoção do auditório, também consegue perceber os valores

cultivados e os utiliza a seu favor, envolvendo-o de tal forma a provocar muitas reações: desde à paixão ao convencimento e à persuasão.

Quanto à imagem do orador (*ethos*), vai sendo construída através das teses (*logos*) defendidas no decorrer da construção dos sentidos no âmbito do discurso visando adquirir credibilidade (SOUZA, 2008). É por isso que Barthes (2001) o caracteriza como sendo algo que envolve os traços definidores do caráter do orador diante dos argumentos apresentados ao auditório. Um dos elementos importantes é a busca pela boa impressão, mesmo que ali não haja sinceridade. O mais importante na imagem do orador é utilizar-se do máximo de estratégias para que se construa uma imagem ética diante dos seus interlocutores.

Vale ressaltar que, o auditório inclui quem o escuta ou quem o lê. E nesse ambiente, as situações argumentativas devem ser organizadas de forma a construir um *ethos* envolvente, através do qual seja feita eficaz e eficientemente o convencimento, até se chegar à persuasão. Segundo Reboul (2004, p. 48) “o *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem confiança. Relacionando novamente essa compreensão com os pressupostos ” em uma visão bakhtiniana da linguagem, “o locutor também deve levar em consideração o ponto de vista do receptor” (BAKHTIN, 2006, p. 86).

Assim, a imagem do orador se constitui peça de grande importância para a argumentação. Como diz Meyer (2007, p. 34) “O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que, assim, se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. ”A conquista desse estágio persuasivo é possível pelo fato de que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o orador pode se utilizar de estratégias e técnicas argumentativas no âmbito da construção do discurso. Isso se desencadeia a partir da construção da tese, onde se evidenciam recursos, regras, valores e estruturas, dentre outros que fazem parte da construção de efeitos de sentido dentro da argumentação.

A argumentação, diante das definições da nova retórica é constituída a partir de uma tese, que se constrói a partir de uma problemática que também se apresenta de forma genérica. Sendo assim, a tese passeia por todo o corpo de uma peça argumentativa. Em seu desenvolvimento, é importante se considerar o

desenvolvimento de técnicas argumentativas, uma atividade que caracteriza o processo de construção do discurso.

4.3.1 Tese e sentidos

Ao considerar que a tese se configura como o elemento axial da argumentação, e tem como ponto de partida o conhecimento racional para a construção do discurso em que o fim é a busca da adesão, através do convencimento e da persuasão, o principal ponto a se considerar em seu plano é o auditório. Desde as constituições prévias do discurso deve ser visualizado como interlocutor que vai receber demonstrações argumentativas. É imprescindível considerar: a tese é um instrumento provocador do diálogo entre orador e auditório. Souza (2003) faz essa demonstração com maior profundidade, e considerando as interações discursivas que são vivenciadas no cotidiano das interações sociais.

Nas interações discursivas que constituem as relações sociais dos seres humanos, os sujeitos falantes, os oradores, ao construírem os seus textos, o que implica em defender teses, dialogam com os seus interlocutores também nas relações estabelecidas entre as teses argumentadas, uma vez que, nessa interação dialógica, o orador almeja convencer o seu auditório da veracidade ou plausibilidade de seus argumentos, de sua tese (*logos*), ou muitas vezes, interpelá-lo (*pathos*) a agir de uma forma desejada pelo orador (*ethos*) (SOUZA, 2003, p. 64).

Há, portanto, perspectivas sócio ideológicas que podem estar imbricadas nos enunciados de um discurso e que os efeitos de sentido presentes no texto revelam isso porque respondem aos questionamentos que são desencadeados no âmbito do texto. Trata-se de uma forma de apresentação reveladora dos discursos que são historicamente construídos pelo orador e seus interlocutores. Por isso, deve ser identificada na ideia central, e de uma forma quanto mais verossímil e provável. Ide (2000) afirma que a tese é uma “proposição [...] que formula precisamente o que diz o texto [...], tendo em vista enunciar o verdadeiro ou o falso” (IDE, 2000, p. 51).

No entanto, o mesmo autor afirma que é necessário considerar alguns critérios que são indispensáveis na identificação de uma tese. Sendo geralmente usada uma

única palavra para expressar a ideia, para se chegar à tese é necessário primeiramente procurar o verossímil; na sequência a mais unificadora dos aspectos diversos que constituem o texto; esta é teoricamente única se o texto for bem construído e é também a que responde à questão: “o que se diz disso?” (IDE, 2000, p. 73).

Tais critérios auxiliam de forma mais precisa a identificar o que é dito, fazendo com que a tese permaneça com sentidos unívocos, de tal forma que “se apresenta no texto como a proposição mais unificadora, a que enuncia as nuances sócio ideológicas do orador e os efeitos argumentativos do próprio texto” (SOUZA, 2008, p. 67). Nesse sentido, a tese e seus sentidos são partes constituídas de estratégias discursivas que tenham relação direta com os objetivos delineados para o discurso. Do contrário, não atingirá a adesão dos interlocutores ao que está sendo dito.

4.4 ORADOR E AUDITÓRIO

Dentro das definições dadas à Nova retórica, pode-se entender que o processo argumentativo é constituído dentro da perspectiva de um discurso organizado com sentidos lógicos. Portanto, não se trata somente de envolver a tese e os diversos tipos de argumentos para que se chegue à totalidade do que se quer dizer. Segundo Souza e Costa (2009) quando a argumentação atinge o seu objetivo é porque a defesa foi constituída de todos os elementos que estão envolvidos no ato de argumentar por parte do orador. Mas, nesse processo, qual será a representação concreta do orador?

Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005) começam definindo que o orador é compreendido como a peça fundamental do discurso argumentativo. Isso ocorre porque se torna impossível acontecer um processo de interação discursivo sem a existência de alguém que faça o papel destinador/ falante /escritor/ locutor, bem como sem a presença de um destinatário/ ouvinte/ leitor/ locatário, ou seja, do outro. Mesmo se tratando de atividades interdependentes quando se relaciona esses componentes, a ação do orador é se pautar em um discurso exitoso no que diz respeito a conseguir a adesão do auditório.

Portanto, o orador é aquele que fala, que organiza o discurso. É a pessoa que utiliza de sentidos estratégicos para convencer através do que diz ou escreve, para

atingir uma outra parte envolvida no processo de interação dentro das situações comunicativas que é o auditório.

Nesse sentido, todo o processo argumentativo construído tem um destino específico, o seu auditório. E nesse aspecto, este termo é definido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Percebe-se que sem a presença de tal elemento não há possibilidade de se construir interação, pois é a ele que cabe a aceitação ou não das teses que são defendidas pelo orador no decorrer da construção do discurso. Sendo assim, é preciso ainda considerar a necessidade de condições prévias referentes ao conhecimento daqueles que o orador pretende alcançar. Só assim a argumentação pode ser eficaz porque o bom orador necessita saber a quem dirige o seu discurso (REBOUL, 2004).

Trabalha-se, portanto, com a ideia de adaptação às características do auditório, a fim de influenciar a adesão à tese, utilizando-se do *logos*, seu discurso; *ethos* sua imagem e *pathos*, que permite suscitar paixões, “considerando, também, a sua extensão, a forma, o conteúdo, a ordem dos argumentos, entre outros fatores” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 34). Estes autores fazem também uma classificação do auditório, dividindo-o em três tipos: o auditório universal, formado por homens adultos; o auditório formado no diálogo pelo interlocutor a quem se dirige e o auditório constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos.

A divisão permite compreender que no ato de argumentar, os tipos de auditório considerados são o universal e o particular. O auditório universal se define por uma população específica, podendo ser até mesmo uma nação ou a humanidade inteira. Já o auditório particular se define a partir de situações mais particulares, como é o caso dos ouvintes de uma palestra, público constituído de alunos em sala de aula, entre outros. As distinções de um auditório para outro se dão na forma de controle que pode ser exercida pelo orador ou não.

Assim, também é possível compreender que é no processo de interação que ocorre a influência do orador sobre o auditório quando desenvolve as suas teses, as quais persistem dentro de um contexto de uso dos mais diversos recursos que compõem as estratégias argumentativas, que se constituem tanto dos tipos de argumentos como da exploração de recursos, valores e acordos que se estabelecem no decorrer da argumentação.

4.4.1 Auditórios e acordos prévios

Interagir com o outro por meio do discurso, convencer e persuadir são finalidades indiscutíveis do orador quando se dirige aos seus auditórios. Nesse sentido, segundo Souza (2008) convencer é uma atitude do sujeito produtor direcionada a algum outro sujeito que faz o papel de auditório. Este deve aderir às teses que são construídas na argumentação; e isso é perceptível quando há aceitabilidade da opinião defendida. Já a persuasão vai ocorrer efetivamente quando o interlocutor do discurso, age conforme o produtor. Em ambas pode haver interação.

Desta forma, pode-se perceber que essa nova forma de compreender a argumentação e de constituí-la discursivamente requer a preocupação do orador em planejar seu discurso desenvolvendo o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) compreendem como acordo prévio. Isso ocorre porque o produtor do discurso necessita conseguir a empatia com seu auditório e assim efetivar o convencimento e a persuasão, que é o fim principal da argumentação.

Fala-se ainda na alternância dos fenômenos pelo fato de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) definirem de forma diferente o ato de persuadir do de convencer. Para eles chama-se a argumentação persuasiva quando se consegue atingir um auditório particular e, convincente, quando se quer obter a adesão de todo ser racional.

Por isso os autores se ocupam em definir o auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Além disso, eles fazem uma classificação dividindo-o em três tipos: o auditório universal, formado por homens, mulheres, seres da espécie; o auditório formado no diálogo pelo interlocutor a quem se dirige, ou seja, pessoas que se constituem como público alvo do orador e o auditório constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002).

O que se pode depreender de toda essa discussão sobre a argumentação é que um dos seus principais objetivos é aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento, como situam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002). E mesmo compreendendo que existem a universalidade e a particularidade

do auditório, discussões e debates podem ser dirigidos a um único ouvinte; isto ocorre muito nos debates e discussões que ocorrem nas conversas cotidianas.

Outro detalhe importante é a compreender que a “Dimensão argumentativa da linguagem está pressuposta no discurso, seja ele oral ou escrito, e que se realiza na relação dialógica entre orador e auditório, que são elementos constitutivos do processo argumentativo” (SOUZA; ALVES, 2016). E nisso se percebe as intenções de convencer e persuadir sendo construídas a partir de uma relação lógica de sentidos no discurso.

Pode-se perceber, portanto, que no processo argumentativo é parte essencial a existência de um processo de construção de sentidos lógicos. E nisto parece se envolver outros elementos que se unem para constituir a totalidade do discurso argumentativo. A concepção de argumentação oferecida pela nova retórica pressupõe a existência de processos argumentativos na constituição dos discursos orais e escritos e nos diferentes gêneros e áreas de atividade humana. Isso permite concluir que os oradores constroem e organizam suas ideias utilizando os processos argumentativos como mecanismos discursivos e retóricos a fim de articular a imagem revelada; para isso também recorrem a elementos como as teses, técnicas e outros elementos a fim de atingir seus objetivos discursivos (SOUZA; ALVES, 2016).

Souza e Costa (2009) pressupõem que se em um discurso a argumentação atinge o seu objetivo é porque a defesa foi constituída de todos os elementos que estão envolvidos no ato de argumentar.

O êxito ou não do discurso depende da maneira como ele é defendido, por isso é preciso termos em mente que o ato de argumentar é um processo que envolve uma tese (*logos*) a ser defendida pelo orador, a imagem que esse orador faz dos interlocutores/auditório (*pathos*) e para o qual dirige seu discurso; e, ainda, a sua própria imagem (*ethos*), visando à credibilidade (SOUZA; COSTA, 2009, p. 3).

Assim, o processo argumentativo é constituído primeiramente de uma tese que é defendida pelo interlocutor e direcionada a um auditório, ou seja, alguém produz um discurso destinado a outrem que se dispõe a interagir o que é defendido na tese, isto é, a ouvi-lo ou lê-lo. Na construção de uma tese, o orador se firma sempre na defesa de “ideias, opiniões e se utiliza, de forma consciente ou inconsciente, de estratégias

argumentativas que estão condizentes com o seu propósito comunicativo” (SOUZA; BESSA, 2011, p. 306).

4.5 VALORES E SUAS HIERARQUIAS

Quando se trata de se definir valores associando-os à argumentação, é preciso que se tenha convicção e conhecimentos de que tudo que envolve a valorização dos nossos conceitos, sentimentos, comportamentos e atitudes, parte de um processo de formação humana, no qual se inclui fenômenos ligados à formação social e cultural do ser humano, formando assim uma formação ideológica.

Pode-se dizer que, em se tratando de “valores” em seu sentido mais genérico, podem ser entendidos como as coisas que conservamos como as mais importantes e que podem estar associadas a conceitos, sentimentos, fatos, ações e objetos. E nestes está incluído também até mesmo o caráter do preço que se cobra por algo.

No que consta de uma definição mais filosófica, na qual se pode delimitar os valores às mais diversas áreas, subjetivando o conceito, com base em Hobbes Georgen (2005) enfatiza que o valor associado à quantidade, a preço e até mesmo ao caráter daquilo que se preza não é absoluto nem no tempo e nem no espaço, mas depende da necessidade de um juízo. “Valor, portanto, é aquilo que é estimado como tal através de um juízo” (GEORGEN, 2005, p. 987).

Vale também ressaltar que nesse aspecto, a atividade discursiva se liga a outros fenômenos envolvidos com a organização da retórica, entre os quais estão os sentimentos e a razão. Segundo Reboul (2004) estes são indissociáveis quando se trata de retórica porque,

Os meios que dizem respeito à afetividade são, por um lado, o *ethos*, o caráter que o orador deve assumir para chamar a atenção e angariar a confiança do auditório, e por outro lado o *pathos*, as tendências, os desejos, as emoções do auditório das quais o orador poderá tirar partido (REBOUL, 2004, p. 19).

Entende-se assim que os valores também envolvem afeto, do qual nascem diversos outros sentimentos que podem se associar para a formação de uma

hierarquia de valores que pode ser percebida quando o sujeito, em sua dialógica cotidiana, produz os seus discursos por meio do uso da linguagem. Isto faz com que se volte ao terreno da retórica, mais especificamente da argumentação, para compreender que os valores assumem posições distintas, isso é, se constituem em hierarquias no desenvolvimento e composição dos argumentos em um dado discurso.

Nesse espaço da argumentação, os valores se atrelam à questão dos acordos que são formados entre o orador e o seu auditório. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), para que as teses sejam aceitas é necessário que o orador proponha acordos com seu auditório, desde o ponto de partida do discurso até o final do processo argumentativo. Essa atitude deve ser tomada como preparação para o raciocínio e introduz os elementos da construção persuasiva. Os autores afirmam que é neste momento que “a própria escolha das premissas e sua formulação raramente não estão isentas de valor argumentativo” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

Se o orador necessita de um acordo prévio com o auditório, é muito óbvio que as estratégias argumentativas utilizadas devem estar associadas justamente aos valores que são preservados por seus interlocutores. Reboul (2004) esclarece que o diálogo entre orador e auditório só é possível se houverem esses acordos, isto é: “De fato, não há diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre interlocutores, entendimento referente tanto a fatos, quanto aos valores” (REBOUL, 2004, p. 142).

Muitos outros aspectos podem ser entendidos como objetos de acordo, entre os quais estão os fatos, as premissas, as verdades, as presunções. Mas, quando se trata de valores, estão relacionados ao provável, trabalham-se para obter a adesão de grupos particulares e são de grande importância para o convencimento e persuasão. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 84) “recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”.

Além disso, os valores são classificados pelos referidos autores em abstratos e concretos. Os primeiros são aceitos por todos e podem ser representados pela justiça e a verdade; sem considerar pessoas, mas criteriosamente identificam a ordem estabelecida porque se fundam na razão. Enquanto os últimos, se vinculam a seres vivos e a grupos determinados.

Abreu (2009) faz uma análise desses valores distinguindo que os mesmos valores não são impostos a todo mundo. Pode ocorrer uma ou mais variações porque se ligam à multiplicidade dos grupos. Por isso, um dos detalhes importantes é que o orador precisa saber previamente quais são os valores verdadeiros do auditório e as hierarquias, isto é, em que grau de importância eles se localizam porque essa hierarquia pode ser diferente para cada pessoa, por causa das crenças, da cultura, das ideologias, do contexto social e da própria história individual.

Nesse sentido, percebemos que a argumentação envolve, além dos valores, o grau de intensidade em que cada um tem deles tem importância, que são as hierarquias. E nesse sentido, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 90) “Por certo essas hierarquias seriam justificáveis em virtudes de valores, porém, mais comumente, só se tratará de buscar-lhes um fundamento quando for o caso de defendê-las [...]”.

Os autores colocam ainda que a hierarquia de valores se fundamenta na preferência dada a certos valores tidos como superiores pelo auditório. Desta forma, funciona como esteio da argumentação. Ressalta-se que, as hierarquias também podem ser concretas e abstratas. E nisto se identifica que as hierarquias concretas se relacionam com a superioridade dos homens; as abstratas expressam a superioridade do justo sobre o útil.

Assim, em se tratando de hierarquização de valores, vê-se que há uma posição que é assumida pelos valores preservados por cada pessoa em sua atividade discursiva e que isto se liga às crenças, tanto internas quanto externas do orador e do seu auditório.

4.5.1 Lugares da argumentação

Para se definir a construção da hierarquia de valores, Abreu (2009) ressalta que a herança da antiga retórica com referência aos lugares da argumentação é algo indispensável. Tais lugares tinham como objetivo dos antigos gregos “denominar locais virtuais facilmente acessíveis, nos quais o orador pudesse ter argumentos à disposição, em momento de necessidade” (ABREU, 2009, p. 81).

A nova retórica, na voz de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) traz uma discussão redefinida, embora a base principal sejam os conceitos estudados pela filosofia aristotélica. Nessa redefinição, os lugares, por serem mais gerais podem ser aceitos por diferentes auditórios, uma vez que se propõe aplicar independentemente de valores e crenças. As suas funções se associam ao domínio da argumentação por parte do orador pelo orador, estabelecendo acordo com o auditório.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), entre os lugares que se pode utilizar na construção do processo argumentativo estão: os lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa.

Lugar da quantidade – tem sua base nas razões quantitativas, sempre se revela a partir do uso de números e estatísticas. Por isso, são definidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 97) como “lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas”. Aquilo que tem maior valor quantitativo e serve a um maior número de pessoas, por exemplo, vale mais do que outro que serve a uma menor quantidade. É neste lugar que reside a noção de superioridade, incluindo definições tanto negativa quanto positivas.

O lugar da quantidade tem ainda como característica marcante a presença do provável sobre o improvável. Por isso repousa no senso comum. O fundamento da democracia é apresentado Por Abreu (2009) como sendo um dos exemplos de lugar de quantidade quando um candidato é eleito por ter o maior número de votos do que o (s) seu (s) adversário (s).

Lugar da qualidade – diferente do que enfatiza a quantidade, o lugar da qualidade dá crédito ao que tem caráter raro. Enfim, se revela na oposição ao que é comum, sendo, portanto, o contraponto do anterior. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) apresentam esse aspecto como forma de apresentação de algo ou difícil como meio de valorização. E isso é base da filosofia aristotélica quando esta já enfatizava que mais difícil se torna preferível e muito mais apreciável (DANTAS, 2015).

Lugar da ordem - aquele que “afirma a superioridade do anterior sobre o posterior, das causas sobre os efeitos, dos princípios sobre as finalidades” (ABREU, 2009, p.86). Segundo este autor, em tal lugar reside o fundamento das competições, visto que, quem ou o que está em primeiro lugar é sempre visto como superior ao segundo e ao terceiro. Portanto, vence o que fica na primeira posição por assumir uma posição hierárquica aos demais.

Lugar do existente – prefere valorizar primeiro o que existe em detrimento ao que não existe. Muitas vezes, esse lugar se apresenta sobre o que realmente pode-se ver, ter no presente. Uma pessoa que já tem um trabalho fixo e planeja sobre o que quer fazer com seu salário fala do lugar do existente, enquanto alguém que sonha idealizando resultados de planos que ainda não se concretizaram, não se encaixa neste lugar. O primeiro lugar da hierarquia é, portanto, de quem fala sobre o que já existe (ABREU, 2009).

Lugar de essência – quem fala desse lugar tem em sua argumentação uma hierarquia que valoriza primeiramente a essência, um padrão. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 106) afirmam que

[...] o lugar da essência não corresponde à atitude metafísica que afirmaria a superioridade da essência sobre cada uma de suas encarnações, mas o fato de conceder um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência.

Trata-se de um lugar em que os indivíduos se representam pela sua marca essencial. Segundo Abreu (2009, p. 90) ao assumir esse lugar a pessoa “valoriza indivíduos como representantes bem caracterizados de uma essência”. Segundo o autor, se definem neste lugar da essência os vultos históricos, os galãs ou estrelas de cinema e também os objetos de consumo de marcas famosas originais. Trata-se de se valorizar aquilo que “encarna melhor um padrão, uma essência, uma função, é valorizado por isso mesmo” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 106).

Lugar da pessoa – para dar início a uma descrição que venha definir mais claramente o que seja o lugar da pessoa na argumentação Abreu (2009, p. 91) expressa o seguinte: “Primeiro as pessoas, depois as coisas!” Essa expressão, de antemão já revela que o valor principal está no que é produzido humanamente e não no produto material de suas ações que são as coisas. Esse lugar leva para o discurso argumentativo a ideia de que os valores “estão vinculados a sua dignidade, ao seu mérito e a sua autonomia; o mérito, o valor da pessoa dá-se exatamente naquilo em ‘que é feito com cuidado, ao que requer esforço’ e talento pessoal”. (SOUZA, 2003, p. 52).

Ao apresentar exemplos sobre a revelação desse lugar no discurso Abreu (2009) retrata a situação de um candidato a governador que garante com sua eleição a construção de escolas, outro candidato em situação de oposição poderá falar do

lugar de pessoa, que não construirá escolas, mas dará melhores condições, formação e salários aos professores.

Acrescentam Perelman e Olbrechts-Tyteca que assumir esses lugares na argumentação pressupõe acordo sobre a forma do real ao qual é aplicado. Isto ocorre porque mesmo que se admita a concordância garantida sobre os lugares, os interlocutores têm que se esforçar para tirar um partido inesperado.

Os lugares da argumentação podem ser entendidos como algo ao qual se recorre para poder se utilizar dos acordos estabelecidos com o auditório. E estes acordos se fundamentam valores que trabalham o convencimento e a persuasão, diante das teses que são defendidas nos discursos. Estes discursos sempre estão presentes nos mais diversos gêneros de texto que se produz nas interações sociais. por isso, a argumentação é um fenômeno que precisa estar envolvido no ensino de produção textual, aspecto que se aborda a seguir.

4.6 ARGUMENTAÇÃO, GÊNERO DO TEXTO/DISCURSO E ENSINO

Diante do que já foi exposto presume-se que os processos de construção da argumentação estão intimamente ligados às atividades de linguagem, o que indica veementemente a presença do discurso como objeto constitutivo destas; e espaço onde a argumentação se efetiva, justamente a partir da utilização dos recursos retóricos. Apoiando-se em Abreu (2009), é preciso saber gerenciar as informações, para também argumentar e interpretar o que é repassado a nós enquanto ouvintes e leitores de textos.

Para esse entendimento utiliza-se como base as colocações de Souza e Alves (2016, p. 276) quando afirmam que “Em qualquer discurso de qualquer esfera de atividade humana, o sujeito falante/ escritor está sempre argumentando, dialogando com seu auditório presumido, defendendo ideias, pontos de vista”. É no texto, seja este oral ou escrito que se pode perceber a presença dos processos argumentativos que deixam evidentes a intenção persuasiva ou de convencimento do autor.

Observa-se, portanto, que a argumentação pode se efetivar dentro dos textos, nas mais diversas manifestações dos discursos, de forma que se possa perceber as

intenções persuasivas ou de convencimento que se revelam, através do que é utilizado como técnica ou recurso discursivo por quem o produz.

4.6.1 Argumentação em gêneros textuais/discursivos

Uma das proposições já compreensíveis sobre o processo de interação por meio das atividades de linguagem é que estas se materializam através de discursos orais e escritos e que por meio destes objetos se revelam as posições sócio históricas, culturais de quem os produz.

Os textos constituem os correspondentes empíricos das atividades de linguagem, realizados com os recursos de uma língua natural. São unidades comunicativas globais cujas características composicionais dependem tanto das propriedades das situações de interação e das relativas às atividades gerais que elas comentam, quanto das condições histórico-sociais de sua elaboração (BRONCKART, 2004, p. 103).

O texto manifesta, além da intenção, a condição de produção do autor, o que significa que ao falar ou escrever, dependendo do objetivo do discurso produzido, cada texto é organizado a partir de modelos, os quais são também denominados de gêneros textuais. “Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero (BRASIL, 1998, p. 23).

Essa noção da existência de gênero se origina na perspectiva dos estudos de Bakhtin (2000), quando este autor conclui que todo uso que fazemos da língua se dá por meio de um texto/discurso – oral ou escrito – e que dependendo da sua finalidade implica na realização empírica de um gênero de texto. Johns (2006), baseando-se nessa ideia, afirma que há diferentes variáveis que podem dar formas distintas a um texto, segundo as intenções de quem o produz, e é isso que vai constituir as distinções de gêneros. Este é afetado por uma rede de variáveis que operam juntas, tornando-a complexa e multifacetada. Neste sentido o gênero textual “constitui-se numa relação funcional entre texto e contexto, ou seja, entre um tipo de texto e uma situação retórica” (COE, 2002, p. 197).

Compreende-se ainda que os gêneros textuais ao mesmo tempo corroboram e ratificam funções sócio comunicativas. E estas são fundamentais para a constituição dos discursos sociais dentro das mais diversas perspectivas da vida em sociedade (MARCUSCHI, 2002). Compreendendo-se a necessidade de nas relações sociais a argumentação ser um ato indispensável, vê-se como um dos constituintes do discurso em qualquer dos gêneros textuais que circulam socialmente.

Pode-se compreender que nesse contexto, a argumentação se torna um elemento abstrato, constitutivo do interior do discurso, que se vale dos aspectos contextuais, das estratégias e técnicas utilizadas na construção do processo argumentativo envolvendo a interação entre o *ethos* e o *pathos* (PINTO, 2015).

Sendo assim, locutor e interlocutor estão frequentemente se utilizando de um texto que se insere em um determinado gênero, e neste há sempre aspectos argumentativos sendo utilizados, uma vez que os discursos produzidos em um dado texto têm sempre uma finalidade ao serem destinados a um público, ou sejam, apresentam teses que são defendidas conforme o contexto e a condição social ou cultural de seu produtor. Segundo Souza e Alves (2016) “o sujeito se utiliza, consciente ou inconscientemente, de técnicas discursivas e argumentativas para conseguir a adesão de seus interlocutores às teses apresentadas”.

Compreende-se desta forma que a argumentação pode se constituir implicitamente dentro de toda a diversidade de gêneros textuais. Segundo Fiorin (2015), esta pode se configurar nos conteúdos implícitos que vão além da superfície do texto, os quais podem ser apreendidos por meio das inferências que são feitas pelo interlocutor/ leitor.

Dessa forma, o mais importante para que as interações sejam realizadas de forma mais completas, é que os interlocutores possam desenvolver, tanto as técnicas de produção quanto das de leitura de forma a se completar a compreensão e a interpretação com maior profundidade. Isso pode ser conseguido quando se leva à escola um ensino de produção textual que possa trabalhar a competência discursiva do aluno. Por isso, a importância de se trabalhar o ensino voltado para a diferenciação dos gêneros textuais e dos aspectos que os compõem no que diz respeito à funcionalidade dos discursos aspectos que os constituem em sua estrutura e no que está implicitamente sendo dito.

4.7 ARGUMENTAÇÃO, GÊNERO E ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Considerando a necessidade não somente de a escola ser o lugar onde se ensina a ler e escrever, mas também de preparar indivíduos para se relacionar socialmente, isto é, para que cumpra seu papel social como instituição formadora de cidadãos conscientes e ativos em uma sociedade, é importante que os conteúdos referentes ao domínio da língua falada oficialmente sejam eficazes e eficientes no sentido de formar produtores de texto (MARCUSCHI, 2002).

Pode-se compreender, portanto, que o ensino de produção textual tem que levar em conta para o aluno, a noção de que a comunicação cotidiana, as relações sociais que ocorrem em uma sociedade letrada dependem intimamente da existência do texto e de seus diversos padrões (gêneros) que circulam em cada contexto. Assim “a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino” (BRASIL, 1998, p. 23).

No entanto, é importante que se tenha, além da noção de gênero, concepções que possam levar ao conhecimento do aluno que existem diferentes finalidades dentro de um mesmo texto, isto é, há para cada gênero ou tipo objetivos distintos. É por isso que Travaglia (2002) defende a necessidade do aparato teórico que possa identificar gênero, tipo e subtipo.

O tipo de texto pode ser identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução, o que constitui critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes. O gênero se caracteriza por exercer uma função social específica e o subtipo se caracteriza por aspectos formais de estrutura e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo.

Ao ter em mente toda essa teorização, o mais importante para o ensino de produção textual é que professor, os conteúdos e o ensino contemplem a diversidade, mas que a cada gênero se possa defini-lo conforme suas funcionalidades. Isso permite que sejam discutidas em sala de aula as várias possibilidades de discursos que podem ser produzidos em um mesmo gênero ou tipo textual. É nesse pressuposto que se encontra, por exemplo, a possibilidade de se perceber a argumentação dentro de um texto no qual predomina a narração. Isso acontece porque

A língua, de acordo com a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), fornece-nos diferentes palavras, estruturas e frases para que as utilizemos e que funcionam diferentemente, do ponto de vista argumentativo (NASCIMENTO, 2016, p. 57).

Significa que, as frases e estruturas linguísticas utilizadas podem construir ideias que deixam evidentes a intenção do autor de um texto defender uma tese, mesmo que didaticamente a sequência textual predominante não seja a argumentativa. Esse caráter fornece também a possibilidade de se perceber os elementos que são mencionados na teoria da nova retórica: os valores, os recursos, estratégias e técnicas argumentativas que são utilizadas pelo produtor. É, portanto, indispensável que se introduza, a partir da leitura com a identificação do gênero, a produção oral ou escrita como forma de trabalhar a percepção do aluno com respeito às finalidades do uso da linguagem.

De acordo com os o documento dos PCN de Língua Portuguesa esta é uma das formas de se propor em sala de aula atividades por meio das quais os alunos percebam que o domínio da linguagem e o domínio da língua são condições de possibilidade de plena participação social. Afinal, é a partir da linguagem que os sujeitos se “comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vistas, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura” (BRASIL, 1998, p. 19). Nessa dinâmica, é imprescindível os sujeitos em processo de formação compreenderem que tudo isso também envolve a argumentação como uma ação que visa convencer e/ ou persuadir. Mesmo que seja trabalhado de forma implícita, a partir de atividades de leitura, interpretação e escrita.

Além disso, o ensino de língua materna deve ter como principal objeto desenvolver a competência linguístico-discursiva do aluno, e que isso deve ser feito tendo como base o texto, partindo da leitura para a produção escrita considerando a reflexão sobre os usos e formas linguísticas (BRASIL, 1998).

Segundo Nascimento (2016), somente essas considerações presentes no texto dos PCN já são importantes no sentido de se justificar a presença da diversidade de gêneros na sala de aula e de se refletir sobre o papel do fenômeno da argumentação na sala de aula de Língua Portuguesa. Trata-se de uma forma prática de atender aos objetivos fundamentais do ensino da língua.

Sobre isso, Nascimento (2012) analisa que permite trabalhar com a finalidade de refletir sobre o fenômeno da argumentação, independente do gênero escolhido e

das circunstâncias sócio históricas, é instigar o aluno a perceber que os diversos textos que circulam na sociedade são produzidos com alguma intenção, com algum objetivo. Sejam estes, desde a conversa diária ao gênero mais elaborado, pois em todos há argumentatividade, porque esta prática dentro do discurso faz parte da vida humana.

É possível concluir que, ao trabalhar com propostas de produção textual nas quais se considerem a argumentação como aspecto constituinte do discurso com alunos da educação básica, considerando a diversidade de gêneros, a escola e o professor de Língua Portuguesa promovem a oportunidade de reflexão sobre diversas temáticas que estão inseridas no cotidiano social. Além disso, trabalha melhor, tanto as capacidades de leitura quanto de produção escrita.

Finalizando-se os aspectos teóricos que embasam as categorias de análise da pesquisa apresentada neste trabalho, apresenta-se no próximo capítulo todo o percurso metodológico seguido para se construir o *corpus* no qual se busca alcançar os objetivos delineados.

CAPITULO V – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Um dos aspectos essenciais para um estudo que tenha resultados esclarecidos de forma adequada é se identificar o universo, público ou contexto estudado. Isto é importante para dar respostas eficientes ao problema delimitado, bem como construir o conhecimento sobre o ambiente que está envolvido nos processos metodológicos da pesquisa (GIL, 2010).

Considerando essa importância, na sequência de tópicos deste capítulo, faz-se a identificação dos aspectos que compõem o universo territorial no qual se envolve a temática histórica do massacre indígena que será objeto do estudo, bem como a população envolvida e a amostra que será considerada nas análises. Apresenta-se ainda, o caráter da pesquisa e os procedimentos metodológicos desenvolvidos para executar a intervenção que possibilitou a constituição do *corpus* de análise.

5.1 UNIVERSO, POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO

5.1.1 Universo do estudo

Apresenta-se como universo desta pesquisa o contexto espacial e histórico de três municípios situados na região do médio e alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte: Apodi, Viçosa e Portalegre. Territorialmente, estes espaços fazem parte do contexto histórico no qual ocorreu o massacre de índios denominados Tapuia Paiacu, povos que habitavam a região do Oeste Potiguar na época da colonização.

O município de Apodi, situado hoje na região da Chapada e Vale do Apodi localizadas na referida região do médio Oeste, teve sua ocupação no processo de colonização portuguesa por volta do ano de 1680, quando Manoel Nogueira Ferreira chegou ao lugar e se deparou com uma região de terras férteis que lhe inspirava o

interesse, uma vez que era jovem de espírito desbravador e tinha recebido como concessão da Coroa Portuguesa a Sesmaria, em 19 de abril do referido ano para colonizar esta parte do sertão do Rio Grande (MOTA, s/d), (MAIA, 2002), LOPES (2003) (DIAS, 2011).

Considerando essas informações, percebe-se que o universo geográfico e histórico que situa o objeto de pesquisa se constitui de três municípios que territorialmente se localizam no espaço da antiga Ribeira do Apodi. Viçosa e Portalegre são, especificamente, dois territórios que na época das expedições europeias são berços da ocupação, tanto dos colonos como de aldeamentos indígenas. Viçosa é o local núcleo da pesquisa, uma vez que foi exatamente lá onde ocorreu o massacre de dezenas de índios Tapuia Paiacu, em virtude das intensas batalhas pela posse da terra.

5.1.2 População, amostra e temática

Considerando que se reside e se tem função letiva somente no território apodiense, a população envolvida na pesquisa se constitui de alunos que estudam na Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias, localizada na cidade de Apodi/RN. A referida instituição atende a população ofertando vagas para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além, destes alunos, é também participante do estudo a liderança indígena Lúcia Tapuia Paiacu do Apodi.

A pesquisa é desenvolvida dentro da abrangência do ensino-aprendizagem no componente curricular de Língua Portuguesa, com a participação de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede de ensino do Estado do Rio Grande do Norte.

A amostra é constituída de 09 (nove) alunos matriculados e que frequentam a referida turma. Eles participaram da intervenção pedagógica que foi realizada por meio de proposta de produção textual fundamentada nos módulos didáticos orientados por Bronckart (1999), pela qual se adotam três etapas para se processar a orientação da escrita do aluno sobre o gênero relato, envolvendo a temática da história indígena. Trabalha-se especificamente com o fato relacionado ao massacre de índios ocorrido no universo da pesquisa. Considera-se também a teoria dos gêneros do texto/discurso apresentada por Bakhtin (2003) e Marcuschi (2002).

A temática desenvolvida, por incluir aspectos étnicos da história de um povo que originalmente faz parte da formação cultural e social de uma região, uma vez que já se sabe que há componentes vivos dessa etnia, é trabalhada na intervenção atentando para a ideia de reunir conhecimentos que possam situar os sujeitos/alunos como coparticipantes do desenvolvimento dessa sociedade, compreendendo o lado do oprimido, reconhecendo as circunstâncias em que os índios viviam no momento da colonização em relação à superioridade civilizatória vivenciada pelos colonizadores europeus.

Imprime-se a ideia de estimular os alunos a refletirem sobre sua própria condição, entendendo a necessidade de se reconhecer, enquanto ser, que pode transformar-se e transformar a história. Por isso, as bases didáticas do projeto de intervenção estão situadas nas ideias pedagógicas de Paulo Freire em três obras: *Pedagogia do Oprimido* (1987), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Educação como Prática de Liberdade* (1999), nas quais trata de defender um processo de ensino-aprendizagem pautado no diálogo do aluno com a sua história, sua realidade e sua cultura para poder adquirir sua emancipação.

Ao eleger a temática indígena, associada aos sujeitos de pesquisa, compreende-se a inserção destes dentro da história, uma vez que é sabido da existência de alunos filhos de indígenas contemporâneos no contexto da instituição escolar em que a intervenção se realiza, e especificamente porque a região do médio e alto Oeste Potiguar e o município de Apodi têm uma história já registrada sobre presença indígena em seu território, tanto em documentos oficiais da colonização quanto em obras já consagradas de autores de renome nacional e estadual que pesquisaram sobre a época.

Tal condição é prevista na Convenção 169 (2004), que versa sobre o direito de, pela história da genealogia familiar, através de relatos familiares e confirmação de líderes indígenas, a pessoa poder exercer sua autoafirmação enquanto pertencente a um dos grupos étnicos que habitaram primordialmente o lugar no contexto colonial.

Desta forma, compreende-se, assim como Freire (1999), que a temática indígena inserida no contexto da prática pedagógica do ensino de Português, de forma interdisciplinar, remete à ideia de que é preciso refletir sobre a existência e a vida, uma vez que viver é mais do que estar no mundo. É preciso entender que a história e a cultura se constroem pelo diálogo do sujeito com o exterior, com a sua evolução histórico-social, transcendendo-se e recriando-se para poder se integrar às condições

do contexto em que vive. Vivencia-se com esta temática, uma intervenção com os aspectos de uma tendência pedagógica que trabalha

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p. 81).

Entende-se assim que, ao trabalhar na escola, com a concepção de educação para liberdade, pode-se permitir as condições para que os alunos, enquanto seres humanos possam pronunciar o mundo, recriá-lo e voltar a pronunciá-lo de tal forma que nele se reencontrem e se reconstruam sob novas perspectivas e desafios.

Para Freire (1999), é por meio das respostas aos desafios da reconstrução de si próprio que o ser humano se lança no domínio de refazer a sua história e a sua cultura. Por isso, lança-se o desafio à escola e aos alunos de fazer uma reflexão acerca de fatos históricos indígenas desencadeadores de conceitos e preconceitos, de condições de criação de uma crônica que precisa ser recontada e reconstruída para que seus personagens, presentes no seio da sociedade como herdeiros étnico-culturais, possam se reconhecer dentro do processo de construção social.

Incluir a temática relacionada aos Tapuias Paiacu, que foram os povos originários de muitos dos aspectos culturais e sociais desta região do médio e alto Oeste e de Apodi, significa oportunizar os alunos a não somente conhecerem a história, mas se sentirem coparticipantes do processo de recriação cultural e social que se anseia para se ter uma história mais completa.

Vale ressaltar que, devido à necessidade de se conhecer de forma breve, porém, esclarecedora a história desses povos, a temática relacionada a eles foi abordada nos dois primeiros capítulos neste trabalho. Exatamente para dá ênfase e apresentar os resultados da pesquisa documental e histórica que foi desenvolvida. Também para se poder elaborar a intervenção e atender ao objetivo associado à reflexão sobre os aspectos históricos do universo estudado.

5.2 CARÁTER DA PESQUISA

O primeiro elemento que se define para caracterizar este estudo é o modelo interpretativo de uma pesquisa ação-participante em toda a sua estrutura tipológica. Para entendê-la como uma pesquisa interpretativa, busca-se a definição de Severino (2007) que compreende a atividade de interpretar como uma proposição a respeito das ideias que são enunciadas, superando-se a marca e vários aspectos explícitos em qualquer texto.

Portanto, o que resta a compreender acerca da busca interpretativa que se propõe é a sua centralidade focalizada na interpretação dos lugares, das teses e da hierarquia de valores utilizados na construção de relatos históricos sobre o “massacre de 70 índios Tapuia Paiacu” ao pé da serra de Portalegre.

Novamente recorre-se a Severino (2007) para destacar que um dos focos da interpretação é verificar como as ideias expostas na unidade de um determinado texto estão relacionadas com o que se quer observar, quando se associa a outras fontes. Neste caso, as fontes das quais se fala estão postas dentro do aparato teórico acerca da teoria da argumentação, sendo uma possibilidade de se perceber como os alunos utilizam as técnicas de argumentação, considerando as teses, os lugares e os valores percebidos nos textos.

Além de interpretativa, a pesquisa se inclui em outras tipologias que se associam para definir os caminhos metodológicos que a caracterizam. Segundo Marconi e Lakatos (2008) para categorizar um estudo, é preciso analisá-lo segundo a observação de um conjunto de caracteres. Considerando que, ao mesmo tempo em que se interpretam os enunciados das questões também se tem que explorar conhecimentos e descrevê-los, define-se que este estudo é também documental, descritivo-exploratório e de abordagem qualitativa.

Documental porque, apresenta, interpreta e analisa partes de documentos históricos, manuscritos e arquivos que revelam fatos sobre os primeiros habitantes que viviam em seus territórios, que hoje se denomina de Brasil, em se tratando de país. Como também, Nordeste – uma das regiões brasileiras e do Apodi, hoje um município do Estado do Rio Grande do Norte.

Mais especificamente, os documentos estudados tratam dos indígenas que foram os primeiros habitantes da região do médio e alto Oeste Potiguar. Segundo Gil (2010, p. 46), é nesse aspecto que reside a definição da pesquisa em documentos, “Se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Quanto à relação com os objetivos, sendo uma pesquisa descritiva visa caracterizar as técnicas de argumentação. É exploratória porque aprofunda o conhecimento do pesquisador sobre a história do povo Tapuia e sobre o fenômeno argumentativo, reconstruindo as ideias originais. Segundo Gil (2010) sua finalidade principal é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, criando questionamentos e lançando possíveis hipóteses para estes, sendo que tal processo pode ser feito através de levantamentos bibliográficos, análise documental ou mesmo através de entrevistas.

Lakatos e Marconi (2008) ressaltam ainda que para a obtenção de dados de uma pesquisa, tem-se que considerar o uso da documentação direta e a indireta. Considerando que os dados desta pesquisa serão coletados através de análise de materiais teóricos e de alguns documentos históricos, utiliza-se de fontes de dados em documentação direta. Esses dados estão impressos nos documentos históricos, em vídeos que apresentam depoimentos de indígenas autoafirmados, em depoimentos produzidos durante entrevistas e conversas com membros do CHCTPLA e nos relatos produzidos, tanto pela contadora (no caso do relato oral) quanto nos relatos escritos pelos alunos.

E por fim, é uma pesquisa qualitativa porque pretende avaliar a relação entre o conteúdo dos relatos com a teoria da argumentação na nova retórica. Em especial, pelo fato de se pretender interpretar as teses, os lugares, os valores e suas hierarquias observados na constituição argumentativa dos relatos sobre o massacre de dezenas de índios Tapuia Paiacu na serra de Portalegre/ RN.

Para tanto, ao entender-se a busca de referências de posicionamentos teóricos já formulados nessa área, realiza-se também uma pesquisa bibliográfica. E os dados dela obtidos são transformados em proposições teóricas que identificam a evolução histórica dos conceitos referentes à antiga e nova retórica, considerando as técnicas argumentativas que são definidas em uma tipologia extensa, até se chegar à compreensão sobre as categorias analisadas.

Os procedimentos e métodos seguidos neste estudo estão fundamentados em teorias que embasam a metodologia científica. E considerando isso, segundo Gil (2010) o desenvolvimento de um método científico está intrinsecamente ligado à construção do conhecimento. Assim, pensando em se vivenciar experiências a partir do método científico definido por Köche (1997) quando ele informa dizendo que se deve chamar de método científico [...] aquele conjunto de procedimentos não padronizados adotados pelo investigador, orientados por postura e atitudes críticas e adequados à natureza de cada problema investigado (KÖCHE, 1997, p. 35).

Ao observar a natureza do problema que é investigado nesta pesquisa, associado ao que é descrito no trabalho, percebe-se que os procedimentos adotados seguem ao mesmo tempo os métodos dedutivo e indutivo. Para Marconi e Lakatos (2014, p.110), o método dedutivo é aquele que “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” e o método indutivo é aquele “cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente) ”.

Analisa-se, nesse sentido, 01 (um) relato oral e 09 (nove) textos escritos pelos alunos do 9º ano da Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias. Considerando que a amostra conta com a participação desses alunos, os critérios de seleção dos textos seguem uma seleção prévia, realizada por meio de avaliação pós-escrita. Os relatos passaram por processo de correção e (re)escrita, para melhor adequação ao gênero e aos aspectos linguísticos e textuais. E na sequência, feita a análise para atender aos objetivos do estudo.

5.3 PESQUISA DOCUMENTAL, INTERVENÇÃO/ CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O primeiro passo para o desenvolvimento de uma intervenção que oferecesse meios de se elaborar um material que sintetizasse a história do massacre dos índios Tapuias Paiacu em Viçosa/RN foi a realização das pesquisas bibliográfica e documental. Para isso, a busca inicial foi pela contextualização da história, sob o ponto de vista das concepções atualizadas sobre o índio, liderança indígena, sobrevivência

e resistência, visto que os massacres indígenas ocorreram pelo fato de os autóctones resistirem às investidas dos europeus, em especial no Nordeste brasileiro.

Ao pesquisar sobre essas concepções tornou-se indispensável o conhecimento acerca das leis indigenistas e sobre o contexto do movimento indígena no país, no Nordeste e no próprio estado do Rio Grande do Norte, e mais especificamente, no município de Apodi. Essa reflexão auxiliou na abrangência sobre as garantias legais que os indígenas têm de poderem assumir a sua identidade étnica, mediante a sua memória social e genealógica.

Os estudos de Lopes (2003), Monteiro (2001), Grupioni (1994), Dias (2010), Cavignac (2003), Guerra (2011) dentre outros pesquisadores da história do Brasil e da Capitania do Rio Grande do Norte, os quais apresentam o contexto da colonização foram muito importantes para construir uma narrativa que busca preencher lacunas históricas sobre a Ribeira do Apodi, onde viviam os índios Tapuias Paiacu.

E para complementar esse processo de reconstrução histórica, a leitura de cartas e outros documentos enviados à coroa portuguesa, abriram espaço para uma abordagem analítica acerca da presença do índio no território que hoje abriga a região do alto e médio Oeste Potiguar e que se incluiu no projeto de exploração dos sertões do Rio Grande do Norte pelos europeus.

Viu-se, a partir das observações, que seria necessário registrar a história para poder aplicar a intervenção com melhores possibilidades de repassar aos alunos uma mensagem mais crítica sobre a presença do índio na sociedade atual.

Sabe-se que intervenção pedagógica é uma medida necessária para a solução de questões de aprendizagem ou para responder a questões temáticas que possam desenvolver e construir conhecimentos para e pelos alunos. No entanto, não se deve aceitar, tampouco pôr em prática fórmulas genéricas e pré-estabelecidas de intervenção, pois assim como não há escolas 'em abstrato', não se pode projetar a ação educativa a partir de um modelo inflexível e descontextualizado. É preciso, portanto, atentar para o diagnóstico real de cada escola, sua situação pedagógica, seu contexto histórico vinculado ao local em que ela está inserida, bem como saber que aspectos de aprendizagem se quer focalizar na turma (COLELLO, 2003).

Com base nisso, adotou-se uma intervenção pedagógica na qual a temática selecionada é pertinente com a realidade dos alunos, uma vez que muitos aspectos dos discursos autorizados têm visões unilaterais e linearidade histórica, e quando se trata dos indígenas necessitam ser esclarecidos. Esta intervenção é trabalhada em

contrapartida a isto, numa perspectiva de estar abordando as histórias plurais, isto é, as “múltiplas vozes” narradas pelos próprios atores sociais, com a oportunidade de recuperá-las.

E neste sentido, é também por meio das atividades desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem que os sujeitos envolvidos vão ter a oportunidade de reelaborar fatos históricos, dentro de etapas didáticas que visualizam o ensino de produção textual nas aulas de Língua Portuguesa, a partir de uso do estudo do gênero relato, abordando a temática dos massacres vividos pelos Tapuia Paiacu.

Assim, a intervenção pedagógica teve como objetivo geral conhecer as histórias particulares desses indígenas que habitavam a região denominada Ribeira do Apodi na época da colonização dos sertões do Rio Grande, promovendo a discussão e a reflexão sobre a existência de famílias Tapuia na atualidade, a partir da cultura e resistência seculares; e a partir dessa reflexão escrever um relato histórico sobre o “massacre de 70 índios” do povo Tapuia ocorrido no ano de 1825, no município de Viçosa, ao pé da serra de Portalegre/RN.

Os objetivos específicos são:

- Demonstrar saberes sobre a história dos índios que formam a etnia dos povos originários dos municípios de Apodi, Viçosa e Portalegre no Estado do Rio Grande do Norte;
- Discutir sobre a história e em especial, a resistência dos índios Tapuia Paiacu, compreendendo que há famílias contemporâneas desse povo na região, percebendo aspectos culturais, sociais e respeitando a sua autoafirmação étnica;
- Desenvolver a competência de escrita e as capacidades de produção de textos com base em um tema gerador, do qual se produza conhecimento e formação crítica/libertadora;
- Produzir um texto do gênero sugerido (relato histórico) de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos sobre escrita de texto, articulando conhecimento enciclopédico com aulas de campo e visita ao local do massacre;
- Melhorar as capacidades de descrever, narrar e argumentar.

A referida ação pedagógica abarca o trabalho com aspectos teóricos sobre o gênero a ser produzido, bem como os fatos históricos relacionados com a época da colonização dos sertões do Rio Grande do Norte, o que culmina com a história dos massacres de índios no território do médio e alto Oeste. Para o alcance de tais

objetivos, desenvolve-se todo o trabalho de intervenção a partir de temas geradores, os quais são abordados em quatro módulos didáticos definidos no projeto de intervenção.

Como se sabe, as práticas didático-pedagógicas que comportam o trabalho a partir de temas geradores inclui o diálogo para extrair os saberes dos alunos, a partir de discussões em procedimentos denominados de círculos de culturas¹⁰⁷, que também têm a finalidade da sistematização do saber (FREIRE, 1987).

Para trabalhar com os massacres indígenas, considerando o universo de pesquisa, planejou-se juntamente com professores de outros componentes curriculares da área de Ciências Humanas, a fim de desenvolver ações interdisciplinares. Desta forma, pensou-se em atividades nas quais contou-se com a colaboração dos professores: Lisiane Marinho Diógenes, de História; Iva Maria de Oliveira, de Geografia e o professor Simoneto Paiva, de Língua Portuguesa, este que foi nosso principal colaborador.

A inclusão dos professores se deu pelo fato de no contexto da pesquisa se inserir aspectos que podem ser incluídos no currículo desses componentes. Os referidos professores participaram de forma significativa, ampliando, tanto as possibilidades de eles próprios serem reconhecedores da temática histórica do indígena local, como também de darem oportunidade à introdução da mesma, de uma forma mais reflexiva, percebendo que na historiografia oficial há de um modo geral, uma abordagem estereotípica acerca do indígena, fortemente sedimentada no inconsciente coletivo¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Organização da sala de aula com os alunos na forma geométrica do círculo, em que, todos eles e o professor se veem e dialogam entre si. O termo “cultura” aparece como dinamizador do processo de interação das relações dos que dialogam com a realidade.

¹⁰⁸ É tudo aquilo que adquirimos com contribuições da sociedade, por meio das histórias, mitos, lendas ou verdades que aprendemos ao longo de nossas vidas. Trata-se de conteúdos que apreendemos e que formam o nosso caráter, pensamento e atitudes pessoais.

5.2.1 Desenvolvimento da intervenção

O produto principal da intervenção foi o gênero relato histórico sobre o "massacre de 70 índios Tapuia Paiacu" ao pé da serra de Portalegre. A partir do desenvolvimento desta produção, os alunos foram estimulados à reflexão, para elaborar de forma mais específica e esclarecedora sobre esse episódio ocorrido a partir de fatos histórico-culturais relacionados com a colonização nos municípios de Apodi, Viçosa e Portalegre. Levando-se em conta que os indígenas devam ser os protagonistas e os colonizadores seus antagonistas; estudar o gênero relato abordando a temática da história dos massacres contra esses índios; escrever um texto do gênero relato histórico sobre o massacre de índios na serra de Portalegre no ano de 1825.

5.2.1.1 Breve apresentação sobre o gênero relato

Com base na definição de gênero textual dada por Marcuschi (2002, p. 19) compreendendo-o como "entidades sócio discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa", trabalhou-se a construção do *corpus* da pesquisa levando o relato para o campo do ensino de produção textual nas aulas de Língua Portuguesa a fim de ao mesmo tempo instigar a leitura interpretativa e a produção do texto escrito a partir da escuta do relato em sua forma oral.

Partindo da escuta do relato oral compreende-se que esta atividade funciona como oportunidade de leitura, pela qual é possível trabalhar o gênero relato escrito para que os alunos visualizassem também o vocabulário relacionado com as especificidades do texto em questão (ANTUNES, 2003). Ressalta-se que, no caso do relato, trata-se de um gênero que se vincula ao tipo narrativo, embora sua funcionalidade específica seja relatar, sendo, portanto, um gênero

[...] que se liga ao domínio social da comunicação voltado à documentação e memorização de ações humanas, exigindo uma representação pelo discurso de experiências vividas situadas no tempo [...] Anekdota, Caso, Curriculum Vitae, Diário Íntimo, Notícia, Relato de experiência, Relato policial, Relato histórico, [...] (COSTA, 2009, p. 24-25).

Segundo Perroni (1992, p. 88) o relato pode ser considerado como “uma narrativa em que se contam experiências pessoais, vividas em momentos anteriores ao da enunciação, que podem ser consideradas não ordinárias ou não habituais”. No caso do relato trabalhado, tem como caráter específico a narrativa de um fato histórico, o que lhe condiciona ao caráter de relato histórico.

De uma forma mais didática e denotativa, Costa (2009, p. 159) conceitua o relato como sendo um substantivo masculino, originado do latim “*relatu*” e compreendido como “Ação ou efeito de relatar; exposição, narração, relação. É uma narração não ficcional escrita ou oral sobre um acontecimento ou fato acontecido, feita geralmente usando-se o pretérito perfeito ou o presente histórico”.

E de uma forma bastante esclarecedora, mais voltada para a definição do relato histórico, Signorini (2006, p. 61) afirma que

[...] o relato enquanto espaço de auto-referenciação, autoelucidação, é orientado em função de duas linhas de força que regulam o processo contínuo de reconfiguração de posições, papéis e identidades do ‘eu’ narrador no fio de seu discurso. A primeira delas é a da pretensão à verdade na narração e descrição de fatos, cenas e experiências, tendo o acontecimento como elemento estruturador. A segunda linha de força [...] é a do cálculo das motivações e expectativas do interlocutor.

Para tornar mais nítida a compreensão sobre o relato histórico, pode-se entendê-lo como uma espécie de narração que informa sobre acontecimentos do passado, porém se utilizando da experiência humana e de um ponto de vista cronológico, pelos quais se esclareçam fatos verídicos e registros historiográficos. Segundo Costa (2009) pode-se resumir as características do relato histórico da seguinte forma:

- a) É um texto que procura responder como os acontecimentos históricos se geram em etapas sucessivas, conectadas por suas causas e consequências;
- b) O tempo e espaço centralizam a composição da temática;
- c) Divulga conhecimento histórico;
- d) Na sua forma escrita, é um texto em prosa;
- e) Pode se fundamentar em fontes históricas, documentos ou mesmo textos literários para a organização dos fatos;
- f) Possui estilo impessoal para criar efeito de objetividade e veracidade;

- g) Os verbos são usados no pretérito;
- h) Utiliza-se adjetivos para descrever fatos, ações, personalidades, entre outros.

E em se tratando de sua abordagem nas aulas de Língua Portuguesa, assim como ocorre com qualquer outro gênero textual, trata-se de uma atitude didática de suma importância, pois permite levá-lo ao conhecimento dos alunos, tanto em atividades de leitura quanto de escrita (SIGNORINI, 2006).

O mais importante é que a sua inserção enquanto gênero no ensino de Português pode, além de trabalhar um dos eixos que os referenciais curriculares nacionais adotam dentro do contexto da teoria da diversidade de gêneros na escola, também pode ser uma das formas de ampliar os espaços de reflexão sobre os contextos históricos e sociais em que se vive, podendo se trabalhar numa perspectiva dialógica e interacional sobre aspectos sociais, culturais e de identidade histórica (BRASIL, 1998).

Na visão de Antunes (2003), o trabalho com gêneros possibilita, além do fortalecimento às práticas de leitura e escrita de textos reais, impulsiona uma pedagogia de ensino dentro de uma concepção interacionista, funcional e discursiva da língua.

Os objetivos definidos para a intervenção contemplam a teorização do ensino do Português seguindo os pressupostos de uma concepção de ensino produtivo e de língua como sistema de interação social e cultural; e ainda de gênero como potencializador do desenvolvimento de habilidades de produção textual, visualizando as possibilidades de estudos relacionados com o processo argumentativo como fenômeno constitutivo na construção dos mais diversos gêneros textuais.

Assim, vivenciou-se uma intervenção que, além de se basear no ideário de Paulo Freire, em que o diálogo entre história, cultura e reflexão sobre os processos de construção social interagem, seguiu-se uma metodologia que se desenvolve por meio de um plano de ações prévias, com o intuito de contemplar, tanto o ensino de Língua Portuguesa quanto de outros componentes envolvidos, no caso, História e Geografia. Portanto, um projeto que envolve o ensino interdisciplinar.

5.2.1.2 Aplicação do projeto de intervenção: os círculos de cultura

O primeiro passo a ser desenvolvido foi a apresentação do projeto aos professores e à escola. O esboço do mesmo evidencia a necessidade de se trabalhar, como uma das primeiras etapas, a elaboração e entrega do material didático-pedagógico aos professores que participaram da intervenção, para poder estabelecer o diálogo entre a história dos índios Tapuia Paiacu e a realidade dos alunos. Nesse momento, propõe-se aos professores colaboradores um trabalho que deixe evidente o processo de colonização do Rio Grande do Norte desenvolvido especificamente na Ribeira do Apodi, vislumbrando, no final, a construção de um documentário e de uma cartilha.

No planejamento, pautou-se a colaboração dos professores com atividades que contemplassem essa visão de intercalação entre as vivências dos alunos e a cultura indígena, que se sabe ser muito presente no interior do cotidiano familiar em muitas localidades de Apodi, como por exemplo, alguns brinquedos, comidas, curandeirismo (pajelança), uso de medicina alternativa (chás de ervas), as lendas (o imaginário) e objetos de barro e palha que são usados como utensílios e como decoração. Enfim, uma infinidade de costumes oriundos da cultura indígena, mas que poucos reconhecem, sendo necessário estudar sobre os primeiros habitantes do lugar e associar os fatos a esta realidade.

Para trabalhar o senso crítico no que diz respeito à contemporaneidade indígena na região do médio e alto Oeste potiguar, iniciou-se as aulas da intervenção entregando aos alunos várias imagens de indígenas, sendo estes referentes a determinadas épocas e situações. Por exemplo: o índio no contexto da colonização, o índio após as transformações culturais, o índio atual, visto sob a ótica do século XXI, vivendo na cidade ou no campo, em aldeamento ou não, inseridos na sociedade. Enfim, imagens de indígenas em vários contextos diferentes dos estereótipos que são somente associados à época da colonização. Algumas das imagens entregues aos alunos compõem o quadro apresentado na Figura 39.

Figura 39 – Imagens trabalhadas no primeiro momento da intervenção



Fonte: Adaptado pela pesquisadora.

Cada aluno foi orientado a fazer uma leitura das imagens, trocar com os colegas e analisarem as diferenças e semelhanças, para em seguida discutirem sobre o que elas representavam sobre o tema gerador – o índio como personagem histórico da nação brasileira.

Os alunos conseguiram perceber que todas as imagens apresentadas eram de indígenas. Alguns ainda questionaram sobre as diferenças, por exemplo, do índio de terno e gravata para o que estava apenas vestido com pouca roupa.

Abriu-se uma discussão sobre a imagem do índio no Brasil abordando-se especialmente a questão do estereótipo, de como os povos são visualizados em pleno século XXI. Para isso, questionou-se que os europeus também tinham formas diferentes de se vestir no ano de 1500, mas, nem por isso ainda têm os mesmos costumes e nem se vestem da mesma forma na atualidade.

Com a discussão, eles foram percebendo que realmente havia distorções na compreensão sobre índios no século XXI, que era necessário rever essas concepções e que talvez, até no nosso meio fosse possível perceber a presença de índios. Aprofundou-se então as reflexões do primeiro círculo de cultura, isto é, a primeira conversa sobre a possibilidade de existência de índios na região.

Para chegar às compreensões sobre a ideia de existência do índio no contexto do município de Apodi, elaborou-se uma proposta de redação: escreva o que você

sabe sobre os índios Tapuias Paiacu (tapuya payaku), primeiros habitantes de Apodi (Poty, Pody).

A maioria dos textos escritos pelos alunos revelou que eles tinham poucos conhecimentos sobre a ocupação do território por parte dos brancos europeus e de seus objetivos de exploração. Inclusive, a maioria disse não saber quase nada sobre os Tapuia. Um dos alunos relata o seguinte em seu texto: “eu não sei quase nada, só sei que foram os primeiros habitantes de Apodi, até já estudei sobre esses índios, mas não lembro muita coisa, sei que ajudaram na construção da cidade, só isso”¹⁰⁹. A maioria relata apenas este conhecimento.

Com a resposta dos alunos em mãos, em um segundo momento, abriu-se mais um círculo de conversa, no qual se discutiu sobre a possibilidade de que atualmente, famílias Tapuia estejam vivendo na região do Apodi. Mais uma imagem foi trabalhada, a de Lúcia Tavaris (Figura 24), considerando que é uma pessoa conhecida pela luta voltada à recuperação da cultura indígena. Alguns a conheciam, mas não compreendiam a possibilidade de essas famílias Tapuia terem sobrevivido e resistido na região de Apodi e nem percebem os aspectos culturais oriundos da cultura desse povo, e que fazem parte do lugar. Abordou-se o assunto propondo reflexões sobre a resistência cultural, sobre as famílias que já se autoafirmaram em Apodi por meio do trabalho do Centro Histórico.

Para abordar de forma mais profunda a questão cultural, foi exibido um documentário produzido por Darcy Ribeiro, intitulado de “A formação do povo brasileiro”, onde o autor impulsiona a reflexão sobre aspectos culturais indígenas que se evidenciam em todo o país. Alguns deles muito presentes em brinquedos e brincadeiras, na linguagem e na cultura musical. Os alunos assistiram atentos, como mostra a Figura 40.

¹⁰⁹ Depoimento registrado em um dos textos prévios e que tem o sentido repetido pela maioria dos alunos. Este entendimento limitado sobre a história abriu espaço para a ideia de aprofundar a abordagem histórica sobre os índios Tapuias Paiacu e o que ocorreu com esse grupo desde à colonização ao ano de 1825, quando houve o massacre.

Figura 40 – Exibição do filme “A formação do Povo Brasileiro”.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Após a exibição do vídeo, finaliza-se o segundo círculo de cultura com uma conversa, momento em que os alunos falam sobre suas percepções acerca do que compreenderam, após assistir ao vídeo. Alguns reiteram a compreensão sobre a diversidade social, a presença marcante de um povo que, ora se volta para o costume indígena, ora para as tradições dos brancos, citam a religião como exemplo.

Essas percepções foram muito oportunas para se falar da “interculturalidade”, do aspecto relacionado às imposições dos colonizadores, assim como das tradições indígenas que foram adotadas pelo colonizador. Essa possibilidade de troca e ao mesmo tempo mistura cultural perpassa pela instigação da percepção dos alunos sobre a resistência, que tanto se manifesta nos aspectos culturais como na sobrevivência de famílias que preservam uma memória social conectada a seus antepassados Tapuia Paiacu. A problemática dos estereótipos em torno do indígena foi, dessa forma, sendo estimulada a se desmistificar.

O terceiro momento foi vivenciado juntamente com as professoras de História e de Geografia. Foi levado à sala de aula um texto com uma abordagem histórica sobre as famílias indígenas no Rio Grande do Norte, destacando suas características étnicas, lugares onde viviam no tempo da colonização e como estão atualmente. Antes da leitura, foram apresentados aos alunos os seguintes questionamentos:

1) Vocês já ouviram falar dos índios que habitavam o sertão do Oeste Potiguar antes da colonização?

- 2) Sabem como eles viviam?
- 3) O que faziam para sobreviver?
- 4) Onde eles se instalavam?
- 5) Como era os seus modos de vida e organização social?

As questões aprofundam o estudo sobre os Paiacu do Apodi, momento em que os alunos desenvolvem atividade composta de questões objetivas e discursivas sobre o texto lido. Além do mais, acredita-se que tais questionamentos estabelecem o diálogo entre o aluno e sua realidade histórica e permite a interação dos seus conhecimentos sobre si e sobre o lugar onde vivem.

Esse diálogo entre o ator social e sua história, e, em especial entre aluno e professor é algo que Paulo Freire destaca como de grande importância em seu projeto de educação popular, em que também se pode inserir nesta intervenção pelo contexto social dos alunos que se constituem como sujeitos do processo. Para Freire (1987, p. 93) o diálogo é “o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo”. E é nisto que reside a ideia de uma pedagogia baseada no processo de conscientização crítica da realidade.

A intervenção proposta parte, portanto, de uma ação dialógica, pela qual se busca a integração entre a história construída, sua desconstrução e a reconstrução dos fatos, a fim de que os sujeitos inseridos no processo de desenvolvimento social percebam que há uma relação direta entre a realidade que vivem e o processo de construção sócio histórico e sociocultural. Sendo assim, que não foi algo dado no vácuo, mas moldado por ações que podem ser planejadas ou não.

A pretensão foi justamente trabalhar a superação da contradição entre opressor-oprimido, para que sejam rompidas as ideias discriminatórias e distorcidas de que os índios foram totalmente exterminados, que faz prevalecer a cultura do opressor (colonizador). Como se sabe, é *práxis* o discurso da inexistência indígena no nosso contexto, desconhecendo-se os fatos ocorridos, o que revela a prevalência do discurso do colonizador, uma vez que foi este quem se oficializou na historiografia.

Sendo assim, ocorreu o que Freire (1996) analisa sobre a possibilidade de o oprimido seguir a tendência de preservar a ideologia do opressor, então ele ousa ser parecido aderindo aos seus costumes e gostos. Na imagem apresentada na Figura 41, os alunos desenvolvem as atividades de leitura e interpretação sobre essa desconstrução/ reconstrução histórica. O estudo é feito em equipe.

Figura 41 – Alunos desenvolvendo as atividades discursivas.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

As respostas dos alunos são lidas e discutidas coletivamente, momento em que se colocam em evidência as questões culturais dos Tapuia Paiacu de Apodi no sentido de serem percebidos determinados aspectos da herança cultural desses povos, como também a existência do Museu Luiza Cantofa, um espaço cultural dedicado à memória indígena. Os alunos são também informados sobre os episódios dos massacres e, em especial sobre o que ceifou a vida de 70 índios em Viçosa ao pé da serra de Portalegre, segundo as informações históricas.

As aulas desse círculo foram importantes porque aprofundaram os conhecimentos sobre os Tapuias Paiacu, suas formas de vida, seus aspectos culturais e sobre o lugar onde viviam quando foram encontrados, às margens da Lagoa, que na época era chamada de Lagoa Itaú. Neste mesmo momento, os alunos tiveram conhecimento sobre a expulsão dos índios de Apodi no ano de 1761 para a Vila de Portalegre, bem como sobre as péssimas condições de sobrevivência a que foram submetidos, culminando com o ataque à vila, a prisão e a matança ocorrida no dia 03 de novembro do ano de 1825.

Foi o referido fato que presumiu a dizimação, ou seja, o apagamento da existência do índio no contexto regional do sertão potiguar, algo que, nos capítulos em que se apresentam dados históricos, percebe-se que foi uma tentativa de extermínio físico do índio Tapuia, e que, embora isso não tenha sido possível, no

aspecto cultural e histórico formal a crença disseminou-se, permitindo a prevalência da ideia na esfera social.

O último círculo de cultura foi vivenciado em aulas de Língua Portuguesa. Levou-se à sala de aula material teórico para o trabalho com o gênero relato. Os alunos leram um texto; foram orientados a fazer registro do que não compreenderam e em seguida estabeleceu-se o diálogo sobre as características do gênero relato, e, especificamente do relato histórico.

Foram ainda instigados a ler alguns relatos e em seguida fazer a definição do gênero e pesquisar sobre um fato histórico da cidade, para escrever o ensaio de um relato histórico. Os relatos foram lidos oralmente por cada grupo, e, em seguida houve a orientação sobre as visitas ao Museu Luiza Cantofa e ao local do massacre, no município de Viçosa. Essas atividades permitiram a produção do *corpus* da pesquisa sobre argumentação no relato da liderança indígena e nos dos alunos.

Para enriquecimento dos conteúdos desse projeto, partiu-se para a busca do ideário de Paulo Freire, no sentido de entender o que realmente pode ser concebido como escola dentro do processo de formação pautado na educação popular. Para Freire (1987), na realização de um círculo de cultura não há a necessidade de se está em uma sala de aula com cadeiras enfileiradas, mas, em qualquer lugar que se possa trabalhar a sistematização do saber, dialogando com os alunos.

Apropriando-se desse ideário é que se optou, na penúltima etapa da intervenção reconstituir, por meio de aula de campo, o percurso seguido pelos índios Tapuias Paiacu – saindo de Apodi até às cidades de Portalegre e de Viçosa. Em Portalegre, no espaço Jandy e Cantofa, um auditório agregado à Casa de Câmara e Cadeia (Figura 15) foi palco onde se recontou sobre a história do massacre dos 70 índios.

Primeiramente, fez-se uma visita ao Museu Luiza Cantofa (Figura 42), para ilustrar aos alunos a ideia de que até hoje ainda se preserva artefatos em pedra que foram usados como utensílio para pesca, caça, cultivo de alimentos e corte, pelo povo Paiacu.

Durante a visita, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer essas peças que foram doadas por famílias com histórico de pertencimento a esse grupo étnico, momento em que a criadora e diretora do referido espaço de preservação – Lúcia Tapuia fez exposições que reforçaram as atividades em sala de aula.

Ao conhecer objetos utilizados pelos índios foram instigados a pensar sobre as origens de muitos que compõem a sociedade em que vivem. As imagens da Figura 42 demonstram o momento da visita, bem como algumas peças líticas ali preservadas.

Figura 42 – Visita ao Museu Luiza Cantofa.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

A última atividade para o enriquecimento desse projeto com os alunos foi a ida ao local do massacre com a visita às possíveis covas dos indígenas e a subida à serra de Portalegre, indo até à Casa de Câmara e Cadeia – um complexo que abriga um espaço de apresentação cultural denominado de Espaço Cantofa e Jandy, além de um museu histórico e a antiga prisão, onde os 70 jovens Tapuia ficaram presos, antes de descerem a serra e serem mortos no confronto.

Nas Figuras 43, 44, 45, 46 e 47 percebem-se as imagens da aula de campo, realizada no local onde estão os vestígios que indicam o cemitério indígena.

Figura 43 – Aula de campo no pé da Serra de Portalegre.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Figura 44 – Conversa sobre o fato (massacre) ocorrido no local em 1825.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Os alunos observam atentamente as demonstrações, em especial as que são feitas pela liderança indígena, que acompanhou a aula juntamente com o senhor Antônio Vileno, morador da cidade de Viçosa e que também se autodeclara como indígena.

Figura 45 – Os alunos observam o lugar das covas.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

Vale ressaltar que durante a aula, os alunos também tiveram oportunidade de fazer perguntas, expressar a compreensão sobre o lugar e interagir com os

professores, com Lúcia e com o senhor Antônio Vileno. Foi um círculo de cultura muito dinâmico, recheado de perguntas e respostas.

Figura 46 – Interação com os alunos.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

É possível perceber que as covas encontradas estão localizadas realmente ao pé da serra de Portalegre, lugar onde não há habitações, apenas a caatinga, vegetação específica do sertão nordestino. Próximo a este local teria também ocorrido o massacre dos 70 índios Tapuia Paiacu.

Após essa visita, subiu-se a serra de Portalegre, e, na Casa de Câmara e Cadeia, mais especificamente no auditório do Espaço Cultural Cantofa e Jandy, Lúcia foi a oradora do relato sobre o massacre indígena ocorrido em 1825. Conforme

demonstra a Figura 49, este foi o momento em que foi construído o relato oral, primeiro *corpus* de análise da argumentação no discurso da liderança indígena.

Figura 47 – Relato oral sobre o massacre de índios por Lúcia Tapuia.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

A apresentação do relato oral sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre não contou apenas com a presença dos alunos participantes da intervenção pedagógica. Alguns professores, bem como pesquisadores foram até o local para ouvir, tornando aquele momento muito valioso por relembrar um dos fatos que marca a história do lugar. Afinal, alguns aspectos turísticos explorados na serra têm ligação com esse fato histórico, entre os quais está o nome de Cantofa, a Bica e outros pontos da cidade.

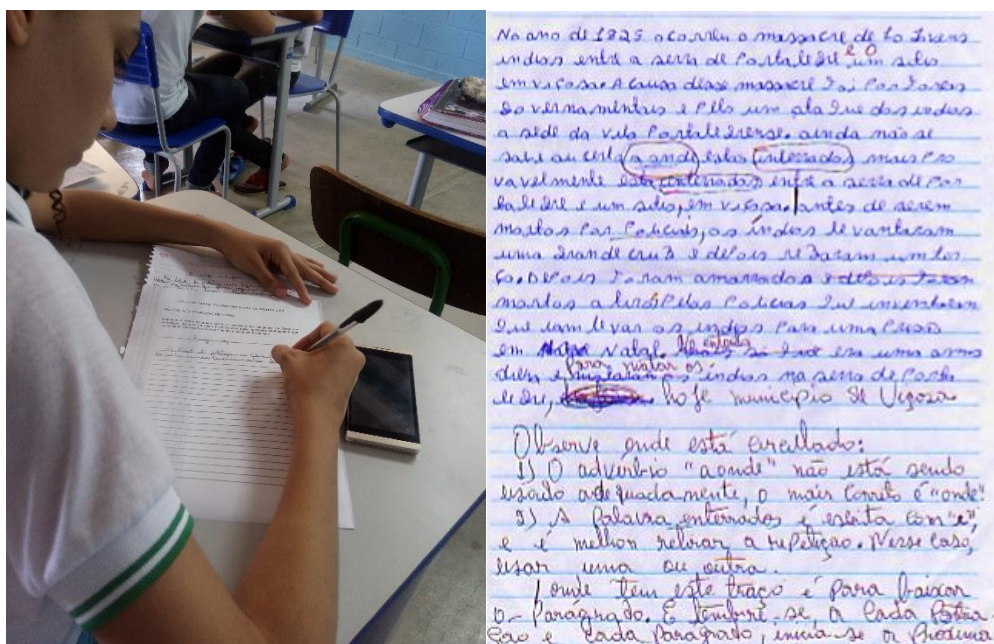
A produção do relato escrito é justamente a finalização do processo de intervenção, a partir das informações teóricas sobre as características do gênero

relato, mais especificamente sobre relato histórico, e que os alunos são orientados a escreverem este gênero de texto/discurso sobre o massacre dos índios Tapuia Paiacu. Este último procedimento inclui correção presencial, reescrita e avaliação do processo didático, além do registro formal, através de fotografias e relatório.

Os alunos foram orientados a escreverem o relato conforme o que foi estudado sobre o gênero. Também foram informados de que passariam por um processo de correção presencial, uma espécie de orientação individual promovida pela professora de Língua Portuguesa, a fim de detectar os principais problemas textuais, trabalhar as dificuldades dos alunos e depois orientar a reescrita. Esse processo foi realizado em quatro aulas. Nas duas primeiras realizaram a atividade de escrita e entregaram a primeira versão.

A avaliação do texto foi realizada em casa, pela professora e em seguida, levada à sala de aula para as orientações individuais. Cada aluno recebeu seu texto com as alterações sugeridas pela professora e, junto a ela, receberam as recomendações para uma nova redação. Nas Figura 48 e 49, pode-se observar as imagens de um dos textos, no qual se apresentam comentários produzidos pela professora e a revisão da aluna-autora, reescrevendo conforme as recomendações produzidas.

Figura 48 – Reescrita do texto de acordo com recomendações da professora.



Fonte: Arquivos da pesquisadora.

A versão final do texto foi escrita em folha de redação digitada e entregue aos alunos no dia da última orientação. Eles reescreveram o texto após passarem por todas as etapas da intervenção, incluindo-se a vivência em módulos didáticos sugeridos por Bronckart (1999).

Portanto, de todas essas ações se constituiu o *corpus* da pesquisa, sendo composto de nove relatos históricos sobre o “massacre de 70 índios Tapuia Paiacu” na serra de Portalegre/ RN. Foram analisados o relato oral produzido por Lúcia Tapuia e os relatos escritos produzidos pelos alunos do 9º ano a partir da escuta do relato oral produzido pela indígena.

Após todo o processo de construção do *corpus* de análise da argumentação, vale reiterar que os fatos pesquisados sobre os índios Tapuia Paiacu são gravados em um documentário em vídeo, visando a produção de material didático que possibilite uma forma mais sintética de se conhecer os aspectos culturais, características e histórias relacionadas aos povos Tapuia.

Trata-se de uma forma de impulsionar o processo de construção do senso crítico para compreender como a história se deu de fato, abrindo espaços para outros professores, alunos e membros da sociedade conhecerem melhor a história dos antepassados e a ligação destes com o presente. Entende-se este processo como uma forma de atentar para o que afirma Freire (1996, p. 10) quando escreve que as relações dialógicas permitem “a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história”.

Esse material didático tem como finalidade ainda, dar suporte às escolas que queiram trabalhar com a temática indígena de uma forma que seja desconstruída a ideia estereotipada que se tem do índio, combatendo assim o preconceito que ainda é muito forte.

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

Como se trata de uma pesquisa qualitativa e ao mesmo tempo interpretativa, na qual aborda-se a descrição do caráter das técnicas argumentativas em relatos históricos, sob a égide da teoria da nova retórica, a análise dos dados ocorre segundo

estes pressupostos da Análise Retórica focalizada nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), no Tratado da Argumentação.

Considerando a temática da história e da cultura indígena, a opção pela análise retórica se firma na ideia de que o conhecimento sobre os Tapuia, a presença destes e o que se constitui historicamente sobre essa etnia pode ser aprofundado e ampliado a partir da análise dos discursos sobre fatos históricos, uma vez que, segundo Ginzburg (2002, p. 45) “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível e pode ser construído por meio de análise retórica”.

Além do mais, Cunha (2010) ao sugerir ideias para a pesquisa em educação enfatiza que a análise retórica, especificamente quando direcionada a textos e fontes históricas, os procedimentos de interpretação podem ser o caminho para dar maior significado à compreensão. Segundo esse autor “o problema da pesquisa historiográfica apoiada em fontes não está nas fontes, mas nas interpretações em torno de seus significados” (CUNHA, 2010, p. 23).

Serão analisados assim, 10 relatos. O primeiro, o relato oral de Lúcia Tapuia, contado no auditório do Espaço Cantofa e Jandy no complexo cultural da Casa de Câmara e Cadeia na cidade de Portalegre/RN. O texto é transcrito através de escuta do áudio, seguido de digitação, em quadro, a partir de gravação em vídeo e anexado ao final do trabalho (Anexo 6). Deste são extraídos fragmentos nos quais se identificam as categorias de análise e em seguida faz-se a interpretação.

Os textos dos alunos, na quantidade de 09 (nove), são transcritos a partir do texto original escrito em folha de redação. A transcrição é feita em quadros expostos em apêndice, depois analisados em seus fragmentos. Nestes fragmentos, identificam-se as categorias de análise e em seguida faz-se a interpretação.

Diante do processo metodológico descrito, no próximo capítulo destacam-se os resultados da Análise Retórica, pela qual se identifica as teses e se interpreta a hierarquia de valores e os lugares da argumentação utilizados como recursos nos discursos de Lúcia Tapuia e nos dos alunos, a partir da escrita de seus relatos sobre o massacre de índios ocorrido ao pé da serra de Portalegre/RN.

CAPÍTULO VI – A ARGUMENTAÇÃO EM RELATOS SOBRE O MASSACRE DE 70 TAPUIA PAIACU

No processo de construção do *corpus* que permite analisar a argumentação como constitutiva dos discursos como parte das práticas de linguagem, foram produzidos 09 (nove) textos do gênero relato histórico, mais um texto oral, sendo este o texto-base para a escrita do relato proposto para a produção do texto dos alunos, considerando a temática dos massacres indígenas.

Neste capítulo, tenta-se esclarecer como Lúcia Tapuia organiza a argumentação no seu texto/discurso para relatar um fato histórico, que, para ela, foi uma das provas mais pertinentes sobre a intenção de dizimação dos povos indígenas por parte dos colonizadores do sertão do Rio Grande do Norte.

Traz-se também para a análise das teses, valores e lugares da argumentação, os textos produzidos pelos alunos, procurando entender, como eles as elaboram e em que bases valorativas se sustentam para fomentar argumentos, deixando explícitas as ideias que preservam em um contexto no qual não se tem ainda a percepção mais adequada sobre a história da colonização e alguns dos males que o processo ocasionou aos povos que aqui habitavam quando o europeu chegou e tomou posse das terras.

6.1 TESES, HIERARQUIA DE VALORES E LUGARES NOS RELATOS SOBRE O MASSACRE

Para alcançar os objetivos delineados para a pesquisa e buscando interpretar o processo argumentativo nos textos/discursos expressos em relatos sobre o “massacre de 70 índios” em Viçosa, ao pé da serra de Portalegre, procura-se analisar lugares, teses e hierarquia de valores.

Primeiro analisa-se o discurso oral de Lúcia Tapuia, realizado no complexo cultural Casa de Câmara e Cadeia, centro da cidade de Portalegre/RN. Aconteceu no

dia 12 de outubro de 2017, mais especificamente no auditório do Espaço Cultural Cantofa e Jandy. Na composição do auditório, além dos alunos do 9º ano da Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias, diversas pessoas estiveram presentes, sendo alguns professores, pesquisadores entre outros interessados.

6.1.1 Teses, hierarquia de valores e lugares da argumentação no relato de Lúcia Tapuia

No Quadro 1 faz-se a transcrição de fragmentos do relato oral (Anexo 6) produzido por Lúcia Tapuia, direcionado ao auditório presente no Espaço Cultural Cantofa e Jandy. Ao mesmo tempo, destacam-se as teses que são construídas pela oradora em seu texto/ discurso.

Quadro 1 – Teses no processo argumentativo do relato de Lúcia Tapuia Paiacu.

Tese	Fragmento da tese
Os colonizadores tinha como principal meta tomar posse das terras férteis para a criação de gado; dizimar os indígenas.	“[...] tinham em mente a meta de dizimar os povos indígenas para tomar conta das terras [...]”
	“Eles chegaram, foram tomando posse das terras, arrancaram plantações, queimaram as palhoças, foram matando índios... e venceram”.
	“E os 70 jovens foram mortos porque já fazia parte do plano do colonizador, matar os índios”.

Fonte: Análise da pesquisadora com base no relato oral narrado por Lúcia Tapuia Paiacu no dia 12 de outubro de 2017 no auditório do Espaço Cultural Cantofa e Jandy, em Portalegre/RN.

A leitura do Quadro 1 permite compreender que mesmo utilizando-se de várias informações, fatos secundários que estão presentes no relato produzido pela liderança indígena tem como tese central a afirmação de que os colonizadores quando chegaram à Ribeira do Apodi, já seguiam o plano geral da coroa portuguesa executado em todo o país: quando não conseguiam a escravização do indígena, tinham que matar, massacrar, vencer pela guerra.

A tese de Lúcia não se difere muito das que se apresentam por Grupioni (1994), Monteiro (2001), Lopes (2003), Cavignac (2003), Puntoni (2002), Guerra (2007), Almeida (201), Carvalho e Carvalho (2012), dentre outros pesquisadores que a partir da década de 1970 se dispuseram a pesquisar documentos históricos que revelam as intenções do colonizador. Alguns destes citados neste estudo, como é o caso da carta de Ulhoa (1688) enviada ao Rei de Portugal.

Essa tese é reforçada por diversos sentidos construídos a partir do relato de fatos, valores e lugares que ancoram a descrição dada pela líder indígena quando cita personagens que participaram do episódio: os índios assassinados brutalmente; as índias Luiza Cantofa e Jandy. Esses detalhes se fundem em recursos que são muito importantes dentro da construção do texto/discurso. É justamente no tecido dessas ideias que está sua hierarquia de valores, apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Hierarquia de valores no relato de Lúcia Tapuia Paiaçu.

Hierarquia de Valores	Fragmento de construção dos valores
1) Autenticidade/ importância da identidade	<i>“Eu sou Lúcia Maria Tavares, sou descendente de família paiaçu [...]”</i>
2) Direito à propriedade	<i>“Em 1680 chegaram os portugueses, mas, já existiam essas famílias tapuias paiaçus. Eles, com a intenção de tomar posse das terras para explorar [...]”</i> <i>“[...] arrancaram plantações, queimaram as palhoças, foram matando índios... e venceram”.</i>
3) Prima pela verdade	<i>“Luiza Cantofa não é uma lenda, como a história contada pelo colonizador afirma. Ela é verdadeira [...] Então, não é uma lenda, é real. Esta é que a história verdadeira”.</i>

Fonte: Análise da pesquisadora com base no relato oral narrado por Lúcia Tapuia Paiaçu no dia 12 de outubro de 2017 no auditório do Espaço Cultural Cantofa e Jandy, em Portalegre/RN.

As informações do quadro acima instigam compreender que o discurso defende em sua tese central que havia um projeto de dizimação. Esta é reafirmada na hierarquia de valores na sua autoidentificação como Tapuia Paiaçu, povo que vivia na Ribeira do Apodi durante o período colonial. Nessa condição, os Tapuia Paiaçu tinham, portanto, direito à terra na qual plantavam e tiravam o sustento. Território que foi invadido, sendo assim, violado o direito à propriedade que ela tanto valoriza.

Luiza Cantofa, personagem do episódio, teve sua história transformada em lenda, romantizada pela metáfora, numa apropriação do fato histórico usado de forma interessada pelos colonizadores diante dos fins de posse. Nesse caráter se inclui muitos dos discursos históricos que foram divulgados e oficializados de forma distorcida pela propagação de uma crônica falsa, algo que a oradora indígena não valoriza, pois, prima veementemente pela “verdade”.

Ressalta-se que, a inferência sobre essa “verdade” defendida Lúcia Tapuia Paiacu se associa à ordem de interesse que ela assume enquanto indígena. No seu entendimento, para que o índio fosse protagonizado desde a colonização seria necessário que os grupos dominantes não tivessem se apropriado do discurso para interesses econômicos tão extremos, a exemplo do assassinato cruel de Cantofa.

Com essa hierarquia de valores, Lúcia tenta convencer o seu auditório, composto não somente por alunos, mas por professores e pesquisadores, de que o processo de colonização foi vivenciado a partir de fundamentos injustos: invadir o território, propagar mentiras e se estabelecer uma sociedade diferente da que ali vivia. Esse novo relato revoluciona a ideologia dos discursos sociais que prevaleceram até aqui; e impulsiona o repensar da pesquisa histórica e da didatização do ensino de história indígena na escola.

É claro que há interesses da liderança em disseminar a ideia do direito ao território, à demarcação, à posse e a preservação de terras para os indígenas que resistem contemporaneamente. Vê-se que todos os valores não se associam apenas ao passado, mas, fazem parte de uma narrativa que versa por ações que já deveriam ter sido mobilizadas e executadas no contexto atual.

Os valores revelados perpassam concepções e interesses genéricos. Estão pautados numa construção discursiva e retórica dos lugares que podem ser identificados na construção do processo argumentativo do texto. A identificação desses lugares compõe as informações apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Os lugares da argumentação.

Lugares	Fragmento de construção dos lugares
Lugar de essência	<i>“Bom dia pessoal! Eu sou Lúcia Maria Tavares, sou descendente de família paiacu de Apodi e... de Portalegre!...”</i> [...] <i>“Os líderes da revolta, João do Pêga e Cantofa [...] Luiza Cantofa não é uma lenda”.</i>
Lugar de quantidade	<i>“Porque toda essa redondeza faz parte da nossa história, por tanto tempo, 190 anos nós ficamos calados [...]”</i>
Lugar de qualidade	<i>“[...] colocaram em uma terra que não dava pra plantar [...]”</i>
Lugar de ordem	<i>“Mas, na verdade fomos obrigados a se calar, se não teríamos sido realmente todos dizimados né?”</i>
Lugar de pessoa	<i>“Luiza Cantofa não é uma lenda, como a história contada pelo colonizador afirma. Ela é verdadeira, foi assassinada brutalmente por seus algozes que tinham em mente a meta de dizimar os povos indígenas para tomar conta das terras [...]”.</i>

Fonte: Relato oral narrado por Lúcia Maria Tavares no dia 12 de outubro de 2017 no auditório do Espaço Cultural Cantofa e Jandy, em Portalegre.

Em seu discurso, Lúcia Tapuia inicia a construção argumentativa desde o lugar de líder indígena, baseando-se no ser de Luiza Cantofa, que em sua essência passada foi subestimado, castigado e que agora na sua própria figura de autoafirmada se sente na responsabilidade de se levantar para reelaborar a história que ela qualifica de “verdadeira”, inspirada no sentimento de indignação e revolução.

Embasando-se na definição de Abreu (2009) pode-se perceber que quando Lúcia, além de usar os nomes de Luiza Cantofa e João do Pêga como a essência que representou o movimento indígena no século XIX, ela própria é a representação do índio e do movimento étnico na atualidade, porém em sua indignação, motivada pelos episódios injustos da história passada e presente. A partir deste lugar, a Tapuia se posiciona enquanto marca dos índios Tapuias Paiacu na região que antes fora denominada de Ribeira do Apody. O lugar assumido pela contadora em seu relato tem como finalidade a valorização do indígena, busca meios de representação e

reconhecimento da identidade para poder convencer seu auditório, a partir desta retórica.

Após assumir sua etnia, falando do lugar da essência, a líder indígena vai construindo seu discurso pautada também no lugar da quantidade, sobre o qual inspira a ideia de que o território habitado pelos Tapuia Paiacu era extenso, citando que “toda a redondeza faz parte da história”, incluindo assim toda uma região, que já se sabe, inclui diversos municípios da atualidade, os quais na época faziam parte como vilas pertencentes ao que foi denominado de território da Ribeira do Apodi.

Prossegue o relato qualificando de forma negativa as terras do aldeamento Tapuia pelos colonizadores como “improdutivas”, sendo o motivo principal da revolta dos índios à época. E nesta parte do texto, se utiliza do lugar da qualidade.

Quando ela afirma que os indígenas, após o massacre de 1825 foram obrigados a se calar, a posição dada ao povo Paiacu é a de pertencente a um grupo inferior, pois foi uma atitude imposta, visto a condição de superioridade do colonizador de andar armado com fuzis e outras armas que os autóctones não dispunham. Utiliza-se, portanto, do lugar de ordem.

E quando fala do lugar de pessoa, Lúcia tenta convencer seu auditório de que o assassinato de Cantofa ocorreu por motivo injusto, pois os seus autores não deram valor ao ser humano, mas agiram com ambição pela terra, visando o enriquecimento e a exploração a mataram, uma anciã, sem nenhuma piedade. Vê-se claramente a definição de Abreu (2009) sendo posta, em que, a pessoa tem um valor maior do que as coisas, na percepção da indígena.

A compreensão sobre esses lugares é o que abre caminhos para se definir qual tese geral é defendida em seu discurso e quais teses secundárias e de ancoragem acompanham o processo argumentativo constituído no relato do massacre dos índios em 1825. Essas teses vão sendo construídas a partir desses lugares que são assumidos pela liderança indígena e permitem atingir o auditório de forma a buscar convencimento e persuasão.

Há que se perceber que na constituição argumentativa da líder dos Tapuia Paiacu de Apodi, todo o seu discurso constrói uma ideia geral, reforçada por eventos, isto é, fatos menores que são relatados por Lúcia, mas que formam o tecido que dá sustentação ao que ela defende para deixar no seu auditório as “verdades” que ela pretende que apareçam e sejam consideradas.

Nesse processo de convencimento é possível que, em especial os alunos que foram levados para escutar o relato e depois reproduzi-lo de forma escrita, além de convencidos dessa tese, sejam persuadidos a repetirem o mesmo processo argumentativo, expressando os mesmos lugares, as mesmas teses e demonstrando a mesma hierarquia de valores. Porém, pode ser que nada disso ocorra, que a retórica não tenha atingido seu objetivo. Por isso, considera-se que a versão do texto/ discurso escrito, a partir deste relato, apresente um processo argumentativo distinto, construído a partir do uso de outros valores e lugares.

Por isso, somente uma análise sobre os discursos produzidos nos relatos escritos por eles pode permitir a interpretação de que realmente se convenceram da tese apresentada pela liderança indígena, se preservam os mesmos lugares e se apresentam a mesma hierarquia de valores. Para constatar isso, faz-se a seguir a análise dos textos produzidos pelos alunos.

6.1.2 Teses, hierarquia de valores e lugares da argumentação nos relatos escritos pelos alunos

Após a análise do relato expresso por Lúcia Tapuia analisa-se se os textos dos alunos a fim de perceber também a hierarquia de valores, as teses e os lugares da argumentação sobre o massacre de dezenas de índios em Viçosa, ao pé da serra de Portalegre.

Considerando-se que são nove textos analisados, de cada texto foi extraído um excerto curto, no qual se percebe a parte principal da categoria analisada. E como se inicia identificando as teses, sugere-se a leitura dos fragmentos textuais expostos no Quadro 4.

Quadro 4 – Teses no processo argumentativo dos alunos.

Teses	Fragmentos de construção da tese
1) A transferência dos índios presos para a cadeia de Natal era uma cilada, um plano para matar os índios no pé da serra de Portalegre. 3) O massacre de 70 índios ocorreu porque os índios atacaram a Vila de Portalegre em novembro de 1825.	<i>“[...] era uma cilada para assassinar os jovens índios” (TEXTO 1).</i> <i>“[...] era uma armadilha para matar os índios na serra de Portalegre” (TEXTO 2).</i> <i>“[...] planejou uma cilada para matá-los” (TEXTO 3).</i> <i>“Tudo aconteceu por causa de um ataque feito pelos indígenas à sede da Vila Portalegrense” (TEXTO 5).</i>
2) O massacre de 70 índios ao pé da serra de Portalegre ocorreu porque os colonizadores tinham um plano de exploração do território: tomar posse e utilizá-lo para a criação de gado	<i>“[...] Foram mortos covardemente por policiais que disseram que iria levá-los para uma cadeia em Natal [...] Eles fizeram isso por causa de terrenos que pertenciam aos povos indígenas” (TEXTO 4).</i> <i>“Esse massacre, sobretudo, ocorreu pelo fato de os coronéis daquela região quererem tomar as terras que eram dos índios para expandir a agropecuária na região” (TEXTO 6).</i> <i>“Naquela época os colonizadores queriam obrigar aos índios que saíssem de suas terras para eles fundar vilas” (TEXTO 7).</i> <i>“No ano de 1825, devido à escassez de alimento se revoltaram, porque a terra deles era Apodi” (TEXTO 8).</i> <i>“Eles viviam com fome, e viviam assim porque não tinham onde plantar, as terras tinham sido invadidas, tanto em Apodi como em Portalegre pelos portugueses” (TEXTO 9).</i>

Fonte: Relato produzido por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, com base em relato oral da líder indígena Lúcia Tapuia Paiacu.

Introdutoriamente, percebe-se que os alunos mantêm a maioria das afirmações colocadas nos discursos proferidos oralmente por Lúcia na construção do relato oral. A referência ao ano do massacre é perceptível em todos os escritos, o número de

índios, a localização entre Viçosa e Portalegre e os motivos do acontecimento. Acrescentam-se alguns fatos como a reza do terço, episódio este que foi extraído do material lido em sala de aula e nas pesquisas realizadas. Quanto ao processo argumentativo, pode-se observar, primeiramente no que se refere às teses identificadas a partir dos fragmentos expostos no Quadro 4.

Ao analisar a tese defendida pelos alunos que produziram os textos 1, 2, 3 e 5 vê-se que há uma breve diferença de foco na tese dos alunos quando falam do massacre, ao comparar com a tese defendida pela líder indígena. Eles se limitam a defender uma ideia que se refere apenas ao massacre, ou seja, o plano dos soldados era matar os 70 índios e não os transferir, como prometeram na saída; enquanto a líder indígena constrói uma tese com foco mais abrangente: o plano da coroa era a dizimação dos índios.

Quando Lúcia Tapuia afirma que havia um plano geral de dizimação dos índios, sugere que não eram somente aqueles índios que iam sendo levados da vila de Portalegre para Natal que estavam na mira dos colonizadores, mas todos os indígenas que ocupavam o território nacional, incluindo-se o Tapuia Paiacu que habitava a Ribeira do Apodi, diante da negação que os autóctones apresentavam à ideia de escravização que era imposta pelos portugueses.

Vê-se que, com referência aos textos de 1, 2, 3 e 5, enquanto a tese dos alunos se refere apenas a um episódio, a da representante dos índios Paiacu abarca todo contexto da colonização, a sua pretensão é dizer que naquele momento, qualquer fato ou conflito que envolvesse índios e colonos fazia parte de um plano estratégico da coroa portuguesa para instituir a posse de todo o território da região.

Ao que parece, a interpretação dos alunos pauta-se na ideia disseminada pela historiografia tradicional, aquela que é citada por Denise Monteiro (2001), John Monteiro (2001), Lopes (2003), Cavignac (2003), Oliveira e Freire (2006), Guerra (2007) e Pereira (2008), de que os fatos históricos relacionados à colonização, em especial quando se trata da participação do índio como personagem, sempre dá credibilidade ao branco, destacando-o com uma visão superior à do povo que já estava no território.

Enquanto isso, nos textos 4, 6, 7, 8 e 9 há uma mudança de foco no que diz respeito à construção das teses, as quais aparecem em concordância com a ideia defendida por Lúcia Tapuia em seu relato oral. É possível inferir que os alunos defendem que o massacre de 70 índios em Viçosa ocorreu porque os colonizadores

tinham como meta tomar posse das terras habitadas pelos índios na Ribeira do Apodi, para prosseguirem com a instalação de currais para a criação de gado.

Vê-se, portanto, que os autores destes últimos textos/discursos foram convencidos e persuadidos por Lúcia Tapuia Paiacu da ideia de que a região que hoje abriga Apodi, Viçosa e Portalegre comportava terras de qualidade muito boas para o plantio e criação de gado, por isso eram ambicionadas pelos colonos. Para obtê-las eles traçaram um plano de colonização no qual se incluía a expulsão e matança de índios.

A tese que permanece nos relatos apresentados nos textos/discursos 4, 6, 7, 8 e 9 é idêntica à que foi construída pela liderança indígena. Fica muito evidente nos fragmentos, que os alunos defendem a ideia de que realmente os colonizadores tinham um plano de se instalar no território indígena e isto provocou conflitos entre índios e colonos, culminando assim com o massacre dos índios que atacaram a vila de Portalegre em 03 de novembro de 1825.

Os alunos demonstram bastante atenção aos fatos históricos associados à Ribeira de Apodi, citam a expulsão dos índios das margens da Lagoa, reforçando assim a ideia de que os Paiacu estavam na serra não porque quisessem, mas por serem obrigados. Estes são alguns sentidos constituintes das teses dos alunos, em especial nos textos/discursos daqueles que parecem ter concordado com a tese defendida por Lúcia. São também os que apresentam melhor argumentação, com maior consistência, coesão e coerência.

Enquanto isso, os alunos que apresentam um foco diferente na tese, apresentam também mais falhas na organização do texto. Muitos até se contradizem, ou seja, defendem uma tese que não é muito coerente com os valores que são hierarquizados na constituição argumentativa.

É importante perceber como esses sentidos são construídos para se chegar à conclusão de que as teses têm influência na constituição da hierarquia de valores que se revela nos textos/discursos. Para essa análise registra-se a identificação da hierarquia de valores observada na produção dos alunos e apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 – Hierarquia de valores nos relatos dos alunos.

Hierarquia de Valores	Fragmento da tese
1) Direito à propriedade	<i>[...] era pra tomar suas terras de volta” (TEXTO 1).</i> <i>“[...] queriam colonizar as terras” (TEXTO 3).</i> <i>“ [...] por causa de terrenos que pertenciam aos povos indígenas” (TEXTO 4).</i> <i>“[...] as terras que eram dos índios para expandir a agropecuária na região” (TEXTO 6).</i> <i>[...] queriam obrigar aos índios que saíssem de suas terras para eles fundar vilas” (TEXTO 7).</i> <i>[...] se revoltaram, porque a terra deles era Apodi” (TEXTO 8).</i> <i>[...] as terras tinham sido invadidas, tanto em Apodi como em Portalegre pelos portugueses (TEXTO 9).</i>
2) Repúdio à mentira	<i>“[...] prenderam os índios dizendo que ia levar [...] para a cidade” (TEXTO 1).</i> <i>“[...] as forças governamentais proporam para todos um jantar, mas era tudo uma farsa (TEXTO 7).</i> <i>[...] eles seriam transferidos [...] em um determinado lugar eles foram massacrados (TEXTO 9).</i>
3) Luta coletiva, a união	<i>“Luiza Cantofa conseguiu fugir com sua neta e João do Pêga que era um companheiro de luta”. (TEXTO 4).</i> <i>“[...] eles planejaram uma rebelião, liderada pelos índios Luiza Cantofa e João do Pêga” (TEXTO 6).</i> <i>“[...] conseguiram reunir alguns índios e todos eles eram homens” (TEXTO 7).</i> <i>“Ao redor da lagoa, era abundância de alimentos, de peixes, de mel silvestre e de frutos. Então, eles se rebelaram” (TEXTO 8).</i> <i>“[...] as terras tinham sido invadidas” (TEXTO 9).</i>
4) Punição	<i>“Os índios roubaram gado dos brancos [...] o delegado da cidade mandou 3 policiais prenderem os 70 índios” (TEXTO 3).</i> <i>“Os índios foram presos, algemados [...] encaminhados para a cadeia de Natal” (TEXTO 5).</i>

Fonte: Relato produzido por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, com base em relato oral da líder indígena Lúcia Tapuia Paiacu.

Ao analisar a hierarquia de valores nos textos produzidos pelos alunos vê-se que o direito à propriedade, o repúdio à mentira, a luta coletiva e a punição são os valores que mais se revelam. Fato este que se pauta em uma compreensão mais atualizada, já que a legislação atual no Brasil a embasa. No entanto, é um valor congruente ao que também é visto no relato da liderança indígena, pois ela deixa claro que sendo os Tapuia Paiacu os primeiros habitantes do território, eram eles quem tinham o direito à terra.

Vê-se claramente a valorização do direito à propriedade quando, em cada início de relato eles enfatizam que o território, objeto de conquista dos portugueses é pertencente aos indígenas. Confirma-se com este valor que em sendo de propriedade alheia, os colonizadores só poderiam tomar posse como donatários de tal área da Ribeira do Apodi se vencessem os povos que já estavam fixados ali, sobrevivendo dos recursos naturais e dos produtos que cultivavam, e que não se rendiam à ideia de ficarem sem as suas fontes de subsistência.

Os alunos também apresentam como valor, o repúdio à mentira e à crueldade com que os indígenas foram assassinados. Vê-se que eles primam por esse valor, querendo que seus auditórios tenham também essa compreensão. Analisando a posição dos alunos, é notória a tentativa de convencimento e persuasão a quem vai ler seus textos de que há verdade nas suas teses quando demonstram o repúdio à mentira. Segundo Abreu (2009), a hierarquia de valores funciona segundo a sua importância, tanto para o auditório quanto para o orador. E para que haja convencimento é preciso que haja acordos entre um e outro. Eles parecem trabalhar a partir do acordo prévio de que a maioria das pessoas repudiam esse fenômeno.

Nesse sentido, ao se observar que a liderança indígena também deixa evidente este valor na hierarquia constituída em seu discurso, ela, ao professar seu relato conseguiu persuadir os alunos que produziram os textos ora analisados, visto que eles faziam parte do seu auditório no momento em que relatou sobre o massacre no Espaço Cantofa e Jandy em Portalegre.

No entanto, o repúdio à mentira como valor no texto dos alunos não é compreendido da mesma forma que na versão da liderança indígena. Há momentos que é possível inferi-lo como um ponto de contraste com a mentira. Ambas caminham lado a lado, como se fosse normal usá-las, principalmente a mentira para armar ciladas e vencer o adversário.

Enfim, não há uma posição fixa de preferência dos alunos com relação a esses valores. De repente, um ou outro pode ser considerado importante, desde que satisfaçam os interesses que estão em jogo. Como se trata de valores relacionados a um público adolescente, pode revelar justamente a chamada inversão de valores que tanto é abordada para identificar a personalidade social de hoje.

No que consta da luta coletiva, valor este que também é hierarquizado pelos alunos, observa-se quando falam das lideranças do movimento: Luiza Cantofa e João do Pêga, que foram companheiros de luta. A compreensão é que os alunos enaltecem a rebelião como uma forma de reivindicar direitos. Essa posição deles reforça a ideia de suas teses de que o morticínio teve como pano de fundo o interesse e a ambição dos colonizadores que queriam a posse das terras indígenas.

A demonstração da resistência indígena se dá quando João do Pêga e Luiza Cantofa conseguem reunir os jovens índios e promoverem, com isso, o ataque à vila de Portalegre. Os alunos deixam evidente a valorização da luta, da união de esforços e também da resistência dos indígenas que tiveram seus direitos à propriedade violados desde 1761, quando foram levados de Apodi para Portalegre.

Essa compreensão se revela com maior ênfase nos textos 4 e 6. Permite uma tese aproximada da que foi defendida por Lúcia, emergindo também a ideia de que seu depoimento, associado às abordagens feitas nos primeiros círculos de leitura e na aula de campo foram pertinentes para que os alunos fossem persuadidos. Embora, o gênero de texto produzido pelos alunos, para ter uma qualidade retórica mais profunda ainda necessite de alguns aprofundamentos e adequações no que se refere à organização das ideias.

Apenas no texto 5, percebe-se o distanciamento, tanto da tese quanto dos valores hierarquizados do relato oral de Lúcia Tapuia. Acredita-se o aluno prefira dar crédito ao produto da historiografia tradicional, pois esta tem enaltecido as atitudes do colonizador como heroicas. Isto já foi enfatizado a partir de estudos de diversos pesquisadores, como é o caso de Oliveira e Freire (2006) quando diz que a historiografia tradicional nunca deu nenhum valor à resistência e as lutas indígenas no Brasil.

No referido discurso, esse heroísmo é bastante enfático, pois ele hierarquiza enquanto valor a punição e prima pela ordem diante da desobediência dos índios. Isto é um sentido muito claro em seu texto quando declara que houve uma ordem de prisão para os índios que atacaram a vila de Portalegre em 1825.

A punição aparece como um dos valores nos mesmos discursos em que os autores defendem a ideia de que os índios foram presos porque roubaram. Esses alunos não têm a mesma compreensão da liderança no que diz respeito aos motivos reais da prisão e do assassinato dos indígenas. Eles se limitam a julgar apenas um fato, enquanto Lúcia Tapuia vê-lo como algo que faz parte de um contexto mais abrangente; outros massacres são considerados por ela, ou seja, a história indígena parece ser mais alimentada de fatos na mente da indígena do que na dos alunos.

É importante mencionar que apesar da concordância dos alunos com o pensamento de Lúcia, eles tomam atitudes divergentes ao escreverem seus textos. Eles falam como se estivessem fora do contexto da narração (e estão). Nenhum deles se autoidentifica como pertencente ao povo Tapuia, como faz Lúcia logo no início de sua fala. Ela utiliza o lugar da essência e dá sequência a uma construção de sentidos que permite compreender e interpretar uma tese bem mais ampla e a coerência desta com os valores que são hierarquizados.

Algumas dessas diferenças de teses e hierarquia de valores entre o relato da liderança indígena e a dos alunos são compreensíveis, justamente porque há um conhecimento que se funda na pesquisa aprofundada por Lúcia sobre a história da Ribeira do Apodi.

Os alunos, apesar da existência de uma lei que orienta o ensino das temáticas indígenas no âmbito da escola e de essas abordagens serem sugeridas a partir da realidade local, na prática são raras, quase inexistentes em sala de aula. Ainda há uma valorização muito tendenciosa no sentido de priorizar conteúdos históricos exógenos¹¹⁰.

Sendo assim, as teses e valores por eles defendidos acabam se distanciando do que realmente deve ser visto como importante para o povo que faz parte dos grupos tradicionais do Brasil na atualidade.

E no que se refere aos lugares da argumentação, pode-se perceber que há uma diferença significativa entre o processo constitutivo da argumentação e a narração oral de Lúcia e alguns dos relatos escritos pelos alunos. Observando o Quadro 6, pode-se constatar essas distinções.

¹¹⁰ A história dos povos primitivos da Grécia, do Egito, da África e a própria história das sociedades estrangeiras estão mais presentes na sala de aula do que a história local.

Quadro 6 – Lugares da argumentação nos textos dos alunos.

Lugares	Fragmentos do texto
Lugar de essência	“Luiza Cantofa, ela que comandou o movimento dos índios” (TEXTO 1). “Teve um movimento liderado por Luiza Cantofa” (TEXTO 3). “[...] um atentado a 70 índios que eram liderados por Luiza Cantofa (TEXTO 4) “[...] uma rebelião, liderada pelos índios Luiza Cantofa e João do Pêga” (TEXTO 6). Luiza Cantofa e João do Pêga foram os dois índios que lideraram e incentivaram a revolta indígena (TEXTO 7). “Todo o movimento dos índios era comandado por João do Pêga e Luiza Cantofa” (TEXTO 9).
Lugar de quantidade	“70 índios [...] Luiza Cantofa comandou o movimento contra (TEXTO 1) “Eram uns 70 índios que estavam sendo fuzilados” (TEXTO 4). “[...] com uns 70 índios [...] (só mataram Luiza Cantofa [...] (TEXTO 9). “Chegando lá, por não haver comida, visto o solo não ser fértil, os índios passavam fome” (TEXTO 6)
Lugar de qualidade	“[...] viviam com fome [...]” (TEXTO 9).
Lugar de ordem	[...] os policiais pediram para os índios rezarem um terço”. [...] “Luiza Cantofa, ela que comandou o movimento dos índios contra os portugueses” (TEXTO 1). “[...] foi por forças governamentais [...] (TEXTO 2). [...] o delegado da cidade mandou 3 policiais prenderem os 70 índios (TEXTO 3). “[...] mandaram eles rezarem um terço [...]” (TEXTO 4). [...] foram colocados todos juntos e foram fuzilados. [...] (TEXTO 5). “[...] levaram os índios da aldeia em que eles moravam (TEXTO 6). “[...] foram escoltados e conduzidos à força até Portalegre [...] (TEXTO 8). “A polícia [...] chegou e disse que eles seriam transferidos” (TEXTO 9).

Fonte: Relato produzido por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, com base em relato oral da líder indígena Lúcia Tapuia.

Voltar-se para uma observação e interpretação mais profunda acerca dos lugares da argumentação que são assumidos pelos alunos faz perceber que o lugar da essência também é um dos que aparece, porém, o foco desse lugar é direcionado não às suas identidades próprias, como faz Lúcia Tapuia. Eles mencionam Luiza Cantofa e João do Pêga como líderes do ataque à vila de Portalegre, marcando-os como comandantes da revolta indígena, trazem esses nomes para o lugar da essência, mas, isso não soa nem em quantidade e nem em qualidade como algo positivo.

O autor do texto 1, por exemplo, faz afirmações que compreendem a revolução comandada por Cantofa como algo condenável. Entende-se até, numa interpretação que se busca nos subentendidos, que os dois revolucionários deram motivos para que os índios sofressem o massacre, a partir do lugar de quantidade e qualidade: eram 70 índios e dois líderes para poucos colonos envolvidos.

Quanto ao lugar de ordem, os alunos concordam com Lúcia quando estabelecem que os portugueses eram os mandatários, eles assumiam uma posição superior quando obrigaram os índios a rezarem um terço, quando os prenderam e quando os mataram. Somente quando falam do comando do movimento por Cantofa é que se vê a inversão do lugar de ordem, em alguns textos. Contribuindo assim, para se compreender que em determinado momento, a superioridade dos primeiros (os índios quando atacaram) foi substituída pela do outro grupo (a polícia a mando dos colonizadores prende e mata os índios).

Cantofa também é a imagem utilizada para o registro de representação dos índios. Ela liderou o movimento, portanto, foi a essência representativa dos povos naquele momento de revolta no âmbito do processo da colonização na Vila de Portalegre.

Dessa forma, em se tratando da recorrência aos lugares da argumentação, os alunos que escreveram os relatos apresentados nos textos 1, 2 e 3, por exemplo, demonstram convencimento sobre o massacre, sobre a existência de conflitos entre índios e colonos, mas ainda não foram persuadidos a difundir a ideia de que havia, no século XIX, um projeto de dizimação do índio por parte do colonizador.

Portanto, ainda há, nos seus textos/discursos, um tratamento dado ao indígena como algo estereotipado, diferente, como se o colonizador fosse superior e de maior prestígio.

Eles descrevem a crueldade do massacre, falam do direito à posse da terra pelos nativos, porém, ao destacar o ataque à vila de Portalegre, parecem primar pela ideia de que os índios deveriam ter evitado tal episódio, portanto, direcionam a culpa para estes, por não terem se subordinado à superioridade dos portugueses.

No segundo bloco, onde se lê os relatos 4, 5 e 6, pode-se observar que os lugares utilizados se ampliaram, apesar de a argumentação ainda não se dá completamente em acordo com o relato de Lúcia. Cantofa, assim como na fala da oradora, assume lugar de essência nos textos 4 e 6.

O lugar de qualidade também se refere à terra, como no relato oral; já o de quantidade é utilizado para marcar o total de índios mortos e o lugar de ordem permanece com a representação dos colonizadores como sendo o grupo com o poder de superioridade. Percebe-se, portanto, o convencimento e a persuasão de Lúcia, visto eles terem dado continuidade ao uso de recursos que são empregados no relato dela.

O aluno que produziu o texto 5 utiliza-se do lugar de quantidade para reforçar a sua tese de que foram os índios que provocaram o massacre, pois eram em maior quantidade e reuniram-se para atacar a vila. Esta é a compreensão que se pode extrair quando se interpreta a tese, os valores e a sustentação nos lugares apresentados.

Vale ainda ressaltar que os lugares da argumentação verificados nos textos 7, 8 e 9 também contribuem de forma significativa para a construção da tese. Ao identificar os lugares usados pelos alunos na constituição argumentativa dos relatos percebe-se que tanto o texto 7 quanto o texto 9 seguem o lugar de essência, destacando Luiza Cantofa e João do Pêga como as marcas principais da representação indígena naquele ano de 1825.

O texto 9, ao usar o lugar de quantidade, traz duas colocações referente a este recurso: a quantidade de índios envolvidos no movimento e o número de apenas um dos líderes mortos, que foi Cantofa, deixando registrada a fuga de João do Pêga e o sumiço de Jandy, neta da velha índia.

O lugar de ordem que se revela nos relatos 7, 8, e 9 também seguem a mesma ideia dos demais textos, uma vez que os produtores colocam com veemência a concordância, tanto com a liderança indígena quanto dialogam com os possíveis auditórios de que o grupo dos colonizadores tinha um certo grau de superioridade. Isso ocorre quando comparam as condições de luta, de armamento e de ambição com

relação a conquista do território da Ribeira do Apodi para fundarem vilas, cidades, explorar a terra e exercer atividades de criação de gado.

No que consta de uma análise mais aprofundada, observando as teses, a hierarquia de valores e os lugares da argumentação nos textos dos alunos, comparados ao relato oral, conclui-se que a capacidade argumentativa de Lúcia é bem mais ampla. E isso se deve ao fato de que ela tem mais conhecimento acumulado sobre o assunto, haja vista sua pesquisa ser extensa e qualitativamente mais profunda. Além disso tem experiência no movimento indígena no território potiguar e na APOINME, o que potencializa sua consistência e coerência.

Por sua vez, os alunos que escreveram os textos demonstram necessitar de mais conhecimentos para desenvolver melhor as competências argumentativas e assim, o uso dos recursos que aprofundem e sustentem melhor o sentido de suas teses, dos valores que hierarquizam e dos lugares que utilizam na constituição dos textos.

É por isso que se dá importância à promoção de atividades por parte do professor no sentido de se perceber como os alunos estão construindo o processo argumentativo em seus textos, sejam estes desenvolvidos a partir de qualquer temática. A análise de seus discursos oferece caminhos para outras intervenções que contribuam com o desenvolvimento das capacidades de escrita.

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como chegar ao fim de um trabalho de pesquisa tão extenso sem ter conclusões a se discutir sobre as ações, atividades, constatações que foram possíveis em uma empreitada que certamente teve muita importância, em especial para quem se debruçou nos livros, nos documentos, foi a campo e à escola trabalhar com a temática proposta, a qual faz parte de um projeto já pensado há muito tempo.

Um dos pontos primordiais dessas constatações é discorrer sobre o aprendizado, os conhecimentos que foram ampliados e as contribuições que foram possíveis diante da tarefa de pesquisar sobre a história dos Tapuia Paiacu. Povos estes que foram os primeiros habitantes do território dos sertões que recebeu o nome, no período colonial, de Ribeira do Apodi e que hoje é o espaço geográfico que compõe a região do médio e alto Oeste potiguar.

Todo o processo desenvolvido e os resultados obtidos com as pesquisas bibliográfica e documental instigaram uma intervenção que contribuiu também, em diversos aspectos, para se adquirir uma nova visão sobre a atuação no ensino de língua materna de forma interdisciplinar, pois, partiu-se de um tema da história, para trabalhar com a produção de texto. A partir disso, construiu-se um *corpus* para a análise do discurso, na perspectiva da argumentação.

Diante disso, neste capítulo faz-se menção de priorizar as considerações importantes de todo o percurso investigativo, interventivo e analítico, destacando aspectos que deram ênfase à temática trabalhada na intervenção, às respostas às questões de pesquisa e às contribuições e perspectivas do estudo.

7.1 A TEMÁTICA E A INTERVENÇÃO

O massacre dos índios, ocorrido ao pé da serra de Portalegre, até então era um fato desconhecido por muitos: alunos, professores e até mesmo para quem se debruçou para pesquisar, ler, escutar e registrar a história indígena neste trabalho. Considera-se que a inclusão da temática foi muito satisfatória e enriquecedora, no sentido de ser objeto de intervenção na escola do Ensino Fundamental.

Em especial, no que diz respeito aos atos de resistência dos índios do Apodi, que para compreendê-los se extraiu informações de diversas fontes, inclusive de documentos da época da colonização para propor uma nova história. Dando sentido às ideias de autoafirmação que ora procedem no contexto da sociedade apodiense através do trabalho de Lúcia Maria Tavaris (Lúcia Tapuia Paiacu) pertencente ao povo Tapuia Paiacu. A autoafirmação de algumas famílias permitiu fundar uma associação que permite a valorização da memória, história e identidade indígena no município.

Trabalhar com a narração dessa história em sala de aula, nas aulas de campo, nas visitas ao Museu Luiza Cantofa foi algo gratificante para quem também faz parte da história. Para quem traz no sangue e na memória os relatos de pertencimento, a força da identidade Tapuia e as emoções por fazer parte do parentesco de uma etnia que habitou na gênese do território onde foram constituídas as diversas cidades da região e que na época da colonização era chamada de Ribeira do Apodi.

Como professora de Língua Portuguesa, não poderia deixar de lembrar da intensa satisfação de poder participar de um processo interventivo interdisciplinar pelo qual se pode experimentar não somente um trabalho que leva o conhecimento e estimula a formação de conceitos específicos ao uso da língua materna, mas que pode despertar o próprio trabalho do professor de línguas para o uso da interdisciplinaridade como fenômeno inovador.

Outro detalhe que chama a atenção e traz constatações importantes acerca da intervenção desenvolvida neste trabalho é o fato de partir de um tema gerador com orientação didática que tem por base a teoria de Paulo Freire. Fato que sendo possível dentro deste estudo materializa uma experiência concreta, diferente do que muitos dizem – às vezes até professores – que a teoria freireana é utópica.

Acredita-se que tal descrição se dá, provavelmente por diversos motivos que não necessita destacar de forma mais profunda, mas que certamente estão ligados à

falta de ousadia, de enfrentamento ao desafio de experimentar algo que somente pode ser definido se for utilizado com firmeza, destreza, seriedade e cortagem.

Trabalhar a teoria freireana como base para a prática de ensino exige primeiramente o entendimento de que a escola deve lidar com a diversidade, que o aluno demonstra o seu ser, o seu fazer, o seu saber e o seu conviver quando dialoga, participa e emite opiniões. É neste espaço de conversação que ele mediatiza com os outros o que sabe, mas também o que ainda não sabe. E o professor deve estar ciente dessas realidades para poder organizar o saber sistematizado.

Ao entrar na sala de aula com imagens de índios vestidos, totalmente distintos do estereótipo criado pela sociedade que passou por um processo forçado de enbranquecimento, foi como bater de frente com adversários de uma ferrenha guerra. Mas, o estabelecimento do diálogo, primeiramente entre professor e aluno, depois entre os próprios alunos foi o que possibilitou organizar o ponto de partida para o entendimento deles sobre nossas heranças étnicas.

Logo foi possível todos admitirem que nos seus espaços culturais e sociais há sempre algo que tem origem na cultura dos nossos antepassados, que indubitavelmente são povos pertencentes a uma das tribos que viviam no Brasil, no Nordeste, no Rio Grande do Norte e no Apodi. Chega-se, portanto, à real constatação de que nosso meio se constitui de elementos culturais, de pessoas e de costumes que têm origem no povo Tapuia Paiacu. Foi assim que se deu o encontro dos alunos com as suas realidades, embora alguns ainda tenham manifestado a resistência em aceitar.

Essas constatações revelam a grande necessidade que se tem de abordar a história, considerando nossa condição social e cultural. Porque somente partindo de onde o aluno se encontra na realidade, é possível ele admitir que precisa mudar sua vida para melhor. Permite refletir, agir para transformar e novamente repensar falhas, tropeços e obstáculos encontrados para reagir. Buscando sempre a evolução de suas posições para as melhores possíveis.

Com isso, foi possível perceber que não há nada de utópico na teoria de Paulo Freire, não há nada que venha a estragar o sonho de crescimento individual e social que todos almejam quando se utiliza um tema gerador, os círculos de cultura e o diálogo como orientação didático-pedagógica para as intervenções que são necessárias na escola, seja em qualquer área do conhecimento.

7.2 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE PESQUISA

Ao realizar a análise do *corpus* que foi produzido a partir da intervenção pedagógica, o qual se constitui do relato oral de Lúcia Tapuia, transcrito de forma original e dos relatos escritos pelos alunos a partir da história contada por ela, verificou-se as seguintes respostas às questões de pesquisa.

A tese principal do discurso de Lúcia é que os colonizadores tinham um projeto de dizimação dos índios diante da meta de instituir a criação de gado e ampliar suas lavouras no território que eles denominavam de Ribeira do Apodi.

Para a construção dessa tese ela constitui uma hierarquia de valores dando importância à sua origem. Afirma veementemente sua identidade indígena já em seu primeiro discurso. Autoidentifica-se como Tapuia Paiacu e cita que seu povo vivia em toda a redondeza, para poder incluir a cidade de Portalegre, que era palco da sua narração. O valor que ela coloca como princípio da sua fala é pois, a identidade indígena.

Mais adiante, em seu discurso é que se percebe os valores como: o direito à propriedade e a verdade. Quando afirma que os índios eram os primeiros habitantes do território, vê-se claramente sua valorização ao direito justo à propriedade da terra, uma vez que esta foi invadida pelo colonizador, tomada e os índios foram expulsos ou mortos. Daí a sua compreensão de que o povo Paiacu não foi dizimado, mas, por força das circunstâncias calaram-se por mais de 190 anos.

Já a verdade como um dos valores defendidos por ela, aparece quando ela cita a história que foi inventada para Luiza Cantofa, ou seja, a forma politicamente interesseira de romantizá-la como personagem histórica. Ela repete um discurso já frequente em sua fala cotidiana: “Luiza Cantofa não é lenda, ela é verdadeira”. Lúcia chega a demonstrar sua indignação por vê, o que segundo ela, é a mentira sendo propagada, incluindo principalmente a ideologia de encantamento da narrativa de Cantofa em Portalegre, município onde até o lugar do assassinato é visitado como um dos pontos turísticos.

Ao apresentar tais valores, Lúcia também demonstra os lugares que são utilizados por ela para construir sua retórica. Primeiramente, ela se utiliza do lugar de essência, tanto para se referir à sua identidade Tapuia quanto para registrar Luiza Cantofa como sendo um símbolo da resistência indígena. A presença disso é muito

clara quando ela afirma sua identidade e fala da liderança de Cantofa ao organizar o ataque à vila de Portalegre em 1825.

Outros valores são utilizados por ela: o direito à propriedade, pelo qual se vê a pertinência de sua tese de que havia um projeto de exploração, expulsão e matança de índios, pois o colonizador queria o território para desenvolver suas atividades econômicas; e a verdade, visto que ela tenta desconstruir a ideia da lenda para lembrar a história de Luiza Cantofa.

Depois ela vai construindo o arcabouço da tese, se apoiando nos lugares de qualidade, quando se refere à terra; de quantidade quando se refere à extensão da Ribeira do Apodi, de ordem quando menciona a superioridade dos colonizadores e de pessoa quando fala do assassinato de Luiza Cantofa, momento em que seus algozes não valorizaram o ser humano e sua condição de anciã, mas, apenas movem-se pela ambição. É com esse arcabouço argumentativo que a liderança indígena profere seu discurso, ao mesmo tempo em que tenta convencer e persuadir o seu auditório.

Quanto às respostas obtidas a partir da análise dos relatos escritos pelos alunos, percebe-se que houve algumas mudanças no que diz respeito à construção das teses, da hierarquia de valores e da utilização dos lugares da argumentação. Em síntese, nem todos os alunos chegaram ao nível de persuasão almejado por Lucia ao proferir seu discurso, ou seja, a partir do relato sobre o massacre dos 70 índios em Viçosa.

Nove textos foram analisados. Destes, três deles se limitaram a construir a seguinte tese: a transferência dos índios presos para a cadeia de Natal era uma cilada, um plano para matar os índios ao pé da serra de Portalegre. Vê-se que a tese se restringe apenas ao ato do massacre dos 70 índios, enquanto Lúcia apresenta uma tese de dizimação que abrange todo o contexto da colonização na Ribeira do Apodi.

Quanto à hierarquia de valores, também passa por modificações. Os alunos colocam no topo dos valores o direito à propriedade. Eles reconhecem que os reais donos da terra eram os índios Tapuias Paiacu e que os colonizadores queriam esse território.

Falando mais especificamente sobre o fato do massacre, eles demonstram haver uma disputa de valores: a verdade *versus* a mentira; mas, dentre estes parece não prevalecer nenhum dos dois, há alternância, uma vez que a disputa parece ser o fato mais importante e a mentira foi quem permitiu ao grupo dos colonizadores vencer, a partir do massacre. É como se o fim justificasse o meio de obter o que era almejado,

no caso, a terra. E por fim, eles valorizam a punição atribuída aos índios, visto que os mesmos se rebelaram e atacaram uma vila.

Para dar sustentação à tese, eles também se utilizam dos lugares da argumentação. O lugar de essência permanece com Luiza Cantofa e João do Pêga; eles são a marca principal dos Tapuia, pois lideraram o movimento, seguido do lugar da qualidade, a terra fértil; da ordem quando se referem à superioridade dos portugueses com relação aos indígenas, não pela quantidade, mas pelo poder de armas e de estratégias que tinham em mãos.

Nesse primeiro bloco de textos, composto pelos textos 1, 2 e 3, é perceptível que os alunos foram convencidos apenas de que houve um massacre, que ali havia índios que eram donos da terra, mas esta foi conquistada pelos portugueses, embora para isso tenham utilizado de meios escusos, como a mentira, a cilada, as prisões e massacres.

Nos textos 4, 5, e 6 pode-se verificar que em dois dos relatos a tese é bastante congruente com a de Lúcia Tapuia: o massacre de 70 índios ao pé da serra de Portalegre ocorreu porque os colonizadores tinham um plano de exploração do território: tomar posse do território e utilizá-lo para a agropecuária, nem que para isso tivessem que matar os nativos.

A segunda tese observada em apenas um dos textos desse bloco é que o massacre correu porque os índios atacaram a Vila de Portalegre em novembro de 1825. Vê-se, portanto, mais uma compreensão de que os índios, de vítimas passam a culpados, ou seja, a revolta deles foi o que provocou o massacre. Este pensamento desvia-se totalmente da ideia defendida pela oradora, deixando claro que a história do colonizador prevalece como verdade.

Quanto à hierarquia de valores, para o texto da primeira tese permanece o direito à propriedade, pois os alunos reconhecem que os donos da terra eram os Paiacu; a luta coletiva é o valor de segunda importância, dando sustentação à ideia de que o ataque a Portalegre fez parte de uma luta justa, pois eles queriam retomar o que lhe era de direito.

Para a segunda tese a hierarquia de valores traz em primeiro lugar o estabelecimento da ordem, e em segundo, a punição. Em suma, o produtor do texto deixa evidente a sua defesa à necessidade de a polícia, naquele momento de 1825 reestabelecer a ordem; e o massacre foi, para ele, uma punição justa. Muito clara a sua posição de defesa da história do colonizador.

Os lugares utilizados vão se congruindo de acordo com cada tese. O lugar de essência é sempre a marca de Luiza Cantofa e João do Pêga como representantes indígenas. Lugares de quantidade, de qualidade e de ordem, dão conta de identificar a terra, as circunstâncias e os valores; ora em defesa dos índios, ora em defesa dos seus algozes.

Nos textos 7, 8 e 9 todos os três relatos fazem prevalecer a mesma tese da contadora e liderança indígena: o massacre dos 70 índios no pé da serra de Portalegre ocorreu porque os colonizadores tinham um projeto para se estabelecer como donatários do território que pertencia aos indígenas.

Na hierarquia de valores aparece a seguinte ordem: direito à propriedade, união e luta pela justiça e o repúdio à mentira e a crueldade. Para dar sentido à tese, também são utilizados os lugares da argumentação: lugar de essência em que permanece a imagem de Cantofa e João do Pêga; depois a qualidade da terra, a quantidade de índios mortos que era maioria, mas, que se desconstrói a partir do lugar de ordem, em que os colonizadores aparecem como superiores, por deterem o poder.

Ao analisar de forma mais sintética possível, em uma visão geral, pode-se concluir que a tese de que o massacre de 70 índios no pé da serra de Portalegre ocorreu porque os colonizadores tinham um projeto para se estabelecer como donatários do território pertencente aos Tapuia Paiacu do Apodi prevalece em seis relatos: no da liderança indígena e de mais cinco alunos que participaram de seu auditório. Enquanto isso, teses que entram em defesa aos colonizadores, como a de que o massacre ocorreu como punição pelo ataque à vila de Portalegre prevalece em quatro relatos.

Quanto aos valores e lugares, a valorização da identidade prevalece apenas no discurso de Lúcia Tapuia. Nos demais, o direito à propriedade é o que ocupa a primeira posição, sendo também um dos valores que a indígena preserva, porém, em segundo lugar.

7.3 CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDO

7.3.1 Para os estudos sobre argumentação

Ao analisar o *corpus* que foi apresentado neste trabalho certifica-se a ideia de grande contribuição aos estudos da argumentação, por não se ter informações de trabalhos envolvendo tal temática no contexto desta área de pesquisa. Em especial quando se direciona a análise do discurso no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Foi possível assim, trazer discursos diferentes, voltados para as questões de identidade, de luta e de movimento, de busca pela justiça social incluindo um personagem que não é novo, mas que passa pelo processo de reelaboração histórica. Especificamente quando se sabe que os discursos proferidos com relação aos indígenas trazem a imagem do estereótipo e do apagamento.

Além disso, traz-se à tona a desconstrução da história do colonizador. Visualiza-se os fatos pela ordem inversa, o que proporciona a possibilidade de se construir novos discursos, de se promover construções retóricas que contribuam para a reelaboração da história de toda a região que se situa no território onde se constituiu a Ribeira do Apodi, partindo de um contexto local para o geral, uma vez que se sabe que a concepção de índio pela sociedade brasileira é estereotípica. Que as ideias de extinção das etnias que compõem a sociedade permanecem muito voltadas para uma uniformidade europeia, apesar da existência clara dos aspectos culturais indígenas.

A análise dos discursos que contemplam a temática indígena nesta pesquisa permite alavancar novas ideias no que diz respeito às perspectivas futuras para a pesquisa em argumentação, visto que, neste sentido novas propostas de estudos podem surgir futuramente.

Vê-se, portanto, que a partir deste trabalho surgem outros caminhos para a pesquisa sobre a construção do processo argumentativo incluindo a história, a identidade, a memória dos povos indígenas que se auto afirmam no Brasil. Destaca-se a partir disto, as possibilidades de se analisar discursos sobre outros fatos, fenômenos e situações vivenciadas por esses povos.

7.3.2 Para o PROFLETRAS

É indubitavelmente aceito que a proposta do programa ao qual está vinculado este estudo, o PROFLETRAS, talvez tivesse caminhos menos complexos para se enveredar a fim de construir a intervenção pedagógica apresentada nesta dissertação. Tem-se como certa a ideia de que haveria outros temas e que talvez estes fossem até mais interessantes e vistos como mais adequados pela própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), bem como pelos colegas que atuam na área de ensino das linguagens.

Mas, de forma ousada, pretendeu-se introduzir, no contexto de formação da pós-graduação que se conquistou, um tema que ora é necessário e proposto na própria legislação educacional, como também é de grande importância para se compreender a história da região em que vivem, tanto os nossos alunos como as pessoas envolvidas em educação, os pesquisadores e estudiosos que se interessam pelos estudos do programa.

Acredita-se que a inserção da temática indígena pelo viés das aulas de Língua Portuguesa foi uma forma de inovar, não somente o ensino de língua materna, mas também de possibilitar o trabalho com aspectos da transversalidade e da interdisciplinaridade; algo que já vem sendo proposto há anos pelos referenciais curriculares, mas, que diga-se de passagem, não tem sido muito observado no contexto da sala de aula e das escolas em geral, pois o conhecimento fragmentado prevalece em abordagem, em forma de disciplinas pedagógicas.

Com isso, assegura-se que, a primeira contribuição dada ao referido programa é essa inovação temática, trazendo também à prática pedagógica as possibilidades de se trabalhar nas aulas de linguagem os modelos didáticos de Paulo Freire e de Bronckart juntos, no âmbito do ensino de produção de textos, em especial quando se destaca a argumentação como sendo o fenômeno constitutivo do discurso.

Torna-se, portanto, uma forma de apresentar ao professor uma oportunidade de analisar os textos de seus alunos de uma forma mais profunda, para poder trabalhar as competências voltadas para a construção argumentativa.

Nesse sentido, percebe-se que o programa pode contar com novas ideias, uma vez que o trabalho também deixa uma cartilha e um documentário para ser divulgado, quem sabe publicado e disseminado para o professorado utilizar nas aulas de

produção de texto, utilizando-se da temática indígena. Uma contribuição que o próprio programa proporciona às escolas da região do médio e alto Oeste, a qual comporta exatamente o território da Ribeira do Apodi, nome tão mencionado nos aspectos históricos trabalhados na intervenção pedagógica.

Não restam dúvidas, portanto, de que o PROFLETRAS é agraciado com grande contribuição pedagógica quando recebe o resultado desse estudo e tem em mãos as possibilidades de publicizá-lo.

7.3.3 Para a recuperação da memória indígena na região do médio e alto Oeste do Potiguar

Em todo o texto deste trabalho, um dos pontos que não se pode deixar de inserir como algo importante é a menção que se faz, constantemente, à região do médio e alto Oeste potiguar. De fato, esta área territorial que faz parte do dia-a-dia das pessoas que nela vivem é o berço principal do fato histórico narrado, teorizado, analisado nesta pesquisa.

Tudo isso soa como uma ação que se acredita ser de grande importância regional. Sabe-se que a história do povo que habita todo o território, do sertão às serras, está carregada de aspectos culturais herdados dos seus primeiros habitantes. No entanto, até então, na própria UERN, que é a instituição mais importante na representação desta região do Rio Grande do Norte, não há nem se quer resquícios históricos que possam situar esse tão imenso campo de batalhas, de conflitos, de formação social e cultural que inclui a participação do índio como primeiro habitante e do colonizador, ora como civilizador e desenvolvedor, ora como invasor.

Destaca-se esses termos como objetos que precisam ser analisados, interpretados, compreendidos diante do povo que se tem, das nossas realidades e do que se precisa fazer para desconstruir os estereótipos que foram criados. Principalmente com relação aos indígenas que viviam em todo este território por volta do século XVI, quando aqui chegaram os europeus para se tornarem donatários da capitania.

É justamente nesse sentido que este trabalho traz grandes contribuições para a reelaboração da história de toda a região do médio e alto Oeste do Estado do Rio

Grande do Norte. Aqui registra-se e relaciona-se a história dos Tapuia Paiacu com as de todos os povos indígenas que viviam no território brasileiro nessa época. Uma narrativa dotada de sentidos distintos, que evolui concomitante aos movimentos que fizeram surgir um novo índio, o protagonista da história em uma versão atualizada, diferente do estereótipo de homem nu, com cocar de pena, vivendo apenas da pesca e da caça, isolado da civilização e tido como um ser ingênuo ou por vezes, o seu oposto – bárbaro, violento.

Neste texto, pode-se contemplar a narrativa e as justificativas para uma realidade que mais parece forçada do que naturalmente construída e aceita pelos povos que aqui habitavam quando os colonizadores chegaram. O entendimento sobre esta realidade é algo imprescindível para que se pense politicamente em desenvolvimento social, cultural e econômico, destacando-se a educação como um dos meios que pode auxiliar nesse processo.

O texto contempla a descrição do passado e do presente, mas enfatiza a necessidade do reconhecimento como um dos pontos de partida para a luta e a transformação. Uma vez que, todo o processo de reconstrução histórica requer a mensuração sobre os erros, os acertos, os passos dados. Saber em que posição se encontram os agentes sociais é o primeiro passo para se conquistar novos conceitos.

E nesse reconhecimento, não se pode deixar de lado a análise sobre os discursos que permeiam as práticas desses agentes. É por isso que a análise dos relatos sobre a execução dos Tapuia em Portalegre nos leva ao momento da colonização, mas ao mesmo tempo nos traz à atualidade, para averiguar as ideias que são defendidas, em que valores elas se pautam e em que concepções se sustentam. Esta análise permite reconhecer os acordos sociais, o que está no topo dos objetivos que a sociedade pauta para a sua convivência e sobrevivência.

Tem-se como certa que a contribuição mais pertinente deste trabalho está na reflexão que pode ser feita a partir dos seus achados. Os fatos narrados, as justificativas postas para a construção de sua tese, na qual se defende que o indígena está presente na atualidade, indicam a necessidade de os agentes sociais se reconhecerem em sua etnicidade, culturalidade e sociabilidade. E a partir disso, buscarem meios que lhes permitam as melhorias necessárias à continuidade da vida em sociedade, porém, com maior e melhor qualidade e mais próximos da igualdade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 5 ed. Cotia; Ateliê Editorial, 2009.

ALMEIDA, M. R. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVES, M. C. S. O. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. **Anais Eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História**. Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. Ituiutaba/ MG: de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2018.

ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1995.

ANTUNES, I. **Aula de Português**: Encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de A. P. de CARVALHO. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BAKTHIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARRETO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, J. P. (org). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa – LACED, 2004.

BAUMAN, R. **Verbal art as performance**. Long Grove, Illinois: Waveland Press, Inc., 1984.

BEZERRA, K. **História geral das religiões**. Disponível em:<->. Publicado em 2011. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BEZERRA, A. Os caboclos de Montemór. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**.<<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1916/1916-OscaboclosdeMonte-mor.pdf>>. Publicado em 1916. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa**. Terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília: Poder Legislativo, 2003.

_____. **Lei nº. 11.645 de 10 março de 2008**. Brasília: Poder Legislativo, 2008.

BRONCKART, J.-P. et al (org.). **Les Cahiers de la Section en Sciences de l'Éducation**. Genève: 103, juin 2004.

CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

CARVALHO, M. R.; CARVALHO, A. M. **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO, E. V. No Brasil todo mundo é índio. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos Indígenas no Brasil 2001/ 2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

CASTRO, S. **A carta de Pero Vaz de Caminha**: o descobrimento do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2007.

CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. **Revista eletrônica Mneme**, v.4, n. 8, Ago/2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167/157>>. Acesso em 10 de jan. 2018.

CHCTPLA. Centro Histórico Cultural Tapuias Paiacus da Lagoa do Apodi: **Arquivos, registros fotográficos e documentos do Museu Luiza Cantofa**. Apodi/RN. Associação Indígena, 2018.

CHAUÍ, M. 500 anos: caminhos da memória, trilhas do futuro. In: GRUPIONI, L. D. B. (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

_____. **Brasil**: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. Perseu Abramo, 2000.

COE, R. M. The new rhetoric of genre: writing political briefs. In: JOHNS, Ann. M. (Ed.). **Genre in the classroom**: multiple perspectives, 2002. p. 197-210.

COLELLO, S. M. G. & SILVA, N. Letramento: do processo de exclusão social aos vícios da prática pedagógica. **VIDETUR**, n. 21. Porto/Portugal: Mandruvã, 2003.

COSTA, S. R. **Dicionário de Gêneros Textuais**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, M. V. História da educação e retórica: *ethos* e *pathos* como meios de prova. In: SILVA, M.; VALDEMARIN, V. T. (orgs). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

DANTAS, F. L. **Cultura popular e argumentação sobre a Lenda da Pedra da Moça no município de São Miguel/RN**: das memórias do contador às produções textuais em sala de aula. Pau dos Ferros, 2015, 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras em rede nacional). Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC/ Rio/ 023 - Mar. 2008.

DIAS, T. A. Os marcos da colonização portuguesa na Serra de Portalegre (séc. XVII a XVIII). In: CAVALCANTE, M. B.; DIAS, T. A. (Orgs.). **Portalegre do Brasil**: história e desenvolvimento. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

_____. **Dinâmicas mercantis coloniais**: capitania do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em História). Fls. 274. Natal: UFRN, 2011.

FÁVERO, L. L. e KOCH, I. G. V. **Linguística textual**: introdução. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história de diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em 20 de fev. 2017.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção leitura).

_____. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas**: balanço e perspectiva de uma nova política indigenista. Brasília: PPA 2012-2015.

_____. **Novas perspectivas para a política indigenista do Brasil**. Brasília: FUNAI, 2012.

GEORGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em 02/fev/ 2017.

GERALDI, J. W. et al. (orgs.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
 GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES, Moacyr de. **Dé Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRUPIONI, L. D. B. (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Brasília: Ministério da Educação e do Desporto (MEC), 1994.

GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelão**: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Recife: O Autor, 2007.

_____. **Identidade indígena no Rio Grande do Norte**: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão. Fortaleza: IMEPH, 2011.

GUERRAS, M. S. **Os povos bárbaros**. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, V. B. **Apodi no passado e no presente**. 3. ed. Apodi: [s.n.], 1995.

HINGEL, M. A. Índios no Brasil: prefácio. In: GRUPIONI, L. D. B. (org). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas Municipais Estatísticos do Censo 2010**. IBGE, 27 de junho de 2012.

_____. **Tabela 2093** - População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Consultado em 05 de julho de 2018.

IDE, P. **A arte de pensar**. 2. ed. Tradução Paulo NEVES. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Educ. Soc. , Campinas, vol. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 20 de novembro de 2016.

JOHNS, Ann M. et al. Crossing the boundaries of genre studies: commentaries by experts. **Journal of Second Language Writing**, n. 1, p. 234-249, 2006.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAZAROTTO, C. C. **Argumento, argumentação e auditório universal**: a nova retórica de Perelman. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Filosofia) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria/RS. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppgf/wp-content/uploads/2011/10/PERELMAN.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

LOPES, A. P. **Narrativas andantes da passagem da “Coluna Prestes” pelo município de São Miguel/RN**: contexto sociocultural e argumentação no ensino de

Língua Portuguesa . Dissertação. (Mestrado em Letras - Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), fl. 202. UERN/Pau dos Ferros, 2015.

LOPES, F. M. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

_____. A Vila de Portalegre: povos e instituições. In: CAVALCANTE, M. B.; DIAS, T. A (Orgs.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

_____. Miscigenação nas vilas indígenas do Rio Grande do Norte (Dossiê). **Revista Mosaico**, v. 4, n. 2, p.183-196, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/2381/1467>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

LOPES, J. S. **Dezessete**. Natal: 8 Editora, 2017.

LUCIANO, G. D. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada e Diversidade. LACED/ Museu Nacional, 2006.

MACEDO, H. A. M. **Vivências índias, mundos mestiços: relacionamentos interétnicos na freguesia da gloriosa santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XX**. Monografia (Conclusão do Curso de História). Caicó: UFRN, 2002.

_____. **Remanescentes indígenas numa freguesia colonial do Brasil: Santa'Ana, no sertão do Seridó, Rio Grande do Norte** (sécs. XVIII-XIX). <http://www.antropologia.com.ar/congreso2004/ponencias/helder_alexandre_medeiros.doc>. Publicado em 2004. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

_____. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas na Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em História). Fls. 309. Natal/RN: UFRN, 2007.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. 8 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MAIA, M. A. S. **Lajedo de Soledade (História de) um poema em pedras**. Mossoró/RN: Fundação Vingt-Un Rosado – Coleção Mossoroense, Série “C”; v. 1340 – Nov, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Metodologia de trabalho científico**. 10 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, E. **Nossos índios, nossos mortos**: os olhos da emancipação. 3 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

MEDEIROS FILHO, O. **Os índios do Açu e Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1984.

MELLO, G. S.; GERLIC, S (orgs). **Memórias do Movimento Indígena do Nordeste**. Prêmio Memórias Brasileiras. IBRAM – Ministério da Cultura (MINC), 2015.

MEYER, M. **A retórica**. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MINDLIN, B. **Narradores indígenas**. Vozes da origem. 2 ED. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record. 2007.

MONTEIRO, D. M. terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre — RN). **História Econômica & História de Empresas** IV.2 2001. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/146/162>> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

_____. Vila de Portalegre: notas para uma história. In: In: CAVALCANTE, M. B.; DIAS, T. A (Orgs.). **Portalegre do Brasil**: história e desenvolvimento. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e de indigenismo. Tese (Doutoramento em Antropologia). 233 fl. São Paulo: Unicamp, 2001.

MORAIS, G. C. O. **Entre parentes**: cotidiano, religiosidade e identidade na serra de Portalegre/RN: Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Fls. 160. Natal/RN: UFRN, 2005.

MOTA, N. **Fundação do Apody**. Manuscrito original em PDF (s/d).

_____. Notas sobre a Ribeira do Apody. **Revista do IHGRN**, .v. XVIII e XIX, 1920.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: UNIC/ Rio/ 023 - Mar. 2008.

NASCIMENTO, E. P. do. Gêneros textuais, argumentação e ensino. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **A didatização de gêneros no contexto da formação continuada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. O ensino da argumentação na leitura, na produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. **Revista do Gelne**. Natal/RN, v. 18; n. 2: 54-

79. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/11200/7935>> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, K. E. **Estratégias sociais no movimento indígena: representações e redes nas experiências da APOINME**. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). Fls. 275. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

OLIVEIRA, J. P. Os atalhos da magia: reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na etnografia indígena". **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.3, n.2, p.155-188, Belém, 1987. (Série Antropologia).

_____. **Entrando e saindo da mistura**: os índios nos censos nacionais. IN: Ensaio em antropologia histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, J. P. (org). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa – LACED, 2004.

_____.; FREIRE, C. A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, L. A. Mate um nordestino afogado: análise crítica de um artigo da revista época. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 2, p. 361-376, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n2/08.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção 169 da OIT Convenção 169** – Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004.

PANKARARU, S. **APOINME**: vamos apoiar a APOINME. Disponível em: <<http://www.observatoriosocioambiental.org/2017/10/coordenador-executivo-da-apoinme-fala.html>>. Acesso em 20 fevereiro de 2018.

PEREIRA, M. G. N. **Potiguara de Sagi**: da invisibilidade ao reconhecimento étnico. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Fls. 215. Natal/ RN: UFRN, 2015.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. O. **Tratado de argumentação**: a nova retórica . São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERRONI, M. C. **Desenvolvimento do discurso narrativo**. 1ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

PESSOA, N. C. P. **Argumentação em memórias literárias da Olimpíada de Língua Portuguesa** . 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pau dos Ferros, 2015.

PINTO, R. B. W. S. Argumentação e persuasão em gêneros textuais. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p.

102-114, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/viewFile/839/791>>. Acesso em 04 de mar de 2017.

PIRES, M. I. C. **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. 2 ed.** Recife: Ed. Universitária UFPE, 2002.

POSSENTI, S. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, M. do R. V.; BARONAS, R. (Orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido.** São Paulo: Clara Luz, 2001.

POUTGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e duas fronteiras de Fredrik Barth. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Jenipapo Kanindé:** nome, população e localização (Dados de 2014). (Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/jenipapo-kaninde/633>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

PUNTONI, P. **A Guerra dos bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: FAPESP, 2002.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS JÚNIOR, V. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte:** antepassados esquecidos. Mossoró/RN: UERN, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGNORINI, Inês (org.). **Gêneros Catalizadores letramento e formação do professor.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SILVA, A. A. **A argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do Ensino Fundamental.** 132 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Pau dos Ferros: UERN, 2012.

SILVA, E. Povos indígenas no Nordeste: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. **Meme, Revista de Humanidades.** Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme> Acesso em 04 mar. 2015.

SILVA, L. F. V. **Coletânea da legislação indigenista brasileira.** Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

SILVA, M. J. M.; PUFF, F. R. Influências indígenas na cultura da região oeste do Rio Grande Do Norte e comunidades remanescentes. **IX Congresso de Iniciação Científica do IFRN.** Natal: Campus Central do IFRN. Período do evento: 05 e 06 de julho de 2013.

SÓ HISTÓRIA. **Os nomes do Brasil** em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2018. Consultado em 21/07/2018 às 08:42. Disponível na Internet em <<http://www.sohistoria.com.br/curiosidades/nomes/>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

SOUZA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro – CDPB (Impressão de 2013). Obra Original, 1587.

_____. **O Nordeste na mídia**: um (des)encontro de sentidos. 2003, 398 p. Tese (doutoramento). Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2003.

_____. **Argumentação no discurso**: questões conceituais. In: FREITAS, A. C.; RODRIGUES, L. R.; SAMPAIO, M. L. Linguagem, discurso, cultura: múltiplos objetos e abordagens. Pau dos Ferros - RN: Queima-bucha, 2008.

_____. ALVES, M. L. Argumentação em discursos sobre formação superior e atuação na área de Letras: análise em relatórios de estágio supervisionado. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 271-293, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/120010/120201>. Acesso em 04 fev de 2017.

_____. BESSA, J. C. R. A produção textual no ensino superior: Análise de processos argumentativos em justificativas de monografias de graduação. **Veredas**, Juiz de Fora: online – Atemática –, p. 305-320, 1/2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/Artigo-25-Gilton-Sampaio-Pagina%C3%A7%C3%A3o2.pdf>> Acesso em 15 de outubro de 2016.

_____. COSTA, R. L. O professor de Letras e o seu discurso: a constituição do ethos de professores do ensino superior. **Revista Letra Magna**, ano 05. n. 10. 2009. Disponível em: <<http://www.letramagna.com/professorletrasdiscurso.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, Neusa Maria O. B. (org). **Língua Portuguesa** : uma visão em mosaico. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 2002.

TROMBONI, M. A jurema das ramas até o tronco ensaio sobre algumas categorias de classificação religiosa. In: CARVALHO, M. R.; CARVALHO, A. M. **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, 2012.

TRINDADE, S. L. B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VESPÚCIO, A. El Nuevo Mundo: a Lorenzo Pedro de Medicis. 1503. Disponível em: <<https://jorgecaceresr.files.wordpress.com/2010/05/el-nuevo-mundo-a-vespucio.doc>>. Acesso em 16 de novembro de 2017.

VIEIRA, A. **Sermão de Santo Antonio**: Pregado em S. Luís do Maranhão, três dias antes de se embarcar ocultamente para o Reino (1654). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000257.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

WYSOCKI, B. Um estudo das estratégias argumentativas presentes no discurso de reconstrução da imagem. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 38, v. 3: p. 255-268, set.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EVL38N320.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO PELOS ALUNOS



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(UERN)**
Campus Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM)
Departamento de Letras Estrangeiras (DLE)
**Programa de Mestrado Profissional em Letras em rede nacional
(PROFLETRAS)**
Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET)
Linha de Pesquisa: “Estudos dos Processos Argumentativos”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa que tem como **TÍTULO:**

Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental de autoria de Maria Mônica de Freitas.

Essa Pesquisa tem o **OBJETIVO** de:

Analisar os processos argumentativos como teses, lugares da argumentação e hierarquia de valores presentes no relato oral de uma liderança indígena e de relatos escritos de alunos do Ensino Fundamental sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

A sua participação será na produção de textos. Todos os dados desta pesquisa serão de domínio público, com as respectivas autorias, cabendo a você a responsabilidade jurídica do conteúdo. Para isso, lhe será apresentado o texto, antes de sua exposição, para que seja recolhida sua assinatura autorizando a sua publicação.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA:

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Ressalte-se que as informações colhidas pertencerão ao domínio público, sendo estas publicadas com as respectivas autorias; ou seja, você será identificado(a) em todas as publicações que possa resultar deste estudo. Os resultados serão enviados para seu conhecimento antes de qualquer publicação. O material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste consentimento informado será anexados a dissertação de mestrado e os originais serão guardados com a autora da dissertação.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE E DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

(caso seja menor de idade):

Eu/Nós	Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias	e	
--------	---	---	--

fomos informados dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclarecemos nossas dúvidas. Sabemos que em qualquer momento poderemos solicitar novas informações e motivar nossa decisão se assim o desejar. O professor orientador e o(a) professor(a) pesquisada certificaram-nos de que em todos os dados desta pesquisa serão respeitadas as autorias e que as informações contidas poderão ser acessadas por todas as pessoas, respeitando-se os protocolos da pesquisa.

Declaramos que CONCORDAMOS em participar desse estudo. Recebemos uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

Apodi/RN, 24 de setembro de 2017.

Assinaturas:

10 1 - Jorei Cleiton de Freitas Teixeira
 2 - Bonnyelli Natane da Costa Moura
 11 3 - VINÍCIUS GALD. DO CARVALHO SARA
 4 - DAIVYRON DA SILVA FERREIRA DE SOUZA
 12 5 - Jorei Costa Moura
 6 - Arthur Alisson Gomes
 13 7 - Francisco Edilson
 8 - Inatius SOUSA
 14 9 - Anderson Felipe Silva Nôto

Maria Mônica de Freitas	
NOME DO(A) PESQUISADOR(A)	Assinatura
Gilton Sampaio de Souza	
NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR	Assinatura

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO POR LÚCIA MARIA TAVARIS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(UERN)
Campus Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM)
Departamento de Letras Estrangeiras (DLE)
Programa de Mestrado Profissional em Letras em rede nacional
(PROFLETRAS)
Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET)
Linha de Pesquisa: “Estudos dos Processos Argumentativos”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa que tem como **TÍTULO**:

Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental de autoria de Maria Mônica de Freitas.

Essa Pesquisa tem o **OBJETIVO** de:

Analisar os processos argumentativos como teses, lugares da argumentação e hierarquia de valores presentes no relato oral de uma liderança indígena e de relatos escritos de alunos do Ensino Fundamental sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

A sua participação será na produção de um relato oral para alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Todos os dados desta pesquisa serão de domínio público, com as respectivas autorias, cabendo a você a responsabilidade jurídica do conteúdo. Para isso, lhe será apresentado o texto, antes de sua exposição, para que seja recolhida sua assinatura autorizando a sua publicação.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA:

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Ressalte-se que as informações colhidas pertencerão ao domínio público, sendo estas publicadas com as respectivas autorias; ou seja, você será identificado(a) em todas as publicações que possa resultar deste estudo. Os resultados serão enviados para seu conhecimento antes de qualquer publicação. O material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste consentimento informado será anexados a dissertação de mestrado e os originais serão guardados com a autora da dissertação.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE E DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

(caso seja menor de idade):

Eu/Nós	Lúcia Maria Tavaris Liderança indígena	e	
--------	---	---	--

fomos informados dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclarecemos nossas dúvidas. Sabemos que em qualquer momento poderemos solicitar novas informações e motivar nossa decisão se assim o desejar. O professor orientador e o(a) professor(a) pesquisada certificaram-nos de que em todos os dados desta pesquisa serão respeitadas as autorias e que as informações contidas poderão ser acessadas por todas as pessoas, respeitando-se os protocolos da pesquisa.

Declaro que CONCORDO em participar desse estudo. Recebo uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

Apodi/RN, 24 de setembro de 2017.

Assinatura:

Maria Mônica de Freitas	
NOME DO(A) PESQUISADOR(A)	Assinatura
Gilton Sampaio de Souza	
NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR	Assinatura

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO POR CACIQUE PEQUENA

 **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)**
Campus Avançado "Prof.ª Maria Elisa de Albuquerque Maia" (CAMEAM)
Departamento de Letras Estrangeiras (DLE)
Programa de Mestrado Profissional em Letras em rede nacional (PROFLETRAS)
Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET)
Linha de Pesquisa: "Estudos dos Processos Argumentativos"

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa que tem como **TÍTULO:**
"Argumentação em relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/ RN: diversidade e cultura no ensino de Português, de autoria da professora Maria Mônica de Freitas.

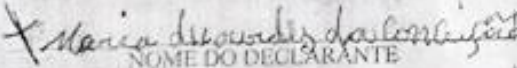
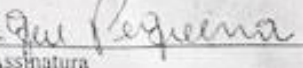
Esta Pesquisa tem o **OBJETIVO** de:
Analisar os processos argumentativos como teses e hierarquia de valores presentes nos relatos escritos por alunos do 9º ano, com base no relato oral de uma contadora indígena no lugar onde se deu o fato ocorrido, ao pé da serra.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:
A sua participação será com as respostas a uma entrevista, bem como apresentando a comunidade de Jemupapo Kanindê, que segundo estudos é habitada por índios tapuias da mesma linhagem dos que sofreram o massacre no ano de 1825. Todos os dados desta pesquisa serão de domínio público, com as respectivas autorias, cabendo a você a responsabilidade jurídica do conteúdo. Para isso, lhe será apresentado o texto, antes de sua exposição, para que seja recolhida sua assinatura autorizando a sua publicação.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA:
Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e se recusar ou não participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Ressalte-se que as informações colhidas pertencerão ao domínio público, sendo estas publicadas com as respectivas autorias; ou seja, você será identificado(a) em todas as publicações que possa resultar deste estudo. Os resultados serão enviados para seu conhecimento antes de qualquer publicação. O material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste consentimento informado será anexados a dissertação de mestrado e os originais serão guardados com a autora da dissertação.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE E DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE
(caso seja menor de idade):
Nós fomos informados dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclarecemos nossas dúvidas. Sabemos que em qualquer momento poderemos solicitar novas informações e motivar nossa decisão se aceita o desejo. O professor orientador e o(a) professor(a) pesquisada certificaram-nos de que em todos os dados desta pesquisa serão respeitadas as autorias e que as informações contidas poderão ser acessadas por todas as pessoas, respeitando-se os protocolos da pesquisa.
Declaramos que **CONCORDAMOS** em participar desse estudo. Recebemos uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

Apodi/RN, 01 de fevereiro de 2018.

 NOME DO DECLARANTE	 Assinatura
NOME DO PAI OU RESPONSÁVEL	Assinatura
Maria Mônica de Freitas NOME D(A) PESQUISADOR(A)	Assinatura
Gilton Sampaio de Souza NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR	Assinatura

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO PELOS PROFESSORES:

IVA MARIA, LISIANE MARINHO E SIMONETO PAIVA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
(UERN)
Campus Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM)
Departamento de Letras Estrangeiras (DLE)
Programa de Mestrado Profissional em Letras em rede nacional
(PROFLETRAS)
 Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET)
 Linha de Pesquisa: “Estudos dos Processos Argumentativos”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa que tem como **TÍTULO:**

Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre/RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental de autoria de Maria Mônica de Freitas.

Essa Pesquisa tem o **OBJETIVO** de:

Analisar os processos argumentativos como teses, lugares da argumentação e hierarquia de valores presentes no relato oral de uma liderança indígena e de relatos escritos de alunos do Ensino Fundamental sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

A sua participação será no desenvolvimento do projeto de intervenção. Todos os dados desta pesquisa serão de domínio público, com as respectivas autorias, cabendo a você a responsabilidade jurídica do conteúdo. Para isso, lhe será apresentado o texto, antes de sua exposição, para que seja recolhida sua assinatura autorizando a sua publicação.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA:

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Ressalte-se que as informações colhidas pertencerão ao domínio público, sendo estas publicadas com as respectivas autorias; ou seja, você será identificado(a) em todas as publicações que possa resultar deste estudo. Os resultados serão enviados para seu conhecimento antes de qualquer publicação. O material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste consentimento informado será anexados a dissertação de mestrado e os originais serão guardados com a autora da dissertação.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE E DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE

(caso seja menor de idade):

Eu/Nós	Professores participantes da intervenção na turma de 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias	e	
--------	--	---	--

fomos informados dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclarecemos nossas dúvidas. Sabemos que em qualquer momento poderemos solicitar novas informações e motivar nossa decisão se assim o desejar. O professor orientador e o(a) professor(a) pesquisada certificaram-nos de que em todos os dados desta pesquisa serão respeitadas as autorias e que as informações contidas poderão ser acessadas por todas as pessoas, respeitando-se os protocolos da pesquisa.

Declaramos que CONCORDAMOS em participar desse estudo. Recebemos uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e nos foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as nossas dúvidas.

Apodi/RN, 24 de setembro de 2017.

Assinaturas:

Maria Mônica de Freitas	
NOME DO(A) PESQUISADOR(A)	Assinatura
Gilton Sampaio de Souza	
NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR	Assinatura

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

(Traduzida por Sílvio Castro, 2007)

Carta de Pero Vaz de Caminha

Senhor,

posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer!

Todavia tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosentar nem afear, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinagem e das singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza -- porque o não saberei fazer -- e os pilotos devem ter este cuidado.

E portanto, Senhor, do que hei de falar começo:

E digo quê:

A partida de Belém foi -- como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março. E sábado, 14 do dito mês, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grande Canária. E ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas mais ou menos, houve vista das ilhas de Cabo Verde, a saber da ilha de São Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte à segunda-feira amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para poder ser !

Fez o capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas... não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha -- segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas -- os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os marceantes chamam botelho, e assim mesmo outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houve vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-posto umas seis léguas da terra, lançamos ancoras, em dezenove braças -- ancoragem limpa. Ali ficamos-nos toda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante -- por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças -- até meia légua da terra,

onde todos lançamos ancoras, em frente da boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.

E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljófar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

À noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus. E especialmente a Capitaina. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar ancoras e fazer vela. E fomos de longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados na popa, em direção norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para tomar água e lenha. Não por nos já minguar, mas por nos prevenirmos aqui. E quando fizemos vela estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que fossem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. E as naus foram-se chegando, atrás deles. E um pouco antes de sol-pôsto amainaram também, talvez a uma légua do recife, e ancoraram a onze braças.

E estando Afonso Lopez, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, foi, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meter-se logo no esquife a sondar o porto dentro. E tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. Um deles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitaina, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura

de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber.

Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobre-pente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, na parte detrás, uma espécie de cabeleira, de penas de ave amarela, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição branda como, de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com ele íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se os houvesse ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, farteis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não havíamos de dar! E depois tornou as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas.

O Capitão mandou pôr por baixo da cabeça de cada um seu coxim; e o da cabeleira esforçava-se por não a estragar. E deitaram um manto por cima deles; e consentindo, aconchegaram-se e adormeceram.

Sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e tinha seis a sete braças de fundo. E entraram todas as naus dentro, e ancoraram em cinco ou seis braças -- ancoradouro que é tão grande e tão formoso de dentro, e tão seguro que podem ficar nele mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus foram distribuídas e ancoradas, vieram os capitães todos a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fossem em terra e levassem aqueles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo perto de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levamos acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos. E eles os depuseram. Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que aí corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga. E muitos outros com eles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moitas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam. E traziam cabaças d'água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem a bordo do batel. Mas junto a ele, lançavam-nos da mão. E nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma coisa.

Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna quase que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar.

Dali se partiram os outros, dois mancebos, que não os vimos mais. Dos que ali andavam, muitos -- quase a maior parte -- traziam aqueles bicos de osso nos beiços.

E alguns, que andavam sem eles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha. E alguns deles traziam três daqueles bicos, a saber um no meio, e os dois nos cabos.

E andavam lá outros, quartejados de cores, a saber metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e outros quartejados d'escaques.

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de os nós muito bem olharmos, não se envergonhavam.

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barba de deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fossem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris d'água que nós levávamos. E tornamo-nos às naus. E quando assim vínhamos, acenaram-nos que voltássemos. Voltamos, e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não trataram de lhe tirar coisa alguma, antes mandaram-no com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, que lhe desse aquilo. E ele tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquele que o da primeira agasalhara. E então veio-se, e nós levamo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por galanteria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós.

E com isto nos tornamos, e eles foram-se.

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saiu em terra, por o Capitão o não querer, apesar de ninguém estar nela. Apenas saiu -- ele com todos nós -- em um ilhéu grande que está na baía, o qual, aquando baixamar, fica mui vazio. Com tudo está de todas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miúdo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção.

Enquanto assistimos à missa e ao sermão, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos, como a de ontem, com seus arcos e setas, e andava folgando. E olhando-nos, sentaram. E depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos a pregação, levantaram-se muitos deles e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias -- duas ou três que lá tinham -- as quais não são feitas como as que eu vi; apenas são

três traues, atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, só até onde podiam tomar pé.

Acabada a pregação encaminhou-se o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos indo todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levara, para o entregar a eles. E nós todos trás dele, a distância de um tiro de pedra.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não os punham.

Andava lá um que falava muito aos outros, que se afastassem. Mas não já que a mim me parecesse que lhe tinham respeito ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas. Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia. Antes, quando saía da água, era mais vermelho. Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava no meio deles, sem implicarem nada com ele, e muito menos ainda pensavam em fazer-lhe mal. Apenas lhe davam cabaças d'água; e acenavam aos do esquife que saíssem em terra. Com isto se voltou Bartolomeu Dias ao Capitão. E viemo-nos às naus, a comer, tangendo trombetas e gaitas, sem os mais constranger. E eles tornaram-se a sentar na praia, e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e sermão, espraia muito a água e descobre muita areia e muito cascalho. Enquanto lá estávamos foram alguns buscar marisco e não no acharam. Mas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um muito grande e muito grosso; que em nenhum tempo o vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e de amêijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira. E depois de termos comido vieram logo todos os capitães a esta nau, por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se aportou; e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para a melhor mandar descobrir e saber dela mais do que nós podíamos saber, por irmos na nossa viagem.

E entre muitas falas que sobre o caso se fizeram foi dito, por todos ou a maior parte, que seria muito bem. E nisto concordaram. E logo que a resolução foi tomada, perguntou mais, se seria bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui em lugar deles outros dois destes degredados.

E concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estoutros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar.

E que, portanto, não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apaziguar, unicamente de deixar aqui os dois degredados quando daqui partíssemos.

E assim ficou determinado por parecer melhor a todos.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra. E ver-se-ia bem, quejando era o rio. Mas também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados; e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenaram que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais ancho que um jogo de mancal. E tanto que desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. E alguns aguardavam; e outros se afastavam. Com tudo, a coisa era de maneira que todos andavam misturados. Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam. Passaram além tantos dos nossos e andaram assim misturados com eles, que eles se esquivavam, e afastavam-se; e iam alguns para cima, onde outros estavam. E então o Capitão fez que o tomassem ao colo dois homens e passou o rio, e fez tornar a todos. A gente que ali estava não seria mais que aquela do costume. Mas logo que o Capitão chamou todos para trás, alguns se chegaram a ele, não pôr o reconhecerem por Senhor, mas porque a gente, nossa, já passava para alguém do rio. Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas, daquelas já ditas, e resgataavam-nas por qualquer coisa, de tal maneira que os nossos levavam dali para as naus muitos arcos, e setas e contas.

E então tornou-se o Capitão para alguém do rio. E logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.

Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou menina, atado com um pano aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum.

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe cabia pelo buraco um grosso dedo polegar. E trazia metido no buraco uma pedra verde, de nenhum valor, que fechava por fora aquele buraco. E o Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela para a boca do Capitão para lha meter. Estivemos rindo um pouco e dizendo chalaças sobre isso. E então enfadou-se o Capitão, e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho; não por ela valer alguma coisa,

mas para amostra. E depois houve-a o Capitão, creio, para mandar com as outras coisas a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles.

Depois tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde tínhamos desembarcado.

E além do rio andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fora almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo os segurou e afagou muito, tomavam logo uma esquivexa como de animais montezes, e foram-se para cima.

E então passou o rio o Capitão com todos nós, e fomos pela praia, de longo, ao passo que os batéis iam rentes à terra. E chegamos a uma grande lagoa de água doce que está perto da praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles meter-se entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão que Bartolomeu Dias matou. E levavam-lho; e lançou-o na praia.

Bastará que até aqui, como quer que se lhes em alguma parte amansassem, logo de uma mão para outra se esquivavam, como pardais do cevadouro. Ninguém não lhes ousa falar de riço para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem -- para os bem amansarmos!

Ao velho com quem o Capitão havia falado, deu-lhe uma carapuça vermelha. E com toda a conversa que com ele houve, e com a carapuça que lhe deu tanto que se despediu e começou a passar o rio, foi-se logo recatando. E não quis mais tornar do rio para alguém. Os outros dois o Capitão teve nas naus, aos quais deu o que já ficou dito, nunca mais aqui apareceram -- fatos de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber, e por isso tão esquivia. Mas apesar de tudo isso andam bem curados, e muito limpos. E naquilo ainda mais me convenço que são como aves, ou alimárias montezinhas, as quais o ar faz melhores penas e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! E isto me faz presumir que não tem casas nem moradias em que se recolham; e o ar em que se criam os faz tais. Nós pelo menos não vimos até agora nenhuma casa, nem coisa que se pareça com elas.

Mandou o Capitão aquele degredado, Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. E foi; e andou lá um bom pedaço, mas a tarde regressou, que o fizeram eles vir; e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nada do seu. Antes, disse ele, que lhe tomara um deles umas continhas amarelas que levava e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após ele, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de feteiras muito grandes, como as de Entre Douro e Minho. E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

Segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos; mas não tantos como as outras vezes. E traziam já muito poucos arcos. E estiveram um pouco afastados de nós; mas depois pouco a pouco misturaram-se conosco; e abraçavam-nos e folgavam; mas alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapuzinha velha e por qualquer coisa. E de tal maneira se passou a coisa que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles para onde outros muitos deles estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, uns verdes, outros amarelos, dos quais creio que o Capitão há de mandar uma amostra a Vossa Alteza.

E segundo diziam esses que lá tinham ido, brincaram com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados: uns andavam quartejados daquelas tinturas, outros de metades, outros de tanta feição como em pano de ras, e todos com os beijos furados, muitos com os ossos neles, e bastantes sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que na cor queriam parecer de castanheiras, embora fossem muito mais pequenos. E estavam cheios de uns grãos vermelhos, pequeninos que, esmagando-se entre os dedos, se desfaziam na tinta muito vermelha de que andavam tingidos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem meter-se entre eles; e assim mesmo a Diogo Dias, por ser homem alegre, com que eles folgavam. E aos degredados ordenou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos; e andaram entre eles. E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E de baixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma numa extremidade, e outra na oposta. E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem. E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. E ainda, segundo diziam, queriam vir com eles. Resgataram lá por cascavéis e outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos, e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, espécie de tecido assaz belo, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse. E com isto vieram; e nós tornamo-nos às naus.

Terça-feira, depois de comer, fomos em terra, fazer lenha, e para lavar roupa. Estavam na praia, quando chegamos, uns sessenta ou setenta, sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. E depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos. E misturaram-se todos tanto conosco que uns nos ajudavam a acarretar lenha e metê-las nos

bateis. E lutavam com os nossos, e tomavam com prazer. E enquanto fazíamos a lenha, construíam dois carpinteiros uma grande cruz de um pau que se ontem para isso cortara. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro com que a faziam do que para verem a cruz, porque eles não tem coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, porque lhas viram lá. Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

E o Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia e que de modo algum viessem a dormir às naus, ainda que os mandassem embora. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios essas árvores; verdes uns, e pardos, outros, grandes e pequenos, de sorte que me parece que haverá muitos nesta terra. Todavia os que vi não seriam mais que nove ou dez, quando muito. Outras aves não vimos então, a não ser algumas pombas-seixeiras, e pareceram-me maiores bastante do que as de Portugal. Vários diziam que viram rolas, mas eu não as vi. Todavia segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infinitas espécies, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

E cerca da noite nós volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu creio, Senhor, que não dei ainda conta aqui a Vossa Alteza do feitio de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, e as setas compridas; e os ferros delas são canas aparadas, conforme Vossa Alteza verá alguns que creio que o Capitão a Ela há de enviar.

Quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada um podia levar. Eles acudiram à praia, muitos, segundo das naus vimos. Seriam perto de trezentos, segundo Sancho de Tovar que para lá foi. Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem ordenara que de toda maneira lá dormissem, tinham voltado já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. E traziam papagaios verdes; e outras aves pretas, quase como pegas, com a diferença de terem o bico branco e rabos curtos. E quando Sancho de Tovar recolheu à nau, queriam vir com ele, alguns; mas ele não admitiu senão dois mancebos, bem dispostos e homens de prol. Mandou pensar e curá-los mui bem essa noite. E comeram toda a ração que lhes deram, e mandou dar-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. E dormiram e folgaram aquela noite. E não houve mais este dia que para escrever seja.

Quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas, e veio-lhe comida. E comeu. Os hóspedes, sentaram-no cada um em sua cadeira. E de tudo quanto lhes deram, comeram mui bem, especialmente lacão cozido frio, e arroz. Não lhes deram vinho por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel, e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, bem revolta. E logo que a tomou meteu-a no beijo; e porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pouca de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço da parte de trás de sorte que segurasse, e meteu-a no beijo, assim revolta para cima; e ia tão contente

com ela, como se tivesse uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela. E não tornou a aparecer lá.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir. E parece-me que viriam este dia a praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta. Alguns deles traziam arcos e setas; e deram tudo em troca de carapuças e por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas quer-me parecer que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade! Andavam todos tão bem dispostos e tão bem feitos e galantes com suas pinturas que agradavam. Acarretavam dessa lenha quanta podiam, com mil boas vontades, e levavam-na aos bateis. E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até um ribeiro grande, e de muita água, que ao nosso parecer é o mesmo que vem ter à praia, em que nós tomamos água. Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Ao sairmos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a esses dez ou doze que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim!

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pagem; e Aires Gomes a outro, pagem também. Os que o Capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos -- o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e

foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio onde haviam de fazer a couva para a fincar. E enquanto a iam abrindo, ele com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade deles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passamos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dois tiros de besta do rio. Andando-se ali nisto, viriam bem cento cinqüenta, ou mais. Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, a ela, perto de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão; e depois da comunhão, comungaram esses religiosos e sacerdotes; e o Capitão com alguns de nós outros. E alguns deles, por o Sol ser grande, levantaram-se enquanto estávamos comungando, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, se conservou ali com aqueles que ficaram. Esse, enquanto assim estávamos, juntava aqueles que ali tinham ficado, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima, e ficou na alva; e assim se subiu, junto ao altar, em uma cadeira; e ali nos pregou o Evangelho e dos Apóstolos cujo é o dia, tratando no fim da pregação desse vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, que nos causou mais devoção.

Esses que estiveram sempre à pregação estavam assim como nós olhando para ele. E aquele que digo, chamava alguns, que viessem ali. Alguns vinham e outros iam-se; e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda. E houveram por bem que lançassem a cada um sua ao pescoço. Por essa causa se assentou o padre frei Henrique ao pé da cruz; e ali lançava a sua a todos -- um a um -- ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançavam-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta. E isto acabado -- era já bem uma hora depois do meio dia -- viemos às naus a comer, onde o Capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquele gesto para o altar e para o céu, (e um seu irmão com ele). A aquele fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destouras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós

mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar; porque já então terão mais conhecimentos de nossa fé, pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram.

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher, moça, a qual esteve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse; e puseram-lho em volta dela. Todavia, ao sentar-se, não se lembrava de o estender muito para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior -- com respeito ao pudor.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive se se convertera, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos perante eles beijar a cruz. E despedimo-nos e fomos comer.

Creio, Senhor, que, com estes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prazendo a Deus fazemos nossa partida daqui.

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!

E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi. E se a um pouco alonguei, Ela me perdoe. Porque o desejo que tinha de Vos tudo dizer, me fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro -- o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pero Vaz de Caminha.

Fundação do Apody.

91

Com relação a fundação ^(do Apody) serve-nos este livro de notas sobre os trabalhos que colhi de documentos, vultos, discursos, por meus acendidos como de vovô, Choro-mentos, e tir o que diz o C.^o Choro, Santo, descrito no Diário do Brasil, de 18 de 16.^o de 1904, n.^o 2598. Ora sua Breve crônica sobre a província do Rio Grande do Norte, publicado no anno de 1877, de Manoel Ferreira Nobre, tratando do descobrimento do Município do Apody — que Alvaro de Hojeda, acompanhado de Américo Vesputcio e João de la Cosa chegou a uma das bocas do Rio Apody, no dia 24 de junho de 1499 em virtude do que tomou o território o nome de — *Sancti Joannis Baptista de Apody*. e Apesar da resistência dos indios, — afirma Ferreira Nobre — o explorador Hojeda fundou os primeiros estabelecimentos da povoação.

O Sr. Manoel Antonio d'Oliveira Coriolano, antigo morador no Apody, escreveu no Almanack do Rio Grande do Sul, para o anno de 1895, o seguinte:

« É tradição no município, que a ribeira do Apody, da antiga Capitania do Rio Grande, foi descoberta por Alvaro de Hojeda, acompanhado por Américo Vesputcio e pelo piloto breguinho João de la Cosa. No dia 24 de junho de 1499, nessa a tradição, segundo diz a lenda, estes conhecidos navegadores foram ter a uma grande lagoa, cercada de tabuleiras armadas, e chamado pelos gentios — *Hakui* — Pedra Preta. Esta lagoa na margem occidental do rio, com este commença por um estreito canal que conduzia as águas do enchimento no inverno. Habitavam ali os indios saianos da grande tribo tupy, aldeados em tabas. Tomou o território o nome de S. João Baptista da ribeira do Apody, por morar na margem da ribeira tribo com este nome Apesar da resistência dos indios o explorador Hojeda fundou os primeiros estabelecimentos a beira da lagoa, no lugar chamado *Osturo*, onde havia uma grande tribo dos nativos. Em 1538 o Capuchinho Fr. Fidelis, d'origem italiana, catechizou os indios em um braço da lagoa, no lugar a que a tradição deu o nome de Corrego do Missão — e construiu depois uma pequena ermida de barro e madeira, dedicada a S. João Baptista, ao norte da lagoa e ao pé da Colina, em cujo cimo esta foi edificada a povoação. Em 1580 o Abade Fr. Angel, também do orden dos Capuchinhos, edificou um grande monastério, actual, collocando nella a imagem de N. S. da Conceição, que por bula de 3 de Fevereiro de 1766, quando foi criada freguesia, ficou como tal padroeira. Ora a Revista Trimestral do Instituto Historico do Rio de Janeiro, Anno XV, 3.^o e 4.^o trimestre, Tomo XV, o historiador Ceonete Antonio

Bixerra, consultando o que acima relataram os dois escriptores e sobre
 Coriolano, disse a pagina 183: «Pez licença aos dous distinctos escriptores por
 dizer que esta descoberta é anacronica. Embora Alonso de Hojeda tivesse explorado
 a Costa N. E. da America do Sul, quando muito he admittido que au corresse na
 barra do Lagoarive, como era conhecido o actual Apody, ou estuario do Chorro,
 em antigos mappaes, principalmente no do Copilas - mor Pedro Coelho, de San-
 ta, que foi copiado pelo sorgento - mor Diogo de Compo Alorano, e delle
 tambem falla Gabriel Soares, no Cap. 7 de sua crônica do Brasil. Não ter
 subido algumas milhas por aquelle rio, mor o que parece inverisimil, é que
 tivesse fundado estabelecimento, naturalmente hespantou, noquelle pa-
 raquell, a 112 Mil. da barra quando em 1499 não existia ainda habitação al-
 gum de portuguez, visto que só no anno seguinte Pedro Alvariz Cabral de-
 cubriu o Brasil. Em 1530 fundou Duarte Coelho Pereira a feitoria de Iguaçu,
 ou a primeira povoação de Pernambuco, João Tavora em 1581 uma primeira
 no Ilha Cambaia, no rio Parahyba, primeiros estabelecimentos daquelle Ca-
 pitania, e em 1588 Pedro de Mello, auxiliado por Jeronymo de Albuquerque,
 construiu a forte do Rio Magor, e em seguida a cidade do Cratal no Rio
 Grande. Orao frodiann, pair, Frii Fidelis, em 1538, nem mesmo Frii Angelo,
 em 1530, ter colhechados os indios payanos; porquanto em Agosto de 1740
 chegavam a Olinda os Capuchinhos italianos, que vieram substituir os po-
 deres francezes, mandados retirar para Lisboa por ordem de D. Pedro II, sendo
 de notar que os primeiros missionarios que afootaram ao novo mundo
 foram os jesuitas, sob a direcção do padre Manuel do Cabrego, os quaes
 vieram com Thomé de Souza, 1.º governador geral do Brasil e dirigi-
 ram-se no Bahia em 29 de Março de 1549, ou se annos depois que
 Frii Fidelis doutrina os indios do Apody. Estes indios não eram
 payanos do tribo tupy, mas sim tapuyas do tribo dos payacis, como
 se verifica dos dactyls de seu morris e outros documentos. E relativamente
 ao nome do missionario de S. João Baptista do Ribeira do Apody, que tomou
 o territorio por morar a margem do rio uma tribo desse nome, parece ha-
 ver engano com o Orago do aldeia do Abui, a primeira missao que se fundou
 ao Oeste do Capitania, e depois desta a de Porto Alegre, que com bem teve o
 mesmo Orago. Tem nasab o S. Antonio Bixerra. Da barra do rio Apody
 no mar, a Lagoa do mesmo nome, antiga Ilahue, ha uma distancia

de 21 legas, e o rio teria apenas navegavel na distancia de 4 legas ate a foz, e ao
 de S. Pedro, hoje Cidade de Monterri. Dado mesmo que o navegador Alonso de
 Hojedo tivesse aportado a embocadura do rio Apody impossivel teria
 subido por elle acima, aventurando-se aos alturas de uma Conquista em rio estreito e
 tortuoso, ate o interior de um paiz selvagem, completamente desconhecido, vencendo
 as correntes empulsores das aguas, a consideravel chis o rio, o que so a ventura nos
 laços invernosos e em junho o declinio das aguas e absoluto. Note-se mais que,
 tratando-se entao de uma natureza virgem, quando as aguas do rio desceriam
 por entre margens cobertas de matas virgens, e a bordo em peilhos proprios
 doquelle tempo, nao podiam de modo algum os antigos navegadores realisar
 aquella travessia, no embocação que exploravam a Costa do America, ate porqu
 devia ser o barco de nao pequena de madeira, e a travessia a grande oca
 no, e assim nao caberia no estreito lito do rio Apody, fora nullo o vigor ate
 a quella distancia, nas condicoes dadas. De mais Hojedo e Amerigo Vespucci fize
 uma viagem de exploração do continente, pela Costa, e nao iriam arriscar
 a uma pesquisa tao temeraria quanto em pratica no seu dia. *
 Assim fundando, tem em apoio o que sobre o caso controverso tem, na His
 toria do Brasil, traduzido do englo de Roberto Sauthey pelo Dr. Luiz Gonzaga
 d'Oliveira Castro e annotado por Dr. J. P. Fernandes Pinheiro, e o de quem

ter a eua cabe a honra a gloria de ter descoberto o Brasil e tem a honra
 de Hojedo, que em fins de junho de 1499, a Comprouha de Amerigo Vespucci
 este piloto hyperbico Juan de la Cosa, descobriu uma terra alagada a 5 gr
 do sul do linha equinoctial, que julga se estar no embocadura do rio Piran
 (hoje) ou Apody. Ora esta presumpção nao autorisa a crer que Hojedo hou
 vesse tido posto a barra do rio Apody, e por elle acima navegado 21 legas
 por ser loo inculto, bravo, feroz e lutar com indios no interior, e depois
 alli fundamentos de uma povoação. Hojedo e vespucci descobriam
 uma terra a 5 gr do sul do linha equinoctial, e dali tirou-se posteriormente
 a conclusao, de que essa terra, alagada ou era a foz do rio Apody ou na
 do Pirancho, que mais ao norte, esta a esta distancia do linha alludido.
 Dahi para a affirmativa do Sen. Nobre e Correlimo ho como impossivel
 de absoluta, como ja dissemos. Os primeiros descobridores e fundadores
 do Apody foram o ajudante Manoel Rodrigues Ferreira, Alfeu Joao
 Rodrigues Ferreira e outros, conforme se verifica do requerimento a lica

o ajudante Emanuel Araujo Ferreira, alferes Gonçalo Pereira de Guomão, Antonia de Freitas, Cap. Domingos Mortuário Pereira, Capitão Bartholomeu de Azevedo Correia, Alferes João Ferreira Araujo, Balthazar Araujo, Capitão Luiz Antunes e Emanuel Rodriguez da Rocha obtiveram uma data de terras no Rio dos Piranhas e no Arum, em do ellas as Sortas descobrir sitios para a Comandor suas gado, mas a choram espacidade, do qual desistim por terem terras inutil, o que visto pelo Supplicon ter em mais abaixo assignato que são Mathias Araujo, Jacob Gomes, Martin de Lima, Sargento-mor Pedro do Silveiro Cordoro, João Araujo, o moço, Domingos Moreira, Emanuel do Castello da Camara, Domingos velho de Avelar, Thabél do Silva, Miguel Soares, Francisco de Oliveira, Cap. Antonio Gomes Torres, Tenente Antonio Goncalves Cabral, Capitão Luiz Vaz, Sargento-mor Antonio Gonsalves Ferreira, Emanuel Gomes da Camara, fidem em satisfação do duto que desistim dos servicos que tem feito a P. Alçada, he conceda a cada um 5 leguas de terra em quadros na metade dos ultimos providos do Rio Parana e Rio Jaguarebe e uma lagoa chamada Itahue, onde assiste o sapuá Payo e os outros maquês borboros, e provindos fora a parte do mar que estejam provoados, seja esta nos seus cabeceiros ou mais adiante, correndo fora onde se fostos correm, mettendo os rios pelo Rio Quara porque dizem nos ditos confrontações com as vallas que os tinham, passando-os de uma a outra com toda a largura que os ditos fostos servirem, fazendo o mesmo no Rio Jaguarebe ou fora a parte do mar e do Rio, visto as terem descoberto e dado suas regalias aos sapuás para os domar, e as queiram provar ainda que seja com risco de suas vidas e fazendas, fôr as só foragum que nunc os antigos provaram.

A Capitão-mor do Rio Grande do Norte concedeu ao duto fidem, em 19 de abril de 1680, as quaes foram confirmadas pelo governador geral Roque da Costa Barreto, em 12 de Fevereiro de 1682.

Atendo-se bem: os requerentes dizem - que queriam provar aquellas terras, ainda com risco de suas vidas e fazendas, fôr eram foragum que nunc os antigos provaram. Emanuel Araujo e Jacob Araujo, filhos do Conde de Oeiras, exploraram as terras e situaram suas gado a margem direita do Lago Itahue, nome de um indio guerreiro da tribo que alli dominava.

Adimto esta publicação, — que é o começo do trabalho histórico e geográfico, que está sendo sobre o município do Apody, — no intuito de corrigir os erros históricos em que estão alguns sobre a fundação do quella cidade.

a maior chuvia
que vi: dia
6 de Março
de 1946

Ular Saeto.

Natur historien.

Principiamos hoje a publicar uma interessante matéria histórica sobre o — Apody, escrita pelo nosso amigo Renato Malta, já conhecido por seus publicações como crítico e pesquisador de allumplos, que se fundem a história de nossa Pátria. É interessante emerser-se sobre esta matéria sobre as descobertas e obscuras origens de nossa história (D. O. Commercio de São Paulo n.º 345 de 19 de Fevereiro de 1911)

Manoel de Patimão Formosa

Apody Natur historien.

Esta preciosa margem de terra antes de 1680 era habitada por tribos de índios selvagens conhecidos pelos nomes de Payaciz, Sayne, Kowinhy e Cobory. Estas selvagens habitavam nas margens do Rio Pody ou Pody e de logia circundada por tabuleiros arenosos e estúrios com aubas.

Durante a estação invernal por causa das inundações do rio ficaram ellas a uma Cabeça ou Serra ao Sul do referido rio e lagoa conhecida por Cabeça do Pody. É sabido que antes do virado de Cobral ao Brasil, navegadores haviam visitado as costas do Rio Grande do Norte, se vindo por um rio até uma grande lagoa, cercada de tabuleiros arenosos. Estes indígenas tanto podiam saber de um rio Abre e lagoa do Pody como os rios Apody e lagoa do Apody.

É de presumir que indicavam a lagoa do Pody para os invernos, a rio Abre até o Pody fresta-se bem a navegação de pequenos botes, a quem não succede com o Apody até a lagoa. Habitantes de um rio S. Francisco e do Jaguorichê fizeram suas baterias para povoar o Pody, e para isso abriram picadas para abrirem um grande alto da terra coberta de pequenos arvores e estúrios grossos de macumbira sendo por esta causa apellidada por terra da Picada. Terra essa que mais tarde serviu de tenente entre Rio Grande do Norte e Ceará.

Em 19 de Abril de 1680 foi requerido por data.

Foi este o requerimento: "Senhor Capitão Mór. Dileito Agente e Alcaide Maguira Ferreira, Alferes Gonçalo Lima de Gusmão, Antonio de Freitas,

Capitão Domingos Alvarães Pereira, Capitão Bartholomeu Crato Corrêa, Alfeu
 Luiz Antonio e Manoel Rodriguez da Rocha obtiveram uma data de terra no
 rio do Seranhol e no Antum, e indo elles ao sertão de Curitiba para acommo-
 dar sua gado, não acharam copiosidade daquelle sertão por serem terras incul-
 tadas, e visto fello insufficiente eornar abaixo assignados, que são Mothio, Ma-
 guira, João Gomes, Maria de Lima, Morgento eitor Pedro do Silveo Cordoto, João
 Vaqueira, o moço, Domingos Leoreis, Manoel de Castello Comara, Domingos
 Velho de Avellar, Sobel do Silveo, Eliequiel Soori, Francisco de Alvarães,
 Capitão Antonio Gomes Torres, Tenente Antonio Gonçalves Cobreal, Capitão
 Luiz Vot, Morgento eitor Antonio Gonçalves Ferreira, Manoel Gomes da
 Comara, fudem em suplicação da data que deviam eitor servir, e que tem
 prestado au feito a sua Alteza, lhe concedo a cada um 3 legão de terra em
 quadro no sertão do ultimo provisor do Rio Panama, e Rio Jaguareib,
 uma legão chamada Itai, onde assiste o Tapuya Payaui e auctoridade
 do Brasil; havendo dado para a forte do mar que estijam provisor, sejam
 estar nos seus Cobeciras eornar adiante, Correndo para onde os fustor
 eornem, mettendo os humos fustor Rio, que for que, deram nos ditos, con-
 fructu, eorn os vultor que os rios tiverem fustando duma a outra com
 todo a largura que os ditos fustor tiverem, fustando a mesma no Rio
 Jaguareib, au fustor a forte do mar au do Sertão, visto os terem descoberto
 eadado sua resgata aos tapuyas fustor os domar, os que rem fustar ainda
 que seja com fustor de seus vidor e fustor, fustor das fustor que nunes
 as antigas fustoraram." O Capitão eitor do Rio Grande do Norte Geraldo
 de Salla Concedu as datas que foram confirmados fustor Governador da
 Bahia Roque do Costa Barreto, em 12 de Fevereiro de 1582.

Em Outubro do mesmo anno o Ajudante Manoel Vaqueira Ferreira
 e sua familia deram comecço auma situação ao sul da legão Itai.
 Foram logo os mais fustor de Manoel Vaqueira situando-se as margens
 do Rio eitor inferior legão, fustorada fustor a forte ao norte da legão,
 onde existe a loba da tribo Payaui da qual era chefe o guerreiro
 Itai. Os tapuyas que a principio dixeram-se domar fustor Vaque-
 ra, tornaram-se depois inimigos, havendo luto sanguinioso luto entre elles,
 sendo a ultima das margens do legão "Aponta-Vista" onde os Vaqueira
 foram derrotados, morrendo na luto a brava Polthor Vaqueira.

[illegible]

que tiveram fora fateram dentro do dito termo de cinco annos e não seja sufficiente fundamento para se lhe haver de julgar a quantia delgada de ditor sua data e ser a prova dada que a doi Imborgas, nem a prova de que ha mais de tres annos fizeram no Apely fater vigor por se violata estando os Imborgas de posse havia mais de vinte annos sem terem auvidos nem conuencidos primeiro sobre sua data os folhos tres como data antes de aforamento se prova, e deferindo aos emborgos a folhos cinquenta e duas dos Imborgas, Gonçalo de Castro e mais irios recibidos no despocho a folhos noventa e os julgo por provados visto os autos e disposições de direito, conforme do qual foleo lypso do qui quum que concede fora cultura dos terras dadas de limmarior de fisea furdendo aderito que nulla situm não cultivando dentro delle annos trinta e justo emfundamento fora a faterem livellem, como do data dos Imborgas ou lora a folhos tres e outra dos esta concedida em de nove de abril de mil e trezentos e cinquenta e dois Imborgas a mais de junho de mil e trezentos e cinquenta e cinco, tempo em que era foleado a dito qui quum, e não frouse haverem frouado forte alguma do data dos Imborgas, nem emfundamento proprios ou de terceiro, fisea sendo o ditor ditor dos Imborgas validos e dos autors emborgas e duca no merei que respuita a terra do data dos ditor Imborgas, e deferindo aos emborgos de froumencia ou afpoticas em os ligos juristepentes os folhos cincoenta e duas e dos Imborgas Theodorio Gonçalo e mais irios do data os folhos quaranta e cinco, recibidos no despocho folhos cincoenta e quatro julgo por provados, visto os autos, por que supposito do data dos autors emborgas seja anterior á dos Imborgas de mester e como tal deve se fater se li como se mostra que os Imborgas ao não emfundem fora no tio jaguaribe comecorem a frouar no dito tio jaguaribe os Imborgas os não emfundem e froudiom os mais também fater, por cuja omessa frouam furdendo aderito que nella tenham. E froulanto, deferindo a dita data os folhos quarenta e cinco como se mostra exceder a taxa a cada um dos irios em uma ligao, e haverem frougado dentro do termo do li excepto Carlos Barbosa Comendel em cujo di rito entrae Manoel Rodriguez Arriom foleo que se prova dos seus mesmos autos os folhos cento e cinco, após de frou de se ligada a guerra no anno de mil e trezentos e noventa e seis, e froulanto attem a maiorir do taxa como a forte do dito Carlos Barbosa Comendel, julgo por devaluta, fora que frouam os Copetab - Alor do Ciroa por Conselho ultramarino, e foleo que respuita os fortes de Gonçalo de Rego Borges como não citados, se frouam a sua forte reservada, que quum algum mochar que esta devaluta a frouda fuder, sendo ella citada e os mais

que firmaram, hez hui adata por em firmador dentro do Tola com declaração que
 na medição que fizeram desta dola di não findora' encontrar o litio que provou nos
 Amigos abaixo - Pedro da Silva Cordova na barra do Banabuyú, do barro de Antônio
 Gonçalves Ferreira e mais acima Manoel de Corvalho Tenes, pela anterioridade
 de sua dola, e deferindo a data dos authors como se firmaram que Manoel Xaguiro
 provou um litio na lagoa do Apody do fundo do Sul, e seu irmão João Xaguiro
 Adilso Santo Cruz e Balthazar Xaguiro filho deste au tro litio mais acima, e ao
 desfrat com medo dos Topuys Viramilli e seu fiaz frou o Apay ho - Sique, donde
 os mataram os ditos Topuys, e sua mulher e mais o rova, e Mathias Xaguiro
 fia de ditos Manoel Xaguiro e João Xaguiro, firmaram outro litio no Xaguiro,
 e João Xaguiro outro litio ao pé do Serra, Pedro da Silva Cordova e sua sobrinha
 Domingos Velho e Leobal da Silva nos amigos do Jaguoribe, Antonio Gonçalves
 Ferreira na Barra do Banabuyú e Antonia de Freitas Casado com Manoel de Cor-
 valho Tenes acima do Banabuyú, e que Correndo com elles os humores do Rio
 S. Francisco retiraram seus gado, frou os litios da lagoa do Apody, e se firmou
 que tambem a dita Antonia de Freitas provou outro litio a baixo do pé de Serra,
 e os mais íres, do dita dola sendo citados, e juntando alguns delles proceurações,
 Como não mais tem haverem provados nem ade farom digo, emfidentamento que
 frou deusar de frou tiveram, hez julgo artuor frou por devalator, e os litios pro-
 vados julgo aos provadores, au hez duro que o author Manoel Xaguiro, Com for-
 mo sendo do litio reservando no terra desta lagoa do Apody au Itai, uma lagoa
 miquadro frou aldeia dos Topuys Payaay. Tagueum os eutor, o emborgante
 e follen vinte quatro, de quatro frou uma, e os authors em borgados os frou
 frou Rio Grande do Norte, frou de Moraes de mil e sete cento e hui. 1706
 Christovão Soares Rumão. Esta sentença foi apellada, como se vi de seguinte:
 Accordam em julgado bem julgado foi frou Deum borgador Juis Comissarios,
 Confirma sua sentença por alguns fundamintos, e dos mais auto. Tagueum
 os apellantes os eutor da Lei. 22.ª, vinte nove de julho de mil sete cen-
 to e trize. Amaral, Dr. Ferreira. Suderal. Fei frou ante, frou vinte.
 Com rubrica do Procurador da Coroa Rl.ª. Por ordem do Juis Rumão
 foi transferido a nova proceção do lugar autuor para o Corrego dos Aldeias
 de S. João Baptista do Apody, onde existia uma frequena Capella construi-
 da de barro e coberta de frou de Corauba, sendo a novo frou a edificação

imagem de S. João Baptista, feita de barro, mandou-lhe bem levantar
 um grande marelo triangular na margem direita do lago do Apody, fôr
 d'istância do data de Manoel Braguiara com as terras dos Tupyjor Say-eis.
 Aquellas ainda fôr apellada fôr a Corte de Serbôr, donde não mais vir
 tã. Em 1746 Frei Fidelis Cathequizando os indios do Apody, fundou a
 nova matriz em uma bella Colina onde existe a Cidade do Apody. Foi
 seu primeiro Vigario o padre João da Cunha Paiva, natural de Pernambuco.
 A freguesia do Apody fôr criada no anno de 1766, sob a protecção de S. J.
 da Conceição e S. João Baptista, vindo as duas imagens da Europa, fôr
 pelo 1.º procurador Antonio da Matta Ribeiro, vindo tambem rios ar-
 namentos e sem fôr a Matriz. Os primeiros emendados fôrão criados
 em 1748 pelo Padre Jeronymo Texeira Ribeiro Vigario em Comendado
 fôr a Freguesia, sendo procuradores dos seus emendados dos Almor e
 do Rosorio o portuguez Antonio da Matta Ribeiro e Tenente Manoel
 Joab d' Oliveira. A 1.ª escola de Instrucção Publica fôr aberta em
 1788 pelo Padre Manoel Correia Colheira Paiva, cura do Apody. Anter-
 iorem em 1783 havia sido criado um Collegio onde existia de Sotem fôr
 Celebre Chronista Conego Joaquim Jose Pereira. E interessante a segun-
 da Reciba. Reciba do Sr. J.ºe Mortuo de Oliveira ainsportou
 de 1811, sendo de fôrto mil Reis em moeda ca fôrto legumes a todos de
 duas Cruzadas adquerir, fôramento annual que fôr fôrto de seu
 fôrto Clemente Gomes d' Amorim. Matriz dos Parrocos do Apody 27 de
 Dezembro de 1784. Conego Joaquim Jose Pereira. Por lei de 15 de outu-
 bro de 1827 e de 31 de Agosto de 1855 fôrão criados duas Cadeiras de In-
 strução Primaria sendo os primeiros professores Ignacio Francisco Dantas
 e D. Anna Rosa Emilia. Esta ultima viio a fallecer em 1810 em Corubã.
 Em sessão ordinaria do antigo Conselho Geral da Provincia de 11 de Abril
 de 1833 fôr a fôrvoação do Apody elevada a villa com a titulo de villa
 do Apody. Esta Resolução fôr confirmada pelo l.º Provincial de 23 de
 Março de 1835. O Comarcar do Apody fôr criado por lei de 15 de Setembro
 de 1845 e de 25 de Abril de 1846, sendo instalado a 11 de Setembro pelo
 Sr. Rodolpho Theou lano Alvarinho Talcaz, natural de Pernambuco,
 1.º Juiz de Direito. O acto solenne do juramento e fôrto dos primeiros
 Criadores do Municipio teve lugar no dia 9 de Setembro de 1846.

Ora manhã do dia 12 de junho de 1761 reuniram-se cerca de 70 índios, homens, de
indianos na frente do altar de S. João Baptista do Apody, agendando a hora do fer-
tido. Depois de celebrado a missa pelo cura do Apody, S.^o João da Cunha Paiva
foi o juiz Coldeira, um alto e intelligente velho de Alvoroz de 5 de junho de 1755,
e de 1. de Abril de 1680. Os 3 horas de tarde o cura da Cacha e os 10 pesos dos seus
amuniciões a hora do firtido. Os índios recoltem, pelo poder publico sob or-
dem do Tenente Col. José Gonçalves da Silva seguiram para a Serra de
S. Antonio. Comprehendidos o juiz Coldeira e o curador Paiva, Antonio Albi-
no do Amaral, Curador de Geometria e os instrumentos do Brasil, e Silva
Gonçalves da Silva, ajudante da Cacha com que demarcavam as terras do sertão
no dia 13 do dito mês chegaram nas margens d'agua do Apody, logo onde de-
vião reunir-se os índios que habitavam nas margens do mesmo rio. Em um
memorandum a este docto e ao tanto do mesmo dia, ficou se chamando Santo
Antonio, que ainda hoje conserva.

No dia 23 firmaram nas margens d'uma lagoa, onde Coldeira mandou
fazer uma grande fogueira, e pôz um tiro em honra do glorioso S. João Baptis-
ta, em commemoração a este docto se ficou chamando Lagoa de S. João
que ainda conserva. No dia 24 subiram a Serra de Santo Antonio e as
chegaram ao cimo da Serra, a Juiz Coldeira olhando por uma aba da ma-

ma Serra e vendo a panorâmica agradável do Verdoso do Sertão, disse as
seguintes palavras: "É uma porta alegre." Desde este dia se ficou cha-
mando a Serra de Porto Alegre que ainda conserva. Em Novembro
recebeu a Juiz Coldeira carta do Secretario do Estado do Alorinho e Dom-
nio Ultramarinho, expedida a 17 de ¹²⁰ julho do dito anno, com as instruc-
ções e autoris para a criação da villa. No dia 8 de Dezembro de 1761 foi
erigida a villa de Porto Alegre. Em commemoração ao facto celebrado
foi por occasião do chegar os índios do Apody no dia 24 de junho a cria-
ção da villa no dia 24 de junho e a criação da villa no dia 8 de Decem-
bro foram nomeados S. João Baptista e Sr. Peshora as Condições. Villãos os
índios do Apody tratam a Camara Municipal de aformar os melhores terrenos
para os habitantes do lugar, reservando somente os gratos e lugares impro-
prios para os índios. Devido a este acto e a preferencia dos Corregos publicos
para o Porto Alegre approvou a validade entre os índios do Apody,
e os moradores do lugar. Rebutando a revolução de 1817 os índios por

para mandar uma fustia de confiança a Simonin bues a fim de receber inteiramente
 sobre os salarios revolucionarios. Na reunião politica de Port, Allegre foi acolhida a
 proposta de Manuel Fernandes Bonito para ir a Simonin bues juntamente com os chefes
 revolucionarios. Manuel Fernandes Bonito foi acompanhado de Tobias, e depois de
 fazer a Simonin bues (Pucife) onde depois de conferencias com os chefes republicanos, volta
 tem encontros em barcos no rio. Proclamado o governo republicano de Natal por
 acolhida para Peter forte do governo provisório de André de Albuquerque, o Com.
 de Milicias José Francisco Vianna de Moraes. Esta noticia foi recebida em Port, Allegre
 com vivas a Republica, havendo fustias e grande recepção ao povo.
 O Padre Cordeiro, vigário da Freguesia, depois de celebrar a missa conventual,
 subiu ao pulpitto e fez uma allocução felicitando a seus paroquianos, por verem
 seu Patria livre, o mesmo fez o Padre Martinho Gomes no Aljedy.
 Notando a fôrça das republicanas em Port, Allegre com Colati do Rocha, foram
 logo de fôrça as authoridades policiaes de lá, villas e arredores, auctor.
 Com a derrota dos revoltosos em Rio do Pique, o Coronel Vieira de Moraes foi
 com a derrota do Rio Grande do Norte, reunindo gente para auxiliar a
 bater os fôrças inimigas. Por todo fôrça chegaram ahi, e a villa de
 Port, Allegre tornou-se em uma fôrça de guerra.
 Depois os chefes republicanos em Natal, sabendo a revolução, foram também
 presos em Pucife o tenente João Ferreira da Rocha e o Coronel Luiz Ma-
 nuel Fernandes, sendo este ultimo fôrça morto nas estas implicação no mo-
 mento. Em quanto isto se dava fôrça Capital, a revolução se tornava
 tomava incremento. O Coronel Vieira de Moraes e João Francisco foram
 chamados com actividade reunindo gente para atacar os fôrças do governo no
 Rio do Pique. Chegando a Port, Allegre a noticia da derrota republicana de Natal
 do Albuquerque de fôrça do governo em Natal com elle, foi grande a delusão
 entre os republicanos, e ainda mais quando souberam da chegada dos fôrças do go-
 v. do Rio do Pique, a Pau dos Ferros. Vianna de Moraes conferenciou com os chefes repu-
 blicanos, ficando com birras que todos se deviam reunir no povoação da Condição
 do Arruda, do Colati do Rocha, a fim de reunir as Com as fôrças do Coronel
 João Francisco. Depois os revoltosos de Port, Allegre, Martinho e Pater foram de-
 lúes em sua fôrça, onde foram encontrados varios documentos que logo foram
 lidos e remettidos ao governo, nas affirmando a acta de 18 de Janeiro.
 Depois a fôrça e quimada a bandeira republicana de Port, Allegre os fôrças

de Joviano seguiram para a Colômbia de Racho, acotando-se ao flanco esquerdo de quem
marchava a frente José e Alon Alvar, que tinham ^(29^o) a fúria de se ter fuzil, o confuso do
vriente a tua com fuzil. José e Alon tinham fúria velocidade de seu cavallo. Alvar com
a formação do Arruda onde foram guimabos, coroz, mendiado, eucader. R.
De Apody mas se effectua a prisão por terem os revolucionários, reconhecido o governo
a revolucionários do Colômbia de Racho depois de muito de luta, foram vencidos, tendo se
muitos para a Parahyba, onde geraram imigrantes, até a annexar geral dos Côrtes
de Lisboa. Em 1832 Conventuado a Carta da Parahyba, seguir de Apody um Conselho
geral do Segundo Nacional Comandado pelo Major Manoel Francisco Pinheiro.

Carta livro da Sesmarias, Segue a transcrição em Português atual

Registro de uma carta de data de sesmaria concedida pelo Senhor capitão-mor João Coutinho de Bragança a Martinho Pereira Homem, capitão-mor da Aldeia de São João do Apody e mais índios da nação Payacú de três léguas de comprimento e uma de largo na mesma Ribeira do Apody em um olho de água que nasce da parte sul e corre para o norte a encontrar com o Riacho que nasce de um outeiro, que parte dele deságua para o Riacho Figueredo, etc.

João Coutinho de Bragança, capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte, Governador da Fortaleza dos Santos Reis Magos, por sua Majestade que Deus Guarde etc. Faço saber aos que esta minha carta de data de sesmaria virem, que porquanto Martinho Pereira Homem, capitão-mor da Aldeia de São João do Apody e mais índios da Nação Payacú, dela me enviou a dizer por sua petição por escrito, cujo teor é o seguinte: Senhor capitão-mor e Governador.

Diz Martinho Pereira Homem, capitão-mor da Aldeia de São João do Apody e mais índios da Nação Payacu dela, que ele com risco de sua vida tem descoberto um sítio mais conveniente para poderem plantar suas lavouras para seu sustento aonde tem um olho de água que nasce da parte sul, corre para o Norte a encontrar com um Riacho que nasce de um oiteiro que parte dele deságua para o Riacho Figueredo, e parte para a lagoa do Apody da mesma Missão, com cujo olho de água descoberto se acham alguns pés de catolés, cajú, e sambaleilos ou cajueiros bravos pela Língua Portuguesa e por que o suplicante na légua de terra que sua Majestade, que Deus Guarde, lhes concedeu para sua aldeia não tem suficiência para plantarem roças e outros legumes como é notório e poderá informar melhor o Provedor da Fazenda Real que tem ido muitas vezes naquele lugar em serviço do dito senhor cuja terra descoberta se acha devoluta desaproveitada, e dista desta dita Missão três léguas e sem vizinhança de moradores e podem com muita facilidade cultivá-la com suas lavouras em cujas terras querem haver três léguas de comprido e uma de largo fazendo pião no dito olho de água correndo para o Norte, fazendo do comprimento largura e desta comprimento como melhor lhes parecer// Portanto pedem a Vossa Senhora atendendo a sua pobreza seja servido conceder-lhes em nome de Sua Majestade a terra pedida sem foro nem pensão e só de rogar a Deus pela vida, saúde e conservação de Sua Majestade e receberão Mercê. Informe o Provedor da Fazenda Real e aos oficiais do Senado da Câmara; Cidade do Natal, onze de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito// Coutinho/ informe o escrivão da Fazenda Real, Cidade do Natal, onze de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito//Soares// Senhor Provedor da Fazenda Real como os suplicantes alegam que foram os descobridores da terra de que se trata, e que esta se acha devoluta e desaproveitada se lhe deve conceder por sesmaria para que as povoem, e cultivem na forma das ordens da Sua Majestade não excedendo a taxa da lei e nem prejudicando a terceiro tudo na formalidade da mesma lei e é o que a vossa mercê posso informar. Cidade, onze de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito//Paulo Coelho. Senhor capitão-mor Governador o requerimento dos suplicantes parece estar em termos de lhe deferir pela razão de serem descobridores das terras, que fazem menção e em especial por recomendarmos a Sua Majestade se deem aos Índios terra em que comodamente vivam para as suas plantações ainda quando as que de presente descobrirem são perto da sua Missão e onde com toda a comodidade podem acudir as obrigações da mesma aldeia onde residem eles na forma ficara segundo o incomodo que os mesmos Índios teve em irem plantar na serra a que chamam vulgarmente do Martins, distante vinte léguas aonde o seu Reverendo Missionário lhes não poderá assistir com o pasto espiritual sem grande detrimento. Este o meu parecer sem embargo do qual sempre se seguirão o que for mais bem do serviço de S. Majestade. Rio Grande do Norte, doze de Fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito, Provedor da Fazenda Real, Dionísio da Costa Soares//Senhor capitão-mor e Governador. Revendo os livros que servem dos registros de datas de sesmarias nesta Câmara, deles não consta que haja outra que encontres terra que os suplicantes pedem e achando-se devoluta se lhes deve conceder para a cultivarem e

aproveitarem mormente por estar perto da Missão dos suplicantes, onde podem plantar suas lavouras, e retirarem-se para sua Aldeia no mesmo dia na forma das ordens de Sua Majestade e é o que podemos informar a Vossa Senhoria que mandará o que for servido. Dado em Câmara de doze de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito. Hieronymo de Albuquerque e Melo, Antonio de (?) da Rocha// Jorge Lopes Galvam/Prudente de Saá Bezerra// Vistas as informações, e contar não haver coisa que encontre a terra, que pedem os suplicantes se lhes passe sua carta de data de sesmaria na forma do estilo, observando-se em tudo as ordens de Sua Majestade. Cidade do Natal, treze de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e oito. Coutinho// Por bem do qual meu despacho se passou e mandei passar a presente carta de data de sesmaria, em nome de sua Majestade, que Deus Guarde, aos suplicantes o capitão-mor e mais índios da Aldeia de São João do Apody, de terra que pedem e confrontam em sua petição para si e seus sucessores ascendentes e descendentes, exceto religiosos em virtude da real ordem de Sua Majestade de vinte e dois de dezembro de mil setecentos e quinze, sem foro nem pensão alguma mais do que tão somente encomendarem a Deus pela vida, saúde e conservação de sua Majestade em razão de serem pobres e pessoas miseráveis a qual lograrão com todas as suas matas, campos, águas, testadas, logradouros e mais úteis que nela houver com a condição de as povoar, medir e demarcar dentro do quinquênio da lei e serão obrigados a darem pelas ditas terras caminhos livres ao conselho para fontes, pontes, e pedreiras, e dentro de um ano haverão confirmação de Sua Majestade pelo seu Conselho Ultramarinho pelo que ordeno ao Provedor da Fazenda Real lhe dê e faça dar posse real, e efetiva, e atual na forma costumada mais da ordem do livro 4º, título 43, pena de se haverem por devolutas, se darem que mais pedir e conforme as ordens de Sua Majestade de onze de março de mil setecentos e cinquenta e quatro que havendo estrada publica, que atravessasse Rio caudaloso se lhe deve dar meia légua de terra em quadra para cada banda do Rio para comodidade dos passageiros o que assim se deve observar que por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente carta de data de sesmaria por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se registrará nos livros da secretaria do Governo desta capitania, da Câmara desta cidade e na ouvidoria geral e sem esta precisa circunstância não valerá por Resolução de Sua Majestade de quatorze de março de mil setecentos e quarenta e oito. Dada e passada nesta Cidade do Natal, capitania do Rio Grande do Norte aos treze de fevereiro. Simão Rodrigues Correa, secretário deste Governo a fiz. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e oito//João Coutinho de Bragança// e tinha selo/ carta de data de sesmaria pela qual V. Sª houve por bem se faça mercê em nome de Sua Majestade aos suplicantes Martinho Pereira Homem capitão-mor da Aldeia de São João do Apody, e mais Índios dela da terra que pedem e confrontam em sua petição debaixo das cláusulas declaradas// Para Vossa Senhoria ver e não se continha mais em dita data de sesmaria que eu Simão Rodrigues Correa secretário deste governo a que bem e fielmente registrei (?) que se havia passado por este mesmo governo aos treze dias do mês de fevereiro de 1758.

Traduzida pelo professor João Felipe Trindade – UFRN.

Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa/Portugal
Caixa RN-1, sem data - Carta de Joseph Lopes Ulhoa ao Rei de Portugal.

Vejase no Cons^o Ult^o e se me consulte (...) com o seu parecer. Lisboa 22 de março de 1688.

Sr.

Este papel offeresso segunda vez nas Reais mãos de VMag^{de} foy servido mandar remeter ao Concelho Ultramarino não ha noticias delle, e procurando a cauza do secretario do mesmo Concelho, diz o remetera ao Procurador da Faz^a Sebastião Cardoso Sampayo, em cujo poder se não acha entre os m^{tos} papeis q em minha presença buscou, remetidos do Concelho e porque poderá convir ao serviço de VMag^{de} o q nelle representava ma resolvi a fazer esta copia q poderá ter melhor successo com o amparo de VMag^{de}

A materia della he o levantam^{to} q ouve na Capitania do Rio Grande como sou filho do Brazil e com bastantes noticias das inclinações desta nação poderey sem m^{ta} censura falar neste particular. E assy conforme o meu entender proporey com o devido respeito, a VMag^{de} o caminho mais suave p^a o melhoram^{to} desta alteração.

Nas rebeliões ou se uza dos meynos da industria p^a aquietação, ou do das armas p^a o castigo. Neste se pode uzar de ambos, trabalhando porem mais no da industria pela natureza de vida e trato desta nação e porq também pello outro será mais difficuloso o castigo. Estes Tapuyos a q chamam Jandoins são m^{to} diferentes dos outros porq não tem aldeas nem parte certa em q vivem e sempre andão volantes sustentandosse alguas vezes dos frutos da terra e cassa que matão e outras de algum gado que lhes dão os vaqueiros o eles lhe roubão.

Querer castigar estes homens por força das Armas me parese quasi impossivel e m^{to} inconveniente; quasi impossivel porq logo q tiverem noticia q os vão buscar p^a castigar se hão de por em fugida, e por m^{tos} cuidadosos e dilligentes q sejam os que forem em seu seguim^{to} os não poderão alcansar pela ligeireza com q este gentio marcha e pouco pezo das armas q levão sem lhes ser ne^{co} carregar os mantim^{tos} com q se hão de sustentar, esta he a razão por q me parese quasi impossivel. A porq me parese inconveniente he supondosse alcansão algua ves por descuido ou entre preza o mayor despojo desta victoria serão entre vinte e trinta Tapuyos mortos e outros tantos feridos. E deste grande bem sem duvida o q se nos há de seguir he ser ne^{co} andar sempre tras delles por evitar as extroções e danos que hão de fazer os que ficarem em sentindo que nos retiramos em todos aquelles moradores q puderem colher, e o peor será comaes ser-to, q não só esta nação, senão m^{tas} q hoje estão quietas se hão de levantar, induzidas facilme^{te} dos outros, e teremos novas rebeliões q castigar; e eterna aquella guerra e impossivel a quietação dos moradores daquella Capitania.

Outra razão há de inconveniencia, e he a da despeza da Faz^{da} de VMag^{de} que ha de ser grande, pellas experiencias q tenho como tes^a de vista. Nas entradas que Affonço Furtado mandou fazer no sertão da Bahia sendo diferentes as nações

porque tinham aldeas sertas, dentro das quaes forão prezos, passou a despeza de trinta mil cruzados o que sey porq servia naquelle tempo meu pay An^{mo} Lopes Ulhoa de Provedor mor da Bahia; na Capitania do Rio Grande não tem a Faz^{da} de VMag^{de} rendim^{to} p^a m^{to} menor despeza, e ainda q a ouvera não paresse justo que se despenda podendo haver caminho maes suave p^a a quietação.

Este será; q o Cap^{am} mor q VMag^{de} for servido mandar entre publicando hua sanguinolenta guerra contra esses Tapuyos, fazendo alguas perparações p^a ella, convocando ainda q supostam^{te} o Terço do Camarão a q todos esses Tapuyos tiverão sempre g^{de} temor; e enq^{to} fizer estas dilig^{cas}, de sorte q os mesmos moradores entendendo q são verdadeiras, buscará com todo o segredo algúns vaqueiros moradores naquelle sertão com os quaes estes tapuyos comem e bebem e a quem chamão compadres; e aos q entender são mayor confiança e fidelidade os obrigará com dadivas q hão de custar m^{to} pouco e com promessas q he melhor boril p^a semelhantes corações, e os mandará a q vão buscar estes Tapuyos e lhes digão, vendendo lhe por fineza o avizo tudo o q o Cap^{am} mor intenta contra elles e q sem duvida ficarão destruidos e q só terão por remédio de vir pedir lhe pas e dar toda a segurança a ella.

Tenho por sem duvida que este gentio intimidado nesta forma, e por aquelles q elles prezumem são seos amigos e confidentes hão de vir pedir pas, a qual o Cap^{am} mor concederá reprehendendoos e ameaçandoos m^{to} asperam^{te} pellos seos lingos; e p^a segurança della lhe tomará cinco ou seis filhos dos mayores em reféns os quaes terá em sua comp^a na fortaleza, segurandoos todo o bom tratam^{to} e concedendohe premiação p^a os poderem ver e falar, e se ne^{co} for p^a que de tempos em tempos os possão mudar por outros; porq desta sorte lhe não será a elles tão agro o largarem os filhos pello m^{to} q esta casta de gente os ama;

Esta industria vi obrar a hum parente meu em semelhante alteração na Bahia, e com outros refés q teve por alguns tempo em sua comp^a os sossegou de todo, q com estas noticias, e outras semelhantes he q falo neste particular.

Também me paresse será conveniente a VMag^{de} mande recomendar aos Pes da Comp^a este neg^{co} e q com avizo do Cap^{am} mor lhe remetão dous rellegiozos, q saibão a lingua p^a assistirem com estes Tapuyos, p^a o q lhe mandarão fazer aldeas e dará algua pouca de terra capaz de poderem plantar suas lavouras de q se hão de sustentar, e com o trabalho dellas, o q os Pes o obrigarão, e com a sua doutrina ficarão de todo domesticos eahirão reduzindo a nossa Santa fê e bautizando, q p^a estas converções paresse q deu D^s particular zello a estes rellegiozos, q^{do} não fora por outra razão maes q donde por esta do bem destas almas se devião buscar p^a os caminhos maes suaves p^a si poder chegar a estes fins; q^{do} elles não impedem os das Armas no cazo que seja presiso uzar dellas, o q entendo será escusado.

Falos^{er} das telhas abaixo, como se costuma dizer, donde tudo he inserteza; porém como a bondade divina não costuma faltar aos q obrão bem de sua p^{te}, devo eu esperar della q sayã estes meyoos tão bem sucedidos como he o dezejo que tenho de servir a VMag^{de} e se na minha pessoa VMag^{de} achar sufficiencia p^a ir executar com a obra o q digo neste papel de palavra; poderey segurar a VMag^{de} q no zello cuidado e fidelidade mi não levará outro ventagêns. O suposto q sou opozitor a este lugar, pesso a VMag^{de} não queira presumir de mim q me obrigo a esta obra o querer melhorar a minha pertença maes q do zello do serviço de VMag^{de} que sempre preferi às minhas conveniencias. VMag^{de} mandará o que for servido.

Joseph Lopes Ulhoa.

Haja vista o Prov^{or} da Faz^{da}. L^{xa}, 23 de marso de 1688.

ANEXO 6 – PROJETO DE INTERVENÇÃO

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEG
Campus de Pau dos Ferros
Departamento de Letras Vernáculas - DLV
Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS
Unidade Pau dos Ferros
Br 405, Km 153, Bairro Arizona, CEP 59900-000, Pau dos Ferros/RN
Fone (84) 3351 2560/ Fax 3351 3909/ E-mail profletras.pferros@gmail.com/ Site propeg.uern.br/profletras



PROFLETRAS
Unidade Pau dos Ferros

MARIA MÔNICA DE FREITAS

**RELATANDO SOBRE A HISTÓRIA DE UM POVO:
O MASSACRE DE 70 ÍNDIOS TAPUIAS PAIACUS
DO APODI**

PROJETO DE INTERVENÇÃO

ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ALVANI DE FREITAS DIAS

APODI – RN

2017

MARIA MÔNICA DE FREITAS

**ESCREVENDO RELATOS SOBRE A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DE UM POVO:
O MASSACRE DE 70 ÍNDIOS TAPUIAS PAIACUS DO APODI**

Proposta de intervenção a ser desenvolvida na Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias, para fins de aplicação em pesquisa de Mestrado desenvolvida por meio do Programa Nacional de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), sob a coordenação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM).

Orientador: Prof. Gilton Sampaio de Souza

APODI
2017

1 – APRESENTAÇÃO

Esta proposta de intervenção tem como universo de execução a Escola Estadual Professora Alvani de Freitas Dias, situada no município de Apodi. A referida instituição escolar funciona em um prédio do projeto do Governo Federal denominado de Centro de Atenção Integrada à Criança (CAIC), que nunca foi concretizado, tendo o prédio sido ocupado por uma escola estadual e outra municipal.

A proposta contempla a intervenção em um projeto interdisciplinar para o ensino-aprendizagem de produção de texto, a partir do ensino de gêneros, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia. Trabalha-se com temática, aqui concebida como tema gerador, na concepção que Paulo Freire (1987) dos massacres sofridos pelos índios tapuias paiacus, o que inclui a expulsão da tribo da aldeia em Apodi, a ida para a Serra de Portalegre e a promessa de volta de lá para cá, culminando com o massacre de 70 índios jovens no pé da serra, onde hoje se situa o município de Viçosa.

O desenvolvimento da execução deste projeto se dará em quatro módulos, contemplando duas teorias pedagógicas: a proposta de trabalho orientada por Paulo Freire em suas diversas obras como Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido, quando se parte de um Tema Gerador. E para o enfoque ao ensino de produção textual, os módulos didáticos orientados por Bronckart (1999), quando se adotam três módulos para se processar a orientação da escrita do aluno, considerando a teoria dos gêneros (BAKHTIN, 2003).

2 – JUSTIFICATIVA

A matriz histórica e cultural indígena no Brasil inteiro, por isso também no Estado do Rio Grande do Norte, onde se inclui o litoral e o sertão desta unidade da federação, é muito forte. Embora, grande parte da população não reconheça detalhes, tanto do que se vive culturalmente quanto do que ainda se tem em termos de representantes vivos que resistem até hoje e vivem no nosso meio, mesmo não mantendo os usos primitivos das tribos antigas, pelo fato de ter predominado a aculturação europeia.

Se perguntarmos a qualquer potiguar que não tenha se preocupado em ler acerca do assunto, se há índios no Rio Grande do Norte, ele responderá que não. No entanto, nesta resposta não se contextualizam as conclusões de diversos estudos desenvolvidos por historiadores que concluíram o inverso: há índios sim, em todos os Estados brasileiros. O fato é que na maioria destes, o processo de dominação econômica pela exploração e a aculturação europeias dominou quase que totalmente a formação sociocultural do povo, gerando o pensamento de que os índios, que no caso do Rio Grande do Norte são os potiguaras no litoral e os tapuias no sertão, foram exterminados totalmente.

As pessoas, embebidas de senso comum, desconsideram os relatos pessoais de muitos indivíduos que até hoje afirmam sua ligação com a etnia indígena informando um vínculo muito próximo em sua genealogia. Portanto, essas pessoas têm etnia indígena e alguma delas revelam-se até pela fisionomia e a preservação da cultura em crenças, culinária, preferências musicais, gostos cotidianos. Na região que inclui as cidades de Apodi, Viçosa e Portalegre, a marca da etnia indígena é perceptível, tanto que nesta última cidade há até marcos históricos e turísticos enaltecendo os tapuias paiacus, que foram levados de Apodi para lá, quando da divisão do Rio Grande em Capitanias.

A descoberta desses detalhes históricos e culturais é o que valida cientificamente a necessidade de se estudar a temática indígena nas escolas públicas e privadas. Em Apodi, por exemplo, tem-se famílias que já foram auto afirmadas com reconhecimento da FUNAI, a partir da Convenção 169/1989, instituída pelo Decreto Legislativo nº 143/ 2002, o qual reconhece que esses povos remanescentes de indígenas primam pelo controle de suas próprias instituições e formas de vida, pelo seu desenvolvimento econômico e para manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram, permite que os mesmo possam ser reconhecidos pela confirmação étnica dada por ele e confirmada pelos órgãos e lideranças nacionais, estaduais e municipais.

E além de toda essa consideração dos processos científicos já estudados e divulgados, para se reafirmar a necessidade de levar esses conhecimentos à escola, existe a lei 11.645 que acrescentou a obrigatoriedade do ensino da cultura e história indígena à lei 10.639, de 2003, responsável por inserir a história afro-brasileira e africana nos currículos escolares. A intenção foi fazer com que as questões

indígenas e afro-brasileiras sejam abordadas nas diversas disciplinas do currículo escolar da educação básica.

Hoje vigora o que está exposto no art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, reformulado a partir do *Caput* com redação dada pela Lei nº 12.796, de abril de 2013. No novo texto, a parte diversificada deve incluir o estudo sobre os diversos aspectos regionais e locais, em que se inclui o estudo da cultura, economia e demais elementos de formação da sociedade. Neste mesmo art. 26, no Inciso VI, parágrafo 4º, fica também evidente que “O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. Acredita-se numa valorização maior à cultura europeia, e por isso, a relevância singular de propor à escola uma forma interdisciplinar, contemplando a diversidade e o cunho multicultural no processo de ensino-aprendizagem.

Não se pode negar, apesar de serem hoje minoria em números populacionais, a herança das culturas indígenas em nossa vida é presente em hábitos, costumes, crenças, vocabulário, técnicas, alimentação, dentre outros. No entanto, mesmo os que às vezes a utilizam, por não terem ideia de suas origens, tratam com discriminação qualquer forma de existência do índio no contexto contemporâneo.

Considerando os aspectos relacionados com a pedagogia do Oprimido e da Autonomia, sistematizados pelo educador Paulo Freire, vê-se nesta intervenção, como ele próprio afirmou, a reiteração de sua compreensão de que “a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 61). Neste sentido, intenta-se trabalhar a autonomia crítica dos alunos para desenvolver um pensamento distinto da ideologia histórica implantada por tanto tempo.

Trabalha-se assim na linha contrária à reprodução da ideologia domin desmascarando os seus sentidos, entendendo que é necessário trabalhar a dia histórica, mas também as suas contradições (FREIRE, 2002).

Portanto, a principal justificativa desta proposta está justamente no seu propósito de trabalhar os esclarecimentos com relação à história indígena local, estimulando a escola, os alunos e todos os seus atores a manterem viva parte da história do povo originário da sociedade desta região Oeste do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma intervenção que permite aos alunos reconhecerem as origens culturais de Apodi e região de maneira pedagógica. E além disso, contribui com o desenvolvimento da habilidade de produção textual, quando trabalha um modelo

didático para esta atividade que pode ser desenvolvida em qualquer componente curricular na escola.

A garantia desses temas na educação básica permite uma aprendizagem baseada no respeito ao outro independente de sua origem, da etnia que ele autodeclara e na valorização das diferentes culturas que compõem a nossa diversidade social.

3 – OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Conhecer a história dos índios Tapuias Paiacu que habitavam a região denominada Ribeira do Apodi na época da colonização dos sertões do Rio Grande, promovendo a discussão e a reflexão sobre a existência dos seus descendentes atuais a partir da cultura e resistência secular; e a partir dessa reflexão escrever um relato histórico sobre o massacre de 70 índios pertencentes à nação tapuia, ocorrido no município de Viçosa, ao pé da serra de Portalegre no ano de 1825.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar saberes acerca da história dos índios que formam a etnia dos povos originários dos municípios de Apodi, Viçosa e Portalegre no Estado do Rio Grande do Norte;
- Discutir sobre a história e em especial sobre a resistência dos índios tapuias paiacus, compreendendo que ainda existem descendentes desses povos na região, percebendo aspectos culturais, sociais e respeitando a autoafirmação étnica;
- Desenvolver a capacidade de produção de textos com base em um tema gerador, do qual se produza conhecimento e formação crítica/ libertadora;
- Produzir um texto do gênero relato histórico, articulando conhecimento enciclopédico com aulas de campo e visita ao local do massacre;

4. TEMÁTICA E CONTEÚDOS

4.1 O TEMA GERADOR E SEUS ASPECTOS TEÓRICOS

A proposta de trabalho com temas geradores parte de uma tendência progressista da educação, mas especificamente, neste trabalho voltada para a pedagogia da libertação, defendida pelo educador Paulo Freire (1921-1997). A educação nesse sentido, se permeia pelo ato de ensinar e aprender junto com o aluno diante das necessidades sociais de emancipação. Tozoni-Reis (2006, p. 104) explica que essa visão pedagógica em que:

[...] a forma de trabalho educativo é o grupo de discussão, que conduz o processo educativo buscando os conteúdos problematizadores, realizando as discussões, compartilhando as descobertas, definindo as atividades e os temas geradores como ponto de partida para a decodificação das sílabas e, principalmente, a decodificação do mundo social, histórico, político e cultural onde vivem os oprimidos nas sociedades desiguais.

Desta forma, o tema gerador está fixado na realidade do aluno, as palavras que seguem esse tema, isto é, os subtemas que dele emanam é o que vai dar sentido à prática educativa. Paulo Freire (1987), ao desenvolver um método que trabalha a partir de temas geradores desenvolveu uma estratégia pela qual junto com os alunos ele investigava os temas e deles retirava os conteúdos escolares necessários ao aprendizado do educando. Assim, o que os alunos conheciam, dos seus saberes era que se retiravam os conteúdos a serem ensinados.

A partir da busca por temas geradores que contemplem os objetivos de aprendizagem voltados para a temática da história indígena que abrange as cidades de Apodi, Viçosa e Portalegre, procura-se trazer para os círculos de discussão, denominados por Freire (1987) de círculos de cultura abrangência de temáticas como: a história das origens tapuias, a cultura e suas influências na formação do povo da região, bem como dos massacres que ocorreram por causa da resistência indígena e do silêncio que por dominação cultural fez com que se criasse o conceito da não existência do índio no Rio Grande do Norte e também na região do Oeste deste Estado.

Trabalha-se, portanto, a partir de uma situação real, concreta, uma vez que se perguntarmos a qualquer dos conterrâneos acerca desse assunto, a resposta mais

esperada será a da não existência de indígenas por aqui, e é a partir dela que se define o conteúdo programático do projeto. Tal pensamento baseia-se em Freire (1987, p. 54) quando afirma que: “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política”, entendendo-se que educar, ensinar na escola é um ato político.

4.2 OS CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

Partindo da temática dos massacres indígenas o conteúdo programático irá se gerar a partir do diálogo inicial com os alunos, pelo qual pretende-se definir o trabalho com os aspectos relacionados com a introdução da temática indígena na escola. Após o diálogo, faz-se o diagnóstico do conhecimento dos alunos, destacando-se os subtemas que serão abordados nos círculos de discussão temática.

As etapas da proposta serão vivenciadas em módulos, nos quais subdividimos diferentes subtemas, partindo da temática geral que é a história indígena. A partir desse tema geral, trabalha-se a história, a cultura, os massacres, a resistência e o resgate da identidade dos índios Tapuias Paiacu, grupo étnico que habitava o sertão da Capitania do Rio Grande do Norte na época da colonização.

4.3 OS COMPONENTES CURRICULARES ENVOLVIDOS

Vivenciar uma intervenção pautada na teoria freireana é, sobretudo, compreender que o conhecimento jamais será posto de forma fragmentada, por depósito na mente dos alunos, como ocorre com o ensino como denomina Freire (1987) de educação bancária. Segundo Freire (1987, p. 58) “na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é ‘depositar’ se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos”. É neste que se buscam os temas geradores.

Para tanto, assegura Freire (1987) que a prática do professor dialógico nesse sentido é trabalhar “em equipe interdisciplinar este universo temático, recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu” (FREIRE, 1987, p. 59).

Seguindo essa linha teórica, esta intervenção será vivenciada a partir da integração de diversos componentes curriculares do ensino fundamental. Entre os selecionados para se integrarem à proposta estão: Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Matemática, Arte e Ensino Religioso.

Cada componente se insere no contexto das atividades que contemplam a proposta, desenvolvendo tópicos que contemplam a área de conhecimento e aplicando-os de acordo com a metodologia dos temas geradores, partindo do diálogo, realização dos círculos de cultura, com a problematização, sistematização e apropriação crítica dos saberes interdisciplinares.

5 – METODOLOGIA

MÓDULO 1: INVESTIGAÇÃO DOS ALUNOS E DO PROFESSOR SOBRE AS PALAVRAS GERADORAS DOS SEUS SABERES ACERCA DOS ÍNDIOS TAPUIAS – LEITURA DE MUNDO E DIALOGICIDADE		
Atividades	Conteúdo	Tempo
1. Problematização 2. Exibição de vídeo 3. Discussão 4. Produção de texto	1. Questionamento sobre os saberes dos alunos sobre história do índio no Brasil, em diversas dimensões; 2. Busca de palavras geradoras sobre a temática dos massacres indígenas; 3. Exibição de documentário/ relato de Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro; 4. Formação de equipes, discussão sobre o vídeo/ documentário e contextualização do conteúdo do vídeo com a história indígena local: o que sabem os alunos? 5. Proposta de produção de texto.	3/h aulas
MÓDULO 2: TEMATIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS POR MEIO DA INSTRUMENTALIZAÇÃO TEÓRICA – O TRABALHO COM OS CÍRCULOS DE CULTURA		
1. Pesquisa 2. Leitura 3. Exibição de vídeos	1. História, cultura e resistência indígena nos contextos: Brasil, Rio Grande do Norte Região do alto e Médio Oeste (Apodi, Viçosa, Portalegre, etc.); 2. Reflexão sobre a existência de descendentes indígenas na região;	4/h aulas

4. Discussões acerca da cultura indígena presente na nossa formação social 5. Reflexões sobre as necessidades de transformação de conceitos e de estereótipos 6. Avaliação	3. Discussões sobre aspectos culturais atuais com influência da cultura indígena: músicas, culinária, crenças, lendas, cultura linguística, esportes, etc. para refletir acerca da formação da identidade do povo admitindo a presença da cultura dos tapuias; 4. Exibição de vídeo com relato por Lúcia Maria Tavaris sobre massacres indígenas envolvendo os colonizadores e os Tapuia Paiacu; 5. Avaliação – atividade escrita em grupo sobre o que foi instrumentalizado.	
MÓDULO 3: PROBLEMATIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE PRODUÇÃO TEXTUAL – O DESAFIO AOS ALUNOS PARA SUPERAR A VISÃO PRECONCEITUOSA, MINIMALISTA E ESTEREOTIPADA SOBRE A EXISTÊNCIA DOS ÍNDIOS NO CONTEXTO ATUAL		
1. Visita ao Museu do Índio; 2. Aula de campo (viagem), percurso de Apodi a Portalegre; 3. Escuta de relato oral por Lúcia Maria Tavares sobre o Massacre de 70 índios na Serra de Portalegre; 4. Produção escrita de relato histórico	Com base no modelo didático de Bronckart (1999), será lançada a proposta de produção escrita do gênero relato histórico: I – Escolha modelo didático a) Explicar aspectos do discurso pertinente ao gênero; b) Perceber as sequências frequentes no gênero de texto proposto; c) Trabalhar o domínio dos mecanismos linguísticos adequados ao relato escrito II – Revisão do texto a) Confronto da escrita do aluno com os aspectos trabalhados em I; b) Revisar o texto em conformidade com o que foi trabalhado em I e o que foi percebido em a; III – Escrita final	5/h aulas

	a) Produção da versão final do relato histórico sobre o massacre de 70 índios na Serra de Portalegre.	
MÓDULO 4: CONCLUSÃO DO PROJETO NA ESCOLA		
1. Exposição cultural indígena	1. Exposição de fotos em banners: do museu, da culinária, de lendas e histórias da literatura indígena, de artefatos indígenas, de músicas, de palavras indígenas 2. Exposição dos melhores relatos escritos pelos alunos	1 dia de aula

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso; problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio discursivo. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, Educ, 1999. 353 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em Revista**, n. 27, p. 93-110, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000100007&script=sci_abstract&tlng=p>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ANEXO 6 – TRANSCRIÇÃO DO RELATO ORAL DE LÚCIA TAPUIA (transcrição pela autora).

Bom dia pessoal! Eu sou Lúcia Maria Tavares, sou descendente de família paiacu de Apodi e... de Portalegre!... Porque toda essa redondeza faz parte da nossa história, por tanto tempo, 190 anos nós ficamos calados, todo mundo dizendo que não existíamos mais. Mas, na verdade fomos obrigados a se calar, se não teríamos sido realmente dizimados né?

[...]

Em 1680 chegaram os portugueses, mas, já existiam essas famílias tapuias paiacus. Eles, com a intenção de tomar posse das terras para explorar, foram pouco a pouco querendo mais. A história que a gente sabe é que, os índios foram expulsos. Eles chegaram, foram tomando posse das terras, arrancaram plantações, queimaram as palhoças, foram matando índios... e os venceram.

Trouxeram para a Serra de Portalegre em 1761, colocaram em uma terra que não dava para plantar, os índios começaram a passar fome, a se rebelar, a roubar as fazendas. Em 1825, em novembro, mais ou menos, houve a revolta. Liderados por Luiza Cantofa e João do Pêga, os índios atacaram Portalegre. Um delegado foi morto e um coronel se suicidou.

Porque em 1817 houve uma revolução, a Revolução Pernambucana. O Coronel Vieira estava preso, e chegou a Portalegre mesmo na época do ataque. Não aguentou vê a luta sangrenta e se matou, não aguentou vê os índios querendo retomar o direito de voltar à sua terra.

E por por causa dessas mortes, 70 índios jovens que participaram do fato foram presos na cadeia de Portalegre. Passaram alguns dias presos, neste local aqui ao lado. E com a promessa de serem transportados para Natal, nos dias posteriores, os índios foram levados ao pé da serra, no sítio Viçosa. Lá foi enfincada no chão uma cruz, houve a reza de um terço e em seguida todos os jovens tapuias foram assassinados, covardemente.

Os líderes da revolta, João do Pêga e Cantofa, acompanhada de sua neta Jandy fugiram serra a dentro. João do Pêga não foi mais visto. Cantofa com sua neta se escondeu, dias depois foi encontrada e assassinada na frente da neta. A menina, também nunca mais se soube do seu rumo após a morte da avó.

Luiza Cantofa não é uma lenda, como a história contada pelo colonizador afirma. Ela é verdadeira, foi assassinada brutalmente por seus algozes que tinham em mente a meta de dizimar os povos indígenas para tomar conta das terras e delas fazer criação de gado, grandes negócios. Até o povo do Jenipapo Kanindé no Ceará sabe dessa história.

Os Kariri Xocó, índios de Pernambuco sabem dessa história. Então, não é lenda. Ela foi sepultada aqui mesmo na Serra de Portalegre, quem é daqui sabe que tem o lugar, é preservado até hoje onde ali mesmo ela foi enterrada. Eu encontrei pedaços de cerâmica antiga lá!. Não vou mais ao local porque já estou cansada dessas pesquisas, mas já fui lá. Então, não é uma lenda, é real. Esta é que a história verdadeira.

E os 70 jovens foram mortos porque já fazia parte do plano do colonizador, matar os índios.

Depois, soube-se que João do Pêga escapou, é tanto que existe até hoje a comunidade que tem o seu nome, “O Pêga”, onde se diz que ele viveu escondido por muito tempo, no próprio sítio que tem o nome dele e hoje é dos quilombolas.

Quanto aos jovens, foram enterrados ali mesmo pelas suas famílias, no outro dia, assim dizem os relatos de pessoas que moraram nas redondezas e que são descendentes dessas famílias. Tem as covas, demarcadas por pedras, lugar que encontramos em nossas pesquisas, lá no antigo sítio Viçosa.

[...]



ANEXO 7 – TRANSCRIÇÃO DOS RELATOS ESCRITOS PELOS ALUNOS

TEXTO 1

No local denominado de Cemitério do Massacre dos Índios, no ano de 1825, aproximadamente 70 índios teriam sido chacinados por policiais que prenderam os índios dizendo que ia levar os 70 índios jovens para a cidade.

Mas tudo isso era uma cilada para assassinar os jovens índios. No meio do caminho, eles pararam no Sítio Viçosa onde hoje fica a cidade de Viçosa. Eles levaram os 70 jovens para o pé da serra. Chegando lá os policiais pediram para os índios rezarem um terço por causa da cultura dos portugueses.

Luiza Cantofa, ela que comandou o movimento dos índios contra os portugueses. Esse movimento era pra tomar suas terras de volta, que os portugueses queriam colonizar. No dia que foram prender os índios Luiza Cantofa fugiu e com caçadores a procura de Luiza Cantofa, a acharam e o mataram.

TEXTO 2

No ano de 1825 ocorreu o massacre de 70 jovens índios entre a serra de Portalegre e um sítio em Viçosa. A causa desse massacre foi por forças governamentais e pelo ato de ataque dos índios à sede da Vila Portalegrense.

Ainda não se sabe ao certo onde estão enterrados, mas, provavelmente estão enterrados entre a serra de Portalegre e um sítio, em Viçosa.

Antes de serem mortos por policiais, os índios levantaram uma grande cruz e depois rezaram um terço, depois foram amarrados e mortos a tiro, pelos policiais que inventaram que iam levar os índios para uma prisão em Natal. No entanto, era uma armadilha para matar os índios na serra de Portalegre, hoje município de Viçosa.

TEXTO 3

Foi no dia 3 de novembro de 1825. Teve um movimento liderado por Luiza Cantofa, o movimento contra os portugueses que queriam colonizar as terras. Os índios roubaram gado dos brancos.

Com esses acontecimentos o delegado da cidade mandou 3 policiais prenderem os 70 índios. Depois de um tempo presos o delegado planejou um acilada para matá-los.

O delegado disse a eles que iam levá-los para Natal. Chegando no Sítio Viçosa (onde hoje é a cidade de Viçosa), botaram eles para rezar um terço (por causa da cultura dos brancos), botaram os 70 índios de joelho e os mataram com vários tiros de carabina. Daí aconteceu o massacre dos 70 índios tapuias paiacus.

TEXTO 4

Em novembro de 1825 entre a cidade de Viçosa e Portalegre houve um atentado a 70 índios que eram liderados por Luiza Cantofa. Foram mortos covardemente por policiais que disseram que iria levá-los para uma cadeia em Natal.

No meio do caminho entre essas duas cidades, eles fizeram isso por causa de terrenos que pertenciam aos povos indígenas. Antes de assassiná-los os policiais mandaram eles rezarem um terço que fazia parte da religião portuguesa.

Depois de mandarem os índios rezarem eles mataram os índios, cavaram covas, os enterraram e colocaram pedras por cima. Já que naquele tempo não eram covas como se faz atualmente.

Luiza Cantofa conseguiu fugir com sua neta e João do Pêga que era um companheiro de luta. Eles fugiram para dentro da serra que só era mata. Mas depois de um tempo eles acharam e assassinaram.

TEXTO 5

Em 03 de novembro de 1825 ocorre uma chacina de índios paiacus ao pé da serra de Portalegre-RN, no Sítio Viçosa. Tudo aconteceu por causa de um ataque feito pelos indígenas à sede da Vila Portalegrense.

Na manhã, os índios se reuniram para atacar a Vila de Portalegre. Eles travaram uma luta com os moradores. No meio da confusão aconteceu que um delegado de polícia foi morto, um capitão e um suicídio de um coronel. Uma ordem de prisão foi estabelecida.

Os índios foram presos, algemados e seriam encaminhados para a cadeia de Natal. Diziam os da escolta. Ao chegarem ao pé da serra, entre Viçosa e a Vila de Portalegre, os indígenas estavam levando uma grande cruz.

Eles se reuniram e rezaram um terço. Quando terminaram a oração foram colocados todos juntos e foram fuzilados. Eram uns 70 índios que estavam sendo fuzilados. Os indígenas foram enterrados perto da serra.

TEXTO 6

No ano de 1825 ocorreu o massacre dos 70 índios Tapuyas na Vila de Portalegre (conhecida atualmente como o município de Portalegre). Esse massacre, sobretudo, ocorreu pelo fato de os coronéis daquela região quererem tomar as terras que eram dos índios para expandir a agropecuária na região.

Os coronéis, visando esse objetivo, levaram os índios da aldeia em que eles moravam no território de Apodi e os levaram para Portalegre para serem escravos. Chegando lá, por não haver comida, visto o solo não ser fértil, os índios passavam fome. Revoltados com a injustiça, eles planejaram uma rebelião, liderada pelos índios Luiza Cantofa e João do Pêga.

Como parte do plano, eles roubaram as criações de gado e se alimentaram. Sabedores do que estava acontecendo, os coronéis prenderam os índios e os levaram para a prisão. O comandante do Estado mandou que os levassem para a cadeia de Natal. Todavia, como forma de vingança, eles levaram os índios para o pé da serra de Portalegre, onde os mataram cruelmente, ali mesmo. Luiza, sua neta Jandi e João do Pêga fugiram, mas Luiza poucos dias depois foi encontrada de morta, e sua neta, se perdeu.

TEXTO 7

No ano de 1825, Luiza Cantofa e João do Pêga foram os dois índios que lideraram e incentivaram a revolta indígena contra o governo. Naquela época os colonizadores queriam obrigar aos índios que saíssem de suas terras para eles fundar vilas.

João e Luiza conseguiram reunir alguns índios e todos eles eram homens. Antes que eles conseguissem o que queriam, as forças governamentais proporam para todos um jantar, mas era tudo uma farsa. Eles prenderam os índios em uma cela ali mesmo na serra. Logo depois eles desceram a serra com os índios, falando que iriam para Natal.

Mas, quando chegou no Sítio Viçosa aconteceu o massacre dos 70 índios, e depois cavaram poucas covas para o número de mortos, e logo em seguida para indicar o local eles colocaram pedras. Enquanto eles desciam a serra Luiza, Jandi e João foram os únicos índios que conseguiram fugir. Luiza e Jandi subiram a serra, enquanto João seguiu em direção diferente, não se sabe dele. Luiza foi morta enquanto descansava e foi enterrada ali mesmo, e Jandi desapareceu na mata.

TEXTO 8

Na cidade de Portalegre, uma cidade histórica, que serviu aos índios que foram expulsos de Apodi no ano de 1760, foram escoltados e conduzidos à força até Portalegre. No ano de 1825, devido à escassez de alimento se revoltaram, porque a terra deles era Apodi.

Ao redor da lagoa, era abundância de alimentos, de peixes, de mel silvestre e de frutos. Então, eles se rebelaram e cerca de 70 índios foram presos, conduzidos acorrentados em direção a Natal.

Porém, quando chegaram em Viçosa, perto da serra de Portalegre, foram criminosamente obrigados a acenderem uma fogueira, e se não me falha a memória no dia 19 de dezembro. Após isso, os que tentaram escapar foram eliminados a golpes de espada. Eles foram executados pelo simples fato de quererem suas terras agrícolas e também por quererem voltar para Apodi.

TEXTO 9

Os índios invadiram a Vila de Portalegre para roubarem. Eles viviam com fome, e viviam assim porque não tinham onde plantar, as terras tinham sido invadidas, tanto em Apodi como em Portalegre pelos portugueses. Por causa de tantos roubos eles foram presos na Casa de Câmara e Cadeia em Portalegre.

A polícia a mando da coroa portuguesa chegou e disse que eles seriam transferidos para Natal. Já descendo a serra de Portalegre com uns 70 índios chegaram em um determinado lugar eles foram massacrados.

Todo o movimento dos índios era comandado por João do Pêga e Luiza Cantofa. Luiza era uma índia já idosa que morava com sua neta Jandi. Desde então ela começou a liderar o movimento. Quando Luiza ficou sabendo do massacre ela fugiu com sua neta pra dentro da mata da serra. Logo encontraram Luiza morta. Jandi conseguiu fugir e não foi mais encontrada até hoje, só mataram Luiza Cantofa. Com o passar do tempo algumas covas entre Viçosa e Portalegre foram encontradas. Imagina-se que seja dos 70 índios porque são no formato de covas antigas.